

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA, PODER E
PRÁTICAS SOCIAIS
NÍVEL: MESTRADO

MARCOS VINÍCIUS RIBEIRO

DE PERÓN A VIDELA: revisão histórica e historiográfica do Terrorismo de Estado na
Argentina (1973-1978)

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
NOVEMBRO DE 2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA, PODER E
PRÁTICAS SOCIAIS
NÍVEL: MESTRADO

MARCOS VINÍCIUS RIBEIRO

DE PERÓN A VIDELA: revisão histórica e historiográfica do Terrorismo de Estado na
Argentina (1973-1978)

Dissertação de Mestrado apresentada como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em História, na linha de pesquisa Estado e Poder, do curso de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste –, *Campus* de Marechal Cândido Rondon. Orientação: Prf. Dr. Paulo José Koling

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
NOVEMBRO DE 2009

EPÍGRAFE

Oh, eu não sei se eram os antigos que diziam
Em seus papiros Papilon já me dizia
Que nas torturas toda carne se trai
Que normalmente, comumente, fatalmente, felizmente,
Displícitemente o nervo se contrai
Oh, com precisão
Nos aviões que vomitavam pára-quadras
Nas casamatas, casas vivas, caso morras
E nos delírios meus grilos temer
O casamento, o rompimento, o sacramento, o documento
Como um passatempo quero mais te ver
Oh, com aflição

(Vila do Sossego, Zé Ramalho)

Dedico a Luciano Roberto Ribeiro e José (in
memoriam).
A memória dos 30 mil desaparecidos durante o
período de Terrorismo de Estado na Argentina.
Nunca Mais!

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Mariza e Avari Ribeiro pelo apoio e carinho necessários para que houvesse, sobretudo, calma para a realização deste trabalho. A eles os meus sinceros agradecimentos, amo muito vocês! Ao professor Paulo José Koling pelas orientações e a paciência dispensadas durante a realização da pesquisa. Aos professores do PPGH da UNIOESTE Gilberto Calil, Carla Silva, Antonio Bosi, Rinaldo Varussa, Sarah Ribeiro. À professora Alejandra Leonor Pascual da UnB pelas indicações e atenção durante a qualificação. Aos colegas de trabalho do grupo de pesquisa em História e Poder, em especial ao Marcos Smaniotto (Barraca). A todos os colegas da turma de mestrado, em particular, ao Luis Fernando Zen, Rodrigo Jurucê, Cíntia, Sônia e Gervasio pelo companheirismo e por compartilhar lutas diárias. A Iraci Urnau, sempre prestativa e paciente. Ao pessoal do Sem Fronteiras; Sandra, Patrícia, Anderson e aos professores Geni Duarte e Nilceu Deitos. Ao Alexandre Fiúza pelo incentivo. Aos amigos de todas as horas, Diegão, Rafa, Cabeça, Urso, Fábio Ruela, Márcio Both, Alessandra Gasparotto. A Magdalena da Comisión por La Memória e Mabel da APDH. Ao Diko, Varginha, Géio, Alan, Spock. Aos meus tios e tias Sidney, Magda, Déco, Marilda, Marly, Carlinhos. Aos primos e primas. Aos meus queridos Vovô Gervasio e Vovó Mafalda Morgan. A Paula Vergili Pérez, Marina Pérez, Graciela Pérez e Vovó Nilda pelo incentivo e confiança na realização da pesquisa. A todos os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

A dissertação aborda o período de vigência da política de Terrorismo de Estado (TDE) na Argentina e leva em consideração o Estado enquanto instituição histórica e relação social. O recorte temporal da pesquisa encontra-se inscrito sob o período de 1973-1978. A investigação recorreu a fontes primárias conseguidas junto a Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH), Centro de Estudios Legales e Sociales (CELS) e Comisión por la Memoria (CPM). A discussão apresenta um itinerário sobre a história argentina do período que inicia com o primeiro governo peronista, 1945, até o golpe de Estado de 24 de março de 1976 quando assume a Junta Militar sob a liderança do General Jorge Rafael Videla. O período de implantação do TDE não foi restrito à corporação militar. Durante o terceiro governo peronista, 1973-1976, houve a atuação de milícias pára-policiais armadas correspondentes a ultra-direita. Dentre elas destaca-se a *Alianza Anticomunista Argentina*, Triplo A, aparato ilegal e criminoso que passou a atuar durante o período que antecedeu o golpe. Destaca-se a organização da direita *livre cambista* em organizações consideradas a partir do referencial gramsciano de *Aparelhos Privados de Hegemonia* na colaboração ao golpe de Estado.

Palavras-chave: Argentina, Terrorismo de Estado e Estado Ampliado.

ABSTRACT

This dissertation approaches the span of the State Terrorism Politics (STP) in Argentina and takes into consideration the State as a historical institution and social relation. The temporal span of this research goes from 1973-1978. The research used primary sources from the *Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH)*, *Centro de Estudios Legales e Sociales (CELS)* and the *Comisión por la Memoria (CPM)*. The discussion presents an itinerary about the Argentine history of the period that starts with the first *peronist* government, 1945, until the *coup d'etat* in the 24th march 1976 when the military junta, under the leadership of General Jorge Rafael Videla. The third period of the STP implementation was not restricted to the military corporation. During the third *peronist* government, 1973-1976, there was also the participation of ilegal militias from the extreme right. Among these there was the *Alianza Anticomunista Argentina*, Triple A, an ilegal and criminal organization that started to act during the period that preceded the *coup*. We draw attention to the *livre cambista* right-wing organizations in groups considered from the Gramscian reference of the *Hegemonic Private Apparatuses* collaborating with the *coup*.

World-Keys: Argentina, State Terrorism and Expanded State

SUMÁRIO

RESUMO.....	06
INTRODUÇÃO.....	09
1 – GOLPES DE ESTADO E A FORMAÇÃO DO PROJETO PERONISTA.....	17
1.1 - O golpe militar de 1943: ascensão e queda do general Perón (1943-1955).....	21
1.2 - As eleições de 1945: Perón na presidência e o novo panorama social argentino.....	30
1.3 - A “libertadora”: “desperonizar” o estado é preciso (1955-1958).....	43
1.4 - Frondizi presidente, o problema da proscrição peronista e o governo de Illia.....	56
1.5 - A “revolução argentina” ou golpe civil-militar-empresarial: um pequeno panorama.....	69
2 – DO RETORNO DE PERÓN AO GOLPE DE 1976: da Triplo A ao Terrorismo de Estado.....	89
2.1 - A hora do povo, o gan, e a redemocratização de 1973.....	91
2.2 - O terceiro governo peronista e a modernização conservadora no agronegócio argentino.....	110
2.3: A triplo A: uma estrutura criminosa que se fez estado.....	125
2.4 -1976: O governo de videla: golpe de estado e terrorismo de estado.....	136
3.- A ARGENTINA SOB <i>EL PROCESO</i>: terror ampliado, relatos sobre a repressão e Centros Clandestinos de Detenção.....	157
3.1 -. Processos de seqüestro, detenções, desaparecimento e torturas: O quadrilátero repressivo.....	160
3.2 -. A escola mecânica da armada argentina (ESMA): a escola do terror.....	180
3.3 – Terror na fábrica: o caso de Acindar, Astarsa, Dálmine Siderca, Ford, Ledesma e Mercedes Benz.....	188
CONCLUSÃO.....	229
REFEÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	231
FONTES.....	234

LISTA DE SIGLAS

AAA – Alianza Anticomunista Argentina
APEGE - Associação Permanente de Entidades Gremiais
CARBAP - Confederação de Associações Rurais de Buenos Aires e da Pampa
CCD – Centro Clandestino de Detenção
C de O – Comando de Organización
CGE – Confederación General Económica
CGT – Confederación General del Trabajo
CTA – Confederación de Trabajadores Argentinos
CNU - Concentración Nacional Universitaria
ERP – Ejército Revolucionario del Pueblo
ESMA – Escuela de Mecânica de la Armada
FAA - Federação Agrária Argentina
FAR – Fuerzas Armadas Revolucionarias
FAP – Fuerzas Armadas Peronistas
FMI – Fondo Monetário Internacional
FREJULI – Frente Justicialista de Liberación
GAN – Grande Acuerdo Nacional
IAPI - Instituto Argentino de Promoção de Intercâmbio
JP – Juventude Peronista
OEA – Organización dos Estados Americanos
ONU – Organización das Nações Unidas
PJ – Partido Justicialista
PEN – Poder Ejecutivo Nacional
PRN – Proceso de Reorganización Nacional
PRT – Partido Revolucionario de los Trabajadores
SITRAC – Sindicato de Trabajadores de Concord
SITRAN – Sindicato de Trabajadores de Materfer
SMATA – Sindicato de Mecánicos e Afins del Transporte Automotor
TDE – Terrorismo de Estado
UCR – União Cívica Radical
UCRI - União Cívica Radical Intransigente
UCRP - União Cívica Radical do Povo

INTRODUÇÃO

As ditaduras de Segurança Nacional se apresentaram como projeto histórico social na defesa dos interesses imperialistas e nacionais-associados, implementadas em países da América Latina durante as décadas de 1960, 1970 e 1980. Concretamente, estes regimes se tornaram ditaduras civis-militares, cujo processo de implantação foi efetivado a partir de golpes de Estado, sustentados por setores da sociedade civil, com interesses de defesa de projetos políticos, econômicos e sociais, e das forças armadas contra governos populares. Na Argentina, processo aqui abordado e apresentado, a ditadura civil-militar foi levada a cabo a partir do golpe de Estado realizado em 24 de março de 1976 e protagonizado pela Junta Militar¹. Este projeto de controle interno e externo do Estado e da sociedade nacional se caracterizou pela implantação da política de Terrorismo de Estado (TDE). Um processo histórico que se afirmou a partir de estruturas estabelecidas pelo terceiro governo de Juan Domingo Perón, então Presidente do país, e Maria Estela Martínez de Perón, Isabelita, que sucedeu Perón na Presidência do país após sua morte. Com o golpe, os aparatos de repressão foram ampliados e sustentados por meio de uma estrutura burocratizada² e ilegal. A ditadura civil-militar argentina durou até 10 de dezembro de 1983. A partir de então, convocou-se eleições nacionais e chegava ao fim àquela ditadura que se exprou sob a Argentina, dentre outras, na América Latina. A redemocratização do país propiciou uma série de julgamentos de

¹ A Junta Militar reuniu os Comandantes em Chefe ligados as três Armas: General Jorge Rafael Videla (Exército), Almirante Emilio Eduardo Massera (Marinha) e General Orlando Ramón Agostí (Aeronáutica).

² Segundo Enrique Padrós: “Enquanto sistema estatal, o TDE implementou uma variada gama de mecanismos administrativos, propagandísticos, psicológicos e jurídicos que deram suporte às atividades, clandestinas ou não, das unidades específicas de inteligência, informação e controle, assim como de repressão física explícita.” (PADRÓS, Enrique. *Elementos Constitutivos do Terror de Estado Implementado pelas Ditaduras Cívico-Militares de Segurança Nacional Latino-Americanas*. In: PADRÓS, E. S. (Org.) *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG: Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura, 2006. p. 15.)

crimes de lesa-humanidade protagonizados pelos artífices do golpe e do governo ditatorial.

O golpe de Estado de 24 de março de 1976, visto de uma perspectiva histórica, não foi um delírio arquitetado pelos militares em condições de isolamento do conjunto mais geral da sociedade argentina, seja no âmbito da sociedade civil como na condição e posição de classe social de determinados indivíduos. Tratava-se do ápice de um processo histórico mais amplo que contou com a organização dos setores mais conservadores da sociedade. A solução anunciada a partir da renúncia de Maria Estela Martínez de Perón, Isabelita, então presidenta, leva ao golpe de Estado que fazia parte de um plano que contou com a participação de setores da sociedade civil argentina³. As condições históricas que se apresentaram para a Junta Militar, no momento do golpe, eram parte de uma construção mais ampla que excedeu o plano restrito dos militares junto às instituições do Estado Nacional. Neste sentido, a pesquisa se orientou pela possibilidade de estabelecer uma leitura do Estado, sendo ele uma instituição histórica construída enquanto relação social, ou seja, partiu da hipótese de que a implantação do TDE, sendo política de Estado fazia parte de um projeto histórico com caráter de classe. O quadro se apresentou em sua máxima expressão no conjunto das classes sociais da Argentina, durante a ascensão e queda de Juan Domingo Perón, enquanto presidente, durante sua primeira e segunda passagem pela Casa Rosada. Trata-se do período pós II Guerra Mundial, mais precisamente, entre os anos de 1945 e 1955⁴.

A motivação principal que norteou a pesquisa é o fato de que entre os anos de 2005 e 2009 estabeleci contato com um grupo de pessoas que foram obrigadas a sair da Argentina durante o período de vigência da política de terrorismo de Estado. Compartilhar da experiência traumática de pessoas que sofreram com a repressão instigou a revisão histórica do período de ditadura. Em respeito ao contato estabelecido, este trabalho procura tratar da questão a partir de uma perspectiva histórica que levou em consideração que a repressão foi direcionada às pessoas que conviveram num estado de permanente tensão após o golpe de 24 de março de 1976. Neste sentido, a possibilidade de pesquisar o processo, a partir de fontes documentais que correspondiam à repressão, se materializou na busca por Centros de Documentação que tutelavam estes documentos. Ao estabelecer contato com o arquivo da *Comisión Provincial por la Memoria*, localizada na cidade de La Plata, percebi que havia possibilidade de acessar a documentação da repressão⁵.

³ Trata-se dos *lockouts* que antecederam ao golpe de 24 de março de 1976, cf. capítulo II.

⁴ No I capítulo realizei uma leitura histórica do período que compreende as décadas relacionadas a formação do projeto peronista, (1945-1955), bem como do período posterior, inaugurado com o golpe de Estado que se auto-intitulou “Libertadora”, marcado pela “proscrição” do partido peronista numa análise que prioriza o Estado *strictu sensu*.

⁵ No acervo da Comisión encontram-se: “Una sección especial que no se refiere a la espía político ideológica sino

O projeto inicial, entregue ao Programa de Pós-Graduação em História nível Mestrado da UNIOESTE, previa a reconstrução dos mecanismos repressivos direcionados à contenção/eliminação de 2 grupos revolucionários armados, a saber, o *Ejercito Revolucionario del Pueblo* (ERP) e *Montoneros* a partir de fontes primárias localizadas na *Comisión*. É bom esclarecer que estes documentos foram liberados para consultas a partir do ano de 2005. Em 2007, dando continuidade ao projeto, estive na *Comisión* e fiz a petição documentada por escrito para a realização da pesquisa para a Câmara de Juízes da cidade de La Plata. O pedido não foi negado até o momento, o fato é que ele não foi apreciado pelos Juízes da Câmara em virtude de que os documentos tutelados pela *Comisión* encontram-se dispostos como provas criminais pelo tribunal de La Plata. Isto se deve ao fato de que, em função dos *Juizos por la Verdad*⁶, a documentação adquiriu a dimensão de utilidade pública, e, o veto ao acesso corresponde aos cuidados dispensados às provas que se ligam aos crimes de Estado. Os documentos são utilizados como prova material em processos judiciais que envolvem a participação de pessoas em atas e processos de crimes contra a humanidade. No ano de 2008 voltei à Argentina e procurei outros arquivos de entidades ligadas aos Direitos Humanos. Obtive respaldo quanto ao acesso aos documentos da repressão nas seguintes organizações: Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH), Centro de Estudios Legales e Sociales (CELS) e Memoria Abierta. Nestes organismos, principalmente na APDH, pude consultar um conjunto de documentos que versam sobre a repressão durante a ditadura argentina. Dentre eles, destaco os depoimentos recolhidos fora do país pelas organizações ligadas às entidades citadas anteriormente. É o caso do depoimento de Jaime Dri, entregue aos cuidados do *Alto Comisionado de Refugiados y la división de Derechos Humanos de las Naciones Unidas*, órgão situado em Genebra, na Suíça, no ano de 1978. Jaime Dri foi um

a las metodología interna de la DIPBA es la Mesa “Doctrina”. Está compuesta de documentos internos de funcionamiento y estudio: Leyes, reglamentaciones (proyectos y anteproyectos de reglamentos de Inteligencia) y manuales relacionados con Inteligencia, Ordenes del Día y Resoluciones de Jefatura de Policía, organigramas de la Dirección de Inteligencia, transcripciones de balances y/o discursos de los Jefes Policiales, números de la Revista Policial, material relacionado con la Escuela de Inteligencia José H. Ramos (creada el 1º de abril de 1977) como planes de estudio, trabajos monográficos de los alumnos y desarrollo de contenidos de las materias que se dictaban. Los tipos documentales más frecuentes en los expedientes o legajos son: Afiches, Prensa obrera, Boletines, boletas de elecciones nacionales, provinciales, municipales, gremiales, estudiantiles, de entidades de la sociedad civil, Fotografías, Prontuarios, Causas judiciales, Carpetas alfabetizadas, Habeas Corpus, Solicitudes de paradero. Informes de Inteligencia sobre: Asambleas, movilizaciones, mesas redondas, actos eleccionarios, publicaciones, censura de libros y producciones artísticas, actividad panfletaria, huelgas y planes de lucha, panorama universidades nacionales, entre otros. (Disponível em: <http://www.comisionporlamemoria.org/archivo-dipba.htm/>. Acesso em: 20/11/2006.)

⁶ Os *Juizos* buscam provar o comprometimento de figuras que atuaram na repressão, a exemplo do cura da Igreja Católica Von Wernich, julgado entre 2006 e 2007, todavia, o pedido foi feito pelo fato de que, dada a impossibilidade de contato com as fontes relacionadas ao período de 1973-1983, tutelados pelo arquivo da *Comisión*, procurei ampliar os centros de documentação para a realização da pesquisa, bem como redefini o tema e o recorte temporal.

detido/desaparecido que esteve no Centro Clandestino de Detenção (CCD) da Escola de Mecânica da Armada Argentina (ESMA). Neste depoimento, encontramos uma descrição bastante detalhada do itinerário do quadrilátero repressivo seqüestro/detenção/tortura/desaparição⁷. A discussão relacionada aos documentos foi complementada pela bibliografia a que se teve acesso.

Os documentos possibilitaram redefinir uma o recorte empregado à pesquisa. Neste sentido, a datação dos eventos repressivos relacionados aos crimes de TDE, presente nos relatos conseguidos, possuía como marco limite o ano de 1978. Isto se deve ao fato de que após este ano os desaparecimentos decaíram em número mesmo que não tenham acabado. Seguindo a indicação de Luis Alberto Romero: “Os desaparecimentos foram maciços entre 1976-1978, o triênio sombrio, e depois se reduziram a um número mínimo”⁸. A perspectiva de Estado Ampliado⁹ nos levou a refletir sobre a organização da sociedade civil argentina, antes mesmo do golpe de Estado de março de 1976. A investigação, cujos resultados apresentam-se no II capítulo, considerou o processo de implantação da ditadura sob a perspectiva do nexo dialético de unidade e distinção entre Estado e sociedade civil, resultando numa interação permanente entre o Estado, *strictu sensu*, e Sociedade Civil, como na indicação de Sônia Mendonça a partir do referencial gramsciano. Esta indicação teórica e a pesquisa junto aos documentos, nos levaram a considerar o processo numa perspectiva que considera as ações de organizações da sociedade civil no processo repressivo, a exemplo da Triplo A, e sua participação no golpe de Estado. Neste sentido, o recorte temporal que vai de 1973 a 1978 foi estabelecido como forma de apontar a continuidade no processo de implantação da política de terrorismo de Estado entre os governos do terceiro período peronista e a implantação da Junta Militar que declarou Jorge Rafael Videla Presidente.

De Perón a Videla: revisão histórica e historiográfica do terrorismo de Estado na Argentina 1973-1978, parte do pressuposto de que a análise histórica dos eventos que tiveram espaço na sociedade argentina a partir de 1976 possui relação direta com os eventos que a precederam. Trata-se de um plano sistematizado a partir do contexto nacional argentino, mas

⁷ Este material é discutido no terceiro capítulo.

⁸ ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Zahar. 2006. p. 199.

⁹ Segundo Sonia Regina Mendonça, “Para entender o Estado enquanto uma **relação**, é necessário operar com uma visão triádica, existindo, para Gramsci, três níveis de percepção da sociedade e do Estado: a) a **infra-estrutura** – tal como para Marx, consiste no espaço das relações de produção, na economia, simplificada; b) a **sociedade civil** – conjuntos dos indivíduos organizados nos chamados aparelhos privados de hegemonia e cerne da ação/pressão política consciente, dirigida para obter certos objetivos e, finalmente, c) a **sociedade política** – ou “Estado em sentido restrito”, identificado ao que mais comumente designamos como Estado, isto é, o conjunto de aparelhos e agências do poder público, propriamente dito. O peculiar na visão de Estado ampliado de Gramsci é que ele, enquanto relação social, engloba **tanto a sociedade civil quanto a sociedade política**, numa interação permanente”. (MENDONÇA, Sonia R. Estado e Sociedade. In: MATTOS, Marcelo B. (org). **História: pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório de Ensino de História, 1998. p 20).

que, em alguma medida, expressa a construção histórica de projetos antagônicos. As inquietações e a diversidade de atores sujeitos sociais presentes nas soluções políticas da época, correspondem a um amplo espectro de tendências políticas que foram banidas pela implantação da ditadura. O plano máximo da repressão, propalado pela Junta Militar, encontrava respaldo em experiências repressivas anteriores, haja vista que o país em questão, havia sofrido outros 6 golpes de Estado. Entretanto, a guinada repressiva materializada pela ditadura de 1976-1983, corresponde a uma construção histórica que não baniu do Estado as influências dos grupos que não participaram diretamente do governo da ditadura, mas, por força de pressão, estes grupos aparecem alinhados aos interesses de defesa da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que se conjugou a interesses econômicos. Em alguma medida, o mapeamento da direita, envolvida diretamente no golpe de Estado de 1976, permite um redimensionamento da experiência histórica do governo ditatorial. Segue uma apresentação dos capítulos.

O período histórico de afirmação do peronismo, enquanto grupo de pressão, organizado a partir da doutrina justicialista, tema apresentado no capítulo I, nos levou a considerar o período de proscricção do movimento numa perspectiva que vai além da figura uníssona de Perón. Ao definir os traços marcantes da atuação do movimento, ao fim e ao cabo da discussão, não era mais possível falar em *peronismo*, mas, sim, *peronismos*. A proporção alcançada pelo movimento durante as décadas de 1940-1950 levou Juan Domingo Perón ao cargo de Presidente da Nação Argentina a partir das eleições de 1945.

De 1945 em diante, a sociedade argentina passou por transformações significativas. Em parte estas transformações foram proporcionadas pelo contexto do pós II guerra. Sob a liderança do peronismo, a Argentina vivenciou um período de significativa prosperidade que, todavia, não se deslocou do panorama histórico presente no término da II guerra mundial. A redistribuição de renda e o processo de substituição de importações oportunizaram melhorias consideráveis nas condições de vida da população argentina. Se a pobreza não desapareceu, ela se abrandou e se escondeu proporcionada pelo contexto que correspondeu a *época de ouro do capitalismo* e a construção do ideário justicialista.

Esta época de ouro encontrou o seu auge e declínio enquanto Perón foi presidente. Passado o período de reconstrução dos países envolvidos com a guerra, a Argentina passou por um período de queda vertiginosa em seu crescimento econômico. Este processo não se deu de forma isolada do conjunto mais geral da sociedade argentina. A burguesia passou a reivindicar a supressão das estruturas do “Estado peronista”. Culpavam o velho caudilho Perón de levar o país a bancarrota. Depuseram-no por meio de um golpe de Estado que se

auto-intitulou “Libertadora”. Traziam consigo o ideário de que havia um Estado que necessitava ser *desperonizado*. Em função disso, o peronismo foi proscrito, promoveram a perseguição aos sindicatos combativos e chegaram a fuzilar um grupo de oficiais acusados de conchavo com Perón. De “Libertadora” passou a “Fuziladora”.

Nesta época o debate desenvolvimentista voltou à cena com uma roupagem “nacionalista”. Frondizi começou a despontar no cenário político argentino como “a opção”. De pronto, se anunciou um problema que teimava em ficar. A proscrição do peronismo não se efetivou e a sombra do caudilho Perón renascia mais forte. A questão da nacionalização das jazidas de petróleo se revelou uma falácia eleitoreira de Frondizi que não suportou a pressão imperialista e se “rendeu”/aliou ao jogo. Ao invés de nacionalizar, desnacionalizou o que restava. Em seu lugar, após um breve interregno golpista, Arturo Illia ganha as eleições para presidente.

Os quartéis começaram a brandir e, nem bem Illia tentava estabilizar-se, o *Onganiatto* construiu condições reais para mais um golpe de Estado. Os meios de comunicação construíram uma imagem que o favoreceu. À exemplo de Mariano Grondona, uma série de jornalistas apontaram Juan Carlos Ongonia pela perspicácia com que lidou com os conflitos internos da corporação de 1962 a 1964, momento em que os militares se “fecharam” numa articulação de sua coesão interna. Dado o golpe de Estado, os partidários do liberalismo econômico se conjugaram a uma série de medidas desenvolvimentistas e, “da noite para o dia”, “todos” se tornaram executivos.

A pressão da sociedade civil produziu um dos maiores eventos de mobilização popular da história durante o *Onganiatto*. O *Cordobazo* mostrou a força do movimento popular e sua ação de massa. Colocou em risco a imagem de um governo civil-militar-empresarial que foi construído sobre a fragilidade desta mesma imagem. Os eventos de 1969 ruíram a confiança dos organismos internacionais em relação ao *Onganiatto*. Os executivos são substituídos pelos *terrateníentes*, classe ultra-reacionária, retrograda. Entre Levingston e Lanusse, o último foi encarregado de articular uma saída negociada da corporação em cena. O fracasso frente aos eventos em Córdoba (1969) quebraram a credibilidade da corporação militar e o Grande Acordo Nacional e a Hora do Povo tentavam excluir, mais uma vez, a esquerda da disputa eleitoral.

Com a redemocratização de 1973, processo apresentado a partir do capítulo II, estavam dadas as condições para que o velho caudilho retornasse ao país após 19 anos de exílio. A crise permanente de hegemonia da Argentina aguçou os setores populares que ansiavam pelo retorno do velho caudilho. Durante a redemocratização, a esquerda peronista

tomava “al cielo por asalto”. Mas, em Ezeiza, quando do retorno do velho líder, as contradições do peronismo ficaram evidentes. *La Masacre de Ezeiza* demonstrou que a correlação de forças pendeu para o lado da força. As bases estavam dadas. A violência se estabeleceu como marca característica da correlação de forças que marcou os grupos políticos. A Triplo A mostrou força de influência sobre Perón, que ignorou o apoio recebido no exílio pela esquerda peronista.

O “império da morte” se espalhou com muita autoridade no interior do terceiro governo peronista. Rapidamente as medidas de força suplantaram as de consenso e a disputa política tornou-se um duelo de vida ou morte. Mover-se no interior deste processo exigiu cuidado e medo. Os grupos pára-policiais cumpriram um papel fundamental na defesa do *status quo*. O velho caudilho morreu e a sua Vice-Presidente Isabel Perón assumiu legalmente, mas, não efetivamente. Lopez Rega, *El Brujo*, ditou o tom dos fatídicos anos que Isabelita esteve na presidência do país.

A direita livre-cambista argentina passa a entoar o canto dos golpistas e minou todas as tentativas de manutenção do regime democrático. Na dianteira do processo, acompanhando tudo com o máximo cuidado, apareceu, novamente, a corporação militar. Desta vez, mais coesa e com credibilidade que sepultou o *Onganiatto*. O golpe de março de 1976 reuniu todos os ingredientes dos governos que o precederam. Mas, houve um salto qualitativo deste regime, no âmbito de sua atuação, relacionada a implantação da política de terrorismo de Estado. A Triplo A foi subsumida e metamorfoseada no e pelo Estado e “desapareceu” no momento imediato ao golpe. A Junta Militar já possuía todos os artifícios de que precisou lançar mão para promover a “pátria financeira”.

Este processo foi investigado a partir de fontes documentais que dizem respeito ao processo histórico de implantação da política de TDE, apresentado no capítulo III. Neste sentido, ao analisar o documento da Confederação de Trabalhadores Argentinos (CTA) sobre a cumplicidade patronal-militar durante a ditadura podemos dizer que a ação militar não se deu de forma isolada da sociedade. Os grupos patronais, ou executivos financeiros, agiram a favor da ditadura nos casos das empresas mencionadas: Acindar, Astarsa, Dálmine Siderca, Ford, Ledesma e Mercedes Benz. Como se tratam de empresas renomadas, sua ligação com a repressão não pode açambarcar uma leitura do Estado em seu sentido restrito. Para entendermos o conjunto de práticas adotadas pelo TDE é necessário perceber a organização de grupos patronais ligados a sociedade civil na correlação de forças que garantiu a efetivação e ampliação da política de TDE. Ao disponibilizar materiais e estrutura física para o funcionamento da repressão, todos os casos citados acima corroboraram para a implantação e

efetivação da política de TDE.

No mesmo sentido, os documentos que deram seqüência à discussão evidenciam que o laboratório repressivo da fábrica encontrava-se em vigência na sociedade como um todo. O relato/denúncia de Jaime Dri, o primeiro recebido no exterior sobre a violação aos direitos humanos no país, aprofundou a crise do regime que necessitou sair em busca de ajuda. Ademais, no depoimento de Dri, evidenciou que a coordenação repressiva das ditaduras no Cone-Sul, a Operação Condor, existiu de fato, por mais que as autoridades tentem escondê-la ou mesmo negá-la. O contato com as fontes propiciou um entendimento da política de TDE que colocou o Estado enquanto uma relação social e instituição histórica. A relação social citada diz respeito às denúncias de cumplicidade patronal durante a ditadura e sua relação com a Triplo A. E, instituição histórica na medida em que o bloco de poder da ditadura, a implantação da política de TDE, o quadrilátero seqüestro detenção/tortura/desaparição já era praticado durante o governo peronista e, portanto, anterior ao governo da ditadura.

CAPÍTULO – I: GOLPES DE ESTADO E A FORMAÇÃO DO PROJETO PERONISTA

Neste capítulo, apresentamos uma leitura histórica sobre os principais acontecimentos protagonizados pelos diversos agentes sociais na Argentina, em especial buscamos demonstrar o surgimento e afirmação do Movimento Peronista, talvez o principal dentre os demais surgidos no pós-guerra neste país. O recorte temporal contempla o período compreendido entre o término da II Guerra Mundial (1943) até meados de (1966)¹⁰. Deve-se esclarecer que não propomos uma leitura linear do processo histórico argentino, mas a contextualização é imprescindível para o desenvolvimento da discussão que permeia nossa pesquisa. Neste sentido, nos preocupamos, principalmente, com o contexto de rearranjo capitalista nos trinta anos que sucederam o conflito engendrado a partir da II Guerra Mundial. Período este de intensas mudanças no seio das sociedades nacionais envolvidas direta ou indiretamente no conflito. A prosperidade peculiar do período deve-se, em grande medida aos avanços impulsionados pelo esforço de reconstrução dos países europeus envolvidos naquele conflito.

Denominados de *anos gloriosos* ou de *idade de ouro*, o fato é que os primeiros trinta anos do pós-guerra, constituíram uma era única na história contemporânea. A espantosa recuperação do mundo capitalista, quanto ao crescimento econômico e avanços tecnológicos, revolucionou as pautas de consumo e comportamento até então existentes¹¹.

A crise de 1929, e a subsequente crítica ao liberalismo, pautou-se, principalmente, no

¹⁰ Exatamente no ano em que se dá o golpe de Estado que antecedeu o período de redemocratização de 1973 marcado pelo terceiro governo peronista.

¹¹ PADRÓS, Enrique Serra. *Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social*. In: REIS FILHO, Daniel A. et al (org.). *O século XX: O tempo das crises*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 229.

fracasso imediato de sua bandeira econômica: “liberalismo enquanto liberdade de mercado”¹². Este modelo sofreu um duro golpe com a queda da especulação em nível internacional e “perturbou” as economias centrais do capitalismo contemporâneo. Até então, os principais centros de acumulação capitalista como Inglaterra, EUA, França, dentre outros, foram mantidos salvos da pressão exercida pela competição socialista. Sob esta perspectiva, governos de cunho fascista, como a Itália, Grécia, Portugal e Espanha, dentre outros, ganharam adeptos em todo o mundo uma vez que direcionavam a economia, no âmbito das relações imperialistas. Não menos esclarecedor, a ascensão do nazismo, propondo uma nova divisão imperialista do globo terrestre, impunha um conflito mundial que se pautou pela redistribuição das áreas de influência de mercado entre os países do centro de sustentação do capitalismo. A II Guerra Mundial foi um conflito eminentemente imperialista e trazia consigo alguns elementos que persistiram desde a I Guerra Mundial como, por exemplo, a contestação do Tratado de Versalhes imposto à Alemanha. Segundo Williams Gonçalves¹³, havia um sentimento mútuo de desolação na sociedade alemã sobre o Tratado donde emergiu o Partido Nacional Socialista que catalisou grande parte do inconformismo dos alemães sobre o contexto.

Quando a II Guerra Mundial caminhava para a derrocada do Eixo¹⁴, em 1943, o golpe de Estado desvelado contra a “Democracia Fraudulenta”¹⁵ na Argentina, procurou justificar-se na crítica ao liberalismo no campo político-econômico-ideológico. O período compreendeu, também, a ascensão meteórica de um personagem político importante para o processo em questão. Tratava-se do general do Exército Juan Domingo de Perón que buscou aparecer como uma terceira posição, ou seja, nem capitalista, nem socialista.

O contexto latino-americano no pós-guerra, assim como em outras regiões do mundo, experimentou longos anos de prosperidade. Os anos de guerra resultaram em dividendos significativos para a região, em particular para a Argentina. O crescimento das indústrias

¹² Para o aprofundamento de algumas interpretações sobre o liberalismo, ver: BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

¹³ GONÇALVES, Williams da Silva. *A segunda guerra mundial*. In: REIS FILHO, Daniel A. et al (org.). *O século XX: O tempo das crises*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.169.

¹⁴ Ao lado da Alemanha nazista, destacamos a Itália e o Japão na composição do Eixo.

¹⁵ Segundo Romero, período que abrange os anos de 1930-1942, que foi legitimado por meio do golpe civil-militar de 1930, que, dentre outros objetivos, se pautou pela erradicação do liberalismo restabelecendo o conservadorismo como panorama político-econômico-ideológico. Ver: ROMERO, Luis Alberto. *Op. Cit.* p. 63 a 90. Segundo Ana Maria dos Santos, a “Restauração Conservadora” deu início ao período que se prolongou por uma década na Argentina: “Setores liberal-nacionalistas do exército restauraram, em 1930, via golpe militar, a pseudodemocracia da aristocracia comercial e dos proprietários de terra, especialmente ligados ao capital estrangeiro. Teve início a ‘década infame’ (1932-1942). Em face da perspectiva de vitória dos radicais, os conservadores só se mantinham no poder pela fraude eleitoral, pela corrupção governamental e deixando o campo livre para o capital estrangeiro. DOS SANTOS, Ana Maria. *América Latina: dependência, ditaduras e guerrilhas*. In: REIS FILHO, Daniel A. et al (org.). *O século xx: O tempo das dúvidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 71.

nacionais, processo conduzido na América Latina pela burguesia local, foi acompanhado pela ascensão do populismo em detrimento do monopólio do poder estatal pela oligarquia agrário-exportadora. A crise do Estado Oligárquico, processo impulsionado pela crise do sistema econômico que *a priori* era sustentado pelo modelo agro-exportador na Argentina, abriu caminho para a ascensão da ideologia populista que, segundo Calil: “centrou-se em torno de algumas temáticas de grande apelo, como a suposta defesa dos interesses do ‘povo’ e da ‘Nação’ e a oposição ao latifúndio e ao imperialismo”¹⁶. Entretanto, segundo destaca Calil, em grande medida a ideologia populista procurou estabelecer uma ocultação de seu projeto de classe no plano da hegemonia uma vez que não rompeu completamente com o latifúndio e nem mesmo cortou completamente as relações comerciais com países imperialistas ainda que procurasse estabelecer sua base social a partir de discursos direcionados à totalidade das relações sociais. Elemento aglutinador de afirmação do bloco burguês industrial no poder que propiciou a adesão de amplos setores da sociedade a serviço do projeto populista, discutido por Calil.

Assim, se o populismo foi, como compreendemos, um projeto hegemônico conduzido pela burguesia industrial, seu êxito se deve à capacidade que ela teve de hegemônizar vastas parcelas da pequena burguesia e do proletariado, obtendo seu apoio ativo para o projeto que visava colocar o Estado a serviço de uma política de industrialização. A mobilização favorável às reformas populistas, ao contrário de impugnar o caráter de classe do populismo, atesta, exatamente, sua função hegemônica, uma vez que converte vastos setores sociais em defensores de um projeto e de uma ideologia que não correspondem a seus interesses históricos de classe¹⁷

Na América Latina, os governos populistas, o crescimento econômico ocorrido no período correspondente ao término da II Guerra Mundial, formaram a insígnia do ponto de inflexão para as economias centradas no modelo agro-exportador propugnado pelos Estados Oligárquicos. Tida como área de influência, eminentemente dividida entre a hegemonia dos Estados Unidos com participação da Inglaterra, França e Alemanha, para citar somente os principais, denotou sinergia ao movimento conjuntural que se expressou, regionalmente, a partir da crise de 1929. Formas mais concentradas de contenção e arrefecimento dos movimentos populares, combinados na fórmula populista, adquiriram uma relação distinta com o aparato repressor do Estado uma vez que obtiveram um espaço de consenso também distinto do obtido pelo Estado Oligárquico. A violência política e a perseguição aos

¹⁶ CALIL, Gilberto. *O Populismo enquanto projeto hegemônico*. In: Anais do I Simpósio de Pesquisa em Estado e Poder. Cascavel-PR: Edunioeste, 2007. p. 153.

¹⁷ *Id.* p. 152-153.

movimentos de esquerda tornaram-se uma arma reacionária indispensável para o projeto populista assim como a utilização do aparato de propaganda do projeto adquiriu um peso fundamental nas relações de classes, mesmo quando “manipulada” por líderes carismáticos característicos do populismo. Havia a preocupação quanto à ascensão de governos “totalitários”, de cunho esquerdistas, como seqüela imediata ao término da guerra. Temiam, em última instância, que o modelo stalinista atingisse a região e a Argentina em específico, conforme comentado por Luis Alberto Romero.

A guerra exigia mobilização industrial, que, por sua vez, exigia um Estado atuante e eficiente, capaz de unificar a vontade nacional. Os exemplos da Itália e da Alemanha demonstravam isso de maneira inquestionável, e tal posição era repetida pelos jornais apoiados pela embaixada alemã como *El Pampero* ou o *Crisol*. O papel do Estado também era importante em uma sociedade que, sem dúvida, seria tomada por terríveis conflitos no pós-guerra. A reconstituição da Frente Popular, as bandeiras vermelhas nas manifestações operárias e a presença nas ruas do Partido Comunista pareciam sinais assustadores desse futuro e, para enfrentá-lo, era necessário ter ordem e paz social¹⁸.

Na Argentina, a experiência reformista levada a cabo durante os anos da administração Yrigoyen (1916-1921), Alvear (1921-1926) e novamente Yrigoyen (1926-1930), reestabeleceu o liberalismo econômico como meta principal no horizonte da aliança Estado/sociedade civil. Com os investimentos no projeto de industrialização, utilizando-se em larga escala de mão-de-obra imigrante, os argentinos conformaram uma espécie de vanguarda industrial para a região, no que diz respeito ao impulso à industrialização dos países ligados ao continente. Os anos em que os Radicais da União Cívica Radical (UCR) se alternaram no poder, foi interrompido pelo golpe de 1930, conhecido como a “Restauração Conservadora”¹⁹. Este golpe, procurou estabelecer a pauta da oligarquia como ocorrera durante os anos em que teve vigência o Estado oligárquico, marcou também, o fim da primeira experiência institucional pautada na democracia como regime de governo. Seus principais representantes, localizados na “Pampa Húmeda”²⁰, eram os “Terratenientes”²¹. A “Restauração Conservadora” procurou estabelecer, novamente, a Argentina na divisão internacional do trabalho como fornecedora de matéria-prima impulsionada pelo crescimento nos dividendos dos frigoríficos

¹⁸ ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006. p. 87

¹⁹ *Id.* p. 63.

²⁰ Diversas bibliografias apontam a *Pampa Humeda* como sendo a maior área de concentração de latifúndios na Argentina. Compreende, principalmente, as províncias de Buenos Aires e La Pampa.

²¹ A Sociedade Rural Argentina (SRA), fundada em 1866 foi uma das forças permanentes no processo histórico argentino. Representante da classe dos *Terratenientes*, proprietários de grandes extensões de terras. De 1946 a 1950, foi presidida por Jose A. Martinez de Hoz que durante a ditadura civil-militar implantada a partir do golpe de 1976 foi Ministro da Economia da Junta Militar. Seu bisavô de Jose Martinez de Hoz foi fundador da Sociedade Rural Argentina no século XIX.

com a exportação de carne congelada, principalmente para a Inglaterra, fato que denota a característica classista essencial deste regime.

Durante os anos da II Guerra a retração no rebanho bovino se deparou com uma tentativa de ampliar a inserção do país no mercado mundial. Como consequência imediata, os pequenos proprietários foram expulsos da terra pelo processo de concentração do latifúndio. Esse contingente passou, rapidamente, pelo êxodo rural, direcionado às cidades médias e a grandes centros urbano-industriais, condicionado à demanda por mão de obra direcionada às fabricas ascendentes. Este processo foi apoiado pelo Estado em pontos estratégicos e foi fundamental para a nova conformação do quadro econômico-social argentino, pois mexia na estrutura para a circulação de mercadorias, aproveitando-se das estradas de ferro construídas pelo capital Inglês no início do século XX. A análise deste quadro político-econômico-ideológico argentino é o que procuramos apresentar a seguir.

1.1 - O golpe militar de 1943: ascensão e queda do general Perón (1943-1955)

Pedro Pablo Ramírez, Ministro da Guerra do Governo Constitucional, eleito em 1942 na Argentina, encabeçou o golpe de Estado de 1943 na Argentina. Supunha-se acabar com o “vazio de poder existente”²², cuja candidatura de Patrón Costas, não era suficientemente aceita entre os setores militares, além da mobilização externa ao próprio exército. Segundo Romero, o golpe teve respaldo político e social, “pois muitos concordavam com o diagnóstico e, além disso, esperavam algo do golpe, até mesmo os radicais”²³. O panorama político-social argentino favoreceu a ação dos militares que conseguiram ampla margem de consenso junto à sociedade. Entretanto, com o estopim do golpe, o “vazio de poder” não foi preenchido. Primeiramente, a discordância em torno de um nome possível para assumir definitivamente a presidência levou Ramírez a ocupar o cargo de Presidente, depois de depor Arturo Rawson que não foi empossado. Rawson foi deposto três dias depois de desvelado o golpe. Assim, Ramírez traçou as principais características do regime pautado em fórmulas conservadoras quanto ao exercício efetivo da economia, com traços de autoritarismo extremo, interessado em banir o comunismo entendido pelos golpistas como seqüela inevitável do pós II guerra. Uma fórmula tensa que propunha um caminho que não estava claro, nem mesmo para os militares convictos de que o golpe foi à saída necessária. Com a crescente onda de mobilização popular havia a idéia de que era necessário, sim, o patrulhamento ideológico para

²² ROMERO, *Op. cit.* p. 91.

²³ *Id.* p 91/92.

evitar maiores perturbações à ordem.

Os militares no governo concordavam com a necessidade de calar a agitação política e os protestos sociais: baniram os comunistas, perseguiram os sindicatos e intervieram na CGT, na época dividida. Dissolveram a Ação Argentina, que reunia partidários do rompimento com o Eixo, e, mais tarde, fizeram o mesmo com os partidos, intervieram nas universidades, deixando desempregados um grande número de professores que militavam na oposição, e finalmente estabeleceram a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas²⁴.

O golpe foi articulado ainda durante o governo de Ramón S. de Castillo (1942-1943). Seu parâmetro de atuação deveu-se, principalmente, ao contato entre os militares de alta patente reunidos no Ministério da Guerra que, no contexto de guerra, havia se tornado centro das decisões políticas. Nele se encontrava o Grupo de Oficiais Unidos (GOU), que, segundo Romero, tinha organização semelhante a uma “maçonaria”²⁵. Neste sentido, houve um impasse produzido no interior do Ministério da Guerra. Tratava-se da posição da Argentina perante o conflito mundial. Houve muitas tendências que organizaram a discussão no interior do exército: um grupo no governo formado pelos partidários da neutralidade, e outro que apostava na manutenção dos tratados de comércio assinados junto à Inglaterra, posição defendida por Castillo, e dos aliados. Entre os partidários da neutralidade e pró-aliados estavam os simpatizantes do Eixo. Este grupo, mostrou-se mais poderoso no que dizia respeito à tomada de decisão.

Desde o início das discussões, o Departamento de Estado definiu sua postura inclinada a produzir uma aliança com os Estados Unidos. Todavia, quando Farrell, que à época era presidente, rompeu com o eixo, foi deposto pelos seus companheiros militares e Ramírez assumiu a presidência deixando o posto máximo do Ministério da Guerra. Juan D. Perón passou a ocupar este cargo de Ministro e ganhou visibilidade entre os membros do GOU. O tensionamento precipitou a decisão dos militares e Perón surge com força no cenário da corporação militar, conforme a análise de Luis Romero.

Isolado interna e também externamente, o governo se viu em um beco sem saída, que, finalmente, foi minimizado por um dos oficiais que na época tinha ascendido notavelmente dentro do governo: o coronel Juan Domingo Perón, um dos membros mais influentes do GOU, secretário de Farrell, o ministro da Guerra, e, em seguida ministro, quando Farrell substituiu Ramírez na Presidência, em fevereiro de 1944. Pouco depois, em julho, e após se livrar de vários possíveis concorrentes, Perón tornou-se vice-presidente e a verdadeira alma do governo²⁶.

²⁴ *Id.*, p. 92.

²⁵ *Id.*, p. 92.

²⁶ *Id.*, p. 92-93.

Perón passou a acumular o cargo de Ministro da Guerra quando decidiu reativar a Secretaria do Trabalho. Este órgão havia adquirido grande importância durante os anos de Hipólito Yrigoyen, mas, com o passar dos anos, caiu em desuso. Na Secretaria do Trabalho, Perón mostrou-se disposto a reativar o diálogo com os trabalhadores. Segundo Romero: “Perspicácia e preocupação o levaram a se dedicar a um ator social que, até então, era pouco levado em conta: o movimento operário”²⁷, além disso, segundo o autor, alguns anos na Europa despertaram em Perón profunda admiração pelo regime fascista italiano implantado por Benito Mussolini (1883-1945), “Il Dolce”²⁸, que governou a Itália de 1922 a 1943.

Na Secretaria do Trabalho, Perón colocou em marcha um plano minucioso. Por meio dela suas ações puderam produzir resultados imediatos, repercutindo entre os patrões e trabalhadores o que trouxe grande prestígio para o General. A organização dos trabalhadores que, na Argentina foi produzida sem qualquer vínculo orgânico com a burocracia estatal²⁹, tornar-se-ia um alvo para as estratégias do General Perón. Logo a Secretaria do Trabalho foi transformada em Ministério e Perón ampliou os canais de atuação do Estado junto aos trabalhadores. A principal característica de seu trabalho foi a de produzir conciliação. Uma espécie de aliança entre as reivindicações de patrões e trabalhadores. Para isso, ajustou categorias ainda não reconhecidas pelo Estado a fim de pressionar a participação formal dos trabalhadores nos sindicatos.

Durante os anos de Perón, os objetivos levados a diante pela Secretaria do Trabalho, visavam estabelecer o controle irrestrito exercido pelo Estado frente aos sindicatos. A estratégia foi ampliada aos trabalhadores do campo: “A sanção do Estatuto do Peão foi uma inovação substancial, pois estendeu esses critérios ao mundo rural, introduzindo um elemento público em relações que, até então, eram conduzidas de forma paternal e privada”³⁰. O estatuto previa a regulação do trabalhador rural, considerando os benefícios previstos em lei como a aposentadoria, férias remuneradas dentre outras. Os benefícios foram estendidos a todas as categorias profissionais, desde que estivessem regulamentadas segundo as exigências produzidas pela Secretaria do Trabalho.

Na Secretaria de Trabalho, Perón expandiu os mecanismos do Estado árbitro, delineados durante o governo de Yrigoyen e usados durante a década de 1930, com a exceção de Fresco, província de Buenos Aires, que, por sua vez,, estimulavam a organização dos trabalhadores, incentivavam suas

²⁷ *Id.*, p. 93.

²⁸ Do italiano, significa literalmente: O Condutor.

²⁹ Esta discussão é apresentada em: BEIRED, Jose Luis Bendicho. *Movimento operário argentino: Das origens ao peronismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

³⁰ ROMERO, *Op. cit.* p. 93

reivindicações e pressionavam para que essas fossem atendidas³¹.

Segundo comenta o autor, se a política de intervenção não foi absoluta isto se deve, principalmente, ao fato de que os sindicatos e agremiações não eram uníssonos na preferência dos trabalhadores. Este era um terreno disputado palmo a palmo. Por outro lado, nem todos os profissionais estavam convencidos de que a aproximação entre sindicato e Estado se daria de forma conveniente ao movimento: “Inicialmente a reação dos líderes sindicais foi de dúvida e desorientação”³². Desde os tempos de Yrigoyen, os trabalhadores: “reconheciam o papel central do Estado nas relações com os patrões e se acostumaram a negociar com ele”³³. As sucessivas intervenções dos militares na ordem constitucional, e não menos importante, a própria ação dos governos eleitos pelo sufrágio universal no período posterior a Yrigoyen, levantou desconfiança e sérias divergências no seio do movimento operário. Ora se abriam canais para o acolhimento das reivindicações dos trabalhadores representados pelos sindicatos, ora a burocracia estatal promovia um movimento de mão única excluindo toda margem de atuação dos sindicatos, inclusive com proibições àquelas organizações, e perseguições aos líderes do movimento.

Os sucessivos desencontros entre Estado e as reivindicações dos trabalhadores, levaram os últimos a praticar alianças com os partidos políticos uma vez que a orientação da pauta partidária abriu margem para maior aproximação junto à estrutura sindical. De início, a pauta político-partidária não agradava o conjunto da classe. Entretanto, sem maiores possibilidades de atuação com a ausência de interlocutores, essa aproximação deveu-se, em grande medida, por intermédio do abrigo das reivindicações político-partidárias. A sociedade argentina deste período, havia se politizado substancialmente frente ao contexto de outrora.

Esta nova forma de militância consistia em um elemento central para a Argentina durante o período inscrito entre o meio e o fim da guerra. Tratava-se da reivindicação pela forma democrática enquanto regime de governo. Esta discussão foi fomentada principalmente no interior dos partidos de oposição, dentre os quais socialistas e comunistas, e foi estendida aos movimentos operários. Embora nem todos os líderes sindicais estivessem convencidos de que atrelar as reivindicações dos trabalhadores junto aos partidos formais fosse o melhor caminho para o movimento, esta estratégia buscou ampliar os canais de participação política para a classe trabalhadora. Para Romero, a postura política levada a cabo por Perón produziu cisões preponderantes na forma de condução do movimento.

³¹ *Id. Ibid.*

³² *Id. Ibid.*

³³ *Id. Ibid.*

A tendência original sindicalista, entretanto, não havia desaparecido: em 1942, a CGT se dividiu em um setor mais ligado aos partidos de oposição, encabeçado pelos comunistas e muitos dirigentes socialistas, e outro mais identificado com a velha linha sindicalista, no qual se alinhavam os grêmios ferroviários. A proposta de Perón radicalizou uma discussão já existente entre os dirigentes sindicais: a Frente Popular perdia atrativo, mas, ao mesmo tempo, a polarização da guerra a revitalizava; as melhorias oferecidas eram importantes demais para serem recusadas ou para enfrentar o governo sem fechar as portas para a “oposição democrática”³⁴.

No contexto de guerra a reivindicação pela democracia, como regime de governo, foi aprofundada em uma Argentina que lucrou com o mercado de exportação direcionado ao abastecimento dos países envolvidos no conflito. A pauta democrática ocupava espaço destacado para a militância partidária que buscou apoio no sindicalismo. O advento da participação política foi cogitado nos anos anteriores devido, principalmente, ao espaço consentido pelo Estado a partir das pressões exercidas pela classe. Entretanto, com o esgotamento do diálogo após a derrubada de Yrigoyen pelos militares, os setores que representavam à classe trabalhadora buscaram definir as propostas pela melhoria das condições de sobrevivência no plano econômico-corporativo em função da luta política pela democracia efetivamente influenciada pela aproximação para com os partidos políticos.

Com a possibilidade de retomada de diálogo com o Estado, devido à mudança de postura relacionada à ação de governos anteriores, deu-se a reaproximação com o Estado sem, no entanto, abrir mão do apoio político-partidário.

O próprio Perón também não as fechava. Estava disposto a conversar com todos os setores da sociedade e da política, dos radicais aos dirigentes das sociedades comunitárias, e era capaz de sintonizar o discurso adequado a cada um deles, apesar de manter um apelo constante a “todos os argentinos”³⁵.

Perón desprezou a intermediação dos partidos, como os comunistas e parte dos socialistas no que diz respeito ao diálogo com as categorias profissionais. Suas principais medidas iam ao encontro de políticas de bem-estar, tipicamente ligadas ao contexto populista característico de sua gestão, como medida de aproximação direta com o sindicalismo. Para isso, tornou-se central organizar o panorama sindical de acordo com as linhas fundamentais do “Estado árbitro”³⁶, aprofundando a relação com as categorias profissionais.

Esta proposta de ação encontrava-se dentro de uma estratégia mais elástica que influenciou decisivamente na linha Estatal. O intervencionismo econômico foi estabelecido

³⁴ *Id.* p. 93-94.

³⁵ *Id.* p. 94.

³⁶ *Id.* p. 93.

como forma de garantir as condições básicas ao projeto nacional. Neste sentido, o Conselho Nacional do Pós-Guerra, formulado por Perón para dar as bases do projeto nacional, é apontado por Romero como decisivo frente à demanda histórica da época. Dentre as medidas instituídas pelo conselho, deram-se os principais delineamentos para a efetivação de políticas que garantissem ações voltadas ao bem-estar.

No Conselho Nacional do pós-guerra que formulou, Perón insistiu na importância de aprofundar as políticas de segurança social, assim como de assegurar o pleno emprego e a proteção do trabalho, diante da eventual crise que prosperaram durante a guerra³⁷.

O pragmatismo de Perón buscava fazer sentido ao conjunto da sociedade argentina, inclusive com a estratégia de manter um discurso direcionado a “todos os argentinos”. O elemento da reconciliação já era central para Perón, antes mesmo de subir ao poder. Sua atuação na Secretaria do Trabalho, concomitante ao desenvolvido no Ministério da Guerra, já indicava a postura assumida a partir de 1946 quando assumiu efetivamente a presidência. Até 1945, temos apenas os contornos mais gerais do que viria a ser o movimento peronista.

Cada vez mais disposto a implantar uma política dualista, da qual procurou tirar maior proveito das instituições que dirigia, “Perón destacava-se entre seus colegas por sua capacidade profissional e pela amplitude de sua visão política”³⁸. Perón ganhou popularidade e tornou-se figura central no processo político argentino. A principal ação do Conselho girava em torno da reivindicação do Coronel Perón por mais poder efetivo. Todavia, as prerrogativas empresariais encabeçadas pela Sociedade Rural Argentina (SRA) custavam a depositar plena confiança naquela figura que estreitava laços de identificação com os trabalhadores.

Aos poucos, as associações patronais foram se afastando do Perón e da política da Secretaria, enquanto ele, paralelamente, reforçava sua identificação com os operários, valorizava sua pregação anticapitalista e desenvolvia amplamente, em seu discurso, as questões da justiça social. Ao mesmo tempo, foram se reduzindo os receios dos dirigentes sindicais, que encontravam nos partidos democráticos um eco e um interesse muito menor do que o demonstrado pelo coronel Perón³⁹.

Neste momento, a definição da “doutrina justicialista”⁴⁰, da qual Perón fez ampla

³⁷ *Id.* p. 94.

³⁸ *Id.*, p. 93

³⁹ *Id.* p. 94.

⁴⁰ A doutrina justicialista pautou a linha de interpretação da realidade social do Movimento Peronista. Confluiu na criação do Partido Justicialista. Como comenta Romero, suas linhas de atuação pautavam-se da seguinte forma: “O reconhecimento do povo trabalhador e o exercício de novos direitos estavam associados à ação do Estado; a justiça social foi uma idéia chave e constitutiva do Estado – derivado da chamada doutrina “justicialista” – quanto da nova identidade que se formava. A matéria-prima dessa idéia tinha começado a se formar nas duas décadas anteriores, tanto por meio das experiências dos setores populares quanto de diversas fontes discursivas, do

utilização durante os anos em que esteve à frente da direção nacional, começava a demonstrar características marcantes. Uma ação que propunha consideração radical ao nacionalismo ligado à garantia de trabalho e à participação efetiva no produto interno, por parte dos trabalhadores, estava ligada à idéia de justiça social. Além dos condicionantes já citados, cabe destacar a vital importância, para o projeto peronista, do contexto enfrentado principalmente na Europa com o pós-guerra. As dívidas materiais angariadas com a guerra, destocou a moeda européia, como na Inglaterra que manteve durante longos anos uma parceria bastante lucrativa para a oligarquia argentina. Envolvidos na II Guerra Mundial, que parecia estender-se mais que o previsto, estes países recorreram ao endividamento comercial. Este processo, segundo Enrique Padrós, alterou o contexto das relações de mercado, “provocando a reconversão de saldos das antigas potências européias em relação a alguns países de Terceiro Mundo”⁴¹. O panorama econômico do pós-guerra, extremamente negativo para os países que haviam se envolvido no conflito mundial, com exceção dos Estados Unidos, foi favorável a ascensão do projeto peronista. O alto lucro, conseguido durante o desenvolvimento do conflito mundial, gerou as bases reais para a ampliação das condições de aceitação do projeto proposto por Perón. Construiu, em suma, um consenso em torno de um projeto político-econômico-ideológico.

Concomitante ao processo de definição dos parâmetros políticos da doutrina justicialista, que durante longos anos Perón utilizou para aprofundar sua base de apoio, houve uma redefinição nas ações da “oposição democrática”. Arrefecida pela ação de aproximação entre o Estado e os sindicatos, a oposição democrática passou a centrar fogo na crítica a centralização autoritária do poder pelos militares. Todavia, Perón saíra ileso frente à radicalização da oposição. Esta definição tomou força nas ruas com a adesão de setores populares às manifestações chamadas pela oposição que exigiam a retirada dos militares no poder.

A esta altura havia uma sondagem, por parte do Estado, em torno da adesão da Argentina à Organização das Nações Unidas (ONU). O Departamento de Estado, órgão adepto a linha de ação dos EUA, reafirmou sua posição contrária ao Eixo e propôs a adesão imediata da Argentina às Nações Unidas que declarou guerra ao eixo, como demonstra Romero: “A União Democrática expressaria o repúdio da cidadania aos militares e a total

socialismo à doutrina da Igreja. Tudo isso fortalecia a percepção ao mesmo tempo racional e emocional das injustiças da sociedade, manifesta tanto em um discurso de Alfredo Palacios quanto em um filme de Tita Morelo. Isso se unia a uma ação racional com o intuito de solucionar os aspectos mais visíveis e alcançar melhorias, talvez modestas, mas possíveis e imediatas, das quais o Estado benfeitor era o principal responsável, e a própria organização dos interesses era relegada a uma ação secundária”. (*Id.*, p. 112.)

⁴¹ PADRÓS, *Op. cit.* p. 230.

adesão aos princípios dos vencedores da guerra”⁴². Esta atitude pautou-se na possibilidade de uma parceria que interessasse aos setores da pequena e média burguesia. Representantes da indústria e do comércio pressionavam o governo no sentido de conseguir subsídios econômicos como forma de assegurar a ampliação de suas atividades, utilizando como guarda-chuva o discurso e a ação da tradicional oligarquia argentina que por sua vez não apareceu como protagonista da jornada. Nela se concentrou reivindicações de classes e, como estratégia velada, uma manobra que procurou desarticular a incipiente iniciativa de politização da classe operária argentina.

Em junho de 1945, um manifesto da Indústria e do Comércio repudiava a ação social do governo. Em setembro de 1945, uma multidão participou da Marcha para Constituição e Liberdade, que terminou de selar a aliança política e também social que excluía a maioria dos setores operários, anteriormente entusiastas da Frente Popular⁴³.

A atitude do governo em meio às pressões exercidas pelos setores da oposição ao governo militar, reunida na nova postura encabeçada pela Frente Popular, afastando do seio do movimento a classe trabalhadora, produziu um grande desgaste para a administração militar que obrigou Perón a renunciar. A renúncia foi produzida em meio ao manifesto público da Frente Popular e Perón foi preso como garantia de que a ordem fosse mantida. A reação operária não tardou. Enquanto não surgia um nome para ocupar o Ministério da Guerra, os trabalhadores organizaram-se e, em 17 de outubro, marcharam até a Plaza de Mayo para manifestar seu apoio e solidariedade a Perón. Ao mesmo tempo, os seguidores de Perón no exército buscaram reivindicar retaliação aos responsáveis pela prisão. A pressão pela soltura de Perón foi a insígnia maior de mobilização dos operários em todos os tempos, desde as greves nacionais da primeira década do século XX. Segundo Romero: “O fato coroava um processo até então silencioso de crescimento, organização e politização da classe operária”⁴⁴.

O incentivo recebido pelo setor industrial durante os anos de reativação da economia nacional planificada, que encontrou justificativa durante este contexto na possibilidade de ampliação das exportações para os países em guerra, aumentou a demanda por mão-de-obra para o setor industrial; promoveu um deslocamento dos trabalhadores do campo para a cidade devido à crise enfrentada no setor agrícola com a priorização da indústria. Ao mesmo tempo em que o Estatuto do Peão foi apontado pela oligarquia como maior entrave para o setor do agronegócio. Juntamente com a utilização dos recursos angariados com as exportações, cujos

⁴² ROMERO, *Op. cit.* p. 95.

⁴³ *Id. Ibid.*

⁴⁴ *Id. Ibid.*

excedentes adquiridos pelos impostos eram direcionados para a promoção da industrialização.

A industrialização tinha avançado substancialmente durante a guerra, tanto para exportar para os países vizinhos quanto para substituir as exportações, reduzidas pela dificuldade do comércio e também pelo boicote-norte-americano. O certo é que a ocupação industrial tinha crescido, e que a massa de trabalhadores tinha começado a engrossar com imigrantes rurais, expulsos do campo pela crise agrícola⁴⁵.

O autor alerta que este processo não foi perceptível, pois, em sua grande maioria, aconteceu na periferia de cidades como Buenos Aires, Rosário e La Plata. Grandes e médias cidades que configuraram os centros de concentração deste contingente populacional expulso da terra. A falta de implementos e subsídios para as indústrias de base não acompanhou as necessidades recorrentes deste processo para absorver completamente a mão-de-obra, abundante e desocupada.

Toda esta mudança na composição social argentina propiciou uma maior adesão aos movimentos sindicais que, à época, reconhecia Perón como líder máximo capaz de acolher suas reivindicações. Sob esta base de apoio, Perón, foi aclamado pela Marcha de 17 de Outubro que exigia sua libertação imediata. A estratégia de Perón, naquele momento, havia delineado sua postura frente à “política formal” como campo de disputa entre duas posições bastante distintas no que se refere à democracia como regime de governo. A tática do general havia se consolidado frente ao rompimento das relações comerciais com os estadunidenses num processo de afirmação do nacionalismo argentino. Um processo de repolitização que foi construído concomitantemente com as principais características do debate político do contexto em questão, como analisado por Romero.

Essas atitudes sociais, enraizadas em práticas igualmente consistentes, vinham sendo elaboradas durante dez ou 20 anos anteriores, o que explica a aceitação obtida pelas palavras de Perón que contrapôs a democracia formal de seus adversários a democracia real da justiça social, e dividiu a sociedade entre o “povo” e a “oligarquia”. Um segundo componente dessas mudanças – as atitudes nacionalistas – surgiu bruscamente como resposta à intervenção intempestiva do embaixador norte-americano Spruille Braden na eleição que, retomando o ataque virulento do Departamento de Estado contra Perón, acusado de ser agente do nazismo, apoiou publicamente a União Democrática. A resposta foi contundente. “Braden ou Perón” trouxe um segundo e decisivo conflito e terminou de configurar o bloco nacionalista popular, capaz de enfrentar o que restava da Frente Popular⁴⁶.

A União Cívica Radical (UCR) encampou a luta pela democracia e pelo fim do “Totalitarismo” ao lado dos partidos de esquerda. Entretanto, o apoio decisivo que encerrava

⁴⁵ *Id. Ibid.*

⁴⁶ *Id.* p 97.

uma divisão definitiva na sociedade argentina, com um corte clássico de classe, foi conseguido pelos Radicais junto aos setores patronais que entendiam como um risco muito grande à política de compensações defendida por Perón. A esta altura do desenvolvimento das tensões inerentes ao processo de politização na sociedade argentina que caminhava para a segunda metade do século XX, os Radicais mantiveram uma característica de aliança que oscilava entre o apoio incondicional à oligarquia e a busca por influência no meio sindical. A primeira, negava completamente os conflitos estabelecidos durante o processo de redemocratização de 1916, uma vez que a oligarquia definiu sua postura de franca oposição ao governo reformista de Yrigoyen. Em suma, para a oligarquia, a participação popular na política configurou um cenário conturbado, com requintes de anarquismo. A oligarquia tornou-se, desde então, inimiga declarada da democracia no que diz respeito à participação popular. Parte deste ideal foi construído a partir da tomada de posição do governo peronista ao dividir a sociedade entre povo e oligarquia. Por outro lado, a atenção dispensada pela política peronista ao contingente operário, reconfigurou as tensões de classes, em grande medida, impulsionadas pelo processo acelerado de promoção da industrialização nacional que trouxe consigo a maior participação política do operariado. Em suma, a partir do governo peronista, pode-se dizer, houve um processo de acolhimento dos conflitos de classes para o interior do Estado.

1.2 - As eleições de 1945: Perón na presidência e o novo panorama social argentino

As eleições de 1945 transcorreram sob o olhar atento da grande burguesia e da oligarquia tradicional e resultou na vitória, ainda que modesta, de Perón para a presidência. Seguindo as linhas fundamentais da participação operária na política, reivindicou-se ao mesmo tempo Perón como líder e opondo-se, por meio desta atitude, à intervenção estrangeira no cenário político-social argentino. A doutrina justicialista encontrou respaldo nas ações efetivas de Perón como forma de dividir posições entre projetos que visavam enfatizar sua característica de classe no que tange ao caminho para o desenvolvimento nacional. No caso do programa de Perón, com características marcadamente nacionalistas.

Nas grandes cidades, o enfrentamento entre os principais grupos de trabalhadores e os de classe média e alta ficou evidente, mas no resto do país as divisões tiveram um significado mais tradicional, ligado ao peso de certos caudilhos, ao apoio da Igreja ou à decisão de setores conservadores de apoiar Perón. Juan Domingo Perón tinha vencido as eleições, mas o peronismo

ainda viria a ser construído⁴⁷.

Como comentou Romero, o movimento de apoio a Perón não foi uniforme. Sérias discussões no campo da política tradicional, mais ligada aos setores conservadores, como a oligarquia, não viam com bons olhos a ascensão de Perón. Todavia, Perón conseguiu o apoio necessário para levar adiante o projeto justicialista que só viria a ser incorporado como doutrina durante os anos em que foi presidente. Suas principais características já haviam sido consolidadas. Tratava-se de um movimento de massas, um processo que se afirmou com as ações do governo peronista. O apoio da igreja foi fundamental para mobilizar parte significativa da fração conservadora da sociedade argentina para o projeto peronista. Porém, a política de favorecimento voltada à indústria nacional, que embora em boa medida foi financiada pela oligarquia tradicional, prejudicava a ampliação dos lucros dos latifundiários uma vez que o foco de apoio ao peronismo estava exatamente na classe trabalhadora e fazia deste apoio o elemento fundamental de afirmação da política peronista.

Sobre o processo de industrialização efetivo da Argentina, é importante salientar sob quais circunstâncias este projeto foi sustentado. A partir da crise de 1929, as relações de comércio firmadas com a Inglaterra diminuíram significativamente. Isso ocasionou, segundo Beired a “queda do poder de compra das exportações argentinas, forçando a redução da capacidade de importação”⁴⁸. Desde muito tempo a Inglaterra havia se consolidado como parceiro comercial fundamental da Argentina. O colapso dessa relação forçou a oligarquia tradicional, totalmente subordinada à Inglaterra, a aliar-se aos industriais durante o governo civil-militar instaurado após o golpe que derrubou Yrigoyen em 1930, conhecido como “Restauração Conservadora”. Devido à retração de dividendos, resultado do colapso das relações comerciais com a Inglaterra, historicamente a Argentina direcionou esforços para um processo que buscou substituir as importações.

A falta de recursos para adquirir produtos importados deu origem a um processo de substituição dos mesmos, levando à realização de uma aliança entre os conservadores – grandes fazendeiros – e os industriais. Não havia oposição básica de interesses entre os dois setores, pois os conservadores não consideravam a industrialização incompatível com uma economia predominantemente agrário-exportadora. Isso não significa que os fazendeiros desejassem o controle econômico do país pelos industriais, mas sim que admitiam a necessidade da industrialização sob certos limites para o bom funcionamento da economia nacional, na medida em que era necessário baixar as importações à altura das exportações⁴⁹.

⁴⁷ ROMERO, *Op. cit.* p 97.

⁴⁸ BEIRED, *Op. cit.* P. 48.

⁴⁹ *Id. Ibid.*

Este importante processo de modernização, destacado pelo autor, nos mostra que a industrialização argentina atendeu fundamentalmente as aspirações de uma grande aliança produzida entre industriais e oligarcas. Os oligarcas foram, acima de qualquer suspeita, o grupo potencialmente financiador do processo em questão, como comenta Beired. De forma alguma a elite dominante abriu mão da condução integral do poder em favor do crescimento da ação dos grupos industriais que foi definitivamente proposto com o projeto de 1930. Os interesses nacionais subordinavam-se, fundamentalmente, ao desejo de modernização pela demanda da oligarquia que passou a perceber os benefícios destas mudanças e reestruturações, bem como da reconfiguração do Estado e sua atuação econômica.

A política de substituição de importações, levada a cabo durante a presidência de Perón, propunha uma aliança de classes mais ampla do que a experimentada durante os anos da Restauração Conservadora. Como vimos, Perón trazia consigo o apoio das massas proletarizadas. Este contingente sustentou os sucessos experimentados pela política de pleno emprego. Sob esta perspectiva, do novo panorama social ocasionado por esta política econômica, o peronismo encontrava adesão da burguesia industrial que passou a entendê-la numa perspectiva que conciliava o crescimento dos lucros junto com algumas concessões dadas às classes trabalhadoras. Este regime de alianças sustentou o projeto peronista até o golpe de 1955.

Sob o pretexto de unir a sociedade argentina em torno do bem comum, a retórica populista de Perón falava às massas. E dela extraiu a maior parte de sua base de sustentação. Perón desenvolveu, assim, a tese da terceira posição. Ou seja, nem capitalista, nem comunista. Sob esta perspectiva, o governo buscou angariar a maior margem de consenso entre os setores da política formal, mas, que era amplamente aceito entre os setores da sociedade civil. A oligarquia financiadora foi destituída de seu posto no Estado. A insistência em desenvolver a industrialização acelerada e subsidiada pelo Estado, ainda compunha o carro chefe da política econômica adotada pelo governo direcionada pela e para a burguesia industrial.

Esse setor recebeu grandes créditos do Banco Industrial, proteção alfandegária para eliminar competidores externos e divisas obtidas a taxas preferenciais para se equipar. Além disso, as políticas de redistribuição de renda pelos setores trabalhadores contribuíram para a expansão sustentada do consumo. Nesse período singular, a grande ocupação e os salários em alta trouxeram a reboque uma expansão da demanda e inflação, cujos níveis começaram a subir, mas também geraram lucros importantes para os empresários⁵⁰.

Como já foi dito a opção de Perón, mesmo antes de assumir formalmente à presidência

⁵⁰ ROMERO, *Op. cit.* p. 101.

da Argentina, ia ao encontro da promoção do mercado interno para atender a demanda inerente ao processo de industrialização, cujas políticas de segurança social voltaram-se para a garantia de pleno emprego aos trabalhadores argentinos. Desta forma, buscou garantir o crescimento sustentado do processo. A política de redistribuição de renda deve ser entendida neste contexto, bem como o da expansão do mercado e da indústria nacional sustentada pelo consumo. Este processo foi realizado a partir do aumento da oferta de emprego na indústria, apoiado pela promoção do pleno emprego e os benefícios experimentados pela classe trabalhadora argentina neste contexto que foi marcado pela atuação do governo peronista.

Por outro lado, os financiamentos buscavam subsidiar os setores investidores da burguesia nacional por meio do Banco Industrial. Este Banco levou adiante a facilitação de créditos visando a expansão sustentada da indústria nacional, planejada pelo Estado. O Instituto Argentino de Promoção de Intercâmbio (IAPI) apoiou decisivamente o processo na medida em que a equipe econômica, convocada pelo governo peronista, participou das decisões a partir do Conselho Econômico Social (CES). Era do Conselho, uma espécie de Estado Maior do *establishment* econômico, de onde saíram as mais importantes decisões no que tange aos rumos da economia nacional. Sua composição estava formada, fundamentalmente, por empresários dos mais variados ramos da indústria em franca expansão. O órgão adquiriu importância estratégica no contexto em questão, assim como a importância efetiva de sua composição, pois representou um grupo seleto de grandes investidores e técnicos especializados.

A presença do setor industrial que prosperara na guerra é percebida na primeira equipe econômica de Perón, encabeçada por Miguel Miranda, um fabricante de embalagens de folhas de flandres. Ao lado de Miranda estava Raul Langomarsino, um industrial do vestuário. Além disso, havia ainda assessoria de José Figuerola, um importante técnico espanhol. Miranda, nomeado presidente do Banco Central, do poderoso Instituto Argentino de Promoção do Intercâmbio (IAPI) e do Conselho Econômico Social, foi o condutor da economia por três anos⁵¹.

As decisões nesses órgãos priorizaram como base de sustentação do crescimento econômico no pós-guerra, o planejamento econômico, apoiado na expansão do setor industrial, com a retenção de subsídios angariados junto aos impostos cobrados nas transações aduaneiras de exportação. Para isso, o IAPI optou pela transferência de divisas conseguidas com a exportação das safras. A fórmula consistia em reter parte do dinheiro conseguido com a venda das safras no exterior para cobrir os incentivos de créditos destinados a atender a expansão do parque industrial: “Foi um golpe forte no setor agropecuário, que sem dúvida

⁵¹ *Id.* p. 100-101.

não era mais considerado a “mola mestra” da economia, e que acreditava capaz de agüentar tudo”⁵². Houve, por conseguinte, uma retração nos subsídios direcionados ao cultivo da terra. O alto risco que implicava esta atitude colocou em xeque medidas tomadas por Perón à época em que atuou no Ministério do Trabalho. O Estatuto do Peão foi fortemente questionado e acusado, por parte da oligarquia, de supervalorizar a mão-de-obra destinada ao plantio.

Outra característica fundamental dos anos regidos pelo governo de Perón foi o alto índice de empresas nacionalizadas, principalmente, as de capital britânico. O Estado era tido como grande financiador da industrialização e principal responsável pelo aporte direcionado ao mercado interno numa aproximação do que propunha o keynesianismo. Neste sentido, não se poupou esforços e de imediato, Perón convocou os argentinos a defender os interesses do país. As ferrovias foram as primeiras expropriações promovidas pelo presidente a empresas no setor administrado por empresas multinacionais.

Somaram-se às ferrovias os telefones, a empresa de gás e algumas companhias de eletricidade do interior, sem afetar porém a lendária Cade, que servia à Capital Federal. A Gás del Estado recebeu um grande estímulo com a construção do gasoduto de Comodoro Rivadavia. A incipiente Aerolíneas Argentina e a Frota Mercante também foram estimuladas, sendo incorporados à última os navios do grande grupo Doderó. O Estado chegou mesmo a avançar em atividades industriais, não apenas por meio das fábricas militares, mas também com a contribuição de um conjunto de empresas alemãs nacionalizadas, que integraram o grupo Dinie. No entanto, a reforma mais importante foi a nacionalização do Banco Central. Dele foi conduzida a política monetária e de créditos, e também o comércio exterior, pois os depósitos de todos os bancos foram nacionalizados, e o Banco Central assumiu o controle do Iapi⁵³.

A política de nacionalizações formou o apoio complementar ao capital nacional tão reivindicado por Perón. A ação do Iapi, supria uma lacuna de interlocução com a burguesia nacional de suma importância para o projeto peronista. Sua ação junto ao Banco Central buscou legitimar toda política intervencionista como forma de amainar a intensificação da oposição oligárquica. Buscou na burguesia industrial a maior base de apoio para levar a cabo o projeto industrialista. Além disso, a indiscutível base de apoio dada a Perón pelos trabalhadores, não só das fábricas, mas também do comércio e do campo, ofereceu a Perón o cimento ideológico que ocupou boa parte da atenção em seus discursos. O forte apelo à união dos argentinos era direcionado, principalmente, aos trabalhadores que exerciam ocupações subalternas nas fábricas e comércios.

A conjuntura era extremamente favorável às nacionalizações. As indústrias e bens de

⁵² *Id.* p. 101.

⁵³ *Id.* p. 102.

capital britânico, por exemplo, foram nacionalizadas e para o pagamento foram utilizadas as dívidas comerciais inglesas adquiridas durante o contexto de II Guerra. Segundo Padrós, a base material do projeto peronista encontrou nas nacionalizações uma alternativa viável, política e economicamente potencializado pelo contexto do pós-guerra.

Em 1945, por exemplo, a dívida britânica junto à Argentina (uns 126 milhões de libras) só foi zerada com a venda de empresas que a Grã-Bretanha possuía naquele país (ferrovias, companhias de construção elétrica, transporte urbano). A essa altura, parte desse material já era considerado obsoleto, mas as nacionalizações foram capitalizadas pelo peronismo⁵⁴.

A importância das nacionalizações para um governo populista tem forte apelo simbólico na luta contra a ação dos grandes especuladores internacionais, além de configurar uma importante base material. O fundamento do Estado intervencionista prevê ações que consigam ampliar a margem de atuação da burguesia nacional nos negócios do Estado, mesmo que, num primeiro momento, apareçam efetivamente como negócio do Estado para em seguida passar às mãos da iniciativa privada.

No entanto, como comentamos, o projeto peronista elegeu a burguesia industrial como “mola mestra” da economia em detrimento do apoio material dado pela oligarquia tradicional que por sua vez, procurou opor-se ao projeto peronista para conservar seu interesse de direção junto ao processo. Esta situação gerou uma crise impulsionada pela já comentada retração na área plantada do país. Houve uma contra-ofensiva em nível internacional aos produtos argentinos que haviam sido supervalorizados devido a demanda ocasionada pelo conflito mundial, sendo isto um contraponto se tomarmos como referência o aumento do consumo interno no país como apresentado por Luiz Alberto Moniz Bandeira.

Seus excedentes para exportação diminuía, uma vez que, enquanto o consumo interno de cereais aumentava, a oligarquia rural, proprietária das terras mais férteis da Argentina, a *pampa húmeda*, reduzia a cada ano a área de cultivo, não renovando os contratos de arrendamento, como reação não apenas ao seu congelamento, que o governo Perón decretara, mas, também, ao controle estatal do comércio exterior, exercido através do Instituto Argentino para La Promoción del Intercambio (IAPI), e à política de confisco cambial para o financiamento da industrialização⁵⁵.

Além dos fatores internos, inerentes às características econômicas do regime cambial adotado por Perón, Bandeira comenta que, à época, a concorrência internacional de países como Canadá, Austrália e Nova Zelândia agravaram o quadro desfavorável às exportações

⁵⁴ PADRÓS, *Op. cit.* p. 230.

⁵⁵ MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. *O Eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina*. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1987. p. 24.

argentinas. A reativação da indústria nos países que enfrentaram a guerra, também agiu neste sentido conformando um panorama desfavorável no mercado exterior para os produtos argentinos. Além disso, a ação da oligarquia, inimiga declarada de Perón, também agia no sentido de recrudescer de maneira significativa o insucesso da política industrial de Perón. O questionamento em torno da ação do Iapi no cenário de exportação, junto com o manifesto contrário ao congelamento dos arrendamentos, foram propulsores de uma campanha de difamação, interna e externa⁵⁶, que tinha como alvo a figura de Perón. Não obstante, a opção do governo em não estatizar a terra, ao contrário de Lazaro Cárdenas (1895-1970)⁵⁷ no México, tinha como pano de fundo não radicalizar as tensões com a oligarquia. Perón entendia o peso político, econômico e social que tal ação acarretaria.

O controle estatal estendeu-se. Assim que assumiu a presidência em 1946, Perón demonstrou traços marcantes de autoritarismo. De imediato, Perón passou a nomear os líderes dos sindicatos, inclusive com uma intervenção bastante significativa na CGT. O sindicalismo havia experimentado uma ampliação nos quadros de filiação no período que vai de 1943-1950, como demonstra Luis Romero⁵⁸. Configurou-se como força efetiva e grupo de pressão capaz de organizar vitórias eleitorais desde então. O próprio Perón pode comprovar a força do sindicalismo na eleição vencida por ele em 1946. Mesmo com essa base de apoio, o peronismo fechava o cerco. Assim, o fim do Partido Trabalhista, decretado por Perón após as eleições, que foi criado pela cúpula sindical a fim de dar base de apoio a Perón nas eleições, confluiu na guinada repressiva de um governo que se declarou eminentemente popular. Outras medidas autoritárias foram tomadas pelos peronistas com o intuito de estabelecer o controle irrestrito da máquina estatal, ao mesmo tempo em que se difundiam na sociedade as vantagens de adesão ao movimento devido, dentre outros, ao seu caráter democrático. Mesmo assim, o panorama político sofreu forte pressão para adesão irrestrita ao peronismo em um movimento que mais tarde seria acusado de promover a “peronização do Estado”. Muitas medidas foram tomadas tendo em vista a efetivação deste projeto como demonstrou Romero.

Paradoxalmente, um governo surgido de uma das raras eleições às quais não houve objeções no país seguiu decidido no caminho rumo ao autoritarismo. Assim, em 1947, a Suprema Corte foi substituída por meio de um julgamento político muito pouco convincente. Utilizou-se amplamente o recurso de intervir nas províncias. Em muitos casos – Santa Fé, Catamarca,

⁵⁶ Para maiores detalhes da campanha de difamação de Perón no Brasil, ver: REICHEL, Heloisa Jochims. Sob os olhos da águia: imagens da Argentina peronista na imprensa brasileira dos primeiros anos da Guerra Fria (1946-1955). In: *Revista eletrônica da Anphlac*. N° 7.

⁵⁷ Lazaro Cárdenas foi Presidente do México de 1934 a 1940. Promoveu reformas de base e baseou seu governo na reforma agrária que estatizou boa parte dos latifúndios que se encontravam em mãos estrangeiras.

⁵⁸ Romero, *Op. cit.* p. 103.

Córdoba, entre outras -, e na melhor tradição argentina, fez isso para resolver questões entre setores de sua heterogênea legião de apoio⁵⁹.

A substituição da Corte Suprema pode ser lida sob uma perspectiva de centralização do poder, bem como de garantia à continuidade do Estado Peronista e confluía na tentativa de ampliar seu projeto. Este fato deveu-se, em grande medida, à experiência de luta do próprio Perón que, mesmo estando na prisão, em 1945, observou a estratégia que reivindicava sua volta ao cenário político. Por outro lado, houve a exigência dos setores médios aliados à grande burguesia e a oligarquia pela entrega da direção nacional nas mãos da Corte Suprema. Como forma de evitar que o fato ocorresse novamente, a atenção dada pelo Estado peronista à Corte Suprema garantiu uma margem de atuação, o que ampliava cada vez mais sua base real de atuação tanto na “sociedade civil”⁶⁰ como no Estado restrito.

O Poder Executivo que em relação ao Legislativo e Judiciário tornou-se o centro das decisões administrativas do Estado peronista, denotou as características repressivo-autoritárias proposta pela alta cúpula presidencial para a sociedade. Como mecanismo de intervenção, a nomeação direta do presidente foi amplamente utilizada por Perón que gozava de grande aprovação popular experimentada desde a redemocratização de 1916. O planejamento no campo da economia, controle no campo da política confluiu numa fórmula populista eficiente que sustentou o projeto peronista para a sociedade argentina durante os nove anos em que Perón foi presidente entre o primeiro e o segundo mandato, que foi interrompido pelo golpe civil-militar de 1955.

A estratégia de angariar consenso para o Estado peronista buscou legitimar-se em ações que possuíam como traço preponderante a efetivação de mudanças nos textos fundamentais da lei argentina. A Universidade foi amplamente prejudicada com estas medidas. Efetivamente, a luta pela reforma universitária que teve adesão durante os anos de 1916-1918, propôs uma relação mais próxima entre a universidade e os problemas sociais da realidade argentina. A militância de professores e acadêmicos em movimentos sociais de

⁵⁹ *Id.* p. 106.

⁶⁰ Utilizamos a noção de sociedade civil desenvolvida por Antonio Gramsci. Segundo Gramsci, a sociedade civil é uma parte do Estado ampliado, ainda que a separação entre sociedade política e sociedade civil só exista como forma metodológica. Segundo Guido Liguori: “Gramsci tem uma concepção dialética da realidade histórico-social, em cujo contexto Estado e sociedade civil são entendidos num nexo de unidade-distinção, de modo que abordar um sem o outro significa negar a si mesmo a possibilidade de ler corretamente os Cadernos”. E continua o autor: “Ela indica dois fatos: por um lado, apreende um nexo dialético (unidade-distinção) de Estado e sociedade civil, sem “suprimir” nenhum dos dois termos; por outro, e ao mesmo tempo indica que tal unidade ocorre sob a hegemonia do Estado. Em outras palavras, sem prejuízo do fato de que não existe uma fagocitose intelectual de um termo por parte do outro, existe, no entanto - na realidade do século XX sobre a qual Gramsci reflete e é refletido por sua teoria -, um protagonismo do Estado, que ele apreende, assim como outros pensadores políticos marxistas e não-marxistas”. (LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. p. 13.). Sobre o assunto reveja a nota nº 9.

caráter contestatório foi um dos desdobramentos da luta pela reforma universitária conforme apontou Romero. Já havia uma grande reivindicação em torno da autonomia universitária e este ponto fundamental, durante os anos que sucederam à reforma universitária, sofreu um duro golpe desvelado a partir do Estado peronista.

Em 1947, uma lei acabou com a autonomia universitária, estabelecendo que toda a nomeação docente passava a depender de um decreto do Executivo. O poder legislativo foi formalmente respeitado – o conjunto de leis elaboradas nesses anos foi grande -, mas foi esvaziado de qualquer conteúdo verdadeiro. Os projetos eram preparados no gabinete da Presidência e aprovados sem modificações. Os opositores foram acusados de desacato, excluídos da Câmara ou cassados, como aconteceu, em 1949, com Ricardo Balbín. Além disso, a discussão parlamentar foi evitada, recorrendo-se ao “encerramento do debate”, especialidade do deputado Astorgano⁶¹.

As questões colocadas pelo governo de Perón (1946-1955) para a realidade argentina demonstram traços fundamentais de “bonapartismo”⁶². Tais características estão presentes, principalmente, no fato do aparato peronista saber articular a luta política de forma a utilizar a seu interesse o Parlamento, descartando-o quando lhe é conveniente. Neste sentido, o poder do executivo potencializado em relação aos demais poderes - Legislativo e Judiciário - também confluiu para a conformação de um *bonapartismo à Argentina*. Outras características também estão presentes, tais como a aliança de classes entre capital e trabalho como forma de arrefecer o panorama da luta de classes. Mas, o elemento bonapartista principal na trajetória do Estado Peronista, em especial à atitude do próprio Perón frente ao Congresso, chama a atenção para o fato de que procurou comprometer diretamente cada um dos congressistas. Inclusive com documentos que exigiam a renúncia dos deputados que demonstrassem traços de infidelidade para com a política do General.

Para Perón, tão importante quanto confirmar a supremacia do Executivo sobre o resto das instituições republicanas, foi dar forma ao conjunto heterogêneo de forças que o apoiava, provenientes de setores diferentes, com tradições diversas e, muitas vezes, com muitos quadros militantes sem experiência ou formação política. Era necessário disciplinar e organizar a

⁶¹ ROMERO, *Op. cit.* p. 106.

⁶² Entende-se que bonapartismo é uma categoria histórica desenvolvida por Karl Marx, principalmente, em um dos três livros que escreveu sobre a Revolução Francesa. Trata-se fundamentalmente do **Dezoito Brumário** de Louis Bonaparte. Nele, a visão de Marx acerca do jogo político desencadeado pela tentativa de *Restauração* na França, encabeçada pelo Partido da Ordem que reuniu em uma aliança de classes os grandes proprietários de terra e a burguesia financeira. Marx delinea um plano de estudos cujo principal objetivo, a nosso ver, contempla o estabelecimento de um governo de parâmetros burgueses autoritário centralizado no poder Executivo. A visão de Marx ultrapassa o campo da política formal estabelecendo a trama da luta de classes como projeto político de aliança entre as classes fundamentais do capitalismo contemporâneo. Para isso, a obra escrita por Marx busca recuperar e estabelecer um balanço da luta de classes na França levantando os principais aspectos da realidade político-partidário e social no momento de intensificação das lutas operárias na Europa.

todos, segundo os princípios políticos mais gerais do peronismo⁶³.

Continua o autor,

No Congresso, Perón exigiu que cada deputado ou uma renúncia em branco, como garantia de sua disciplina. O Partido Peronista, criado em 1947, adotou uma organização totalmente vertical, na qual cada nível estava subordinado à decisão do escalão superior, até chegar ao líder, presidente do país e do partido, que tinha o direito de modificar qualquer decisão partidária⁶⁴.

Segundo Romero, Perón utilizou uma fórmula experimentada por outros presidentes argentinos como Roca e Yrigoyen, além de citar o presidente mexicano Lazaro Cárdenas. Perón utilizou a força do Estado para disciplinar sua base de apoio. Como argumenta o autor, a diferença é que Perón ampliou a margem de consenso social, pois promoveu “a utilização de sua liderança pessoal e intransferível, dividida com sua esposa, que se constituiu naturalmente, mas que, em seguida, foi alimentada cuidadosamente pela máquina propagandística”⁶⁵.

Quando Antonio Gramsci se debruça sobre a questão do “bonapartismo” em seus “Cadernos do Cárcere”⁶⁶, reitera o termo e passa a chamá-lo de “cesarismo” em função da censura que o autor enfrentou durante o período em que esteve na prisão fascista decretada por Benito Mussolini. Para Gramsci, a característica fundamental de um governo do tipo “cesarista” está na figura do governante que deve apresentar um carisma efetivo, ainda que a ausência deste elemento não descaracterize o “cesarismo” propriamente dito, e pelo contrário, seja, fundamentalmente, um elemento possível deste tipo de governo.

Para além dessa inquietação, Gramsci adverte que há pelo menos dois sentidos históricos para o “cesarismo” em um momento em que as forças sociais se equilibram de modo catastrófico. Um, cuja forma é progressista e outro regressiva. Segundo Gramsci: “O cesarismo é progressista quando ajuda a força progressista a triunfar, ainda que com certos compromissos e acomodações que limitam a vitória”⁶⁷. Parece-nos importante salientar que, enquanto categoria histórica o “cesarismo” na Argentina, à época dos dois primeiros mandatos de Perón (1946-1955), pode ser identificado com “cesarismo progressista”, pois a burguesia industrial apareceu, frente à oligarquia tradicional conservadora, como a força político-

⁶³ ROMERO, *Op. cit.* p. 107.

⁶⁴ *Id. Ibid.*

⁶⁵ *Id. Ibid.* Sobre a utilização da propaganda à época de Perón e Vargas, ver: CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998. A atuação de Eva Perón é analisada mais adiante.

⁶⁶ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 6 Volumes. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.

⁶⁷ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, volume 3. Maquiavel - Notas Sobre o Estado e a Política*. 3ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007. p. 76.

econômico-ideológica progressista.

Neste íterim nos apoiamos nos feitos protagonizados pela classe operária que se estabeleceu junto ao Estado, promovendo alguns ajustes, em categorias profissionais e revelando seu poder combativo quando se punha a apoiar efetivamente o projeto peronista. A atuação dos militares que apoiaram massivamente Perón também é um indício muito forte desta perspectiva. No entanto, mesmo que apareça sobre a roupagem mais ou menos definida sobre a base sindicalista dos operários, o peronismo, de 1946 a 1955 não significou poder hegemônico do Estado nas mãos da classe trabalhadora argentina, mas, sim, repousou sobre um processo amplo que elegeu a burguesia como classe capaz de imprimir, direção, hegemonia em âmbito nacional. Ainda que a classe burguesa não apareça, neste momento, como classe dirigente uma vez que se apoiou decisivamente no Estado configurando um protagonismo deste tipo.

Ainda na pista de Gramsci, podemos dizer que o autor não absolutiza o elemento militar na realização efetiva do “cesarismo”, enquanto prática política no mundo moderno, uma vez que os partidos e os sindicatos, estes últimos denominados econômicos, segundo Gramsci, possuem em sua característica de organização uma pré-disposição à cooptação de seus membros. Desta forma, os sindicatos podem alinhar-se a uma determinada política – compensatória - quando isto lhes é conveniente. Outra característica do governo peronista foi, efetivamente, a intervenção na cúpula sindical quando o conjunto da classe mostrou-se resistente em aceitar a aliança com o capital, tendo no Estado seu interlocutor. Esta possibilidade foi fundamentada no panorama das lutas econômico-corporativas que os sindicatos já haviam enfrentado nos anos anteriores à Perón. Assim, a intervenção no movimento, com o conseqüente estreitamento de laços com o Estado, passa por um momento decisivo para a luta dos trabalhadores organizados, embora ainda que a adesão aos sindicatos tenha aumentado significativamente neste período. Os que se recusaram a seguir esta fórmula tornar-se-iam um problema para o peronismo.

Os anos compreendidos entre 1946-1949 foram prósperos para a Argentina no campo da ampliação da demanda e consumo interno respaldados pelos altos salários dos operários e na política de pleno emprego do projeto peronista. O setor operário teve definitivo avanço nas lutas constituídas antes e durante o mandato de Perón. As ações assistencialistas de Eva Perón foram fundamentais. Tida como um pilar forte do Estado peronista, *Evita* propunha uma aproximação efetiva com os problemas cotidianos das famílias dos trabalhadores, com características de trabalho filantrópico, por meio da “Fundação Eva Perón” . Mas, não menos importante, *Evita* foi tida como insígnia de um peronismo combativo, principalmente no que

tange ao desapareço à intervenção externa, ou seja, contra o imperialismo. A figura de Evita foi aclamada em vários momentos como “porta estandarte” da luta antiimperialista quando da fundação do movimento armado peronista dos Montoneros em 1968. Os setores radicais do peronismo, representados na figura do deputado peronista Jonh Wiliam Coke, muitas vezes reivindicaram a postura combativa que tinha como baluarte a Evita. A Fundação foi contestada mais tarde pela Igreja Católica que entendia a atuação da Fundação no campo do assistencialismo como uma ingerência às ações promovidas pela Igreja, até então, a única a atuar neste campo.

Em outra frente de disputa, no ano de 1954 uma questão cadente no cenário político-social argentino suscitou debates. Tratou-se da questão acerca do petróleo. Em meio à crise energética que se mostrou como um entrave efetivo à ampliação da política de industrialização, plano deliberado por Perón, o Estado assinou um contrato de exploração com a *Standard Oil*, importante multinacional do ramo de exploração do petróleo. Neste contexto Arturo Frondizi passou a ganhar maior visibilidade respondendo a Perón, indiretamente, em um livro que abordou a questão do petróleo. A atuação de Frondizi, congregou a oposição democrática a partir da crítica à falácia antiimperialista de Perón. Houve também o ataque a Perón no campo do peronismo.

Em 1954, o governo assinou com uma filial da Standard Oil da Califórnia um contrato de exploração de 40 mil hectares na província de Santa Cruz, com amplos direitos. Tratava-se de uma medida que desafiava convicções profundamente arraigadas, que incluíam um dispositivo da Constituição de 1949, e que suscitou um amplo debate público, motivo pelo qual Perón preferiu enviá-la ao Congresso para ser ratificada. Lá foi discutido tanto pela oposição – Arturo Frondizi publicou na época *Petróleo e Política* –, quanto por setores do próprio peronismo, cuja voz mais destacada era John William Cooke. A medida não foi aprovada⁶⁸.

Os argumentos do presidente foram rechaçados e o contrato de exploração foi negado pelo congresso. Nesta conjuntura, a crise política se instaurou e embora Perón articulasse uma saída que possibilitava a entrada de capitais internacionais, a medida não agradou a todos. Além disso, era contraditória com a idéia nacionalista que sustentou o Estado Peronista durante muito tempo e que se estabeleceu como um campo propício para a sustentação do peronismo no poder, tornando-se uma de suas bandeiras com forte poder de aglutinação para a adesão em massa ao movimento.

O segundo Plano Quinquenal não produziu os efeitos esperados e as apostas de Perón no Iapi foram frustradas. A própria estrutura renovada do Partido Justicialista previa saídas

⁶⁸ ROMERO, *Op. cit.*, p. 117.

autônomas para os funcionários do partido que passaram a utilizar amplamente deste recurso até mesmo para confrontar diretamente Perón, conjuntura possibilitada pela complacência do Estado em torno da questão dos recursos nacionais. O fato é que, desde então, os anos dourados e duradouros do pós-guerra se esgotavam. A crise econômica foi deflagrada em meio a rumores conspirativos, tanto no exército – este que das três armas apoiou amplamente o movimento peronista –, quanto na sociedade civil, com o surgimento do peronismo autônomo.

A cisão entre a Igreja e o Estado, construída após o fatídico episódio da queima de Igrejas relegada aos peronistas, ajudou a tornar as contradições públicas da falência do projeto peronista que marcou profundamente a cultura argentina. Além disso, a própria Igreja entendeu que era tempo de tornar efetiva sua participação política e apoiou a fundação do Partido Democrata Cristão que passou a obstaculizar as decisões e o raio de influência dos peronistas no interior de seu público, embora muitas das teses adotadas por Perón fossem as mesmas da nova força política. Dentre as ações do Estado peronista que incomodaram a Igreja estava a atuação da Fundação dirigida por Evita como comenta Romero.

O Estado peronista e a Igreja começaram a se enfrentar em uma série de áreas específicas. A Igreja era sensível aos avanços do Estado no campo da caridade e assistência, por meio da fundação, bem como no da educação. Nesse, o desagrado com o crescente culto laico do presidente e sua esposa se juntava à preocupação com o avanço do Estado na Organização dos Estudantes Secundaristas, em um contexto de suspeitas sombrias de corrupção. Incomodava o governo a interferência mais aberta da Igreja na política, com a Democracia Cristã, e a mais discreta, no campo gremial, que, do ponto de vista do regime, era francamente subversiva⁶⁹.

Seguiu-se um período intenso de manifestações populares de ambas as partes. A intromissão da Igreja nos assuntos políticos foi interpretada pelos peronistas como uma afronta à organização previamente disciplinada e respaldada pelo Estado. Concomitante a este movimento, os argumentos da Igreja de intromissão do Estado nos assuntos caridade/filantropia foram fundamentais para criar o definitivo afastamento entre ambos, uma vez que, historicamente, a ação da Igreja neste campo sempre foi respaldada pelo Estado argentino. Entretanto, a formação do movimento peronista possuía como meta principal estabelecer maior contato com a massa em todos os âmbitos. Inclusive com ações conjuntas entre a Secretaria de Trabalho, dirigida por Evita, e a Fundação que levava seu nome.

Este combate levou o governo peronista a um desgaste profundo. O governo, como forma de intimidar a ação popular da Igreja passou a estabelecer proibições às procissões que

⁶⁹ *Id.* p. 122.

levavam os fieis às ruas dar apoio aberto à Igreja. Na realidade, o desgaste do peronismo no poder foi ocasionado por uma série de fatores que delimitavam a entrada da Argentina em uma conjuntura menos favorável. Um sentimento de fracasso tomou conta do ânimo nacional e o líder parecia não exercer mais tanto fascínio entre os adeptos do projeto peronista. Os que não apoiaram o projeto desde o seu início, receberam a notícia de um novo golpe de Estado com muito entusiasmo. Os “vícios do peronismo”, como foram chamadas as ações do Estado peronista no que diz respeito ao programa populista de seu governo, que teve ampla adesão das massas assalariadas, passou por um período de forte questionamento que desembocou na substância social de um golpe que produziu divergências profundas dentro das instituições militares. Uma coisa era evidente, o líder máximo do movimento peronista passou a ser questionado.

1.3 A “libertadora”: “desperonizar” o estado é preciso (1955-1958)

Perón sofreu com o desgaste dentro das forças armadas e o golpe, auto-intitulado “Revolução Libertadora”, foi deflagrado com a responsabilidade de restabelecer o liberalismo econômico⁷⁰ na Argentina. Para levar a cabo este projeto, foi instalado um governo provisório como medida emergencial a fim de assegurar os mecanismos referenciais do liberalismo clássico. Para tanto, tornou-se fundamental entre os golpistas, segundo Romero: “desmontar o aparato peronista”⁷¹. Eduardo Lonardi foi declarado presidente da Argentina, mas logo cedeu o lugar a Pedro Aramburu, o primeiro de tendência mais conciliatória foi deposto por seu adversário que agiu conforme as expectativas de um antiperonismo declarado. Lonardi havia sido deposto por se recusar a promover a passagem a reserva de oficiais peronistas do Exército, uma exigência corporativa que teve sua versão civil, como analisado por Gerchunoff

⁷⁰ A grosso modo, a tendência geral do mundo pós-guerra e ainda em reconstrução, a partir de meados de 1955, foi a divisão efetiva do mesmo durante a guerra fria. A contraposição simples, tratava de cindir as regiões do planeta em blocos marcadamente antagônicos. De um lado, o bloco capitalista “respaldado” pelas democracias liberais e liderado pelos EUA; do outro, estava o bloco socialista, sob a tutela da URSS. O historiador Jorge Christian Fernández, analisa a questão da seguinte forma, “No plano externo, os EUA acusavam Perón de ser um emulo do nazismo, mas, principalmente, consideravam o nacionalismo do seu discurso e as práticas reformistas de seu governo um acinte aos interesses americanos”. Para além do panorama externo, o autor relaciona o golpe ao quadro político-social interno, “No plano interno, as crescentes insatisfações com a política econômica-distributiva do governo levou as elites agroexportadoras, os representantes do capital monopolista e setores conservadores das Forças Armadas a conspirar pela sua queda. Mas não somente: ao coro dos insatisfeitos somaram-se posteriormente a Igreja, as classes médias urbanas e alguns setores populares ligados à esquerda ortodoxa, todos denunciando o caráter autoritário do regime”. (FERNÁNDEZ, Jorge Christian. Argentina 1976-1983: Extermínio organizado de uma nação.) In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e cone sul*. Porto Alegre: CORAG: Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura. 2006. p. 32.

⁷¹ ROMERO, *Op. cit.* p. 128.

e Llach.

Desde la Junta Consultiva – una asamblea nacida bajo los auspicios del gobierno que incluía a civiles de distintos partidos políticos y a militares – se reclamaba una más intensa “desperonización”. Entre los hombres de armas, el vicepresidente Isaac Rojas, que encabezaba la Junta Consultiva, y el general Pedro Aramburu, en una medida menor, también desconfiaban del presidente. Finalmente, el 13 de noviembre Aramburu reemplazó a un Lonardi enfermo y maniatado. El proyecto de un limitado “no peronismo” dejaba lugar al de un antiperonismo visceral⁷².

Entretanto, antes de ser destituído do cargo de presidente, Lonardi contratou Raúl Prebisch, à época presidente da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), para analisar o quadro econômico argentino a fim de estabelecer uma política económica coerente com as necessidades do país. O *Informe Prebisch*, como ficou conhecido o relatório entregue ao governo argentino, destacou os pontos de inflexão da economia argentina no que dizia respeito a retomada do caminho do desenvolvimento. Nele, o economista destacou o esgotamento das forças produtivas do país e, o desequilíbrio na balança de pagamentos internacionais que redundaria em dificuldades significativas para aumentar o volume das importações de matérias primas, petróleo, maquinaria: “Esta dificultad se debía a las limitadas exportaciones agropecuarias. La culpa era casi toda del gobierno anterior: se había desalentado las exportaciones, se había ignorado el desarrollo de las industrias básicas y no se había dado estímulo suficiente a la producción petrolera”⁷³. Segundo discutido pelos autores, Prebisch entendeu que o que mais havia contado para a situação foi a inversão de recursos promovida desde o Iapi e pelas políticas monetárias e salarial que haviam contribuído decisivamente para inflacionar a economia argentina. Segundo o economista argentino, o país caminhou a passos largos em direção a uma crise econômica jamais vista no quadro histórico argentino.

No panorama político, a característica básica do golpe consistiu em erradicar a influência da figura política de Perón da Argentina, em uma democracia sem Perón. Além disso, tratava-se de desmontar as medidas de bem-estar direcionadas aos trabalhadores como forma de estabelecer a concorrência de mercado, negando gradativamente o pleno emprego e por consequência, desbaratar o aparato peronista da estrutura do Estado e da sociedade civil. Neste ínterim, não se poupou esforços e as principais medidas, interna e externamente, buscaram afastar qualquer possibilidade de retorno do líder personalista e do Partido Peronista que foi proibido a partir do governo de Aramburu. Na análise de Jorge Christian Fernandez, o

⁷² GERCHUNOFF, Pablo. *El ciclo de la ilusión y el desencanto*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007. p. 234.

⁷³ *Id.* p. 235.

golpe foi “a materialização concreta de um amplo frente antiperonista e de um golpe militar que contava com o beneplácito das oligarquias”⁷⁴. O corte de classe do golpe, segundo o autor, também estava caracterizado por uma política econômica e social específica: “a benção da Igreja, a simpatia dos EUA e o apoio de setores civis, imbuídos do discurso liberal, democrático e antiperonista. Perón abandonou o poder e partiu para o exílio”⁷⁵. Na análise do autor, este processo provocou a decapitação do movimento peronista. Ainda que sua organização não fosse completamente desprezada, o líder máximo do movimento peronista era destituído do cargo máximo da política argentina e a “Libertadora” tornou-se efetivamente a “Fuziladora”⁷⁶.

Mesmo no exílio Perón estabeleceu contato com as principais lideranças do justicialismo na Argentina. Desde fora, procurou dar as linhas fundamentais para a ação que se desenvolvia no país, apoiado pela organização celular consolidada no seio do movimento peronista. Mais tarde, como veremos esta organização que dava certa margem de autonomia ao movimento tornou-se um problema para a liderança singular de Perón. Com medidas que garantissem, acima de tudo, o controle efetivo do movimento, Perón buscou semear alguns conflitos entre os membros ativos da militância peronista. Esta estratégia garantiu o controle em suas mãos com ações de ingerência pondo a prova a credibilidade de algumas lideranças que pudessem se destacar: “Perón se dedicou a reunir todos os que aceitassem invocar seu nome, estimulando-os e jogando-os uns contra os outros, para guardar para si a última palavra em qualquer negociação”⁷⁷. Segundo Romero, Perón, a partir de então, teria apreendido uma nova técnica e fez uso dela como forma para garantir seu poder e direção dentro do movimento.

Vendo a possibilidade de ter a “Revolução” contestada, a partir da forte influência que

⁷⁴ FERNÁNDEZ, Jorge Christian. *Op. cit.* p. 33.

⁷⁵ *Id. Ibid.*

⁷⁶ Segundo Fernández, “Na ilegalidade, os peronistas intentaram um contragolpe em 1956 a partir de setores civis e militares ainda fiéis a Perón. O episódio fracassou militarmente mas foi punido de modo brutal com a execução sumária e ilegal dos implicados, polarizando e radicalizando ainda mais a clivagem da sociedade entre peronistas e antiperonistas. As vítimas seriam prontamente transformadas em mártires da chamada “resistência peronista”. Os objetivos: o retorno de Perón ao poder e a vingança do “sangue peronista” derramado, dando continuidade à espiral de violência iniciada com o bombardeio de Buenos Aires” (*Id. Ibid.*). Em nota de rodapé, o autor argumenta que a partir da truculência demonstrada pelo poderoso arsenal militar no poder, a “revolução Libertadora” ficou conhecida como “Revolução Fuziladora”. Na análise de Romero o evento também é mencionado: “Em 9 de junho de 1956, um grupo de oficiais peronistas organizou um levante, que contava com o apoio de muitos grupos civis e aproveitava um clima de insatisfação e mobilização gremial. O governo reprimiu com extrema violência, ordenando o fuzilamento de muitos civis e dos principais chefes militares, incluindo o general Juan José Valle. Foi um feito inusitado de violência fria, que deu uma idéia da dimensão da grande divisão estabelecida pelo governo entre peronistas e antiperonistas (ROMERO, *Op. cit.* p. 128.). Gerchunoff e Llach também comentam o episódio: “en junio de de 1956 hubo un fracasado levantamiento armado de signo peronista dirigido por los generales Valle e Tanco. La intentona acabo con el fusilamiento de treinta conspiradores” (GERCUNOFF, P. e LLACH, L. *Op. cit.* p. 234.)

⁷⁷ *Id. Ibid.*

Perón ainda representava, até mesmo dentro das forças armadas, Aramburu exigiu que Stroessner, à época presidente do Paraguai, deixasse de oferecer asilo político a Perón. Stroessner resolveu acatar a exigência de Aramburu. Perón, na clandestinidade, vai a Venezuela e a articulação da operação de erradicação de sua figura política não cessou. Aramburu passou a exigir medidas imediatas do presidente venezuelano Marcos Jimenez no sentido de expulsar, o quanto antes, Perón do país, pautado no perigo que essa figura representava à efetivação da democracia liberal no continente.

Com a recusa do presidente venezuelano em tomar as medidas exigidas por Aramburu, a gravidade das ações comandadas por Perón desde o exílio foram destacadas como o perigo eminente de que o peronismo produzisse uma aliança com os comunistas. A Guerra Fria atingiu a Argentina e Perón foi o alvo imediato que justificou as medidas de segurança nacional adotadas naquele contexto. A denúncia, pautada em uma série de documentos forjados para dar caráter realista ao complô, exigia a retirada imediata de Perón do continente. As tensões internas ao país se desenrolaram com o acirramento das medidas liberais adotadas pela ditadura de Aramburu.

Neste sentido, a aproximação com os Estados Unidos deu-se baseada nas medidas de atração de capitais externos adotada à época de Perón que, todavia, neste contexto assumia os ditames da ortodoxia liberal. Além da brecha, herdada pelo esforço realizado pelos peronistas para dar novo fôlego ao regime, com um plano de atração de capitais estrangeiros, as inquietações acerca da guerra fria proporcionaram uma conjuntura histórica favorável aos liberais golpistas. Os comandantes da Fuziladora estabeleceram uma série de contratos de armamento com o governo estadunidense para a compra de equipamentos bélicos obsoletos. O objetivo de estabelecer uma operação de defesa do continente em conjunto com os estadunidenses tomou forma, principalmente, em negociações militares.

O presidente Aramburu firmou então uma série de acordos de cooperação militar com os EUA, mediante os quais a Argentina aceitou o funcionamento permanente de uma missão militar norte-americana, no âmbito do Ministério da Defesa, com o objetivo de coordenar a uniformização de armamentos a serem utilizados na defesa do hemisfério, e as esquadras de ambos os países passaram a realizar manobras conjuntas no Atlântico Sul. A Argentina também recebeu créditos para a compra de equipamento naval e adquiriu um porta-aviões, da mesma forma que o Brasil, e mais alguns *destroyers* e submarinos em desuso nos EUA⁷⁸.

Além de promover o rearmamento das Forças Armadas, os liberais da “Fuziladora”

⁷⁸ BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003)* 2º Ed.– Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 269-270.

estabeleceram como princípio de rearticulação econômica um plano cujo referencial pautava-se no monetarismo. Toda ação, promovida a partir do Estado, tendo como alvo a economia, passou a ser sistematicamente atacada uma vez que, para os liberais, a intromissão do Estado na economia era prejudicial para o desenvolvimento pleno das forças de mercado, mesmo que em teoria. A ordem máxima, seguindo as teses do liberalismo ortodoxo, contou com o apoio da nova conjuntura desenrolada nos idos de 1955. A medida mais polêmica, adotada à época congelou os salários para controlar a inflação e visou estabelecer um controle rígido do consumo interno. A política de pleno emprego, apregoada durante o governo de Perón, foi metodicamente atacada visando flexibilizar a regulação sobre o trabalho exatamente o necessário para atrair os especuladores externos.

O discurso hegemônico atacou a modernização das estruturas a fim de propiciar a volta dos investidores internacionais e, como exigência desta política, os empresários locais deveriam estabelecer condições de negociação favoráveis à efetivação do projeto associado ao capital estrangeiro. Na Argentina, durante a guerra e nos anos seguintes, a classe empresarial havia gozado de plenas condições de estabilidade devido, dentre outros, ao projeto nacionalista de Perón. De fato, a arrancada do setor industrial foi bastante significativa durante os anos de 1945-1955. Entretanto, a falta de investimentos direcionados à conformação de uma indústria pesada frustrou as expectativas de um projeto autônomo em plena “periferia” do mundo capitalista. Mesmo o esforço do governo peronista em promover uma radicalização na industrialização do país não foi suficiente para estabelecer todas as etapas para um desenvolvimento autônomo da indústria. O setor da indústria pesada não foi *a priori* o alvo das investidas do Estado naquele contexto, os bens de consumo dominaram o cenário econômico argentino durante o governo peronista.

Por outro lado, o estabelecimento do padrão dólar, com a assinatura do Tratado de Bretton Woods, visou ampliar a circulação de mercadorias e capitais em economias antes fechadas, com o intuito de potencializar o alinhamento com o bloco de poder da democracia liberal. As barreiras protecionistas criadas nos países da América Latina se chocavam com a possibilidade de apropriação imediata da receita monetarista propugnada em diversos órgãos mundiais como o FMI e o Banco Mundial, cada vez mais consolidados e atrelados à hegemonia estadunidense.

As opiniões se dividiram e houve uma proposta que procurou estabelecer medidas pautadas na realidade latino-americana como as defendidas por Raul Prebisch (1901-1986), a partir da Cepal. Neste âmbito, a discussão perpassou a idéia de ajuda mútua entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, visou intervenções por parte dos primeiros com o intuito

de eliminar barreiras que representassem o “arcaísmo” das economias de países subdesenvolvidos, acompanhada de reformas internas em nível estrutural como a nova conformação da estrutura fundiária em uma reforma agrária. Havia muitas tendências, segundo Romero, mas destacavam-se entre elas a receita “estruturalista” da Cepal e a “monetarista” apresentada pelo FMI/Banco Mundial.

Desde então, a receita “monetarista” e a “estruturalista” competiram nos debates e nas políticas. Era possível pensar que as duas estratégias eram, em última instância, complementares, mas tinham corolários políticos muito diferentes. Enquanto que a primeira levava a revitalização de velhos aliados, dos setores oligárquicos e talvez das ditaduras, a segunda gerava mudanças profundas: uma “modernização” da sociedade que seria coroada com o estabelecimento de democracias estáveis, semelhantes aos países desenvolvidos⁷⁹.

Para o autor, este é um debate no campo da teoria desenvolvimentista que se estendeu durante boa parte da segunda metade da década de 1950 na Argentina. É importante salientar, neste aspecto que o “sonho” de desenvolvimento “autônomo” com bases nacionais estava associado ao exercício efetivo da democracia liberal enquanto regime ideal, cujo golpe de Estado a Fuziladora assumiu como responsabilidade restaurar. Na Argentina, os setores mais conservadores, como a oligarquia, foram recalcitrantes no que diz respeito à participação popular na vida política, como vimos anteriormente. Temiam, sem dúvida, que as medidas de reforma, expressas, por exemplo, na proposta da CEPAL, tomassem rumos incontroláveis que poderiam prejudicar a situação de privilégio experimentada pela oligarquia local. Assim, a proscricção do peronismo, acreditavam, levaria a proscricção da participação dos trabalhadores nos assuntos políticos. Esta referência animou tais setores.

No campo da economia, segundo a discussão encaminhada por Romero, as receitas monetaristas tiveram maior força de articulação durante o governo de Aramburu, ainda que alguns preceitos levantados a partir do *Informe Prebisch* tenham sido incorporados. A desregulamentação das leis trabalhistas facilitou a entrada da Argentina no FMI e no Banco Mundial. A moeda seguiu o rumo proposto por estas entidades e a taxa cambial, embora fixa, desvalorizou o peso. Para efetivar o projeto de retaliação ao peronismo, devia-se fazer tabula rasa do passado. A autoridade sindical foi substituída pela recuperação do controle pelos gerentes apoiados pelo Estado.

O peso foi desvalorizado e o setor agrário recebeu grande incentivo, com o que se esperava equilibrar as contas externas. Foi aprovada a entrada da

⁷⁹ ROMERO, op.cit. p. 126-127.

Argentina no FMI e no Banco Mundial, que ajudaram a solucionar os problemas imediatos, o que lhes permitiu dar ao país suas recomendações contundentes. Por outro lado, não houve uma legislação clara sobre o capital estrangeiro, cuja influência – já proposta por Perón – seguiu levantando dúvidas. A política social foi mais definida. Combinando eficiência e repressão, patrões e gerentes começaram a recuperar a autoridade nas fábricas. Os acordos coletivos foram suspensos e, dentro de um quadro de uma forte crise cíclica em 1956, os salários reais tiveram acentuada queda em 1957⁸⁰.

O equilíbrio das contas externas do país forjou uma prerrogativa que, segundo os órgãos internacionais que a articulavam e, ainda articulam políticas econômicas para os países da América Latina, sobrepuseram os fatores conjunturais inerentes ao contexto histórico argentino. Desta forma, o alinhamento com a política econômica internacional não seria possível sem antes ajustar contas junto aos credores internacionais, um contraponto significativo ao que houve nos anos imediatamente posterior ao pós-guerra. Se este objetivo fosse conformado, abriria possibilidade de grandes investimentos internacionais no país, mas, com um sentido diversificado do anterior. Segundo a linha de atuação dos liberais da Fuziladora esta ação produziria a modernização das forças produtivas, prerrogativa necessária para enfrentar a nova situação econômica mundial. O ator eleito para a modernização foi o capital externo e, neste sentido, ambas as propostas estruturalista e monetarista tocavam-se. Contudo, as divergências de método as colocavam em franca oposição.

Embora os anos de 1950 fossem marcados pela forte reação anticomunista mundial, o inimigo interno da Fuziladora era o peronismo. A repressão recrudescceu e muitos dirigentes sindicais foram presos e executados. Concomitante a este processo, os mecanismos de controle das manifestações populares foram estendidos à regulação do conteúdo difundido nos principais veículos de informação ainda sob o controle do Estado, herança deixada pelo aparato peronista que se havia difundido a censura como forma de controle do conteúdo veiculado nos meios de comunicação. Ainda sob o governo peronista, a única propaganda possível nas rádios à época era a do Estado.

Sem descuidar das organizações da sociedade civil, tuteladas pelo peronismo, a Fuziladora passou a controlar de perto as ações de agremiações. Mesmo no caso da CGT, que enfrentou uma forte intervenção, houve um esforço no sentido de cumprir os objetivos imediatos ao golpe, que foi deflagrado com o compromisso de restabelecer a democracia liberal na Argentina cujo aparato peronista “atrapalhara” até então. No geral, todo projeto que destoasse da política que o Estado impingiu passou por um forte controle que visou difundir um caminho de mão única em direção à aceitação da doutrina liberal, como discutido por

⁸⁰ *Id.* p. 129-130.

Romero.

Uma grande quantidade de políticos e dirigentes sindicais foi presa, submetida a um escrutínio minuciosos por comissões investigadoras e, por fim, banida da política. Os peronistas foram afastados da administração pública e das universidades, e os meios de comunicação, que em sua maioria estavam nas mãos do Estado, foram submetidos a um rígido controle. Qualquer propaganda favorável ao peronismo foi proibida, assim como a mera menção do nome de quem, a partir de então, começou a ser designado como o “tirano desertor”, ou o “ditador deposto”. A constituição de 1949 foi revogada por decreto⁸¹.

De fato, tais medidas tinham seu alvo em Perón e imediatamente produziram ecos na militância operária que passou a utilizar métodos de enfrentamento experimentados no início do século XX. Greves nacionais foram convocadas pela CGT e a sabotagem foi disseminada e apropriada por grande parte da estratégia de enfrentamento que não era uníssona, como comenta Romero. Entretanto, com o acirramento da repressão, em uma conjuntura que desarticulou as conquistas da luta histórica da classe trabalhadora, organizada em torno da melhoria de condições de sobrevivência e trabalho, tanto sindicalistas, como “terroristas”, uniam força para combater o inimigo comum embora a divergência de ação fosse clara. O Estado, na concepção da militância operária, ainda devia corresponder às expectativas de árbitro como foi experimentado à época de Perón, e porque não, de Yrigoyen.

Nesta conjuntura surgiram novas lideranças combativas no seio do movimento, mas, não eram bem quistas pela cúpula do poder militar-presidencial. Para garantir o sucesso da investida do Estado Liberal contra os trabalhadores, estes líderes eram substituídos por outros mais simpáticos ao regime e por isso o controle efetivo diante de lideranças influentes foi parte preponderante da política de governo da “Fuziladora”. Da mesma forma, a ideologia peronista, deu lugar a essa nova liderança, que não abandonou a influência peronista e que não havia experimentado o apoio do Estado nas lutas cotidianas de uma classe que passava por modificações circunstanciais devido a mudança na conjuntura político-econômica-ideológica. Conforme comenta Romero, essa militância dividia posições com os velhos peronistas que se acostumou a experimentar melhoras efetivas nas condições de salário e vida, tendo o Estado peronista como aliado.

O governo não deu margem para a continuidade da política sindical definida com a incorporação dessa nova liderança, eminentemente combativa, que surgia no movimento operário. Os mecanismos de repressão, compostos basicamente pelos órgãos estatais, fizeram valer a “legalidade” conseguida a partir da conquista do Estado pelos militares. Os reflexos

⁸¹ *Id.* p. 128.

imediatos da política de repressão, promovida pela cruzada do Estado contra a liderança combativa do movimento operário, não surtiu o efeito desejado. Embora a repressão recrudescesse, direcionada a aniquilar a oposição, a influência do peronismo se manteve no interior dos sindicatos das 62 organizações e na CGT.

O governo libertador fez o possível para substituí-los, mas fracassou completamente e teve de se resignar a tolerá-los e ao fato de que ganhavam progressivamente as eleições nos sindicatos, que se normalizavam. Em setembro de 1957, o Congresso Normalizador da CGT se reuniu, e os peronistas, agrupados nas 62 Organizações, assumiram o seu controle, apesar de compartilhá-los com alguns núcleos independentes⁸².

Com a normalização dos sindicatos, comentado por Romero, conseguida por meio da resistência do velho aparato peronista, viu-se a importância em recuperar a coesão do movimento junto às antigas bandeiras corporativas de interesse dos trabalhadores, condição *sine qua non* para assegurar a influência política dos trabalhadores organizados. Em parte, a nova liderança não abriu mão da direção peronista para as lutas sindicais. O justicialismo ditava o tom das recomendações do movimento peronista aos sindicatos em pleno governo “libertador”. O crescimento desta tendência no setor sindicalista, demonstrou que a proscrição do peronismo da vida política na Argentina não seria facilmente concretizada.

Perón era uma figura extremamente bem relacionada com o movimento sindical, embora já experimentasse, desde o exílio, algumas dissidências que buscavam efetivar maior autonomia ao movimento. A tendência autonomista redesenhou o panorama corporativo em âmbito sindical. Este movimento ganhou espaço e foi acompanhado de perto por Perón. Alguns líderes, fiéis ao general, trataram de combatê-los recuperando os princípios de articulação a partir da promoção da idéia de que o vínculo orgânico entre sindicato e Estado só seria efetivo, se Perón estivesse a frente do governo.

Desde seu exílio – em Assunção, Caracas, Santo Domingo e finalmente Madri –, Perón conservava todo o seu poder simbólico, mas, na prática, teve de dar bastante liberdade de ação e tolerar as desobediências para evitar a desaprovação, apesar de se resguardar de um certo poder de veto. Perón se dedicou a reunir todos os que aceitassem invocar seu nome, estimulando-os e jogando-os uns contra os outros, para guardar para si a última palavra em qualquer negociação. Apreendeu uma nova técnica de direção e a exerceu de maneira admirável⁸³.

A tarefa, segundo a qual se estabeleceu mais um golpe de Estado, difundida a maneira militar, pressupôs o compromisso com a restauração democrática em junção com o ataque

⁸² *Id.* p. 130.

⁸³ *Id.* p. 130-131.

aberto e deliberado a Perón e ao movimento peronista que se tornou a insígnia da negação a tais objetivos oferecendo franca resistência. Além das debilidades políticas que a influência peronista legava à sociedade política, segundo os golpistas, a credibilidade da liderança de Perón foi posta em xeque por meio de denúncias de corrupção durante o seu governo: “Algunos hechos escandalosos, como el suicidio de Juan Duarte (hermano de Evita, acusado de manejos fraudulentos relacionados con la comercialización de la carne) o la vergüenza por un quimérico proyecto de energía atómica, habían puesto de manifiesto los defectos de un gobierno vertical y sin contrapesos en los otros poderes.”⁸⁴. Diante disso, a Marinha definiu sua postura antiperonista ainda durante o governo peronista e opôs-se abertamente a todas as formas de ação deliberada e efetivada pelos peronistas. Com a deflagração do golpe, a Marinha⁸⁵ tratou de acirrar esta tendência acompanhando de perto, e com preocupação, a confusão estabelecida no exército onde os oficiais peronistas e antiperonistas se defrontavam e dividiam opiniões quanto à liderança de Perón, como ficou explícito com a intentona de 1956. De fato, a figura do “General sindicalista” mantinha forte apelo simbólico porque, principalmente, representava um projeto político divergente do que buscava se consolidar e o levante demonstrou, mais do que tudo, duas linhas distintas do novo cenário político-ideológico argentino. Se por um lado, Perón ainda era capaz de imprimir liderança efetiva e levantar sérias divergências, mesmo depois de sua caída que teve forte impacto entre os setores populares, por outro a divergência criada com os antiperonistas não foi capaz de desarticular a oposição, mesmo contando com um aparato repressivo fortíssimo característico dos anos do governo peronista. Além dos fatores sinalizados, a repressão que Aramburu, líder incontestado da Fuziladora, fechou o cerco no Exército e cumpriu com a promessa feita antes de destituir Lonardi da Presidência. Romero comenta que as depurações de oficiais definiram o bloco no poder.

A partir de então, as depurações de oficiais foram freqüentes, e, aos poucos, o grupo dos decididamente antiperonistas – os “gorilas” – foi assumindo o controle do exército. Os que sobreviveram se adaptaram rapidamente às novas circunstâncias e abraçaram o credo liberal e democrático dominante na época, e a ele agregaram um novo anticomunismo, sintonizado com a ligação mais estrita do país com o Ocidente⁸⁶.

⁸⁴ GURCHENOFF, P. e LLACH, L. *Op. cit.* p. 232.

⁸⁵ Pouco antes do golpe, a “chuva de bombas” sobre a *Plaza de Mayo*, que antecedeu o episódio da queima das Igrejas na mesma noite, relegada aos peronistas, havia sido operado e dirigido pela Marinha, “A mediados de junio de 1955, la celebración del Corpus Christi atrajo a una multitud que desde fieles católicos hasta militantes comunistas, abarcaba todo o espectro opositor a Perón. La tensión hizo eclosión el 16 de junio, día en el que no menos de trescientos civiles fueron víctimas de un bombardeo de aviones de la Marina sobre la Plaza de Mayo, operación que formaba parte del plan para asesinar al presidente”. (*Id. Ibid.*)

⁸⁶ *Id.* p. 129.

A erradicação do peronismo e as estratégias delimitadas pelo bloco capitalista liberal, durante os anos da Guerra Fria para o combate do “vírus” comunista que alcançou definitivamente a Argentina, assim como outros países da América Latina⁸⁷, foram fatores preponderantes para a mudança do cenário político-econômico-ideológico na região. Por muitas vezes, Perón foi atrelado ao totalitarismo. Esta ação, além de tentar cimentar a hegemonia liberal na Argentina, serviu como prerrogativa básica para colocá-lo como representante do nazifascismo na América Latina. As depurações de oficiais, afastados pelos peronistas de outrora, deu suporte interno para a afirmação da Fuziladora, além de representar uma ação repressiva pedagógica que colocava os opositores ao regime em um estado de tensão permanente. Os oficiais, a partir de então, ou estavam ao lado da “libertadora” e, portanto, segundo esta ideologia, se alinhavam aos interesses da nação, ou se optassem pelo apoio aos peronistas se colocavam em franca oposição aos interesses dessa nação defendida pelos militares.

Seguindo esta linha, o peronismo sofreu um duro golpe com a revogação do Pacto de Proscrição, assinado entre os setores ligados à presidência, marcadamente antiperonistas, num clima que confluía na advertência para uma democracia, efetivamente consolidada, segundo as diretrizes burguesas, com sérias restrições à participação popular que ganhou espaço e angariou adeptos na sociedade argentina da segunda metade dos anos de 1950 por meio da coerção aberta direcionada contra a oposição. Segundo Romero: “O acordo incluía todas as tendências da frente civil – com exceção dos comunistas -, das mais conservadoras às mais progressistas”⁸⁸. Tais objetivos/alvos da “Revolução Fuziladora” pareciam, grosso modo, conquistados, propostos para o período e logo iniciaram o processo de abertura.

O Pacto de Proscrição assinado ainda em 1955, como uma das primeiras medidas dos liberais golpistas, permitiu crer que em curto prazo o problema relacionado ao peronismo estivesse estanque. No entanto, a perspectiva para o futuro imediato não confirmava a

⁸⁷ No Brasil, Moniz Bandeira aponta a campanha direcionada a difamação de Perón pela União Democrática Nacional (UDN), como forte indício de adesão às teses de segurança nacional para o continente. Sabe-se que a UDN era um grupo conservador que defendeu a liderança da política e da sociedade brasileira pela oligarquia nos anos subseqüentes a 1950. O jornalista Carlos Lacerda esteve entre os seus membros mais destacados e, foi apontado por Moniz, como líder incontestado da campanha de difamação de Perón no Brasil, pautada em denúncias de que Perón e Goulart mantivessem transações comerciais de madeira, sendo que o negócio serviria de fachada para a implantação de milícias operárias no Brasil, Perón apoiaria o processo materialmente. Segundo Moniz: “Carlos Lacerda, eleito deputado federal pela UDN, publicou vários documentos, inclusive telegramas cifrados do Itamaraty e uma carta atribuída ao deputado peronista Antonio Brandi, para provar aquelas transações. E o objetivo de tal denúncia, às vésperas do pleito, foi induzir as Forças Armadas a implantarem no Brasil um governo semelhante ao existente na Argentina ou, pelo menos, favorecer a candidatura do general Juarez Távora, com o jurista Milton Campos para Vice-Presidência, que a UDN apoiava” (MONETA, Carlos Juan. *Argentine foreign policy in the cold war*. In: SIRACUSA, Josef M.; BARCLAY, G. St. John. *The impact of cold war: considerations*. Washington, DC: National University, 1977. Apud: BANDEIRA, *Op. cit.* p. 268.)

⁸⁸ ROMERO, *Op. cit.* p. 129.

expectativa de consolidação de uma democracia sem o peronismo que neste contexto é o mesmo que dizer sem Perón. Da mesma forma, o movimento peronista persistia no cenário político representando força capaz de articular decisões eleitorais a favor dos que achavam por bem apoiar. Foi assim que Frondizi conseguiu articular sua vitória no pleito eleitoral de 1958. O apoio legado pelos peronistas ao candidato da União Cívica Radical Intransigente (UCRI) foi fundamental para assegurar o poder nas mãos de Frondizi. À época, os radicais encontravam-se dividido em dois grupos que divergiam quanto à aliança com o peronismo. A União Cívica Radical Intransigente (UCRI) propôs a adesão do peronismo enquanto a União Cívica Radical do Povo (UCRP) não concordara com a proposta. A decisão de romper o partido dando origem a duas tendências distintas teve como pressuposto básico a discussão acerca da aliança com o peronismo.

Quanto ao general sindicalista, um atentado registrado contra Perón no exílio deu conta dos esforços produzidos pela oposição ao líder em eliminá-lo fisicamente. Mesmo depois de negociada a saída eleitoral que excluiu Perón, a tarefa de banir o líder do movimento peronista da política argentina tornar-se-ia cada vez mais árdua. A “Fuziladora” produziu tentativas significativas de encurralar Perón, pois acreditavam que sem o líder máximo o Movimento não resistiria. Em junho de 1957, em Caracas, uma bomba explodiu um carro que transportaria Perón e por pouco o objetivo de eliminá-lo fisicamente não foi cumprido. Na Argentina, os militares acirravam medidas que acreditavam desbaratar o Estado Peronista. Moniz Bandeira comenta o atentado, ressaltando que as eleições para presidente já apareciam nas discussões na Argentina.

Em 25 de maio de 1957, cerca de pouco mais de um mês do agravamento das tensões entre os governos de Caracas e Buenos Aires, a explosão de uma bomba destruíra completamente o automóvel de Perón, cujo prestígio voltava a crescer, em conseqüência das vicissitudes com que a classe trabalhadora se defrontava, o que inevitavelmente influiria sobre o andamento e o resultado do processo eleitoral na Argentina⁸⁹.

A candidatura de Frondizi, anunciada desde 1956, como forma de pressionar os militares a realizar a abertura democrática foi vencedora. Frondizi realizou uma coalizão que incluía os peronistas, como comentamos anteriormente, e segundo Romero: “Para atrair os peronistas, ele exigiu do governo a suspensão das proibições e a manutenção do regime legal do sindicalismo”⁹⁰. Esta atitude provocou um clima de desconfiança tanto no interior da UCR, que se dividiu entre Intransigentes e do Povo, como dissemos anteriormente, quanto aos

⁸⁹ BANDEIRA, *Op. cit.* 273.

⁹⁰ ROMERO, *Op. cit.*, p. 131.

representantes do Exército e da Marinha e os oficiais abertamente antiperonistas, a reivindicação de Frondizi não foi bem aceita. A liderança destacada pela UCR do Povo foi Ricardo Balbín, que representou um bloco simpático às medidas tomadas pela “Fuziladora”, principalmente no que diz respeito à proscricção do peronismo, contando, efetivamente com seu total apoio. Já a UCR Intransigente mantinha-se sob a direção de Frondizi que mostrou-se inclinado a dialogar com o movimento peronista.

Um ano depois de anunciada a candidatura de Arturo Frondizi para a presidência da Argentina, a “Revolução Fuziladora” preparou sua saída, estrategicamente articulada em meio a uma crise política e econômica que colocou amplos setores da sociedade em oposição franca ao golpe. Antes, porém, convocaram uma Assembléia Constituinte, cujo objetivo imediato era revogar a Constituição discutida e firmada durante o governo peronista em 1949 e retroceder no caminho da Constituição de 1853. Assim, pretendiam garantir que a base sobre a qual se sustentou o governo peronista fosse desarmada legalmente, para garantir, enfim, que o fantasma de Perón fosse sepultado e jogado em definitivo na tábula rasa do passado.

Os eventos contrariaram as expectativas quanto à proscricção do peronismo. Este movimento foi “banido” da política formal. Mas, com o passar dos anos, consolidou-se na ilegalidade e não deixou de ser, de forma alguma, uma força política preponderante. A vitória de Frondizi em 1958 demonstrou a força resguardada do peronismo. Durante os anos em que esteve na presidência do país, de 1º de maio de 1958 até 29 de março de 1962, Frondizi construiu acordos políticos que lembravam os realizados por Perón. Frondizi foi aceito, segundo Romero, pelas qualidades populistas que muitos acreditavam encontrar-se em seu discurso, em uma tendência contextualizada a partir do impedimento de Perón de participar da via política formal. O processo histórico tratou de desmentir parte dessa expectativa quando Perón chamou o voto em branco demonstrando a força contida do peronismo e derrubaram as eleições. Frondizi, com o UCRI havia conseguido apenas o terceiro lugar. Por entender, à época, a força que expressava o peronismo Frondizi encontrou-se com Perón. O encontro foi mediado por Rogelio Frigerio e selou o apoio de Perón a Frondizi: “Nunca han quedado claros los términos del acuerdo, pero el cierto es que Frigerio cumplió su misión: en febrero de 1958 circularon por todo el país copias de una carta en la que Perón aconsejaba sus partidarios votar en Frondizi”⁹¹. A partir desta aliança, Frondizi venceu as eleições e foi Presidente da Argentina entre os anos de 1958 e 1962.

⁹¹ GURCHENOFF, P. e LLACH, L. *Op. cit.* p. 244.

1.4 Frondizi presidente, o problema da proscrição peronista e o governo de Illia.

O Pacto que proscreveu o peronismo em 1955 favoreceu a vitória de Frondizi que soube aliar tendências aparentemente discordantes em seu entorno⁹², inimigos históricos como no caso do peronismo e dos radicais. Neste ínterim, expressava um plano de cunho progressista que em alguma medida aliou a política nacionalista aos anseios da grande burguesia. Muitas ações promovidas para estabelecer metas de investimento, atrativo à especulação internacional, foram defendidas pelo poder presidencial. Uma continuidade em relação ao que houve durante o fim do governo peronista e os objetivos da Fuziladora. Para alcançar tais metas, o empresariado argentino, a partir da CGE, foi convocado a apoiar o plano do novo presidente e os sindicatos foram conclamados a agir segundo os parâmetros do desenvolvimento nacional, pautado nas políticas de negação aos conflitos internos, em prol do crescimento econômico do país. Todos teriam espaço para crescer e dividir os lucros, uma vez que unissem forças para superar a crise institucional e social que se arrastava pelo menos desde 1955. Esta plataforma de ação foi o que delineou a ação de Frondizi durante os anos que se seguiram a sua ascensão ao poder com um plano marcadamente desenvolvimentista, cuja modernização das forças produtivas argentinas era prerrogativa básica, delimitando, desta forma, de que lado do muro esteve o seu governo.

Concomitante ao processo de ascensão da grande burguesia em um governo nomeadamente radical, o sindicalismo mudou devido ao debate corporativo que incluiu novas lideranças surgidas no ambiente de proscrição do peronismo. Neste sentido, as opiniões se dividiam. A existência de uma ala progressista aceitava o desafio do governo radical, outra permanecia resistente por acreditar que a volta de Perón significava o regresso aos anos dourados experimentados no pós-guerra. A guerra de posições decretada no interior da tendência sindicalista representava que os sindicatos continuavam a ser um espaço definitivo de disputas.

Não houve grandes mudanças na política de atração de capitais externos traçada à época de Perón e mantida pela Fuziladora. A barganha comercial propunha um cenário mais

⁹² Segundo a análise apresentada por Gurchenoff e Llach, Frondizi acolheu reivindicações históricas do peronismo. Enfrentou o problema de que estas não eram aceitas entre os militares antiperonistas, “Al mismo tiempo, el candidato de la UCRI llevaba adelante su campaña sobre la base de una plataforma bien aceptable para el electorado peronista, que incluía la exigencia de una amnistía total y una CGT unificada. Ese acercamiento al electorado peronista despertaba suspicacias entre los militares, quienes asumían como un deber patriótico impedir el menor atisbo de poder justicialista” (*Id. Ibid.*). Ou seja, na análise dos autores, nos parece claro que havia, por parte de Frondizi, uma estratégia eleitoreira que assumiu riscos consideráveis no que diz respeito à participação do peronismo proscrito na política argentina. Frondizi, de fato, lidou com a sombra da vigilância militar. Seu governo foi acompanhado de perto pelos militares antiperonistas que, à época, despontavam como tendência mais marcante no cenário político argentino.

confiável aos “parceiros” multinacionais, uma vez que a Fuziladora tratou de baratear o custo da mão-de-obra e flexibilizar as leis trabalhistas com mudanças circunstanciais na Constituição de 1949. Como já foi comentado, uma das primeiras medidas adotadas pelos liberais golpistas se chocava com as políticas de bem-estar voltadas à melhora de condições de vida e de consumo para os trabalhadores. Com isso os salários sofreram grande queda ainda nos anos de 1955 a 1958.

Fronzizi viu no conflito deflagrado entre as tendências sindicalistas a possibilidade de fortalecer sua liderança frente aos anseios das classes trabalhadoras. Promoveu alguns avanços no que dizia respeito ao governo da Fuziladora, principalmente no que concerne aos salários dos trabalhadores, mas, segundo Romero, com relação a algumas instituições estatais houve um retrocesso. A tática encampada pelo governo radical aderiu ao jogo das iniciativas políticas em franco debate. Abrir espaço para o debate, mesmo que com restrições impostas a alguns grupos, trazia consigo a tática do equilíbrio relativo entre as forças políticas. Com esta tática, Frondizi acreditou que ao equilibrar-se no campo em disputa, os pólos se anulariam.

Um aumento salarial de 60 %, anistia e a suspensão das proscricções – que, entretanto, não incluíam nem Perón nem o Partido Peronista -, assim como a sanção da nova lei de Associações Profissionais, quase igual à de 1945, que a Revolução Libertadora tinha revogado, faziam parte da dívida eleitoral. Frondizi assumiu pessoalmente o que chamou de a “batalha do petróleo”, isto é, a negociação com empresas estrangeiras sobre a exploração de reservas. E simultaneamente anunciou uma autorização para o funcionamento das universidades não-estatais, o que gerou um debate profundo entre os defensores do ensino “laico” e os do ensino “livre”, em sua maioria católicos. Nos cálculos do presidente, os dois debates – o do petróleo e o do ensino – acabariam se neutralizando⁹³.

A estratégia adotada por Frondizi estabeleceu novos embates no cenário político argentino. Ao permitir o funcionamento das universidades particulares, o governo procurou contemplar uma das expectativas da ala conservadora da sociedade argentina que há muito reivindicava um espaço para formação de seus pares. Entretanto, a notícia não foi bem recebida entre os militantes favoráveis ao ensino superior laico. Como comenta Romero, o principal embate foi forjado em torno da classe média, professores e estudantes, que não aceitaram pacificamente a decisão do presidente. Conforme seguiu os acontecimentos, o fato provocou profundos desentendimentos entre as propostas de ensino diametralmente opostas. Contudo, o aval do Estado às universidades particulares favoreceu o projeto efetivo de formação de lideranças e logo produziu o feito almejado entre os que a reivindicavam.

Quanto aos militares e ao próprio partido, Frondizi lidou com a oposição aberta da

⁹³ ROMERO, *Op. cit.* p. 133.

Marinha e da União Cívica Radical do Povo, além dos oficiais do Exército que mantinham forte vínculo com o projeto da Fuziladora. O apoio conseguido junto aos peronistas, rompia com as expectativas de respeito ao Pacto de Proscrição direcionado a enfraquecer a influência do movimento na política. A atitude do governo foi contestada pelos radicais “legalistas” que optaram por dividir posições que refletiam projetos políticos minimamente distintos.

A UCR do Povo optou por acatar ao Pacto de Proscrição apoiado pelos liberais golpistas da Fuziladora. Entretanto, o grupo que apoiou Frondizi, vencedor nas eleições de 1958, aceitou a manobra que colocava o apoio dos peronistas como forma de articular força capaz de decidir as eleições. Acreditavam que a participação do peronismo estava condicionava à continuação do regime democrático. Na prática, a aliança entre peronistas e radicais, expressada na candidatura de Frondizi, revelou-se uma estratégia eminentemente eleitoreira com alguns reflexos em seu plano de governo. Os anos em que Frondizi presidiu a Argentina foram marcados pela contradição entre o desenvolvimentismo e o liberalismo ortodoxo, além de muitas outras tendências secundárias à época. A vigilância das forças armadas junto ao presidente era parte de uma estratégia planejada para a tomada do poder pelos militares, se assim fosse necessário.

Ao longo dos quase quatro anos de sua presidência, Frondizi agüentou 32 “reivindicações” militares; alguns exigiam mudanças em sua linha política, outros tinham o objetivo de ganhar espaço na própria instituição. Ele cedeu a todos. Em junho de 1959, Carlos Severo Toranzo Montero tornou-se o comandante-chefe do Exército. Ele era o mais duro líder antiperonista, que, por dois anos, exerceu uma tutela pretoriana sobre o presidente. Foi o período do ministério de Alsogaray e do Plano Conintes, e sem dúvida, a época de mais repressão social e política⁹⁴.

A fase de modernização, abraçada como bandeira de unificação pelo presidente Frondizi, convergiu em um laboratório de tendências que buscou reorganizar a parceria entre os diversos setores da sociedade e o Estado. Todavia, a atitude das forças armadas diante da nova conjuntura que se construiu não foi de neutralidade. Embora a “Revolução Fuziladora” tivesse assumido o poder por meio de um golpe de Estado que depôs Perón, o fizeram em nome da “restauração democrática” que buscou ser consolidada sem o peronismo e os comunistas. Este projeto recolocava, em tese, a Argentina no cenário das democracias liberais. A aproximação oportunista produzida por Frondizi junto aos setores peronistas não estava nos planos dos militares. Com o tempo, o peronismo foi associado às diversas teorias conspiratórias que se ligavam com a conjuntura encaminhada pelo contexto de Guerra Fria.

A dicotomização construída entre os blocos capitalista e socialista alimentou as

⁹⁴ *Id.* p. 134.

expectativas dos militares quanto ao rumo da Argentina no cenário mundial. Com a vitória da revolução cubana em 1959, este debate tomou força e adquiriu *status* central acerca da política internacional do país. Os Estados Unidos forçavam uma aliança para a América Latina que excluiu o governo cubano. A recusa de Frondizi em romper imediatamente relações com Cuba preocupou os observadores externos. Neste sentido, Brasil e Argentina tiveram atitude semelhante, pois passavam pela experiência de governos civis. A orientação militar foi mais severa. A corporação sofria pressão externa para aderir ao projeto apoiado pelos Estados Unidos, como comenta Romero.

A América Latina e a Argentina entravam no mundo da guerra fria e os militares, duramente interpelados pelos seus colegas norte-americanos, assumiram uma postura decididamente anticomunista que, sob pretexto da segurança interna, legitimava o pretorianismo⁹⁵.

Seguindo as recomendações do Departamento de Estado estadunidense, os militares pressionaram os encarregados pela política externa da Argentina para a adesão do país aos ditames da política externa estadunidense sobre Cuba. Como discutido por Romero, o governo acabou cedendo a tais exigências e rompeu relações com Cuba. Desta forma, a tendência que defendia o alinhamento da Argentina com o bloco capitalista se fortaleceu e, ao mesmo tempo, definiu a participação estratégica da Argentina no cenário internacional da guerra fria. Esta posição foi fundamental para o estabelecimento da política em âmbito interno.

A Argentina passou a enfrentar os dilemas da política internacional configurada a partir da oposição entre capitalismo e socialismo. Mas, havia um novo elemento. O Departamento de Estado estadunidense estava inclinado a apoiar governos autoritários de direita. A Argentina não fugiu à regra e recebeu atenção especial do referido órgão. A vigilância militar permanente, direcionada a Frondizi, foi justificada pela desconfiança despertada pela aproximação da UCRI com o peronismo. Por sua vez, na interpretação dos que apoiaram Frondizi, o peronismo era um elemento essencial para a normalização das instituições democráticas na Argentina. Com as instituições seriamente comprometidas pela intervenção militar, Frondizi foi deposto em 28 de março de 1962. Mais uma vez, a espada sobressaiu à alternativa civil. Para cumprir os últimos anos de mandato, o presidente do Senado José Maria Guido assumiu interinamente a presidência e nas eleições de 1963, Arturo Illia assumiu definitivamente como presidente.

A segunda experiência constitucional, após a tentativa de proscrição do peronismo, foi

⁹⁵ *Id.* p. 136.

comandada pelo presidente Arturo Illia, da UCR do Povo. Illia, entretanto, não foi o principal destaque da disputa eleitoral em 1963. Dentre as características gerais que marcaram o processo de disputa naquele ano, o problema da proscrição seguiu agregando elementos à conjuntura. Efetivamente, além de uma abstenção muito alta nas eleições, a liderança de Perón frente ao movimento peronista passou a ser fortemente contestada devido ao apoio a Vicente Solano Lima para candidato a presidência da república. Esta ação produziu desentendimentos entre os peronistas, que viam o candidato com muita desconfiança, e ameaçou a aliança com a UCR Intransigente. Além de Vicente Solano e Illia, o ex-presidente militar, o general Aramburu, também concorreu ao pleito.

Devido aos seus concorrentes e a forma como enfrentaram a disputa no interior de seus respectivos partidos, Arturo Illia levou vantagem no pleito e despontou como opção válida, favorecido conjunturalmente pelo apoio indireto dos peronistas que enfrentaram o embargo da candidatura de Vicente Solano pautada no Pacto de Proscrição. Além do mais, a nomeação pelo Colégio Eleitoral favoreceu a vitória do Dr. Illia no conturbado contexto político argentino. A rápida intervenção militar não favoreceu a tentativa de Aramburu. Solano Lima não alcançou o apoio necessário para afirmar-se como opção a contento dos peronistas que optaram por seguir a indicação anterior de Perón e decidiram pela opção do voto em branco. Foi uma visível amostra de que a liderança de Perón não era mais considerada absoluta. O movimento peronista avançou em termos de politização de seus quadros postos na ilegalidade.

Ao proclamar a candidatura de Vicente Solano Lima, um veterano político conservador que, desde 1955, tinha se aproximado do peronismo, Perón afastou-se da maior parte da UCR Intransigente e também de outros grupos menores, ao mesmo tempo em que o governo proibia a chapa, apelando para a legislação de 1955 que vetava o peronismo.

Dessa maneira, julho de 1963 chegou com uma situação muito parecida com a das eleições de 1957. Os peronistas decidiram votar em branco, mas uma boa parte de seus votos migrou para o candidato da UCR do Povo, Arturo Illia, que, com 25 % dos votos válidos, foi o mais votado dos candidatos e, em seguida, foi nomeado pelo colégio eleitoral⁹⁶.

A vitória eleitoral, como podemos observar, foi favorecida pelo ambiente de proscrição do peronismo que, grosso modo, cumpriu seu papel. Illia tornou-se Presidente da Argentina e trouxe consigo convicções institucionais semelhantes as que elegeram Hipólito Yrigoyen em 1916: o respeito à legalidade, como parâmetro de atuação no âmbito das relações político-institucionais. O peronismo, por sua vez, havia se estabelecido no cenário sindical, impulsionado que foi pelo embargo político que enfrentava o Partido Justicialista

⁹⁶ *Id.* p. 139.

criado, em 1947. Segundo Romero, Illia enfrentou a seu tempo convicções políticas que haviam ganhado terreno na sociedade argentina. A forma como as enfrentou, foram seriamente questionadas por grupos de pressão que haviam se acostumado a ditar o ritmo das intervenções militares no país, ou, por outro lado, decidirem conjuntamente eleições e nomeação de candidatos a partir de suas convicções políticas no momento. Diante da alternativa apresentada por Illia, pesavam a escolha dos governos anteriores que optaram pelo uso indiscriminado da força estatal, seja ela a de coerção ou de produção de consenso.

Sua presidência foi definida pelo respeito às normas, pela decisão de não abusar dos poderes presidenciais e pela vontade de não exacerbar os conflitos e procurar que esses se acalmassem naturalmente. As críticas se concentraram nesse comportamento, tachado de irrealista e ineficiente, revelando o pouco apreço que existia na sociedade argentina pelas formas democráticas e institucionais⁹⁷.

Muitas medidas adotadas pelo governo permitem dizer que sua principal preocupação se direcionou a estabelecer um ambiente de consenso no que diz respeito às decisões políticas na economia. Defendeu uma série de medidas nacionalistas de cunho reformista. Seu principal flanco de ataque concentrou-se na crítica desferida contra os contratos forjados pelo frondicismo para a exploração do petróleo em solo argentino por empresas multinacionais. Defendeu a anulação das concessões petrolíferas da mesma forma que se voltou contra as imposições enfrentadas pelo país aos ditames da política econômica imposta como exigência para permanência da Argentina nas linhas gerais fornecidas pelo Banco Mundial e o FMI.

A partir deste referencial, a influência cepalina foi retomada por Illia devido ao fato de que esta entidade tinha vínculo com alguns técnicos que compunham sua equipe econômica. Outro fator de propulsão de sua política inicial pautava-se em dois anos de boas divisas angariados com as exportações que deu novo fôlego às indústrias argentinas entre os anos de 1962-1963. Segundo Romero, outra característica marcante era a: “ênfase no mercado interno, nas políticas de distribuição, na proteção do capital nacional –e se combinavam com elementos do keynesianismo: ‘um Estado muito atuante no controle e no planejamento econômico’”⁹⁸. Estas características, na condução do Estado, demarcam uma continuidade significativa entre os governos radicais com o que disseminou o governo peronista.

No tocante à política econômica voltada aos trabalhadores, Romero comenta que os operários experimentaram anos de aumento em sua renda efetiva. Houve, inclusive, votação da lei de salário mínimo junto ao Congresso. Das características fundamentais dos anos de

⁹⁷ *Id.* p. 140.

⁹⁸ *Id. Ibid.*

Illia à frente do poder, podemos citar o controle dos preços exercidos pelo Estado. Quanto à participação dos investidores externos, o governo estabeleceu limites aos contratos de concessão, atingindo a área de influência de Frondizi junto ao petróleo, como foi comentado anteriormente. O ponto de referência adotado pelo governo foi o de que se tratava de contratos arbitrários que feriam a soberania nacional frente aos recursos energéticos da nação. A atuação do Estado se enquadrou na forma de um populismo reformista influenciado pelos Radicais Intransigentes. Todavia, o quadro geral deste processo não agradava aos empresários que, junto à oposição, contestaram a atitude do governo, pois, tinham uma linha ideológica pautada no liberalismo. Tratavam-se, em suma, dos setores econômicos que apoiaram a Fuziladora durante o governo Aramburu. Mais uma vez, a tensão recaiu na “passividade” do governo de Illia frente às investidas sindicais que, à época, era o mesmo que permitir a participação popular na política argentina.

Essa política econômica e social tentava retroceder no caminho seguido após 1955, e despertou fortes resistências entre os setores empresariais, expressadas pelos porta-vozes desenvolvimentistas, que reclamavam da falta de atrativos para o investimento estrangeiro, e, principalmente, pelos liberais, que reagiam contra o que consideravam estatismo e demagogia, e se preocupavam com o avanço dos sindicatos e com a passividade do governo diante deles⁹⁹.

No panorama sindicalista, persistiu a forte influência do peronismo que se articulou em torno da figura de Augusto Vandor¹⁰⁰. Este dirigente sindical uniu ampla maioria da representação sindical sob sua tutela, correspondente ao peronismo de tendência sindicalista, opositores declarados do peronismo combativo pouco disposto a abrir mão da condição de representante da classe trabalhadora. Vandor foi representante máximo da tendência sindicalista do peronismo, cujo objetivo consistia, basicamente, em romper com as mudanças táticas implementadas por Perón desde o exílio. Forjou planos de luta que objetivaram estabelecer a pressão do movimento organizado enquanto pressão efetiva aos atos direcionados à classe a partir do Estado. O governo tentou aplicar a lei de associações como forma de intervir nas eleições sindicais para que sua composição resultasse em um quadro mais favorável.

Segundo Romero, as medidas de intervenção junto ao sindicalismo praticadas pelo

⁹⁹ *Id.* p. 141.

¹⁰⁰ Segundo Romero: “Augusto Vandor, líder do sindicato dos metalúrgicos, foi a figura principal e arquetípica dessa nova burocracia sindical, especializada e administrar a desmobilização, com greves gerais de discurso veementes, mas pouco combativas, e negociações permanentes com todos os detentores do poder. Nos momentos em que se enfraquecia o terreno da negociação, especificamente trabalhista, esse novo sindicalismo adquiriu uma força enorme no cenário político” (*Id.* p. 135). Segundo o autor, esse problema estava ligado exatamente ao fato de que o peronismo continuava proscrito.

governo desembocaram na resposta dos sindicalistas que organizaram um plano de luta direcionado à negação de qualquer forma de ingerência que a ação do governo pudesse causar nas lutas operárias. O movimento demonstrou seu poder de organização em 1964 com uma ação arquitetada nacionalmente que visou a ocupação de 11 mil fábricas em diversos pontos do país. Esta ação foi tutelada pela CGT e bancada em cada núcleo local para garantir o sucesso desta investida.

Os sindicalistas responderam com um Plano de Luta que consistia na ocupação escalonada, entre maio e junho de 1964, de 11 mil fábricas, em uma operação que envolveu quase 4 milhões de trabalhadores, realizada com um planejamento preciso, sem confusões ou ameaça à propriedade, e desmontada com igual rapidez e limpeza¹⁰¹.

Mesmo que o plano de luta tenha mobilizado grande parte das alas sindicais, a palavra final de seus líderes era negociação. Esta predisposição encontrada no seio do movimento traçou a principal característica da liderança de Vandor que se negou repetidas vezes em assumir a CGT, pois preferia manter o controle do movimento a partir das 62 organizações. Vandor foi contestado por Perón. Ele temia que sua liderança efetiva fosse posta em jogo. O entendimento geral revelou uma estratégia de dupla dependência. Segundo Romero: “A disputa entre ambos não podia superar certos limites, pois nem Perón podia prescindir dos sindicalistas mais representativos, nem estes podiam negar a liderança simbólica de Perón”¹⁰². Este entendimento mútuo, em relação à interdependência para existência política de ambos, produziu uma ação que buscou trazer Perón de volta ao país. Trata-se da Operação Retorno que desafiou o governo e a própria liderança de Perón.

No fim de 1964, a liderança local organizou a volta de Perón ao país, uma provocação ao governo e talvez ao próprio Perón. De envergadura similar à de um comício eleitoral, que varria os pactos tácitos de proscricção para baixo do tapete. A Operação Retorno, provocou grande expectativa entre os peronistas e despertou nostalgia e fantasias. Perón pegou um avião, mas antes que o governo se visse obrigado a tomar uma decisão, foi detido por autoridades brasileiras e enviado de volta a Espanha¹⁰³.

Com a prisão seguida de deportação de Perón no Brasil, em 1964, o movimento sob sua tutela se enfraqueceu e já havia uma predisposição para formar um movimento peronista sem Perón. Suas bases estavam ao lado de Vandor que ganhou terreno no plano político. Contudo, essa expectativa foi acompanhada de perto pelo próprio Perón que passou a bancar uma série de conflitos no interior do movimento preocupado com sua exclusão dos planos

¹⁰¹ *Id.* p. 141.

¹⁰² *Id. Ibid.*

¹⁰³ *Id.* p. 141-142.

futuros para a política argentina. O sindicalismo tentou uma rearticulação do Partido, havia a possibilidade de que em 1964, antes do fracasso da Operação Retorno, a lei de proscricção fosse revogada o que não aconteceu.

A tendência de agrupar partidários da doutrina justicialista sem a liderança formal de Perón prosseguiu em ambiente propício nas eleições de 1965. Nelas, o governo percebeu a manobra eleitoral peronista e excluiu definitivamente o Partido Justicialista do campo político-eleitoral. A partir de então, os candidatos que almejavam a disputa eleitoral por meio da organização partidária do justicialismo, procuraram outras agremiações, visando a disputa eleitoral. Neste sentido, a União Popular tornou-se um grande guarda-chuva que abrigou a maioria dos peronistas.

O governo fechou o Partido Justicialista, mas autorizou peronistas, controlados pelo sindicalismo vandorista ou por caudilhos provinciais “neoperonistas”, que interpretavam de maneira muito ampla e flexível a liderança de Perón, a se candidatarem por legendas menos controversas, como a União Popular. Os resultados foram bons para o peronismo, mas não esmagadores, pois, somando todos os segmentos, obtiveram cerca de 36 % dos votos. Conseguiram formar um forte bloco parlamentar, que liderou um dos grupos de Vandor, e começaram a se preparar para o pleito de 1967, quando seriam eleitos os governadores de província – como em 1962¹⁰⁴.

O resultado abalou a confiança do governo na expectativa de que o conflito interno, inerente ao peronismo e sua situação de ilegalidade, engessasse o movimento. Por conseqüência, a construção do consenso em torno dos nomes para a disputa das eleições de 1965, poderia ser abalada. Com essa expectativa frustrada, o governo aliou-se ao peronismo para derrotar a crescente facção vandorista dentro dos marcos corporativistas do movimento operário. Maria Estela, “Isabelita”, foi à Argentina com o objetivo de reunir o bloco opositor a Vandor nos sindicatos controlados por peronistas, fiéis seguidores de Perón, conhecidos como a velha linha do sindicalismo argentino. O embate político resultou em impasse entre Perón e seus seguidores de longa data, de um lado, e Vandor e os seguidores da nova tendência peronista que reivindicava um movimento político que não passasse pela liderança do velho líder, de outro. Foi, a seu modo, um evento que demonstrou duas tendências conflitantes do peronismo na Argentina de então. Este embate demarcou, por sua vez, a aparição do *neoperonismo* que influenciou boa parte da militância sindicalista que seguiu Vandor que, à época, passou a representar uma ameaça efetiva à liderança de Perón.

Pela via eleitoral Perón acreditava ser capaz de derrotar Vandor com uma vantagem considerável. Todavia, no cenário sindical, Vandor demonstrou sua base de apoio capaz de

¹⁰⁴ *Id.* p. 142.

desbancar a liderança de Perón. É a chamada política dual, comentada por Romero, da qual o processo histórico demonstrar-se-ia demasiado complexo para uma solução que garantisse a continuidade institucional dentro dos mecanismos de representação democráticos. Os resultados, imediatamente sentidos nas eleições para a província de Mendoza, confirmaram os anseios de Perón no quadro eleitoral e seu conseqüente fracasso no campo corporativo sindical. Uma disputa que se prolongou durante parte dos anos de 1960 na Argentina, e denotou o equilíbrio de forças para a reativação legal do peronismo, o quê nunca deixou de perpassar os planos do movimento.

Assim, em meados de 1966, a disputa entre Perón e Vandor terminava empatada. O primeiro se impunha no cenário eleitoral, o segundo, no sindical. Talvez por isso Vandor tenha resolvido descartar temporariamente o cenário eleitoral, e dirigiu seus passos para os grandes agentes corporativos¹⁰⁵.

A indicação para o debate apresentada por Romero nos permite afirmar que duas formas distintas da guerra de posição se estabeleceram na Argentina. Tal estratégia consistia na legitimação de posições em meios distintos e ao mesmo tempo complementares. A delimitação entre ambos os campos possuía a peculiaridade de se estabelecer em uma conjuntura que demonstrou a pluralidade de tendências que permeavam o peronismo. Este movimento atravessou um momento decisivo com a disputa entre os velhos sindicalistas e os novos, estes últimos formados sob a expectativa de que o movimento peronista possuía bases de mobilização mais profundas do que uma liderança uníssona relegada a Juan Domingo Perón. Parte desta prerrogativa apresentar-se-ia durante os anos que se sucedeu a caída de Illia. Em diversas oportunidades o movimento popular espontâneo - ou seja, destituído de uma liderança formal como no caso do “Cordobazo” e do “Rozariazo”, dentre outros – detonaria o estopim de uma nova forma de manifestação denominada de “callera”¹⁰⁶. Mais adiante apresentamos uma síntese de tais acontecimentos.

Arthuro Illia enfrentou durante boa parte de seu mandato a oposição aberta dos militares – em hipótese alguma podemos considerá-los um grupo coeso – que faziam questão de vigiar de perto o governo. Segundo apresenta Romero, fazia parte de um movimento maior que reuniu muitos setores da sociedade. Em uma perspectiva não discordante, Richard Gillespe ao debater a formação de base da militância Montonera, de meados dos anos de 1968-1969, relembra que, passado algum tempo, ainda havia um forte saudosismo quanto aos

¹⁰⁵ *Id. Ibid.*

¹⁰⁶ Um estudo, baseado em fontes primárias do movimento sindical, bastante detalhado destes acontecimentos está presente em: BALVÉ, C. Beba & BALVÉ, Beatriz S. *El '69; huelga política de masas. Rozariazo-Cordobazo- Rozariazo..* Buenos Aires: Ediciones ryr – CICSO. 2005. p. 21-22.

anos de Illia no poder. Segundo o autor, dá-se pela afirmação do triênio menos repressivo da história argentina relacionado aos movimentos populares¹⁰⁷. Uma evidência importante no que tange ao panorama cultural enfrentado pela militância argentina dos anos de 1960, revela a posição dos agentes econômicos em relação à atitude que tomaram ao criticar a falta de “pulso forte” do Dr. Illia na repressão aos movimentos sociais. Durante o governo de Illia, houve muitas ocupações de fábricas, fato que desagradou a alta burguesia argentina que o acusou de omissão frente ao panorama que estabelecido.

Por outro lado, uma cisão corporativa, detonada pelo debate entre lideranças no interior do Exército, colocou em franca oposição dois grupos que se autodenominaram azuis e colorados. Esta cisão foi completada ainda em 1962, e resolvida a partir do entendimento entre oficiais de ambas as partes, cujo sectarismo inerente à situação de conflito enfraqueceria a corporação. Segundo comenta Romero, o período foi caracterizado pela aparente “neutralidade” com que se movia a corporação nos assuntos políticos, ainda que, até mesmo a atitude de “abstenção” política dos militares, nesta conjuntura, estava ligada ao momento de reorientação da pauta política cujo Estado desenhava-se no horizonte como possibilidade concreta.

O embate acabou com a derrota do grupo colorado submetido aos azuis que conseguiram maior adesão da opinião pública com a ação editorial encabeçada pela revista “Primeira Plana”. Este aparelho privado de hegemonia¹⁰⁸, nos dizeres de Gramsci, foi montado, equipado e colocado em funcionamento em um momento propício da guerra de posições. Objetivou, antes de tudo, a defesa da legalidade institucional inerente à disciplina militar, portanto, procurou dotar a sociedade de determinada visão de mundo que correspondia, em última instância, ao projeto proposto pelo grupo dos azuis que correspondia ao General Juan Carlos Onganía. O jornalista Mariano Grondona tratou de destacar as qualidades do General em cada editorial que antecedeu ao golpe¹⁰⁹.

¹⁰⁷ GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón: Los Montoneros*. Buenos Aires. Grijalbo S.A., 1987. p. 88.

¹⁰⁸ Segundo Christine Buci-Glucksmann: “O aparelho de hegemonia qualifica e precisa a hegemonia, entendida como hegemonia política e cultural das classes dominantes. Conjunto complexo de instituições, ideologias, práticas e agentes (entre os quais os ‘intelectuais’), o aparelho de hegemonia só encontra sua unificação através da análise da expansão de uma classe. Uma hegemonia não se unifica em aparelho a não ser por referência à classe que se constitui em e através da mediação de múltiplos sub-sistemas: aparelho escolar (da escola à universidade), aparelho cultural (dos museus às bibliotecas), organização da informação, do meio ambiente, do urbanismo, sem esquecer o peso específico de aparelhos eventualmente herdados de um modo de produção anterior (tipo: Igreja e seus intelectuais). Entretanto, Gramsci evita os tropeços de um institucionalismo a la Weber (primado das instituições sobre as práticas), pois o aparelho de hegemonia é marcado pela primazia da luta de classes” (BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado: Por uma teoria materialista da filosofia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980. p.70.).

¹⁰⁹ Sobre a questão ver: MAZZEI, Daniel H. *Los médios de comunicación y el golpismo. La caída de Illia 1966*. Buenos Aires: Grupo editor universitario. 1997.

Durante os anos que antecederam outro golpe de Estado¹¹⁰, protagonizado pelos setores militares em consonância com amplos setores da sociedade civil – organizada em aparelhos privados de hegemonia –, a corporação militar voltou-se para si em um exercício de profissionalização de seus quadros, corroborando a idéia de que o abstencionismo da corporação em realidade tratou-se de um fechar-se sobre si para definição da estratégia de tomada do poder. Principalmente durante os anos compreendidos entre 1962-1966, cujo treinamento legado pela “Escola das Américas”¹¹¹ aos militares do Cone Sul, em especial, à corporação argentina, difundiu o anticomunismo como prerrogativa básica para defesa das fronteiras nacionais. De certa forma, o contingente corporativo das forças armadas argentinas mudou substancialmente à medida que aderiu a proposta ideológica fomentada pelo rígido controle propalado pela escola, dentre os quais os valores ditos ocidentais e cristãos difundidos pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

O ano de 1966 representa uma ruptura considerável no modo de fazer política na Argentina. O período iniciado com o golpe civil-militar que declarou aberto o período da “Revolução Argentina” reivindicou para os militares o poder de veto à política com vistas ao rearranjo das instituições, produzindo reflexos que se estende até o golpe de 1976. Trata-se do período da violência política¹¹².

Ahora ya no solo se buscaba excluir al otro, como antes, sino eliminarlo. Las movilizaciones sociales de 1969 hasta 1973, la militarización de la política y la represión estatal iniciada en 1966, incrementada en 1975 y potenciada terriblemente después de 1976, constituyen ejemplos de ese proceso. Desde 1966, entonces, no se estableció ninguna modalidad común de actividad política; tras cada cambio institucional de gobierno, sus recursos eran redefinidos drásticamente y los que subían al poder pretendían hacer tabla rasa de gran parte del pasado¹¹³.

¹¹⁰ O processo foi denominado pelos militares golpistas de “Revolução Argentina”. Foi deflagrado contra o governo de Illia em 1966. Juan Carlos Onganía foi nomeado presidente da Argentina pelos golpistas. Dentre as ações imediatas ao golpe destaca-se o fechamento do congresso e a ação aberta da censura.

¹¹¹ Trata-se de uma entidade localizada no Panamá que nos anos de 1960 procurou treinar oficiais do exército para a guerra contra-insurgente. Em suma, a escola teve como pano de fundo a Guerra Fria. Uma das principais linhas de ação da escola possuía no treinamento para tortura uma de suas características mais marcantes. Sabe-se que a tortura possuía como objetivo corporativo a produção de inteligência para estabelecer maior controle sobre o “inimigo interno”. Dentre os treinamentos havia estudos pormenorizados de dispersão de massas e contenção de movimentos populares. No filme *Estado de Sitio*, do diretor grego Costa-Gravas, há uma síntese bastante completa de como eram realizados estes treinamento dentre os militares. Outro dado importante. Recentemente o site da DHnet publicou uma lista bastante abrangente com o nome de militares brasileiros que passaram pela Escola das Américas no período de 1954 a 1996. Para maiores detalhes, acessar: <http://www.dhnet.org.br/denunciar/tortura/textos/lista.htm>. Acessado em 07-07-08.

¹¹² Sobre esta questão, em um recente debate historiográfico Luis Alberto Romero propõe o recorte temporal para o estudo da questão compreendido entre os anos de 1968-1976. Ver: ROMERO, Luis Alberto. *La violencia en la historia argentina reciente: un estado de la cuestión*. In: PÉROTIN-DUMON, Anne (dir.). *Historizar el pasado vivo en América Latina*. Disponível em: <http://etica.uahurtado.cl/historizarelpasadovivo/es.contenido.php>.

¹¹³ RAMIREZ, Hernán. *Corporaciones en el poder: institutos económicos y acción política en Brasil y Argentina: IPÉS, FIEL y Fundación Mediterránea*. San Isidro: Lenguaje Claro Editora, 2007. p. 183.

Conforme comenta Ramírez, sob as bases deste processo, repousam as explicações de uma iniciativa que possibilitou instaurar um modelo de extermínio físico da oposição. As guerras institucionais, onde os grupos de interesses se alternaram visando uma ação sistemática de exclusão política da oposição – a exemplo do que aconteceu com o peronismo proscrito – acompanhou uma guinada repressiva que procurou estabelecer o extermínio físico como meta para a reabilitação das instituições. Ao voltar-se para a profissionalização dos quadros militares, a corporação aproximou-se de grupos econômicos profissionais que constituíam o *establishment*. Trata-se das grandes corporações e grupos de estudos acerca da economia nacional como os citados por Ramirez¹¹⁴. As posições efetivas do golpe que se auto-intitulou “Revolução Libertadora” é o que discutimos no tópico seguinte.

1.5 - A “revolução argentina” ou golpe civil-militar-empresarial: um pequeno panorama.

O golpe de 28 de junho de 1966 colocou fim à segunda experiência constitucional de um governo eleito pelo sufrágio universal pós-derrocada de Perón em 1955. A arquitetura do golpe estabeleceu-se frente a uma manobra ampla articulada nos principais meios de comunicação da Argentina¹¹⁵. Juan Carlos Onganía foi nomeado presidente e colocou em voga o plano de governo que buscou dar as bases sobre as quais se assentou o projeto da “Revolução Argentina”. As características essenciais do plano de Onganía para a direção do país, baseavam-se em sua ampla experiência e colaboração para adaptação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) no país. O projeto argentino estava em consonância com os projetos que atingiram a “manu militari”¹¹⁶ a região do Cone Sul, a exemplo do processo iniciado no Brasil que, com o golpe de 1964, alinhou sua proposta política aos princípios gerais da DSN, combinou uma ação repressiva intensa com um projeto político dirigido aos interesses das classes empresariais¹¹⁷.

Frustrando as especulações acerca de um golpe idílico, rápido e eficiente que: “pondria fin a um gobierno incapaz de conducir al país hacia ‘su destino de grandeza’”¹¹⁸, o

¹¹⁴ Conforme discutido pelo autor, dentre os principais centros de investigação econômica destacaram-se a “Fundación Mediterránea” e a “Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas (FIEL)” (*Id. Ibid.*).

¹¹⁵ Para uma introdução detalhada, ver: DE RIZ, Liliana de. *História Argentina: La política en suspenso 1966/1976*. Buenos Aires: Paidós, 2000.

¹¹⁶ *Id.* p.13.

¹¹⁷ Acerca deste tema, utilizamos como referência a discussão apresentada por René Dreifuss. Ver: DREIFUSS, René Armand. *1964 a conquista do Estado: ação política e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. e DREIFUSS, René. *A internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional. 1918-1986*. Rio de Janeiro, Espaço e tempo, 1986.

¹¹⁸ DE RIZ, *Op. cit.* p. 13.

que se viu a 28 de junho de 1966 foi um estratégico congelamento da ação popular em meio ao uso extensivo da propaganda como forma de adesão ao projeto militar. A conformação da “nova ordem” passou pela condução de Onganía: “Conocido como el general defensor de la legalidad en los sucesos que habían enfrentado los militares en 1962 y 1963, acreditaba a su favor la fama de haber sabido conducir a las Fuerzas Armadas por la senda de la modernización y el profesionalismo”¹¹⁹. Uma amostra do tipo de condução que os setores empresariais argentinos acreditavam ser a melhor opção para o Estado, cujo porta-voz foi o jornalista Mariano Grondona.

El general Onganía se perfilaba como el caudillo que muchos creían que la Nación necesitaba. “En las jornadas de septiembre de 1962 surgió algo más que un programa, una situación militar o una intención política: surgió un caudillo”, decía Mariano Grondona en su columna de *Primera Plana* del día 30 de junio¹²⁰.

A participação de “Primera Plana” como aglutinadora da ideologia golpista é ressaltada, também, por Romero. Segundo o autor, o ambiente criado pelo clima de diferenciação entre os setores médio da sociedade em relação aos demais, foi preponderante para o surgimento de revistas semanais de opinião. Concomitante a este processo, iniciado em 1962, houve o destacamento de jornalistas que forneciam novos códigos lingüísticos que procuravam ressaltar a necessidade de ser “exclusivo” na sociedade por meio do consumo que objetivava demarcar diferenças nas formas de comportamento¹²¹. “Primera Plana” cumpriu um importante papel educativo da classe média conforme destaca Romero dentre as demais revistas de opinião que circulavam à época.

Uma delas, a *Primera Plana*, cumpriu uma função essencial dos novos setores médio e altos. Surgiu em 1962 para servir de porta-voz dos grupos que começavam a se aglutinar em volta do General Onganía e da evanescente idéia de uma “frente”. Mas, além disso, ou talvez exatamente por isso, assumiu com entusiasmo e certa ingenuidade a tarefa de divulgar a modernidade entre os leitores que, graças à profusão de termos para iniciados que sua leitura exigia, deviam ser eles próprios uma minoria, recrutada entre os novos setores profissionais e os executivos eficientes¹²².

A fama construída em torno do “pulso forte”, e condutor ordeiro de Onganía, foi aclamada pelos golpistas que souberam articular o consenso acerca do golpe, pois, havia muita expectativa sobre o papel do Estado no panorama político-econômico-social. A eficiência e/ou eficácia era aclamada pelos novos contingentes que começaram a se destacar

¹¹⁹ Id, *Ibid.*

¹²⁰ Id. p. 13-14.

¹²¹ ROMERO, *Op. cit.* p. 151.

¹²² Id, *Ibid.*

na sociedade argentina de então. Além disso, tratou-se de estabelecer um elemento de identificação muito forte entre a corporação militar e a manipulação da opinião pública. Uma tática que se revelou eficaz a curto prazo e foi favorecida pelo rumo tomado pela política argentina nos anos anteriores ao golpe. Basicamente, o binômio eficácia/ineficácia atraiu uma gama variada de setores ligados à sociedade civil que concordavam quanto a existência de uma forma autorizada e eficiente de colocar o quadro político argentino. Desta vez, as Forças Armadas sobressaíram frente aos demais setores na política. Um claro alinhamento com o que propunha os órgãos internacionais financiados pelos Estados Unidos que, como vimos anteriormente, estava inclinado a apoiar regimes autoritários na América do Sul.

En el revolucionado clima moral de las clases medias, engrosadas por nuevos contingentes, los valores tradicionales de la democracia liberal cedieran paso a la exaltación de la eficacia. El eco que el diagnóstico de ineficiencia del gobierno, apoyado en una propaganda masiva, logró en la sociedad argentina de entonces, obedecía a la insatisfacción generalizada con políticas que suponían habrían de prolongar el *impasse* económico y social. Ni la clase trabajadora, identificada con el peronismo, ni los empresarios, nacionales o extranjeros, se reconocían en ellas¹²³.

Conforme a análise de Liliana de Riz, um novo panorama ideológico disseminado entre os jovens executivos que esperavam maior eficiência e rapidez do Estado - em geral, não encontrava benevolência entre os donos das grandes empresas argentinas que temiam o porvir dos acontecimentos – gerou expectativa de que o golpe confluía em uma saída hábil, capaz de edificar uma administração pública qualitativamente preparada para organizar os assuntos econômicos no plano nacional segundo os interesses que o contexto desenhava. Neste sentido, como demonstra a autora, procurou-se estabelecer uma aliança ampla entre setores do sindicalismo peronista que já havia algum tempo conformou uma forte oposição ao governo civil de Illia. Tais evidências nos levam a crer que parecia haver um acordo tácito em torno do golpe apoiado pela onda de reivindicação sobre o “mito da modernidade”. O papel decisivo da imprensa girou em torno da exaltação do grupo militar diante de questões objetivas da condução do poder. Mudanças radicais das estruturas político-econômicas para o progresso técnico faziam-se necessárias segundo alegação apresentada nos meios de comunicação da época. O perfil do Dr. Illia frente aos objetivos da nação foi apontado como fator decisivo para a imagem de um país caricaturizado nos meios de comunicação como lento e atrasado para a etapa de transição que passava a América Latina.

La lentitud, considerada como prueba de la incompetencia, dejó abierto o

¹²³ DE RIZ, *Op. cit.*, p.15.

interrogante acerca de qué dirección debía tomar el anhelado cambio de estructuras. El gobierno de Illia contó, desde su comienzo, con la oposición del movimiento sindical peronista y en la medida en que no represento los intereses del poderoso bloque económico consolidado durante los años de Frondizi, hizo posible la convergencia de una oposición que, en nombre de la eficacia, y con la complacencia de una opinión pública manipulada hábilmente por los órganos de prensa, alentó el golpe militar¹²⁴.

Continua a autora,

El descontento ante un gobierno que alejaba a la Argentina de la senda de la “modernidad”, ya sea por su política de mayores salarios reales y empleo; ya sea porque era el resultado de la proscripción de las mayorías o bien por su estilo demasiado gris y provinciano para adecuarse al tono de la época, encontró diversas formas de manifestarse¹²⁵.

Havia outros elementos constitutivos da ideologia golpista que completavam o desenho civil-militar do golpe. Em geral, o corporativismo militar subsumiu a campanha latino-americana respaldada pela “Doutrina de Westpoint”. O próprio Onganía foi convidado a proferir palestra no centro de treinamento de reacionários militares para comandar governos autoritários na América Latina. Em Westpoint houve o delineamento das disposições mais gerais às quais atenderam as ditaduras civis-militares instauradas nos anos de 1960 no Cone-Sul.

La “doctrina de Westpoint”, que el general Onganía había expuesto en 1965, en oportunidad del discurso que pronunció como invitado en la Academia Militar de Westpoint, contribuye a explicar nuevas ideas de la seguridad nacional que cobraron fuerza en la corporación castrense. En la formulación de la “doctrina de Westpoint” se advierte la presencia del escenario internacional modificado por la Revolución Cubana. Estado Unidos ya no cuestionaba las soluciones autoritarias, por el contrario, estaba dispuesto a apoyarlas para combatir al peligro comunista en la América Latina. De acuerdo con la doctrina de la Seguridad Nacional abrazada por Onganía, las Fuerzas Armadas argentinas deberían defender la legalidad hasta un cierto límite: ese límite estaba fijado en el momento en el que el libre juego de las instituciones constitucionales amenazara las instituciones fundamentales de la Nación y su estilo de vida occidental y cristiano¹²⁶.

A forte reação conservadora no âmbito da contra-insurgência caracterizou o período. Combinava elementos oriundos da experiência histórica populista argentina, com interpretações dos problemas sociais respaldadas pelo catolicismo integrista. Esta interpretação fatalista da história direcionou esforços ao panorama educativo idealizado pela ala conservadora da Igreja Católica que, à época, encontrava-se dividida por distintas interpretações acerca do papel secular da instituição. O integristismo foi adotado pelos militares

¹²⁴ *Id.* p. 17.

¹²⁵ *Id.*, *Ibid.*

¹²⁶ *Id.*, p. 33.

que conjugaram elementos do nacionalismo em uma doutrina.

Esta doutrina, que desdibujaba los ámbitos de competencia militar e civil, venia a servir al propósito que había inspirado a la tradición nacionalista y católica de las Fuerzas Armadas, de crear la sociedad ordenada, jerárquica y corporativa, que el lenguaje eclesiástico denomina integrismo¹²⁷.

Segundo a autora, a definição do contexto nacional pautada na ameaça estrangeira, caracterizada pela Revolução Cubana, é um elemento preponderante na distinção mais geral dos rumos adotados pela “Revolução Argentina” além do cunho liberal de sua doutrina política-econômica. É importante destacar que a noção de uma sociedade hierárquica, ordeira e civilizada direcionou-se à repolitização dos agentes sociais encarregados da condução do processo instaurado a partir do golpe, como no caso da ausência da corporação nos assuntos políticos durante os anos de 1962-1963. Durante o referido período, houve confrontos no interior da corporação militar que definiu o grupo dirigente capaz de estender tal direção ao Estado e a sociedade em geral a partir do golpe. Havia entre os militares a convicção de defesa do território nacional. Esta convicção foi transformada em um plano sistemático que deu origem a idéia de uma missão cuja corporação militar tinha papel fundamental. Uma verdadeira cruzada em defesa da moral e dos bons costumes.

La misión de los militares se inscribía así en una política continental que era, a la vez, una cruzada religiosa en defensa de los valores occidentales e cristianos. Mientras el contexto internacional contribuía a dar dramaticidad a la lectura que de la realidad hacían los militares, la realidad local se encargaba de estimular esos temores. Un primer foco guerrillero en la provincia de Salta, en 1963, pareció confirmar la idea de que el fantasma de otra Cuba se cernía sobre el país¹²⁸.

A primeira experiência guerrilheira registrada em 1959¹²⁹, na Argentina, veio a público manifestar que a solidariedade com Cuba inclinava-se à implantação do socialismo via “práxis revolucionária” interpretado nos ideais da revolução por meio das armas. A experiência dos revolucionários de “Sierra Maestra”, em Cuba, mostrou ao mundo o poderio e a organização para defender até as últimas conseqüências os ideais revolucionários. Entretanto, cabe ressaltar que as ações da guerrilha na Argentina, radicalizada pela

¹²⁷ *Id.* P. 34.

¹²⁸ *Id.* p. 35.

¹²⁹ Segundo Jorge Christian Fernández: “Setores de base da ‘resistência peronista’ começaram a se opor às manobras conciliadoras da antiga burocracia sindical e os governos pós-peronistas. Progressivamente migraram em direção à esquerda, situando seus oponentes no campo do imperialismo e aprofundando os conceitos de justiça social do peronismo num sentido claramente revolucionário e emancipador. Nesse contexto, a impossibilidade de acesso à via política corroborava cada vez mais com a opção pelas armas, ainda mais após a vitória da Revolução Cubana. Já em 1959, uma embrionária organização guerrilheira fez a sua aparição, “*Uturuncos*”. Era a gênese do movimento revolucionário peronista” (FERNÁNDEZ, *Op. cit.* p. 33-34.).

aproximação do peronismo com o marxismo – dando origem ao peronismo revolucionário –, tiveram seu auge durante os anos de 1970, ainda que no ano de 1968 muitos grupos armados tenham sido formados na Argentina a exemplo dos *Montoneros*, de tendência peronista, *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) de tendência trotskista e *Ejército de Liberación Nacional* (ELN), dentre outros.

É importante destacar que a interpretação da Doutrina de Westpoint, levada a cabo no plano nacional, visou dar maior credibilidade à administração militar, cujo objetivo maior era a conquista do Estado. Neste sentido, a adesão de civis comprometidos com a modernização nacional foi avaliada como positiva para a continuidade do processo iniciado com o golpe de 1966.

En nombre de la “doctrina de Westpoint”, Onganía reivindicó su libertad de formar un gobierno con funcionarios civiles, sustraídos del control de las jerarquías militares. Sin embargo, fuera de su prestigio personal, su única base de sustentación era las Fuerzas Armadas¹³⁰.

Continúa a autora,

Suprimidos los partidos, el reclutamiento de los funcionarios combino criterios técnicos e ideológicos: la mayoría eran católicos, todos anticomunistas, se definían “apolíticos” y se abrevaban en vertientes que cubrían el nacionalismo conservador y el más progresista en temas sociales; había entre ellos autoritarios y más moderados en el plan político¹³¹.

Como foi comentado por De Riz, embora houvesse uma linha clara a ser seguida, no plano efetivo, o projeto de Onganía encontrou algumas barreiras que culminou na nomeação do Ministro da Economia. Quem ocupou o cargo foi Nestor Salimei, um importante empresário do ramo do agronegócio: “La lealtad hacia el presidente era su carta de presentación, y la garantía para Onganía de que el poder no escaparía de su control”¹³². A nomeação de Salimei para a pasta econômica, desde logo tornou-se um problema para o general Onganía, pois Álvaro Alsogaray que foi nomeado embaixador nos Estados Unidos, esperava ocupar o cargo. Alsogaray, um engenheiro muito influente politicamente no plano nacional, foi legado a segundo plano pelo motivo alegado por Onganía que queria estabelecer,

¹³⁰ DE RIZ, Liliana de. *Op. cit.* p. 44.

¹³¹ “Integraron el gobierno varios de los miembros de El Ateneo de la República, asociación creada en septiembre de 1962 por “un grupo de ciudadanos preocupados por la suerte de la República” para contribuir a la solución de la crisis argentina mediante la difusión de toda la palabra autorizada sobre los urgentes problemas nacionales del presente. La heterogénea composición de El Ateneo se reflejó en el gobierno de Onganía. Nacionalistas tradicionalistas como Máximo Etchecopar y desarrollistas como Mario Amadeo y Raúl Puigbó, ilustran las diferentes vertientes del nacionalismo católico. Para un análisis de la composición de esta asociación y los miembros que formaron parte del gobierno de Onganía” (SELSER, Gregório, Apud: DE RIZ, *Op. cit.* p. 44).

¹³² *Id.* p. 45.

em sua administração, indivíduos que compactuassem com o desenho “apolitizado” definido para a condução do projeto militar relacionado ao poder que estava em consonância com as idéias difundidas pela Igreja Católica. Além disso, Salimei era: “Católico practicante, se apresuró a declarar que ejercía su función ‘sin entrar en política’”¹³³. O ministro foi recebido no plano corporativo empresarial em meio a desconfianças como discutido por Liliana de Riz.

Los empresarios pretendían que el nuevo ministro fuera un vocero confiable de sus intereses y orientaciones, pero la consigna de “crear trabajo”, levantada por Salimei, y las supuestas buenas relaciones que mantenía con el sector del sindicalismo proclive a negociar con el gobierno, solo podían la incertidumbre que despertaba un presidente para quien el proyecto de su gobierno era “un estado espiritual”¹³⁴.

A defesa dos interesses empresariais se sobrepunha ao propósito apresentado pelos militares no poder de promover fronteiras ideológicas. Os grupos empresariais pressionaram o governo exigindo a substituição de Salimei, pois não acreditavam que ele possuísse o perfil necessário para alcançar a modernização almejada. Como comenta De Riz, a idéia ganhou força junto à pauta das revistas do nacionalismo de direita que: “Pronto se puso de manifiesto que Salimei no lograba imprimir un rumbo a la economía y mantenerlo”¹³⁵. Os empresários se mostraram titubeantes quanto ao golpe e se colocavam em franca oposição aos rumos admitidos para a política econômica propugnado pela administração de Salimei junto ao Ministério da Economia. Segundo comentou De Riz, a proposta do novo Ministro buscou conciliar a posição do Estado junto aos assuntos econômicos representados pelos grupos empresariais. Estes últimos estavam dispostos a apoiar a regulação estatal nos assuntos econômicos desde que este processo levasse em conta os problemas particulares de cada uma das grandes empresas argentinas. Embora Salimei tenha experimentado ceder aos interesses corporativos empresariais, sua atitude não evitou sua derrocada.

Sin embargo, Salimei optó por un sistema donde el caso de cada empresa iba a ser considerado por separado, con criterios flexibles, lo que dejaba un amplio margen para la discrecionalidad. El conflicto no pudo resolverse bajo la gestión de Salimei, pero se impuso su criterio bajo la gestión de sus sucesor, Krieger Vasena. De este modo, el Estado aportaba al sostenimiento selectivo de la empresa privada. La denominada con ironía ley ALPI – remendando la sigla de la asociación de ayuda para las personas incapacitadas – con el argumento de la preservación de las fuentes de trabajo, favoreció selectivamente a los empresarios¹³⁶.

¹³³ *Id. Ibid.*

¹³⁴ *Id. p. 46.*

¹³⁵ *Id. p. 47.*

¹³⁶ *Id. p. 50.*

Como comentado pela autora, vemos que os interesses empresariais foram decisivos para a derrubada de Nestor Salimei. Adalbert Krieger Vasena chegou ao Ministério da Economia com credenciais positivas para os grupos empresariais, pois: “Tratava-se de um economista surgido das próprias entranhas dos grandes grupos empresariais, com excelentes conexões com os centros financeiros internacionais e de reconhecida capacidade técnica”¹³⁷. A ditadura civil-militar-empresarial conduzida por Onganía na realidade propunha a liderança efetiva dos grandes grupos econômicos. Esta característica se ampliou com o tempo e desembocou em fórmula repressiva distinta das experimentadas anteriormente no processo histórico argentino.

No panorama social, a discussão encaminhada por Romero aponta para a formação de uma nova esquerda na Argentina do fim dos anos de 1950 caracterizada pela solidariedade com a Revolução Cubana. Este movimento produziu ações pautadas nos ideais progressistas que atribuíam ao destino da humanidade uma corrente em direção ao progresso. Teve grande adesão no meio universitário. Assim, a autonomia universitária que ainda foi possível manter durante estes anos, da década de 1950, contribuíram para a formação de um ambiente altamente questionador manifesto em maior ou menor grau em todos os ramos da pesquisa acadêmica¹³⁸.

Ao mesmo tempo, como esse questionamento político, mas não partidário, preocupado em manter – além dos avatares da política nacional – o arco das solidariedades progressistas, era processado internamente. Em primeiro lugar a fé na ciência, e depois a confiança no progresso da humanidade, exemplificada na grande solidariedade despertada pela Revolução Cubana. Nesse sentido, e graças à sua autonomia, a universidade se tornou uma “ilha democrática” em um país que era cada vez menos democrático, e, o que é pior, que acreditava cada vez menos na democracia, de modo que a própria defesa da “ilha” ajudou a consolidar as solidariedades internas¹³⁹.

Segundo Romero, a atitude desencadeada com o processo em curso no interior da universidade, não se encerrou em debates teóricos. Cada vez mais havia o consentimento de que os debates teóricos só teriam relevância se fossem capazes de reverter em ações direcionadas ao conjunto da sociedade. A participação da sociedade tornou-se decisiva para a efetivação de um projeto que reunia a universidade e a sociedade no panorama de progresso intelectual com vistas aos problemas sociais enfrentados a partir da realidade e da demanda inerente ao contexto social. Tratava-se de intervir diretamente na realidade a fim de transformá-la. Esta militância acadêmica não passou despercebida pela coordenação militar

¹³⁷ ROMERO, *Op. cit.* p. 163.

¹³⁸ Esta discussão está presente em: ROMERO, *Op. cit.* p. 153.

¹³⁹ *Id.* p. 153-154.

que interviria de forma decisiva com o aparato repressivo utilizado em grandes proporções, pois “El Gobierno adujo que había que poner fin a la infiltración marxista y a la agitación estudiantil”¹⁴⁰. Estavam dadas as condições gerais para a sistematização da repressão política que se prolongaria até 1984 com as características desenhadas durante os anos compreendidos entre 1966-1973.

A pauta da DSN, propalada pela Escola das Américas, interpretada pela ditadura do general Onganía, precipitou a ação repressora do Estado direcionada à Universidade. O episódio que foi antecedido pela supressão da autonomia universitária, passados um mês — da gestão militar junto ao Estado, mais precisamente a 29 de julho de 1966, ficou marcado na história recente da Argentina como “La Noche de los bastones largos”¹⁴¹. Muitos professores pediram demissão e seguiram para o exílio em países europeus e outros países latino-americanos para dar continuidade às suas atividades intelectuais, entretanto, segundo comentou Romero: “Muitos deles continuaram suas atividades no exterior, e outros buscaram arduamente reconstruir, nos subterrâneos, as redes intelectuais e acadêmicas, em geral em espaços recônditos, que foram comparados às catacumbas”¹⁴². O estabelecimento da ordem autoritária produziu uma cortina de fumaça direcionada aos diversos grupos que ousaram construir alguma resistência no contexto que se ampliava: “Enquanto isso, reapareceram nas universidades os grupos tradicionalistas, clericais e autoritários que haviam predominado antes de 1955”¹⁴³. A “noite dos cacetes”¹⁴⁴, durante o *Onganiatto*, foi a experiência repressora do Estado que serviu como linha de ação para os demais âmbitos da sociedade, como indica Romero: “A primeira fase do governo se caracterizou por um ‘choque autoritário’”¹⁴⁵. Na repressão desencadeada na “noite dos cacetes”, ou noite dos bastões largos, evidenciou-se o corte autoritário que passou a ditar o ritmo de esvaziamento da resistência nas universidades. Entretanto, junto com a repressão desvelada pelo poder militar, houve medidas de afirmação da política conservadora levada a cabo pelos militares contra a atividade política nas instituições do Estado. Cabe destacar que esta tendência teve como pressuposto inicial a paralisia da atividade crítica na sociedade.

Foi proclamado o começo de uma etapa revolucionária, e foi anexado à Constituição um Estatuto da Revolução Argentina, sobre o qual jurou o general Juan Carlos Onganía, presidente nomeado pela Junta de Comandantes, que se manteve no poder até junho de 1970. O parlamento

¹⁴⁰ DE RIZ, *Op. cit.* p. 51.

¹⁴¹ *Id. Ibid.*

¹⁴² ROMERO, *Op. cit.* p. 161-162.

¹⁴³ *Id.* p. 162.

¹⁴⁴ *Id.* p. 161.

¹⁴⁵ *Id. Ibid.*

foi dissolvido – o presidente concentrou em suas mão os dois poderes – e também os partidos políticos, cujos bens foram confiscados e vendidos, o que confirmou o fechamento irreversível da vida política¹⁴⁶.

E continua o autor,

Os ministérios foram reduzidos a cinco, e foi criado uma espécie de estado-maior da Presidência, integrada pelos Conselhos de Segurança, Desenvolvimento Econômico e Ciência e Tecnologia, pois, segundo a nova concepção, o planejamento econômico e a pesquisa científica eram considerados insumos de segurança nacional¹⁴⁷.

O fechamento do cenário político, comentado por Romero, produziu seus efeitos imediatos. A sociedade se abateu devido à ação sistemática dos órgãos estatais em mãos de civis e militares que compartilhavam um diagnóstico sombrio acerca dos temas mais gerais da vida nacional, nele se confirmou a supremacia da obediência em postos chaves da atividade política. Outros mecanismos repressivos foram estabelecidos diante da sociedade como a censura que possuía como base ideológica argumentos distorcidos derivado da interpretação elástica do catolicismo acerca do comunismo. Os argumentos se apoiavam em preceitos construídos pela ala conservadora da Igreja Católica sobre as “mazelas” que o comunismo produzia na sociedade que, por sua vez, eram diametralmente opostos à ideologia integrista. Este aspecto é ressaltado por Romero: “A censura se estendeu às manifestações mais diferentes dos novos costumes, como as minissaias ou cabelo comprido, expressões dos males que, segundo a Igreja, eram a ante-sala do comunismo: o amor livre, a pornografia e o divórcio”¹⁴⁸. Todos os aspectos comentados pelo autor, traziam na sua regulação pelos militares, uma ação de imobilização dos setores mais jovens da sociedade. Segundo a análise de Romero, é possível pensar que a disseminação de uma cultura ordeira pensada a maneira militar, produziu uma extensão da ideologia dos quartéis à sociedade em geral. Como vimos anteriormente, desde a derrocada e conseqüente proscricção do peronismo, instalou-se na corporação militar a supremacia do antiperonismo como linha de atuação. À época da Fuziladora, tornou-se comum a capitulação de muitos membros da corporação por pressão de seus pares. À época do golpe de 1966, essa ideologia apoiada pelo Integrisimo Católico, a Doutrina de Segurança Nacional, e os “valores ocidentais”, ampliou seu raio de interpretação em direção a sociedade em geral.

O desenho autoritário planejado para a Argentina entre os anos de 1966 a 1970 pelas Forças Armadas, apoiado pela ingerência ocasionada pela interpretação da DSN que fazia a

¹⁴⁶ *Id. Ibid.*

¹⁴⁷ *Id. Ibid.*

¹⁴⁸ *Id. P. 162.*

corporação militar, sustentada pela Igreja católica, precipitou conflitos de diversas naturezas que tinham sua origem na oposição declarada entre alguns setores da sociedade – talvez a sua grande maioria – e o autoritarismo inerente à situação provocada pela instituição militar no poder do Estado. Muitos protestos foram protagonizados nos anos de 1960 pelos estudantes e professores secundaristas e universitários apoiados por alguns sindicatos que ampliaram o diálogo com os setores mais combativos da sociedade.

El activismo estudiantil protagonizado por las alas juveniles del Partido Comunista y sus diversas escisiones y por agrupaciones de izquierda de variados orígenes, que comprendían facciones desprendidas del viejo Partido Socialista, el trotskismo y el socialismo nacional, era un elemento particularmente irritante para el nuevo orden que Onganía quería implantar. Sin embargo, a pesar de las denominaciones de las agrupaciones estudiantiles, sólo reclutaban universitarios y profesionales¹⁴⁹.

O plano de governo articulado entre os militares consistia na teoria dos três tempos complementares. Para efetivá-los, parte da sociedade civil que se colocasse em franca oposição deveria ser disciplinada. Em suma, forjou-se uma estratégia que incidia na implantação do tempo político que previa a regeneração das instituições internas do poder político formal; o tempo social cujo principal alvo era a classe trabalhadora cordial e disciplinada; e, por fim, o tempo econômico que representava sua principal bandeira, pois o golpe foi evocado em meio à exigência por eficiência pelos setores executivo-empresarial, como vimos anteriormente.

No plano ideológico, a bandeira econômica mostrou-se eficaz no que dizia respeito à condução de uma Argentina em direção ao seu destino de grandeza. Esta proposição ia ao encontro das expectativas de implantação de um modelo de Estado forte que o Ministro Krieger Vasena esteve disposto a colocar a serviço dos setores empresariais. Sua estratégia consistia basicamente na regulação dos juros para os investidores estrangeiros e na desregulamentação dos salários reais. O acordo congregado pelo Ministro junto ao ramo empresarial, desfavoreceu as condições de trabalho na Argentina. Os salários foram congelados por dois anos o que colocou sindicatos e trabalhadores em oposição declarada ao regime autoritário. A intervenção direta nos sindicatos procurou estabelecer o chão favorável à nova conjuntura econômica. Ao passo em que previu a análise concreta de cada empresa para articular a melhor solução aplicada em cada ramo particular, a tática do Ministério produziu uma cisão metódica na sobrevivência de alguns ramos, pois o plano consistia também na eleição direta de algumas empresas estratégicas definidas pelo Estado como analisou Romero.

¹⁴⁹ DE RIZ, *Op. cit.* p. 51-52.

O primeiro passo do plano de Krieger Vasena, lançado em março 1967, coincidindo com a derrota da CGT, era superar a crise cíclica – menos aguda que a de 1962-1963 – e alcançar uma estabilidade prolongada que eliminasse uma das causas dos conflitos setoriais. A longo prazo, propunha racionalizar o funcionamento de toda a economia e, assim, facilitar o desempenho das empresas mais eficientes, cuja imposição sobre o conjunto acabaria definitivamente, nesse campo, com os impasses e os bloqueios existentes¹⁵⁰.

A discussão encaminhada pelo autor demonstra algumas prerrogativas que haviam sido aclamadas pelos setores empresariais. Este grupo demonstrou sua força política quando definiu o planejamento do Estado em benefício próprio com uma ação que propunha imprimir relações de pressão segundo seus interesses de classe. O aparato estatal foi largamente utilizado em benefício de uma classe específica formada a partir do processo de modernização das relações de produção tendo como espaço a Argentina. Como podemos observar na discussão proposta para o período pelos autores que lançamos mão, o processo histórico em questão – o da Argentina do período de 1945-1968 –, propiciou a ascensão do bloco de poder civil-militar-empresarial, semelhante ao estudado e descrito por René Dreifuss¹⁵¹, segundo o caso brasileiro. Guardadas as especificidades de cada caso concreto, é interessante apontar que o contexto latino americano passou por significativas mudanças no panorama político-ideológico.

A ação do Estado – ou o protagonismo do Estado – se mostrou decisiva para a afirmação do projeto econômico que encontrou resistência direta na Argentina, como expôs Romero: “Nesses anos, a expansão do Estado parecia perfeitamente funcional com a reestruturação do capitalismo, mas provavelmente seus beneficiários sabiam dos perigos em potencial de conservar uma ferramenta tão poderosa em atividade”¹⁵². Para o autor, o planejamento, racionalização e organização propostas pelo Estado, pressupunham uma série de riscos que desembocou no projeto arquitetado pela alta burguesia, que não abriu mão de conservar, junto à ideologia militar, pontos de aproximação muito específicos. As velhas soluções de outrora, reapareciam dando margem à ação organizada pelos setores empresariais. Para garantir a permanência das relações de poder entre as classes era necessário mudar para continuar como estava.

A nova política modificava profundamente os equilíbrios – que mudavam, mas eram estáveis – da fase do impasse, e virava a balança a favor dos grandes empresários. A utilização do mais tradicional dos instrumentos de

¹⁵⁰ ROMERO, *Op. cit.* p. 163.

¹⁵¹ DREIFUSS, *Op. cit.*

¹⁵² ROMERO, *Op. cit.* p. 165.

política econômica – a transferência funcionava de maneira nova. Em lugar de alimentar o último por meio do aumento do consumo dos trabalhadores e da expansão do mercado interno – concepção clássica nas alianças distributivas entre empresários e trabalhadores – fazia-o por meio da expansão da demanda autônoma: investimentos, exportações não-tradicionais e um avanço na substituição de importações. Como observou Adolfo Canirot, tratava-se de um projeto próprio e específico da grande burguesia, que só podia ser proposto nessas circunstâncias sociais e políticas. Apoiados pelos que gostavam de se chamar de liberais, na verdade, era uma política que apesar de reduzir as funções do Estado de bem-estar, conservava e expandia as do Estado intervencionista. Nem os empresários queriam renunciar a essa poderosa alavanca, nem os militares teriam aceitado a perda da importância das partes do Estado com as quais se identificavam com mais facilidade: as empresas militares orientadas de uma maneira ou de outra à defesa, e as estatais, que eles com frequência eram chamados a administrar¹⁵³.

O contexto histórico específico em que teve espaço o projeto dos militares, liderados pelo general Onganía, é ponderado pelo autor em suas características específicas. O projeto político-econômico-ideológico em questão foi construído a partir de uma aliança entre o Estado e o empresariado, cimentada pela exclusão de um elemento fundamental até então na política argentina, o operariado. Este processo foi impulsionado pelo fechamento das instituições políticas tradicionais que há muito foram enfraquecidas no âmbito da disputa eleitoral. Com o recrudescimento do autoritarismo, que soube fazer uso de mecanismos de cooptação junto aos núcleos sindicais, houve uma resignificação das formas tradicionais de representação política e econômica da demanda operária. Segundo o novo panorama, os núcleos combativos da CGT foram reduzidos por um processo que desembocou em sua anulação, cujo ano de 1968 demarcou claramente a mudança de perspectiva, pois, segundo Romero: “Durante 1968, começaram a ser percebidos os primeiros indícios do fim da *Pax Romana*”¹⁵⁴. Além disso, outros fatores concorreram para agravar as tensões que envolviam a sociedade civil. O surgimento das guerrilhas peronistas datam do ano de 1968, a saber: os Montoneros e as Forças Armadas Peronista (FAP).

O projeto encabeçado pelo Ministro Krieger Vasena, demonstrou limites notáveis ao fim de três anos de gestão, como analisado por Moniz Bandeira: “As indústrias nacionais descapitalizaram-se, inúmeras faliram e vários setores, como os bancos, metalurgia, laboratórios farmacêuticos e fábricas de tabaco passaram para o controle das multinacionais a preço vil”¹⁵⁵. Segundo comenta o autor, a saída de capitais superou o ingresso em muito

¹⁵³ *Id. Ibid.*

¹⁵⁴ *Id. Ibid.*

¹⁵⁵ LUNA, Félix. *Argentina: de Perón a Lanusse (1943-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 186. apud: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987. p. 51.

ocasionando um desequilíbrio significativo na balança de pagamentos do país e suas conseqüências foram sentidas no panorama social. Os salários, segundo Moniz, tiveram uma retração na participação do PIB do país enquanto a elevação da carga tributária, como medida emergencial para tapear os eventos, agravou a situação difícil enfrentada pela Argentina até meados de 1969.

Na disputa sindical, em 1968, Raimundo Ongaro foi eleito dirigente máximo da CGT. Segundo Romero, Ongaro trazia consigo orientação social-cristã. Na realidade, neste momento a posição de direção dentro da CGT era dividida por dois blocos distintos. Se por um lado havia o núcleo Vandorista que era tutelado por Augusto Vandor, por outro se formou um núcleo denominado “participacionistas”, cuja característica principal, segundo, Romero era a que estavam: “dispostos a aceitar as regras do jogo impostas pelo regime e a assumir a função de expressão corporativa, ordenada e despolitizada do setor trabalhista da comunidade”¹⁵⁶. Como demonstrou o autor, a militância dos núcleos corporativos profissionais atravessou um período de forte questionamento que acabou expondo a base social sobre a qual se tornou viável o projeto dos militares. O período inscrito a partir do ano de 1968 provocou mudanças significativas na sociedade argentina e colocou a representação econômica do Estado contra a parede. O tempo econômico, na concepção dos artífices dos três tempos, estava esgotado. O tempo subsequente – o tempo social – se aproximara.

Terminada a reestruturação econômica – pensavam –, era possível iniciar o “tempo social” com o apoio de uma CGT unida e domesticada. Essa corrente, com representação no Exército, mas forte principalmente por sua proximidade com a Presidência, somou-se a outra alimentada pelos protestos cada vez mais generalizados da sociedade. Os setores rurais eram facilmente escutados pelos chefes militares, assim como os setores do empresariado nacional, capazes de tocar em um ponto ainda sensível neles. Diante da política econômica vigente, há outra alternativa, diziam; é possível um desenvolvimento mais nacional, um pouco mais popular e mais justo¹⁵⁷.

Mas, no campo das lutas sociais o ano de 1968 foi um marco fundamental na Argentina, assim como em todo o mundo. A intervenção dos movimentos que reivindicavam uma linha apolitizada nos sindicatos foi contestada no plano das realidades. Em 1969, na cidade de Córdoba, teve espaço um movimento espontâneo das massas engrossadas pela militância estudantil e os sindicatos dissidentes da linha seguida pela CGT. O *Cordobazo*, como foi chamado, foi um movimento espontâneo que levantou dúvidas sobre a eficácia do Estado militar frente a contenção efetiva dos movimentos populares. Este movimento não

¹⁵⁶ ROMERO, *Op. cit.* p. 165.

¹⁵⁷ *Id.* p. 166.

trazia consigo nenhuma liderança formal de imediato. Foi um claro sinal de que a conjuntura de fechamento das instituições formais da política, em especial os partidos e as agremiações estudantis, não havia cumprido sua tarefa essencial que consistia basicamente na exclusão do contingente popular da atividade política.

Em 29 de maio de 1969, a população ganhou as ruas para manifestar-se contra a conjuntura autoritária que se abateu sobre o país. O movimento foi percebido pelos militares que de imediato utilizaram à velha fórmula frondicista de não intervir até que as forças inerentes ao movimento se anulassem. Mas os eventos comprovariam a força do movimento. No panorama estudantil, as teses terceiro-mundistas aprovadas na Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), disputavam espaço com as teses dos Integristas. Este movimento teve fundamental importância na formação de um ideal efetivo da luta armada e foi impulsionado pelos feitos realizados pela população durante o *Cordobazo*, segundo a discussão apresentada por Liliana de Riz.

La influencia conservadora que la jerarquía eclesiástica ejercía sobre millares de jóvenes argentinos estaba siendo socavada, y este hecho habría de tener una importancia decisiva en la aceptación de la lucha armada y el florecimiento de expresiones del nacionalismo izquierdista y popular. Las declaraciones más radicales hechas en la Conferencia Episcopal Latinoamericana de Medellín, celebrada en Colombia en 1968, incitaron a una revolución teológica: otro debía ser el papel de la Iglesia y de los cristianos en el mundo; debían participar activamente en la gestión del cambio social hacia un régimen más justo. Los cristianos no podían ser indiferentes ante la injusticia y la violencia de los opresores¹⁵⁸.

Como comentou a autora, a mudança de atitude dos militantes católicos frente à realidade latino-americana impulsionou formas revolucionárias de contestação. O exemplo da guerrilha é marcante neste aspecto – embora o movimento guerrilheiro só tenha atingido sua força política-social e derrota durante os anos de 1970. O mais notável, porém, é a nova liderança que surgiu no seio do movimento de contestação, opositor a ala conservadora da Igreja Católica. Sua expressão principal foi a organização armada da juventude peronista com os Montoneros que protagonizaram ataques planejados a quartéis militares e chegaram a assassinar o general Pedro Aramburu em 1970, tido como a opção mais provável para promover a redemocratização e, conseqüentemente, reabertura política na Argentina. Segundo comenta De Riz, a “subversão” tinha como impulso decisivo as ações promovidas pela ingerência militar nos assuntos políticos do país. Em Córdoba, ficou clara a adesão de amplos setores da sociedade contra a intervenção nas províncias promovida pelos militares que

¹⁵⁸ DE RIZ, *Op. cit.* 68.

nomeavam governadores sem representatividade local, conforme comentado por De Riz.

Múltiples descontentos nacidos de la frustración política, la ausencia de libertad intelectual, el deterioro de la situación económica por la política centralista del gobierno y la gestión autoritaria del gobernador Caballero, conjugaron la acción de estudiantes universitarios, sectores sindicales peronistas decepcionados por la gestión de Onganía, partidarios del radicalismo desplazado del gobierno en 1966, que en la ciudad y en la provincia tenían una amplia base de apoyo popular y hasta conservadores descontentos con el correligionario que gobernaba su provincia como un autócrata¹⁵⁹.

Os elementos discutidos pela autora ocasionou a adesão da massa ao movimento detonado em Córdoba, onde a política autoritária proporcionada pelo controle militar do Estado já mostrava sinais de esgotamento. A base social do *Cordobazo* foi ampla e reuniu, em grande medida na oposição, muitas tendências que conflitavam com os apelos autoritários do governo. A partir do *Cordobazo*, a liderança do General Onganía foi colocada em jogo pela grande maioria das tendências que até então o apoiavam. Após um período de debates internos, a corporação militar resolveu substituir Onganía pelo General Roberto Levingston, em 1970, que assumiu a tarefa de promover a reabertura da cena política na Argentina.

Além da caída de Onganía, houve a derrocada de Krieger Vasena do Ministério da Economia que antes de deixar o cargo, advertiu: “Me han volteado los obreros mejor remunerados del país..., los obreros del cinturón industrial cordobés”¹⁶⁰. Junto com Vasena, a base de sustentação de Onganía, o *establishment*, retirou seu apoio ao general pois acusavam-no de produzir uma aliança com setores do sindicalismo ligados a Augusto Vandor, que foi assassinado em 1969 pelos Montoneros. Conforme abordou De Riz, tanto Vasena quanto Onganía foram pegos de surpresa pelos eventos que produziram a ação da guerrilha e da manifestação popular em Córdoba. Mas a conjunção de fatores serviu como linha fundamental da nova participação política como tratou Liliana De Riz.

A partir de entonces se sucedieran los alzamientos populares en las ciudades del interior, proliferaran las huelgas en abierto desafío a las direcciones sindicales nacionales y la protesta estudiantil penetró las universidades. Sin embargo, estos tumultos de amplia base popular fueron perdiendo intensidad y frecuencia y el centro de la escena fue ocupado por la guerrilla urbana¹⁶¹.

Em uma perspectiva não discordante da apresentada por Liliana de Riz, Luis Alberto Romero analisou o evento a partir da historicidade dos movimentos de grande adesão popular

¹⁵⁹ *Id.* p. 73.

¹⁶⁰ *Id.* p. 65.

¹⁶¹ DE RIZ, L. *Op. cit.* p. 75.

relembrando a “semana trágica” de 1919: “Assim como no 17 de Outubro, o episódio deu início a uma onda de mobilização social que se prolongou até 1975”¹⁶². Além disso, segundo Romero, o processo histórico desencadeado com a reestruturação produtiva propiciou a emergência de novas formas de oposição no interior das fábricas, mas que não se limitaram ao panorama corporativo. O sindicalismo mudou a característica de militância adotada até então, principalmente no ramo automobilístico onde a reestruturação foi mais intensa, como comentado por Romero.

A onda de mobilização aberta pelo *Cordobazo* se expressou de diversas maneiras. Uma delas foi uma nova atividade sindical, que se manifestou primeiro na região de Rosário, e principalmente em Córdoba, onde ainda se destacavam as fábricas das grandes empresas instaladas após 1958, especialmente a indústria automobilística. Com os operários estáveis, especializados e relativamente bem remunerados, os conflitos não se limitaram ao campo salarial – ponto no qual o sindicalismo tradicional se esgotava – e se estenderam às condições de trabalho, aos ritmos, aos sistemas de incentivos, às classificações e categorias. Essas questões, vitais para as grandes empresas, tinham mais importância à indústria automobilística que, depois de uma instalação maciça e improvisada, teve de empreender, a partir de 1965, um difícil processo de racionalização, de modo que os motivos dos conflitos eram permanentes¹⁶³.

As tensões inerentes ao processo produtivo ocasionaram conflitos permanentes como os comentados pelo autor. Os empresários industriais conseguiram, com o aval do Estado, completar um ciclo, cujo objetivo consistia em promover o definhamento da força impingida pelos sindicatos no panorama econômico. Uma primeira medida acolhida pelo Estado dava conta da demanda dos burgueses industriais que pressionavam pela negociação de acordos em âmbito particular de cada empresa, destituída da interlocução estatal, assim como da parte que cabia às centrais nacionais. O acordo nacional foi quebrado, e, por consequência, houve a massiva desmobilização dos sindicatos nacionais. Como discutido por Romero, algumas indústrias: “tinham conseguido autorização do governo para negociar em particular seus acordos trabalhistas, driblando o acordo nacional e chegando mesmo a criar sindicatos por fábrica, como aconteceu com as unidades da Fiat”¹⁶⁴. Uma estratégia que buscou deslegitimar a ação das centrais nacionais como a Greve Geral convocada pela CGT junto ao *Cordobazo*.

Houve um enfraquecimento em algumas sessões sindicais, sinal de que o aparato empresarial-civil-militar encontrou respaldo em suas ações imediatas. Mas, ao mesmo tempo, segundo Romero surgiram novas lideranças sindicais que renovaram a perspectiva das lutas

¹⁶² ROMERO, *Op. cit.* p. 167.

¹⁶³ *Id. Ibid*

¹⁶⁴ *Id. Ibid.*

operárias: “Enquanto aqueles se limitavam à negociação salarial e afirmavam seu controle sobre a desmobilização, a cooptação e a ação de capangas, os novos dirigentes sindicais valorizavam a honestidade, a democracia interna e a atenção aos problemas dos trabalhadores”¹⁶⁵. Assim, o autor coloca a questão de que, efetivamente além da implantação da luta armada que teve adesão de alguns militantes sindicais, houve uma resposta no campo político oferecida pela renovação de alguns quadros com a recuperação da perspectiva classista para a militância sindical. Como já demonstramos, a Igreja passou por um processo semelhante onde: “A violência de baixo, diziam, era legitimada pela injustiça social, que também era uma forma de violência”¹⁶⁶. Os setores opositores da Igreja, sindicatos e estudantes tomaram a cena política de forma marcante a partir do *Cordobazo*.

O problema da proscrição dos partidos políticos, em especial do peronista, persistiu e redundou na tomada do espaço acadêmico como centro aglutinador de projetos de tendência esquerdista. Assim, o pouco que foi salvo do ambiente acadêmico, depois da repressão de 1966, acabou reconduzindo o papel da universidade que passou de agente crítico dos problemas sociais, a principal vetor aglutinador de tendências políticas no contexto de radicalização da repressão. A tendência adotada pelos bispos que aderiram as teses da CELAM, atraiu jovens que freqüentavam os grandes centros universitários. O perfil do militante havia mudado também nas universidades. Segundo Romero, muitos deles não haviam compartilhado dos tempos gloriosos do peronismo, forjaram uma idéia do que foi este movimento por meio do contato com os militantes mais antigos, ocasionado pelo espaço comum que ocupavam, a universidade.

A tradicional política universitária mudou de forma e de sentido quando o poder autoritário destruiu a “ilha democrática” que tinha sido construída após 1955, onde era possível combinar excelência acadêmica com militância, e o compromisso com algum distanciamento crítico diante das opções concretas. Desde antes de 1966, os dois conceitos já se encontravam sob forte tensão, mas foi a repressão que separou o melhor desse pensamento crítico e o lançou em uma atividade totalmente subordinada à política – uma ciência que especificamente desse cabo da “dependência” e contribuísse diretamente para a libertação –, e incluiu os dissidentes diretamente na ação, a ponto de as universidades, cada vez mais desqualificadas em termos acadêmicos, se transformarem em centros de agitação e recrutamento¹⁶⁷.

Como a cena política não permitiu maior atuação efetiva dos velhos militantes, o recrutamento de novos quadros voltou-se para um espaço que até o golpe conseguiu manter-se

¹⁶⁵ *Id.* p. 167-168.

¹⁶⁶ *Id.* p. 171.

¹⁶⁷ *Id.* *Ibid.*

a margem das ações efetivas no campo da política. Esta posição havia conferido uma aura à universidade que Romero chamou “ilha democrática”. As mudanças que aconteciam na sociedade argentina atingiram o ambiente universitário que ressignificou sua relação com a política na medida em que a política ampliou o seu raio de ação devido, dentre outros, ao fechamento dos canais mais tradicionais de representação popular.

Para Luis Romero, o peronismo foi efetivamente o agente aglutinador deste movimento: “A partir do peronismo passado e presente – e a partir do próprio Perón – podiam ser produzidas imagens, e os novos militantes também construíram uma”¹⁶⁸. O peronismo retomava sua incursão política com a renovação dos quadros que passaram a reivindicar maior participação política para o movimento. O primeiro ataque foi direcionado à ilegalidade que o movimento enfrentava que, como consequência, desembocou na reivindicação pela volta de Perón ao país para reconduzir a política nacional em direção à justiça social. Esta foi a tônica, o principal substrato, que conduziu a sociedade argentina à derrocada do regime civil-militar-empresarial que perdurou durante os anos de 1966/1973.

O processo de redemocratização na Argentina foi negociada por Aramburu. Com sua morte, em 1970, o processo foi colocado em risco e teve que assumir novas diretrizes de atuação. Antes, porém, Aramburu utilizou os acordos políticos para restaurar a democracia. Ao conduzir o processo, o general adotou a linha consentida dentre os militares. A corporação concordou com a prerrogativa de que, no novo cenário político argentino, o presidente não produzisse maiores discordâncias com o projeto em curso. Segundo Liliana de Riz: “llevar al poder a un candidato presidencial que tuviera el visto bueno de las Fuerzas Armadas”¹⁶⁹. Assim, acreditavam, o processo seria conduzido ao tempo político.

A violência política foi a linha seguida na Argentina no contexto em que Lanusse forjou as bases do Grande Acordo Nacional (GAN), como comentado por Romero: “Desde 1971, el desarrollo de la violencia se entrelazó de manera cada vez mas inextricable con la compleja coyuntura política”¹⁷⁰. O GAN foi a saída de reabertura do cenário político negociado entre os militares, empresários e partidos políticos. Uma grande coalizão formada no seio da sociedade política argentina, reuniu as principais lideranças civis na discussão.

Por outro lado, os militares procuraram garantir suas principais reivindicações dentre as bases mínimas para o processo construído a partir da reativação da cena política. Uma luta se revelou em particular durante este processo entre Perón e Lanusse. Foi o que Liliana de Riz

¹⁶⁸ *Id. Ibid.*

¹⁶⁹ DE RIZ, *Op. cit.* p. 75.

¹⁷⁰ ROMERO, Luis Alberto. *La viloencia en la historia argentina reciente:um estado de la cuestión*. In: PÉROTIN-DUMON, Anne (org.). *Historizar el pasado vivo em América Latina*. Disponível em: <http://etica.uahurtado.cl/historizarelpasadovivo/es.contenido.php>.

chamou de “El duelo entre dos generales”¹⁷¹. Perón voltou a Argentina e articulou a vitória eleitoral do Partido Justicialista nas eleições de 11 de março de 1973. Hector F. Cámpora venceu as eleições em que Perón foi impedido de concorrer. Uma manobra articulada pelos militares, em especial Lanusse que tentou conduzir o GAN de forma a garantir um espaço para os militares no processo. Alguns dos elementos que envolveram a volta de Perón ao poder, e o terceiro governo peronista são discutidos no próximo capítulo.

¹⁷¹ DE RIZ, *Op. cit.* p. 108.

CAPÍTULO – II: DO RETORNO DE PERÓN AO GOLPE DE 1976: da Triplo A ao Terrorismo de Estado

O desgaste do *Onganiato* abriu caminho para o processo de retorno do general Perón ao poder depois da tentativa da Fuziladora em recolocar a Argentina no caminho das democracias liberais e de dois governos eleitos pelo sufrágio universal como no caso de Frondizi e Illia, este último, por sua vez, deposto pelo golpe civil-militar-empresarial que abriu caminho para o *Onganiato*. A peculiaridade do contexto argentino nos anos de 1970, oscilava entre confrontos corporativos e a ação guerrilheira que teve seu ponto máximo no ano de 1968 e se estenderia durante toda a década de 1970. Em grande medida se baseou em outra experiência guerrilheira de 1959¹⁷².

A luta armada era uma solução anunciada desde a derrubada de Perón em 1955, e impulsionada pela dimensão que tomou o movimento peronista durante os anos em que o partido peronista esteve proscrito (1955-1971). O acordo que colocou data às eleições civis, no ano de 1973, em grande medida representava o fracasso do projeto encabeçado pelos militares. A luta em torno do Grande Acordo Nacional (GAN)¹⁷³, que, segundo suspeitas da época, nada mais era do que a tentativa de Lanusse para garantir-se como candidato à presidência, por consequência revelou ser uma manobra para garantir o espaço institucional do “Partido Militar”. Mas, Perón articulou a seu favor os trâmites do acordo e nomeou Jorge Paladino como representante interino do Partido Justicialista nas negociações do GAN.

A perspectiva política de que a solução militar seria apoiada pela maioria da população foi frustrada e o GAN não alcançou a dimensão almejada pelo “Partido Militar”. Perón

¹⁷² Trata-se da já citada experiência dos *Ututruncos*.

¹⁷³ Trataremos mais adiante do GAN enquanto uma correlação de forças que estabeleceu a base social da redemocratização de 1973.

retornara em meio a efervescência política que tomava fôlego com ações violentas do Peronismo Revolucionário, dentre os quais destacamos os Montoneros, Forças Armadas Peronista (FAP), as Forças Armadas Revolucionária (FAR), além do Exército Revolucionário do Povo (ERP), este último - com uma postura desvinculada de Perón - de orientação trotskista, fundado no ano de 1968 a partir de seu braço político, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). As guerrilhas, apoiadas por linhas políticas de diversas fontes, trariam consigo questões capazes de atribular o ambiente político marcado pela exclusão da oposição. A ordem imposta pelos militares foi destituída de competência para conter este movimento.

O insucesso dos militares no campo de contenção aos protestos populares, principalmente durante o *Cordobazo* e *Rozariozo* que significaram mais do que simples atos de rebeldia, colocou nas mãos de Perón uma arma política poderosa. A decisão da Fuziladora de colocar ampla maioria da militância política na clandestinidade decretou a derrocada do regime civil-militar-empresarial da “Revolução Argentina”, ou *Onganiato*, uma vez que alinhou a oposição em uma luta comum contra o autoritarismo no poder, com distinções marcantes entre os dois contextos. À época da Fuziladora, tratava-se de opor-se ao autoritarismo no poder, enquanto durante o *Onganiato* se tratava de um questionamento mais profundo. As manifestações populares que tomaram corpo durante o regime civil-militar-empresarial colocaram em risco o *status quo*, chegando a ameaçar a ordem capitalista em pleno governo militar. A guerrilha, em especial os Montoneros, que apoiou o retorno de Perón ao poder, e o ERP em uma ação mais autônoma, produziu ações de desestabilização do regime autoritário do *Onganiato*.

Perón retornou a Argentina com o objetivo de por em marcha a saída anunciada com o retorno do peronismo ao poder frente à vitória de Cámpora nas eleições emergenciais de 1973. Cámpora substituiu Paladino no pleito eleitoral ao encerrar as discussões em torno do GAN porque representava um nome mais inclinado a aceitar as decisões do velho caudilho. A esta altura, o general Juan Domingo Perón ressurgiu com força no plano da política usando Cámpora como testa de ferro para promover seu retorno ao país. O velho caudilho foi apontado como o único capaz de conter os movimentos populares e a guerrilha – uma vez que a tradição “conciliadora” de sua prática o creditava em todos os planos da vida nacional. Cámpora ganhou as eleições, mas não governou. Renunciou antes de atender às expectativas de sua base social composta a partir do peronismo que retornou a política formal depois de 17 anos de proscrição. Para uma grande maioria que sabia o que acontecia naquela conjuntura a renúncia de Cámpora possuía um significado de entrega do poder nas mãos do general Perón.

O significativo clima de consenso que pairou na sociedade argentina a partir da aliança

entre peronistas e radicais, inclusive com a assinatura da Hora do Povo¹⁷⁴, circunscreveu a política dentro de seus marcos institucionais de outrora. Todavia, este movimento confluiu num consenso paliativo que não persistiu durante muito tempo. Os eventos significativos que demarcaram a terceira passagem de Perón pelo governo da Argentina revelam um período de forte tensionamento social. A marca da violência estabeleceu-se em todos os âmbitos da atividade política argentina em uma espécie de ensaio sangrento pré-1976.

Os feitos de “La masacre de Ezeiza (1973)¹⁷⁵”, quando do retorno do general Perón à Argentina, representou um marco que, em alguma medida, traduziu a precipitação da escalada repressiva conduzida por Lopez Rega desde o Ministério do Bem-Estar Social. Rega, por sua vez, foi o protagonista mais eloquente dos anos em que se passou sob a batuta do general Perón. O financiamento da *Aliança Anticomunista Argentina* (Triple A), um órgão parapolicial criado para caçar e exterminar a oposição provinha do Ministério de Bem-Estar sob as ordens de Lopez Rega, *el Brujo*. Com a morte de Perón, assume o poder Maria Estela Martinez (Isabelita). As ações da Triple A se acentuaram e ditaram o tom dos anos de 1973 e representaram a segunda fase do terceiro governo peronista. Ainda que haja questionamentos significativos quanto às características deste peronismo, pois, Perón retorna ao poder tendo abandonado o peronismo, em parte, pela pressão relegada a alguns grupos que o influenciaram.

O plano sistemático do aparato repressor do Estado, não solitário, mas, vinculado às principais empresas, ou empresas chaves do processo produtivo argentino e com o apoio material dos principais grupos empresariais, conduziu a Argentina ao Golpe de 1976. A escalada repressiva confluía na tomada do poder pelos artífices militares com o respaldo comum de boa parte da mídia argentina. Deve-se deixar claro que o processo iniciado em 1973 com a atuação da Triplo A tem total relevância para os ditames do Terrorismo de Estado¹⁷⁶ institucionalizado pelas Três Armas - Exército, Marinha e Aeronáutica - a partir de 1976.

Os setores conservadores da sociedade argentina que, em sua grande maioria, encontravam apoio no setor mais conservador da igreja católica abalada pelas interpelações dos setores mais progressistas da instituição, conduziram a Argentina ao golpe que surgiu de

¹⁷⁴ Trataremos do pacto social expresso na Hora do Povo mais adiante.

¹⁷⁵ Sabe-se que o retorno do general Perón, ainda no Aeroporto de Ezeiza, não foi uma festa como boa parte das pessoas que lotaram o Aeroporto, e seu entorno, esperavam. Trataremos deste evento mais adiante.

¹⁷⁶ No final do capítulo apresento uma sistematização do tema relacionado ao golpe de 1976. O terceiro capítulo discute o tema a partir de fontes primárias e um estudo de caso relacionado ao processo a partir da sistematização da ação empresarial-política-militar no interior de algumas fábricas instaladas no parque industrial argentino. Deve-se deixar claro que a discussão aqui apresentada, em sua essência, será retomada no terceiro capítulo.

um processo repressivo sistematicamente planejado e conduzido pelos setores civis e militares, cujo Estado foi adquirindo características de Terror. O Terrorismo de Estado já fazia parte da cena política argentina mesmo antes do golpe. O golpe de 1976 foi a conclusão e ampliação do aparato conservador que demarcou a conquista do Estado e Martínez de Hoz foi uma das principais figuras de sua sistematização. Um apanhado geral deste processo histórico é apresentado a seguir.

2.1 - A hora do povo, o GAN, e a redemocratização de 1973.

A crescente onda de protestos sociais que arrebatou a Argentina no final dos anos de 1960 conduziu à retirada de cena da corporação militar. Desde 1969, o general Pedro Aramburu articulou uma saída negociada que garantisse poder à instituição militar. Com o assassinato de Aramburu em 1970, em uma ação reivindicada posteriormente pelos Montoneros¹⁷⁷, houve dúvidas sobre a estabilidade arquitetada pela corporação militar para garantir que seus princípios “democráticos” fossem respeitados em uma saída eleitoral.

Em 1970, ainda sob a presidência de Levingston, foi acordada uma tentativa de estabilização da economia com a nomeação de Aldo Ferrer para compor o Ministério de Obras Públicas e, posteriormente, o Ministério da Economia. Dentre as solicitações de Lanusse, que tomou para si a tarefa não completada por Aramburu, o chamado de Ferrer

¹⁷⁷ Os Montoneros eram um grupo armado proveniente da esquerda peronista radicalizada. Surgem da cisão interna do peronismo. Essa cisão se acentua durante os anos de 1970 rachando o peronismo em duas posições extremas, distintas e pouco complementares, como no caso da Triplo A e Montoneros, ainda que entre elas houvessem inúmeras outras. Para melhor compreender o surgimento de tais grupos, fica evidente, na gênese de cada um, a interpretação diferenciada que faziam do nacionalismo argentino. Entretanto, a questão acerca do surgimento das formações especiais armadas do peronismo é um tópico bastante extenso e, cabe aqui, citar uma pequena síntese que faz da questão a autora Liliana De Riz, “Como lo muestra Gillespie, la fuerza impulsora de los grupos que tomaron las armas entre 1966-1973, antes que un conjunto de ideales o una noción de utopía, era una cultura de rebelión arraigada en el contexto político y social de ese momento, en el marco de una historia de crisis políticas recurrentes. El ala combativa del peronismo fue en principio muy heterogénea, particularmente antes de la fusión de otros grupos con los Montoneros, durante 1972 y 1973. Esos grupos eran de origen marxista y tenían una cosmovisión, mientras que los grupos nacionalistas buscaban una ideología, o bien tenían poco tiempo o interés para dedicarse a esa tarea. Dentro de la vertiente nacionalista, decidida a ligar la cuestión nacional con la redención popular, había grupos los que el catolicismo les proporcionaba un puente con la Teología de la Liberación y por esa vía, una visión, aunque confusa, de una sociedad basada en la justicia social. A grandes trazos puede afirmarse que los fundadores de las ‘formaciones especiales’, brazo armado de la juventud peronista, tenían muy claro a qué se oponían, pero no lo que defendían. Su objetivo era anular toda la manifestación política de colaboración, todo intento de solución política para la crisis militar en pos del retorno de Perón. Su utopía era una visión del pasado, no del futuro. La influencia de la Revolución Cubana como estrategia de conquista del poder se compaginaba con la valoración de proyectos tan disímiles como los de Castro en Cuba, Allende en Chile, Velasco Alvarado en Perú y Torrijos en Panamá. Ninguno de los grupos guerrilleros pudo traducir sus preferencias por el futuro de la Argentina en un programa político, ya sea porque la lucha armada misma era concebida como el proceso revolucionario y la violencia una parte integral de la solución”. (DE RIZ, L. *Op. cit.* p. 76-77.)

punha em franca oposição Levingston e Lanusse. Levingston era adepto de uma linha mais autônoma e promoveu uma séria modificação nos preceitos do *Onganiato* como comentado por Romero.

Levingston, que governou até março de 1971, revelou ter idéias próprias muito diferente das do general Lanusse, figura dominante na Junta, e sintonizadas com as do grupo de oficiais nacionalistas, minoritário, mas influente. Ele nomeou para o Ministério de Obras Públicas e depois para o de Economia Aldo Ferrer, destacado economista da linha da Cepal, que tinha ocupado cargos durante o governo Frondizi¹⁷⁸.

A oposição entre o processo iniciado por Levingston em relação ao idealizado por Lanusse, colocou em franca discordância dois projetos distintos oriundos de grupos com aspirações econômicas e políticas de diferentes tendências na corporação militar. O Presidente retomou algumas tendências que Onganía tentou banir da influência do Estado. Algumas medidas populistas, pautadas no nacionalismo de direita foram colocadas na dianteira pela condução do Estado por Levingston que, antes de ocupar a presidência da República Argentina, havia desempenhado o cargo de embaixador argentino em Washington. Levingston era um militar de pouca expressão no plano nacional e levaria a cabo medidas que aprofundassem a linha política fictícia da Fuziladora acentuada pelo *Onganiato* confluindo na reativação do projeto nacional. O militar de pouca expressão era integrante da Inteligência militar e sua nomeação a Presidência foi recebida com surpresa.

O que caracterizou a curta passagem de Levingston à frente da condução do país foi a tentativa desesperada dos militares em manter a hegemonia política baixo repressão¹⁷⁹. Desta forma, o trato aos partidos políticos não foi diferente do desvelado por Onganía. O que definiu sua condução foi a tentativa de debilitar lideranças tradicionais nos sindicatos e partidos políticos. Tratava-se de medidas que visavam manter o poder nas mãos dos militares e a CGT foi chamada à mesa de negociações, o que, segundo Romero, redundou na reativação da luta sindical: “Ao convocar a CGT para negociar, o governo a ressuscitou”¹⁸⁰. Segundo o autor, os sindicatos foram pressionados a aproveitar a reabertura do espaço de pressão ocasionado pela tentativa do Estado em abrir diálogo com a representação sindical e, ainda em 1970, formularam um plano de luta que impulsionou três greves gerais consecutivas. O movimento não foi contestado pelo governo e o setor empresarial criticou a fraqueza da presidência. Estava em marcha uma disputa política no interior da corporação militar que

¹⁷⁸ ROMERO, L. A. *Op. cit.* p. 177.

¹⁷⁹ Seguimos a indicação para a discussão apresentada por Liliana de Riz. Para maiores detalhes, ver: DE RIZ, L. *Op. cit.*

¹⁸⁰ *Id. Ibid.*

assumiria contornos econômicos entre projetos distintos.

As medidas protecionistas¹⁸¹ das empresas nacionais ampliaram as linhas de crédito e o acordo produzido junto à CGT logrou uma alta relativa dos salários, capitulando, em parte, a exclusão do sindicalismo da cena político-corporativa argentina. Ou pelo menos, capitulou a iniciativa cooptada liderada por Vandor. O novo panorama político encabeçado por Levingston suscitou esperanças. Analistas políticos que o acompanharam, segundo Romero, acreditavam que a estabilização das instituições resultaria na abertura política almejada por grande parte dos partidos políticos postos na ilegalidade desde 1966, no caso do peronismo desde 1955. A idéia não era nova, buscou-se incessantemente a constituição e reconhecimento do partido peronista, sem Perón, e o radicalismo, sem Balbín.

Mas, ao estimular a reativação da atividade política, Levingston propunha renovar as instituições e as expressões oriundas das diversas tendências da política nacional, segundo comentado por Romero: “Levingston confirmou a velhice e o desgaste dos ‘antigos’ partidos e estimulou a formação de ‘novos’, e talvez de um movimento nacional que assumisse a continuidade da transformação”¹⁸². Segundo o autor, nos discursos de Levingston tornaram-se comuns palavras de ordem antiimperialistas e os políticos da segunda linha de cada tendência, foram chamados para a base da renovação.

A discussão encaminhada por Luis Romero salienta a tentativa de um governo militar em mobilizar a sociedade argentina em torno de um projeto que já demonstrava sinais de desgaste: “A aspiração de mobilizar o ‘povo’ a partir do governo militar era ingênua, mas, de qualquer modo, foi o primeiro reconhecimento formal da necessidade de uma saída política”¹⁸³. As diversas tendências que permeavam a discussão política na Argentina eram conflitantes quanto à condução do processo político justamente por se tratar de um período de ditadura civil-militar. Ao estimular a nova liderança - que em grande medida tratava-se de figuras do segundo escalão¹⁸⁴ das tradicionais entidades políticas -, Levingston propiciou a acomodação de uma frente opositora que se manifestou contrária à renovação. O “tempo político”¹⁸⁵ foi contestado.

A transformação em curso preocupou os setores tradicionais da política argentina.

¹⁸¹ Para maiores detalhes sobre o temas, ver: GERCHUNOFF, P. e LLACH, L. *Op. cit.*

¹⁸² *Id. Ibid.*

¹⁸³ *Id. Ibid.*

¹⁸⁴ Segundo Liliana de Riz: “Coherente con su idea de asegurar la continuidad del programa de la revolución de 1966, se lanzó a la búsqueda del apoyo de políticos sin peso electoral y logró el acercamiento de los dirigentes de la Unión Cívica Radical Intransigente como los ex gobernadores Oscar Alende y Celestino Gelsi, quienes vieron la oportunidad de participar en la formación de un nuevo partido político “nacional y popular” (DE RIZ, *Op. Cit.* p. 89.).

¹⁸⁵ Segundo o que foi apresentado no final do I capítulo, o “tempo político” era uma saída reivindicada pela corporação no que diz respeito à estabilização das instituições.

Suas propostas foram combatidas por parte de uma nova frente estimulada por Levingston. A partir de então as lideranças responsáveis pelos canais tradicionais da política argentina procuraram estabelecer outras alianças com a corporação militar. Neste sentido, o oportunismo de Lanusse apareceu como alternativa viável para garantir a “normalidade” do processo em curso que significou a condução de acordos e discussões a partir dos tradicionais líderes de cada agremiação.

A Hora do Povo, um documento assinado pelos tradicionais representantes da política argentina, confluiu em uma grande coalizão que, por sua vez, tinha o propósito de comprometer a aproximação de Levingston com as lideranças intermediárias. Um amplo espectro de tendências participou do acordo. Entretanto, os mais destacados foram “os peronismos” e o radicalismo. Seguindo a pista de Luis Romero sobre a Hora do Povo, o documento, procurou estabelecer regras para o jogo político. A Argentina viveu a expectativa de que o processo democrático fosse restabelecido.

A redemocratização foi desenhada a partir de uma possibilidade concreta. Em grande medida tratava-se do reconhecimento tecido a partir do governo militar e direcionada aos partidos políticos¹⁸⁶.

Os partidos tradicionais, por sua vez, com o estímulo do general Lanusse, também reapareceram no cenário. No fim de 1970, a maioria deles assinou um documento, a Hora do Povo, idealizado por Jorge Daniel Paladino, delegado de Perón, e Arturo Mar Roig, veterano político radical, que foi a base de ação conjunta até 1973. Nele concordavam em acabar com as proscricções eleitorais e assegurar, em futuro governo eleito democraticamente, o respeito às minorias e às normas constitucionais. Radicais e peronistas depunham armas que tradicionalmente tinham esgrimido e ofereciam à sociedade a possibilidade de uma convivência política aceitável. O documento incluía também algumas definições sobre a política econômica, moderadamente nacionalistas e distributivas, que permitiram a aproximação tanto da CGT, quanto da CGE, organização sindical e empresarial, respectivamente, que por sua vez, também concordaram com um pacto de garantias mínimas¹⁸⁷.

A partir da indicação de Romero, para a discussão podemos arrolar alguns aspectos fundamentais da volta de Perón, e o documento assinado pelos diversos setores da política argentina, a Hora do Povo. Embora Perón não tenha participado diretamente da confecção do documento, o peronismo era uma tendência controlada pelo líder personalista. Jorge Daniel Paladino foi o representante do peronismo, ligado diretamente a Perón, discutiu o lugar do

¹⁸⁶ Trata-se das agremiações e associações que viriam a tona com a possibilidade golpista que se mostrou a partir de 1975 quando houveram os *lockouts* que reuniram cerca de 90% da burguesia agrária e comercial da Argentina.

¹⁸⁷ ROMERO, *Op. cit.* p. 177.

peronismo no cenário ao que se referiu Romero. A força incontestável do peronismo, rearticulado e pronto para disputar o processo eleitoral, contou com a complacência de Levingston junto à pressão sindical. No sindicalismo, em especial na CGT e nas 62 organizações, a representatividade de Perón configurou uma força decisiva – propiciada, em grande medida, pela eliminação física de Augusto Vandor – no sucesso do diálogo materializado na Hora do Povo. A aliança entre CGT e CGE, seguia a velha linha “conciliadora”, bem ao gosto de Perón, e sua eficácia demonstrou mais do que boa vontade para a redemocratização que se aproximava. Dentre os objetivos do chamado havia reais expectativas de que o que se desenhava, na verdade, era mais um pacto social.

A proscricção dos partidos políticos produziu o acordo que colocou lado a lado peronistas e radicais. Esta iniciativa permeou a coalizão que organizou a candidatura encabeçada pelo peronismo na redemocratização em 1973. Em grande medida, os termos acordados na Hora do Povo propiciaram esta aliança que delimitava papéis e tendências políticas distintas. A delimitação do papel das duas tendências político-sociais já aparecia no documento e, ao avançar as discussões, Paladino apareceu como articulador e líder potencial para encabeçar a chapa composta por peronistas e radicais em uma possibilidade eleitoral que passou a materializar-se a partir dos grupos de pressão que sentaram à mesa para a assinatura da Hora do Povo. No entanto, como veremos, a ingerência foi uma arma fundamental que garantiu o retorno de Perón ao poder ao substituir, na última hora, Paladino por Hector J. Cámpora. Segundo acreditava-se, era um nome mais inclinado aos ditames do caudilho Perón que pretendeu conservar-se como liderança máxima do peronismo.

Além do mais, o chamado de Cámpora preenchia uma lacuna importante na manobra política almejada por Perón junto aos setores radicalizados do peronismo. Contentava o peronismo revolucionário, devido à inclinação de Cámpora em considerar o papel assumido pela guerrilha, e lançava mão de um aviso incontestável de que se as eleições não saíssem do papel o movimento peronista estava disposto a continuar o combate em outras frentes. A relação da nomeação de Cámpora consolidou a estratégia dupla do retorno de Perón ao governo revelando que as aspirações do general Perón comportavam sua liderança pessoal junto ao movimento com características renovadas para o contexto argentino. A luta política dirigida por Perón se mostrou eficiente no que dizia respeito à conjuntura de curto prazo para a Argentina, sob a tutela política-econômico-ideológica dos militares no governo.

Diante da situação desenhada pela política econômica de Levingston e a articulação de Lanusse na oposição, o presidente não agüentou as pressões corporativas, encabeçadas pelo *establishment* econômico e foi substituído por Lanusse. Informalmente, Lanusse já havia

demonstrado força de articulação para a redemocratização e suas ações na condução do acordo político que restabeleceria as eleições livres foi estendido ao diálogo com o próprio Perón. Entretanto, as aspirações do novo presidente revelaram, que, além de articular o retorno à democracia, ele desejou aparecer como opção no campo eleitoral. Lanusse percebeu a manobra política arquitetada por peronistas e radicais expressada na Hora do Povo e colocou em marcha o Grande Acordo Nacional (GAN).

Em suas bases, o GAN representava a tendência prevista na Hora do Povo, mas, com um elemento capital distinto. No GAN, Lanusse apareceu como opção eleitoral de base militar-empresarial. Na avaliação de Liliana de Riz, a articulação de Lanusse buscou se sustentar na negociação para a volta da democracia elegendo um radical para compor o Ministério do Interior, encarregado de promover o diálogo com as demais tendências políticas¹⁸⁸. O contexto foi, *à priori*, marcado pelas discussões acerca do papel das forças armadas: “Sin cohesión interna y desbordados por la movilización popular, los militares se decidieron a buscar una salida política que les permitiera canalizar la ola de protesta popular y regresar a los cuarteles”¹⁸⁹. Por fim, as Forças Armadas Argentinas não se punham acima da sociedade como demonstraram à época dos dois últimos golpes de Estado que antecederam à redemocratização de 1973. A Fuziladora havia cedido terreno em meio as tensões sociais de fins dos anos de 1950. A seu modo, o *Onganiato* da ditadura civil-militar-empresarial também provou da força permanente dos grupos de pressão do sindicalismo combativo com um elemento a mais, as lutas *calleras* e as diversas guerrilhas que desestabilizaram o governo militar.

Por primera vez desde 1955, las Fuerzas Armadas se disponían a admitir que toda solución política de la que se marginara al peronismo habría de ser ilusoria y destinada a tener corta vida. El doctor Arturo Mar Roig, un respectado político radical que había presidido la Cámara de Diputados durante el gobierno de Illia, fue el hombre elegido por Lanusse para diseñar la estrategia de transición desde el Ministerio del Interior. Esta designación era un señal de que el gobierno militar quería “jugar limpio”¹⁹⁰.

Arturo Mar Roig renunciou ao radicalismo quando aceitou participar do governo de

¹⁸⁸ Sobre tais tendências, Gillespie esclarece que tratam-se das mesmas que haviam composto a mesa de discussão acerca da Hora do Povo que, segundo o autor foi, “una declaración colectiva pidiendo la celebración de elecciones firmada por el Partido Radical de Balbín, el Partido Conservador Popular, el Partido Demócrata-Progressista, el Partido Socialista Argentino (En este caso se trata del PSA dirigido por Jorge Selser; no debe confundirse con el Partido Socialista Argentino dirigido por Juan Carlos Coral) y los radicales bloquistas de San Juan, además de los peronistas” (GILLESPIE, Richard, *Op. Cit.* p. 135.). Ao continuar a discussão, o autor lembra que este ensaio para a democracia comportou o desenho assumido pelo programa da Frente Justicialista de Liberación (FREJULI), em 1972, com vistas a participação nas eleições de 1973.

¹⁸⁹ DE RIZ, *Op. cit.* p. 92.

¹⁹⁰ *Id.* p. 93.

Lanusse. Mar Roig era doutor em ciências políticas pela Universidade Católica Argentina (UCA) e havia sido senador provincial por San Nicolas pelo partido durante os anos compreendido entre 1948-1962. Em 1963 foi eleito deputado nacional e escolhido entre seus pares para presidir a Câmara de Deputados da Nação. Diante do convite de Lanusse, Roig abre mão de sua filiação ao Partido Radical, pois houve divergência entre seus companheiros em relação à sua nomeação e, principalmente, acerca da atitude que ele deveria tomar na condução do Ministério do Interior. Roig não foi escolhido por seus vínculos orgânicos com setores específicos da sociedade simpáticos a Lanusse. A estratégia de Lanusse era dar maior credibilidade ao GAN, processo que destoava em alguns pontos da proposta da Hora do Povo. Pode-se dizer que Roig tratava-se de uma figura secundária do radicalismo que foi estrategicamente escolhido pelo general Lanusse como forma de pressionar a liderança de Balbín no Partido Radical. Por outro lado, a negociação que envolveu a nomeação de Roig para o Ministério do Interior foi um indício de que a redemocratização se aproximava.

Os anos de ilegalidade do peronismo passaram a ter outro sentido para a política argentina que se aprofundou com as ações da guerrilha. A partir dessa época, a corporação militar reconheceu o papel inevitável da mobilização em torno do peronismo e que a pressão exercida sobre o movimento pela proscricção do Partido Peronista não havia surtido o efeito desejado. Perón não foi banido da cena política argentina. Tampouco a influência dos anos em que Perón esteve no governo foi banida. Pelo contrário, a ilegalidade relegada ao partido desembocou em novas formas de pressão política a exemplo do racha no sindicalismo e da própria guerrilha. Quanto a Mor Roig morreu em 1974 assassinado em um restaurante da cidade de Buenos Aires, as circunstâncias da morte permanecem misteriosas em relação aos verdadeiros assassinos que, à época, militantes do ERP e dos Montoneros foram os principais acusados.

A estratégia de Lanusse, para Liliana de Riz, consistia, basicamente, em forjar um ambiente de discussão entre todos os partidos políticos com o intuito de potencializar um acordo que impunha algumas linhas fundamentais que deveriam ser respeitadas nas eleições. O fundamental é que, com o GAN, Lanusse tentou articular uma aliança ampla que reunia o “partido militar”¹⁹¹, a sociedade civil com a representatividade dos grupos econômicos da CGE e CGT, e a sociedade política com os partidos voltando à legalidade na Argentina. Um plano ambicioso, cujo objetivo de lançar sua candidatura como presidente Lanusse conservou em sua base. Acreditava, em suma, ser possível concorrer na arena eleitoral com os candidatos de outros partidos. Lanusse tinha a seu favor a tradição de pertencer a uma linhagem de

¹⁹¹ *Id.* p. 80.

caudilhos militares com raízes que remontam a Julio “Argentino” Roca até Perón. Sem dúvida ele não era um desconhecido na arena política. Ganhou visibilidade, ainda em 1951, durante as discussões derrubaram Perón em 1955. Ao retornar com força ao cenário político, Lanusse objetivou a rearticulação do plano democrático em torno da possibilidade de representar uma poderosa fatia dos grupos econômicos argentinos, uma vez que sua biografia o creditava a angariar o apoio destes grupos.

Para Liliana de Riz,

Sus vínculos de familia lo ligaban al *establishment* económico local. Sus antecedentes y su estilo personal, directo y frontal, diametralmente opuesto a la desdeñosa arrogancia de Onganía y de Levingston, lo convertían en una figura polémica, al mismo tiempo que hacían de él, el hombre capaz de atreverse a una empresa que acaso ningún otro militar se hubiera animado a llevar a cabo¹⁹².

Ou seja, mais do que coesão interna para um nome capaz de fortalecer a corporação em uma saída de sucesso dos militares em cena, o nome de Lanusse foi bancado pelos vínculos orgânicos que ele possuía com os grupos econômicos de influência na Argentina. É uma evidência importante para a análise do processo, uma vez que revela os vínculos estreitos entre sociedade civil e militares que se materializou no trabalho de Lanusse como presidente. Durante a presidência de Lanusse a Argentina experimentou obras de ampliação infra-estrutural como melhoria das estradas, retomada de projetos de melhorias em centrais elétricas, construção de túneis e pontes. O peculiar do contexto argentino, sob a presidência de Lanusse, foi a atenção dispensada às regulamentações de leis de associação comercial e um pacote de indicações administrativas nacional. Com elas, Lanusse procurou estimular a influência empresarial junto aos assuntos do Estado bancando ações dos tecnocratas.

Decididos a manter a credibilidade da corporação, os militares tinham plena consciência de que a saída eleitoral anunciada não poderia construir-se senão pela mão de Lanusse como negociador das articulações do GAN, pela credibilidade que seu nome possuía frente ao *establishment*. O peso de seu nome foi fundamental para manter a credibilidade da corporação e ganhar adesão da sociedade civil, em específico, os grupos empresariais representados na CGE, numa espécie de consenso ativo, assim como o foi, à época do golpe, com Onganía e neste sentido demarcou uma continuidade. Com um nome forte, e um instrumento capaz de mobilizar os setores da política argentina, deu-se início às considerações acerca do pacto que se desenhou durante o GAN.

O GAN, analisado a partir das aspirações pessoais de Lanusse, foi uma estratégia

¹⁹² *Id.* p. 92.

utilizada para estreitar laços com diversas lideranças contatadas à época de seu apoio aberto à Hora do Povo, e, contestar a liderança de Perón no campo de discussão acerca da redemocratização. Dentre as principais barreiras encontradas por Lanusse para articular o GAN, a principal foi o peso político que Perón representou durante as negociações. As disposições gerais do GAN incluíam a condenação da “subversão” na primeira ordem para a plena reabertura política. Assim, como comentado por Romero: “Enquanto a questão do desenvolvimento ficava adiada, a da segurança continuava a ser premente, e os militares já não podiam garanti-la”¹⁹³. A indicação de Romero revela que, além de precisar um acordo político no GAN, a renitência em aceitar o esgotamento do regime militar – destituído das bases repressivas que se instalou na sociedade argentina a partir do golpe de 1966 e agravado pelos eventos em Córdoba e Rosário – outros fatores ponderam para o diagnóstico. A ênfase no desenvolvimento dada pelo autor contesta a reivindicação de Lanusse no que diz respeito ao desenvolvimento nacional. Entretanto, como o regime militar entrara no “tempo político”, previsto desde o início, a negociação pessoal entre Lanusse e Perón revelou o conturbado jogo de forças que se instaurou no ressurgimento da atividade política argentina.

Por outro lado, a interpretação que os Montoneros faziam do GAN é parte preponderante da inclinação ao descrédito das instituições “democráticas” para com o exercício de poder por governos nacionais populares, a saber, o peronismo revolucionário, “Lo principal en aquel caso era el decisivo giro estratégico de los Montoneros hacia la actividad política de masas cuando desecharon la idea de que al peronismo nunca se le permitiría recuperar el poder por medios electorales”¹⁹⁴. Assim, não acreditavam que haveria espaço para o exercício do poder nas mãos do povo senão pela via revolucionária armada. A organização ganhou espaço dentro do movimento peronista e as incursões dos soldados de Perón conflitavam com a prerrogativa do GAN em acabar com a “subversão”. Já em 1972, quando no auge de muitas baixas na guerrilha, a militância direcionou esforços para compactar as ações de resistência junto às massas trabalhadoras, produzindo um caminho de diálogo com o movimento de massas. É significativo o relato de Mariano Pujadas, à época, um líder dos Montoneros, que liga o contexto nacional à conjuntura mundial: “El régimen siempre va a tender alguna trampa... porque necesitan las clases dominantes mantener una situación de privilegio. Entonces, siempre va a tener alguna trampa dentro del actual sistema capitalista para impedir la llegada al poder de gobiernos representativos del pueblo”¹⁹⁵. O relato de Pujadas descreve o espírito da militância que pressionou pela redemocratização.

¹⁹³ ROMERO, *Op. cit.* p. 178.

¹⁹⁴ GILLESPIE, *Op. cit.* p.152.

¹⁹⁵ *Id. Ibid.*

Definida a fórmula básica de atuação frente ao GAN, os Montoneros careciam de veículos capazes de pôr em prática a estratégia militante do peronismo revolucionário. Assim, a Juventude Peronista (JP)¹⁹⁶ ganhou força no plano do peronismo com o aval de Perón que indicou dois nomes importantes para compor o conselho superior do Movimento Justicialista Nacional, Francisco Licastro e Rodolfo Galimberti. Ambos oriundos da militância estudantil, o maior destaque ficaria para Galimberti pelos laços criados com diversas agremiações da juventude. Havia muita preocupação quanto à unificação do movimento em torno de mobilizações conjuntas e Galimberti foi uma peça chave para o momento tático de ampliação dos quadros da JP como discutido por Gillespie.

Estructuralmente el producto no fue una simple Juventud Peronista, sino que el proceso provocó el espectacular crecimiento de una tendencia que llegó a empujar a todas las demás. Fue la pro-montonera Juventud Peronista (Regionales), creada a mediados de 1972, la organización que prosperó a causa del patrocinio táctico de Galimberti prestado por Cámpora y Perón y del prestigio adquirido por los Montoneros mediante sus operaciones. También recibió ayuda condicional del secretariado general del Partido Justicialista, Juan Mantel Abal Medina, el hermano no-montonero de Fernando Luis a quién Perón designó en noviembre de 1972 para revitalizar la jefatura nacional¹⁹⁷.

Segundo Gillespie, a força adquirida pela JP durante os encaminhamentos para a redemocratização de 1973 foi resultado de fatores que remontam a estrutura organizativa do movimento. Em 1971, a mudança de foco, taticamente preparada pelo movimento naqueles anos, atingiu em cheio o ponto nevrálgico da ditadura civil-militar-empresarial do *Ongoniato*. Ao voltar-se para as classes médias da sociedade, a militância Montonera tornou-se um poderoso objeto da guerra de posições que confluuiu, em termos estratégicos, para minar as “disputas setoriais” do movimento peronista. A relevância da “montoneirização” da JP, neste contexto, significou uma manobra efetiva para a guerra de movimento que se construiu ao longo do processo de formação do movimento peronista. Ficava decidido, em parte, que a linha mais sensata a seguir naqueles anos passaria pelo crivo Montonero. A atuação de Galimberti, bem como o conseqüente apoio recebido pelas diversas lideranças citadas, é

¹⁹⁶ Liliana de Riz, em nota de rodapé, tratou das bases da militância argentina da seguinte forma: “La Juventud Peronista era un conglomerado. La integraban grupos y tendencias de diversa extracción e ideología. En su mayor parte, la tendencia que se identificó con ‘la patria socialista’ estaba compuesta por la Juventud Trabajadora Peronista (JTP) creada tras el triunfo electoral; La Juventud Universitaria Peronista (JUP), la Unión de Estudiantes Secundarios (UES), las Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR), los Montoneros, las Fuerzas Armadas Peronistas (FAP) y el denominado Peronismo de Base (PB). Otro sector juvenil igualmente importante, denominado Transvasamiento generacional, cuya la consigna era ‘la patria peronista’, estaba formada por la Federación de Estudiantes Nacionales (FEN), la Organización Universitaria Peronista (OUP), considerados nacionalistas-reformistas y por el llamado Encuadramiento de la Juventud” (DE RIZ, L. *Op. cit.* p. 128).

¹⁹⁷ *Id.* p. 153.

significativa em termos da unidade que o movimento alcançou, segundo Gillespie; “Desde febrero de 1972, la Juventud Peronista, de creciente orientación montonera, celebró una serie de manifestaciones de unidad y actos de campaña a las que la asistencia pasó de 5.000 a casi 100.000 sólo en doce meses”¹⁹⁸.

Os passos do movimento peronista em direção à redemocratização não retrocederam no caminho da adesão à proposta do peronismo revolucionário ainda que, meses antes das eleições, segundo Gillespie: “En los últimos meses de 1972, los jóvenes peronistas se habían convertido en protagonistas indiscutibles de la campaña electoral peronista”¹⁹⁹. A discussão encaminhada pelo autor sugere que a resistência, por parte da JP, à candidatura de Cámpora-Solano Lima foi marcante. Para Gillespie, não havia concordância quanto a outro nome para encabeçar o pleito que não fosse o do próprio Perón. “Campora al gobierno, Perón al poder”, tornou-se a palavra de ordem da JP nos eventos que precipitaram as eleições. No mesmo sentido, Romero analisou: “A Juventude Peronista deu o tom da campanha eleitoral, que permanentemente esteve no limite dos acordos entre os partidos e foi uma verdadeira coroação da polarização da sociedade contra o poder militar”²⁰⁰. O ano de 1973 traria consigo a marca indelével dos conflitos mais decisivos da história argentina nos últimos 15 anos que antecederam a redemocratização.

Em um importante documento interno dos Montoneros, produzido no ano de 1971, os militantes interpretam o GAN partindo do princípio de que a crítica ao governo militar-empresarial passava, indubitavelmente, pelo apoio da luta armada. Não haveria outra forma de combater o inimigo senão no campo do próprio inimigo. Os meios empregados pelo Estado – a cargo dos militares –, para reprimir a classe trabalhadora, na concepção dos Montoneros, eram parte de um plano deliberado pela burguesia argentina. Neste sentido, as discussões acerca do GAN demarcavam uma continuidade na política daquele contexto marcado pela exclusão dos setores populares afirmado pela proscricção do peronismo. Mais do que isso, no documento, podemos observar a falta de confiança dos Montoneros nas instituições estatais com a denúncia de ingerência dos militares nas províncias. Em contrapartida a crítica aos setores *participacionistas* do sindicalismo foi denunciada como peça fundamental do GAN para angariar consenso junto às classes trabalhadoras.

Esta situación genera en las clases dominantes la necesidad de un nuevo proyecto político, el GAN, que es necesario analizarlo desde el punto de vista de las clases que lo impulsan, de la alianza de clases que implica, y

¹⁹⁸ *Id. Ibid.*

¹⁹⁹ *Id. Ibid.*

²⁰⁰ ROMERO, *Op. cit.* p. 180.

de sus objetivos políticos.

Para ello es necesario tener en cuenta la coyuntura política anterior a este proyecto político del enemigo que indudablemente implica en cambio de táctica respecto a los cuatro años anteriores de gobierno de la Revolución Argentina. Durante esos cuatro años los monopolios gobiernan al país a su gusto y sin ningún tipo de alianzas políticas, utilizando a los tecnócratas liberales como Krieger y Moyano, a la burocracia sindical participacionista y a los cuadros militares retirados para administrar a lo Estado nacional y a las provincias, desplazando totalmente a los cuadros políticos de los partidos tradicionales²⁰¹.

Para esclarecer o ponto de vista da militância em relação ao grande acordo encabeçado pela cúpula militar, os Montoneros partem do princípio de que há uma continuidade efetiva inscrita entre a derrubada de Perón em 1955 e as sucessivas tentativas de exclusão do peronismo do plano das lutas políticas nacionais. Neste sentido, com o panorama aberto pelas lutas populares, cujo marco definitivo foi a revolta em Córdoba, 1969²⁰², a tática de retirada dos militares do poder deveu-se, em grande medida, ao fracasso da fórmula repressiva que conjugou fatores de cooptação da cúpula sindical para a criação de um pacto de sangue bancado pelo empresariado nacional associado²⁰³.

Ainda no que diz respeito à tática do GAN nas mãos de Lanusse, a estrutura Montonera esclarecia que a luta chegou ao seu ápice. A luta armada ganhou força no plano nacional e a adesão dos setores combativos dos operários e estudantes foi fortificado pelos eventos que se sucederam ao que aconteceu em Córdoba. A ênfase nos desdobramentos dos confrontos em Córdoba perpassou a construção do ideário revolucionário que se diferencia, em sua base, de outras concepções pela adesão ao projeto do Socialismo Nacional, no caso dos Montoneros. Perón é o condutor incontestado, mas, a criação de um aparato político-militar subordinado aos interesses do povo deveria substituir o aparato repressivo militar que atendia aos interesses do imperialismo monopolista. Parte desta prerrogativa aparece na abordagem da cúpula guerrilheira acerca do GAN na continuação do mesmo documento interno datado de 1971.

La crisis que introduce el Cordobazo y la aparición de la lucha armada, echan por tierra su proyecto político, el de la Revolución Argentina, que pretendía durar diez a quince años. Esta nueva crisis política se encadena con los fracasos de quince años anteriores, de todos los ensayos de salidas electorales y golpes de Estado, originados por el carácter revolucionario del peronismo y su líder.

De este modo superada por las luchas obreras, enemistada con las clases medias debido al empobrecimiento de sus capas asalariadas y a las

²⁰¹ BASCHETTI, Roberto (comp.). *Documentos 1970-1973. Volumen I: De la Guerrilla Peronista al Gobierno Popular*. La Plata – Bs. As: Campana de Palo, 2004. p. 257-258.

²⁰² Assunto que tratamos no capítulo anterior junto com a discussão a respeito do *Onganiatto*.

²⁰³ Ver GERCHUNOFF, P. e LLACH, L. *Op. cit.*

quiebras masivas de sus capas de medianos y pequeños empresarios urbanos y rurales, con las provincias en pie de guerra, la clase monopolista dominante se encontró totalmente sola, enfrentada a una situación interna que se escapa de las manos, que la obligó a buscar una ampliación política de sus base de poder.

Lo que exigió a cambio fue la formación de una alianza o coincidencia política que neutralizara el carácter revolucionario del peronismo, integrándolo a las consignas reformistas de la clase media. Se lanza el GAN. Está claro entonces que el GAN no es un simple llamado a elecciones, sino a elecciones condicionadas a un acuerdo²⁰⁴.

O papel das organizações armadas no contexto de articulação do GAN acirra-se junto a proposta de controle da consolidação da liderança do projeto político para a Argentina nas mãos de Perón. Um jogo intrincado de estratégias díspares que se revelou em momentos de crise política inerente a situação de retirada da corporação militar junto ao poder. Entretanto, é importante destacar que, a abordagem do processo histórico que fizeram os Montoneros não está ilhada das condições reais da condução da política argentina pelo peronismo. Condicionar as lutas populares à estratégia política-militar dos Montoneros, como pudemos observar na citação acima, não estava na perspectiva do movimento em 1971. Trata-se de um comunicado interno da guerrilha que define sua subordinação ao movimento de massas desencadeado pelo *Cordobazo*. Ou seja, na interpretação dos Montoneros, não se tratou de condicionar as lutas populares ao desafio de pegar em armas, senão, pelo contrário, potencializar as contradições do movimento político militar-empresarial definindo sua atuação mediante a interpretação do GAN que se fazia possível para a militância montonera²⁰⁵.

Além do *Cordobazo* (1969) e o *Viborazo* (1971)²⁰⁶, outro evento revelou a truculência do plano militar, pouco tolerantes aos adeptos da luta armada, que acabou por acirrar a escalada repressiva da “Revolução Argentina” no plano nacional. Em 1972, a fuga de militantes de três dos principais grupos adeptos da luta armada – Montoneros, ERP e Forças Armadas Revolucionárias (FAR) – da prisão de segurança máxima de Rawson na Patagônia argentina, detonou o aparato repressivo dos militares. O evento ficou conhecido como o

²⁰⁴ BASCHETTI, Roberto. *Op. cit.* p. 258.

²⁰⁵ Sobre esta questão Ver: GILLESPIE, R. *Op. cit.*

²⁰⁶ Segundo Liliana de Riz, o *Viborazo* foi um movimento popular aguçado pelas contradições inerentes e ingerência militar nos assuntos políticos da província de Córdoba em 1971, portanto ainda sob a presidência de Levingston: “En febrero de 1971, el presidente había designado el gobernador a José Camilo Urriburu, un hombre de mentalidad cercana al corporativismo de los años treinta, en reemplazo del doctor Bernardo Bass, un abogado laboralista que apoyaba la salida política negociada defendida por Lanusse. El nombramiento de Urriburu agitó más la ya convulsionada provincia. Pero fueron sus declaraciones públicas las que aceleraron la reacción. El nuevo gobernador anunció su misión de ‘cortar la cabeza de la víbora comunista’ para poner fin a la conspiración que asolaba la provincia. La poco feliz metáfora y la feroz represión policial de la huelga del 12 de marzo, dieron cauce al nuevo alzamiento popular el día 15, no menos violento y generalizado que el de 1969, conocido como el ‘Viborazo’. Este segundo *Cordobazo* hizo visible el descontento militar con la gestión de Levingston”. (DE RIZ, L. *Op. cit.* p. 91.).

Massacre de Trelew e foi o alerta máximo quanto ao fracasso do projeto militar que já havia sofrido um sério desgaste durante as *lutas calleras*. Segundo Romero: “As discrepâncias em torno de como enfrentar as organizações armadas e os protestos eram crescentes e anunciavam futuros dilemas”²⁰⁷. Os militantes se infiltraram entre os agentes penitenciários e os fizeram reféns, concomitantemente, os que estavam presos iniciaram uma rebelião. Um informe da *Dirección de Inteligencia da policía de Buenos Aires (DIPBA)*, de 15 de agosto de 1972, enviado às 23:00 horas, relatava a ação dos guerrilheiros.

Ampliando nuestro Parte 1777, se informa 18:00 hs., se habrían hecho presentes en la U. Carcelaria de Rawson, un grupo de personas vistiendo uniformes similares a los utilizados por el personal del Servicio Penitenciario, portando armas de fuego. En tales circunstancias dieron muerte a un guardia de nombre (...), hiriendo a otro cuyo no se pudo establecer.

Simultáneamente desde el interior del Establecimiento, un grupo de detenidos se amotinó y ante la confusión momentánea, lograron dar a la fuga, contando con ayuda exterior.

El resto de los internos tomo como rehenes al Director del Penal y a la totalidad de la Guardia, dejando el lugar a oscuras. Dicho funcionario habló hacia el exterior, no pudiéndose precisar si dicho funcionario lo hizo presionado, manifestando “la situación es normal”, por su parte los reclusos solicitan parlamentar con el Juez Federal de Rawson, con el objeto de solicitar garantías. Así se estableció que los fugados se dirigieron a la ciudad de Trelew, abordando seis (6) de ellos al avión de la Compañía AUSTRAL, vuelo 811, haciéndolo decolar y desviarlo con destino a Puerto Mont , República de Chile.

Posteriormente se hicieron presentes en el mismo Aeropuerto otro grupo de evadidos acompañados de las personas que apoyaran a la fuga, quienes al observar que el avión mencionado había partido, procedieron a la toma del Aeropuerto a la espera de una máquina de Aerolíneas Argentinas, la cual alertada de esta situación aterrizó en el Aeropuerto de Comodoro Rivadavia. Este último grupo se hallaba compuesto de unas diez y nueve (19) personas armadas con armas automáticas²⁰⁸.

O evento foi relatado imediatamente à Direção de Inteligência. Durante os dias seguintes, informes eram sistematicamente enviados com o intuito de caçar os prisioneiros que conseguiram escapar com vida. Dentre os que conseguiram completar o percurso estava Mario Roberto Santucho, o líder destacado do ERP. Santucho conseguiu refugiar-se no Chile e virou o fugitivo mais procurado da Argentina. Enquanto isso, outros dezesseis militantes, que foram capturados no Aeroporto de Trelew antes de conseguirem embarcar no avião tomado pelos guerrilheiros, enfrentaram o arsenal de tortura disposto pelos agentes da Marinha, encarregados de tutelar os prisioneiros a fim de arrancar informações que levassem ao desmantelamento das organizações armadas. A ação dos agentes da Marinha se estendeu ao

²⁰⁷ ROMERO, *Op. cit.* 178.

²⁰⁸ Archivo DIPBA, Mesa DS, Legajo N° 383, ps. 04.

entorno de Trelew e capturaram um automóvel que acusaram de fazer parte da ação arquitetada pelos guerrilheiros no dia seguinte ao evento. O informe é do dia 16 de agosto de 1972: “En las proximidades de San Antonio. Este de Rio Negro, fué hallado un auto Torino que fuera utilizado para huir los extremistas, deteniéndose a tres (3) personas a las cuales se interroga”²⁰⁹. Segundo Romero, o evento chocou a sociedade argentina devido ao assassinato dos militantes que não conseguiram embarcar no avião que os levariam ao Chile. E, para Gillespie, 1972 ficou marcado como o mês negro para os Montoneros: “ya también para todas las organizaciones armadas mas importantes”²¹⁰. Ao todo foram executados dezesseis militantes das três organizações envolvidas na fuga da prisão de Rawson, poupando outros três presos. A execução foi creditada a cúpula da Marinha que fazia a segurança em Rawson. Alegavam que agiam segundo ordens emanadas de seus superiores.

Segundo Gillespie,

El día 15, los Montoneros presos en la prisión patagónica de Rawson, puestos de acuerdo con los reclusos del ERP y de las FAR, se apoderaron de su cárcel de máxima seguridad, matando a un guardián en la refriega, antes de hacer desesperado esfuerzo para escaparse y volver a sus actividades armadas. Grupos de apoyo operativo no Montoneros del exterior consiguieron apoderarse de un Jet de la Cia. Austral que esperó a los fugitivos en el cercano aeropuerto de Trelew, pero ciertos fallos en el sistema de señales entre los presos y los guerrilleros del exterior crearon problemas de transporte en el viaje entre Rawson y Trelew. Un primer grupo, compuesto de seis jefes guerrilleros, consiguió alcanzar Trelew a tiempo de escapar hacia la seguridad en el avión. Santucho, Gorriarán y Mena del ERP, Osatinsky y Quieto, de las FAR, y el montonero Fernando Vaca Narvaja consiguieron llegar al Chile de Allende; volaron entonces hacia Cuba dos días después y, por último, regresaron clandestinamente a la Argentina. Pero a causa de las dificultades surgidas en el transporte, un segundo grupo de diecinueve guerrilleros no llegó a Trelew hasta unos minutos después de haber despegado el avión de sus líderes. Fueron rodeados, obligados a rendirse y llevados luego a la base Almirante Zar. Allí, a las tres y media de la madrugada del 22 de agosto, se produjo la infame masacre de Trelew. En ella, el ERP perdió once miembros, incluida la esposa de Santucho, Ana María Villarreal, mientras las FAR perdieron tres. Los Montoneros perdieron a la profesora (y esposa de Fernando Vaca Narvaja) Susana Lesgart y al estudiante de agronomía Mariano Pujadas. (...) Sólo tres de los diecinueve, aunque malheridos, sobrevivieron a las ejecuciones ilegales, supuestamente llevadas a cabo por el capitán Luis Emilio Sosa y el teniente Roberto Guillermo Bravo, gracias a llegada al lugar de algunos oficiales ajenos a la matanza²¹¹.

O aparato criado para combater as ações guerrilheiras envolveu não somente a burocracia, cujo objetivo foi tornar inacessível informações que pudessem comprometer os

²⁰⁹ Archivo DIPBA, Mesa DS, Legajo N° 383, ps. 05.

²¹⁰ GILLESPIE, *Op. cit.* p. 149.

²¹¹ *Id.* p. 149-150.

agentes envolvidos. O evento de Trelew ganhou popularidade e foi utilizado como pretexto para acirrar a repressão direcionada a exterminar a guerrilha. Segundo Romero, seus efeitos se prolongaram a todo o aparato estatal.

Ao mesmo tempo em que foram criados um fórum anti-subversivo e tribunais especiais para julgar os guerrilheiros, alguns setores do Estado e as Forças Armadas iniciaram uma repressão ilegal: seqüestro, tortura, desaparecimento e assassinatos de militantes como ocorreu com um grupo de guerrilheiros presos na base aeronaval de Trelew, em agosto de 1972. Havia hesitações parecidas em torno da política econômica, até que se optou pela renúncia a qualquer rumo e se dissolveu o Ministério da Economia, dividido em secretarias setoriais que foram entregues a representantes de cada uma das organizações corporativas. Assim, em um contexto de inflação descontrolada, fuga de divisas, queda do salário real e desemprego, agravado pela onda generalizada de protestos, a disputa setorial se instalou no próprio governo, pronto para conceder o que cada um pedia²¹².

Como comentado por Romero, o governo ditatorial passado às mãos de Lanusse estava comprometido em todos os âmbitos. O contexto argentino foi marcado, naqueles tempos, pela dura realidade que se instalou no país. A violência política persistia e as tentativas de Lanusse em revitalizar o processo desencadeado por Onganía em 1966 encontrava forte resistência. Ao convocar os principais agentes produtivos para discutir os rumos econômicos, Lanusse institucionalizou as lutas corporativas, atraiu as contradições que permeavam a conjuntura para dentro do Estado.

Vendo que o general titubeava, Perón desde o exílio substituiu Paladino por Hector J. Cámpora nos acordos junto aos militares²¹³. Abriu-se um espaço para a negociação direta de Perón com Lanusse a fim de estabelecer um acordo para as eleições anunciadas. A figura de Perón ganhou força e ele mesmo fazia questão de reaparecer no cenário político argentino como a saída mais viável para restabelecer a ordem. Segundo Romero, ao retornar Perón sabia as armas que tinha a disposição para se colocar como alternativa ao processo desencadeado pelo GAN, que demonstrava ser um claro sinal de que a reabertura já estava em curso.

Perón se propôs a conduzir a negociação sem abrir mão de qualquer de suas cartas. Como, além disso, ele compreendia o clima social, nem renunciou ao apoio proclamado pelas forças armadas. Em vez disso, as estimulou e legitimou permanentemente, e quando em 1972 se organizou a Juventude Peronista, incluiu seu dirigente mais notório, Rodolfo Galimberti, em seu próprio comando estratégico. Ao mesmo tempo, estimulou a Hora do Povo e organizou seu próprio GAN, a Frente Cívica de Libertação Nacional, com partidos aliados, e, em seguida, a CGT-

²¹² ROMERO, *Op. Cit.* p. 178.

²¹³ Para aprofundar a questão, ver: DE RIZ, L. *Op. cit.*

CGE²¹⁴.

Como discutido por Romero, Perón colocou a Hora do Povo em sua base de apoio e articulou suas propostas que soavam como imposições a Lanusse que aceitou-as, pois sabia da inviabilidade de um sistema político que excluísse o peronismo. Como discutido por Pablo Gerchunoff e Lucas Llach: “La gestión del general Lanusse, el último de los presidentes de la Revolución Argentina (1966-1973), consistió esencialmente en reconocer que un sistema basado en la proscripción del peronismo era inviable”²¹⁵. Junta-se a solução política ao plano sistemático respaldado pelos sindicatos de endurecer a luta no campo da produção. A juventude peronista e as organizações sindicais alinhavam o regresso do Perón.

Perón se aproveitou do período de instabilidade que a violência política ocasionou junto ao governo e a sociedade civil argentina e condicionou o acordo de redemocratização. A Hora do Povo o favorecia sobremaneira e aproveitou-se das relações conturbadas para dar a linha principal ao projeto. Quando voltou a Argentina, em 1972, em uma rápida incursão, em pleno governo militar, procurou restabelecer o diálogo pessoalmente com os radicais: “Não conversou diretamente com o governo, mas dialogou com os políticos e, em especial, com o chefe do Radicalismo, Ricardo Balbín, selando o acordo democrático”²¹⁶. As eleições, segundo Romero, se aproximavam e Perón não as disputaria, pois uma cláusula, incluída no GAN por Lanusse, dava conta de que a candidatura de Perón não fosse aceita.

Os eventos se precipitaram com o calor das manifestações que contestavam a permanência dos militares no Estado. Com o evento das eleições de 11 de março de 1973 decretou-se a vitória do peronismo e a confirmação da máxima: “Cámpora no governo, Perón no poder”²¹⁷. A posse de Cámpora foi um feito que reuniu diversas lideranças socialistas da América Latina, dentre os quais se encontravam os presidentes chileno e cubano: “Esse dia memorável foi assistido pelo presidente chileno Salvador Allende e pelo cubano Osvaldo Dorticós”²¹⁸. Segundo Romero, o evento foi significativo para o clima renovado da arena política que era devolvido ao ambiente democrático.

Sob as bênçãos das duas experiências socialistas do continente, a sociedade mobilizada e seus dirigentes ridicularizavam os militares, transformando a retirada em fuga, e libertaram da prisão os presos políticos condenados por atos de subversão. As formas institucionais foram salvas por uma imediata lei de anistia promulgada pelo Congresso. Para muitos, parecia chegada a

²¹⁴ ROMERO, L. p. 179.

²¹⁵ GERCHUNOFF, Pablo. e LLACH, L. *El ciclo de la ilusión y el desencanto*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007. p. 333.

²¹⁶ *Id. Ibid.*

²¹⁷ *Id. Ibid.*

²¹⁸ *Id.* p. 180.

hora do *argentino*²¹⁹.

Perón era de fato um líder de muitas facetas, como discutido por Romero, um verdadeiro condutor de muitas facções sem deixá-las dirimir-se em fragmentos isolados e mesmo que em sua essência suas reivindicações fossem diametralmente opostas, a experiência de Perón foi fundamental para conciliá-las e utilizá-las a seu favor. Ao mesmo tempo, aparecia como um líder capaz de solapar a subversão. O próprio Lanusse reconheceu o peso político da figura de Perón: “Desde su perspectiva, Perón habría de ser un dique de contención para dividir e separar las aguas de la subversión”²²⁰. Segundo Liliana de Riz, as aspirações de Lanusse em direção ao lugar almejado para a corporação militar no espaço democrático impunha riscos, cuja figura de Perón representava um dentre tantos que devia ser assumido. Em parte a atitude de Lanusse em aceitar a interlocução de Perón deriva do conturbado cenário enfrentado pela ação da “Revolução Argentina” em relação à participação política. Um plano que enfrentou desde seu início a oposição aberta dos movimentos populares. De fato, quando retornou à Argentina Perón tornou-se um dique de contenção que dividiu a “subversão” que naquela época era sinônimo de guerrilha. Na verdade, reprimiu a guerrilha esquerdista dos montoneros, ERP, FAR, etc. e deixou atuar a Triplo A, processo que abordamos mais adiante.

Em 20 de junho de 1973 Perón retornou definitivamente à Argentina. Sabia-se que esta atitude se dava em meio a prerrogativa de que ele efetivamente assumisse o controle do Estado. Todos os movimentos de apoio a Perón reuniram-se no aeroporto de Ezeiza na grande Buenos Aires e um grande aparato militar foi montado para receber o líder: “Nesse dia, no meio da imensa multidão reunida no aeroporto de Ezeiza, um enfrentamento entre grupos armados de distintas tendências do peronismo provocou um massacre”²²¹. Grupos da direita peronista e da juventude peronista se enfrentaram diante de quase dois milhões de pessoas. Houve um tiroteio generalizado que acabou com um saldo trágico e a festa que se esperava reunir todos os argentinos em torno de Perón, naufragou em meio a onda de violência generalizada que se instaurou em Ezeiza, ampliada para o panorama político argentino. Em Ezeiza, para além de saber quem atirou primeiro, ficava claro as contradições que perpassavam o movimento peronista.

Os três anos da segunda experiência peronista, verdadeiramente prodigiosos pela concentração de acontecimentos e sentidos, encerraram – de maneira infeliz e tenebrosa – toda uma época da história argentina.

²¹⁹ *Id. Ibid.*

²²⁰ DE RIZ, *Op. cit.* p. 96.

²²¹ ROMERO, *Op. cit.* p. 186.

É difícil saber em que momento do exílio Perón deixou de ver a si mesmo como o chefe incorruptível da resistência, disposto a desbaratar as tensões provenientes do poder, e passou a se considerar o homem destinado a pilotar o vasto projeto de reconstrução, que empreendeu como último projeto da sua vida. É possível duvidar se essa mudança de perspectiva se tratou de decisão deliberada ou se ele foi levado a isso por circunstâncias incontroláveis mesmo para seu imenso talento tático. O certo é que, feito isso, ele armou o seu projeto – parecido, mas diferente de 1945 – sobre três bases: um acordo democrático com as forças políticas, um pacto social com os grandes representantes corporativos e uma condução mais centralizada de seu movimento, até então espalhado em várias frentes e dividido em estratégias heterogêneas²²².

Segundo a discussão apresentada por Romero, depois da renúncia de Cámpora em 13 de julho de 1973, e com novas eleições convocadas, Perón candidatou-se a presidência tendo como vice Isabelita, sua esposa. Perón não era, nem nunca havia sido um chefe incorruptível. Quando assumiu de fato o governo, seu projeto já não representava os pontos essenciais constituídos pela doutrina justicialista, situação que desde o segundo período de sua presidência já demonstrou. Seu governo mudou radicalmente as expectativas da maioria da sua base, a saber a JP. Segundo Romero, já não se tratava de um governo peronista como o experimentado no processo desencadeado a partir de 1945. As tensões sociais que teciam a nova conjuntura social argentina, radicalizaram amplos setores da sociedade e a conciliação tornou-se difícil. Um apanhado geral das principais contradições que permearam a sociedade argentina durante os mandatos de Perón e Isabelita é discutido a seguir.

2.2 - O terceiro governo peronista e a modernização conservadora no agronegócio argentino.

Quando Perón assumiu pela terceira vez o comando da Argentina, o país encontrava-se em meio ao ressurgimento da atividade política depois da intervenção excludente da Fuziladora. A dificuldade imediata para a afirmação do pacto social que desenhou a estratégia de Perón para o poder, esbarrava no desmonte institucional arquitetado durante 1966-1972. Segundo Romero: “Os mecanismos e instrumentos estavam desgastados e se demonstraram ineficazes, e o controle que Perón podia deter não era pleno pois as Forças Armadas se

²²² *Id. Ibid.*

mostravam reticentes, apesar da reabilitação mútua que estabeleceram com Perón²²³. O autor argumenta que, para levar adiante suas principais estratégias econômicas, era imprescindível a Perón a atuação de um Estado forte capaz de disciplinar a participação dos agentes produtivos no processo da implantação democrática. Esta reivindicação estava disposta na maioria da sociedade argentina. No panorama corporativo, abriu-se um flanco de disputas internas no peronismo, processo inerente à característica pluriclassista que adquiriu o movimento desde a sua fundação. As contradições se acirraram com o passar dos anos em parte relegada a ilegalidade enfrentada pelo movimento. Por outro lado, a interpretação da doutrina justicialista não era homogênea. Havia o peronismo de direita e o de esquerda, tendências irreconciliáveis que revelaram a truculência de um contexto marcado pela disputa de hegemonia no seio do movimento peronista.

O contexto histórico em que se construiu o Programa de Libertação Nacional despertou muitas expectativas quanto aos rumos que tomaria o país. A interpretação que a sociedade construiu em torno da nomenclatura do plano econômico de Perón, fazia parte de um contexto amplo que envolvia a América Latina nos anos de 1970. As opções cubanas e chilenas soaram forte entre o conjunto da sociedade, o que definiu as características do processo argentino não foi a sua postura autônoma em relação à conjuntura latino americana. A opção argentina, segundo Romero, oscilava entre muitas tendências que não se completavam com a realidade que se construiu durante os primeiros meses de governo.

O Programa de Reconstrução e Libertação Nacional, apresentado em maio de 1973, apesar da concessão ao clima da época que havia em seu título, consistia em superar as limitações ao crescimento de uma economia cujos traços básicos não se pensava em modificar. **Não havia nada que indicasse orientação na direção do “socialismo nacional”**, e tampouco uma tentativa de buscar novos rumos para o desenvolvimento do capitalismo. Como em 1946, Perón recorreu a um empresário bem-sucedido para pilotá-lo, nesse caso sem relação com o peronismo: José Ber Gelbard, chefe da Confederação Geral Econômica, que reuniu a maioria das empresas de capital basicamente nacional. Seus objetivos, de acordo com as mudanças já consolidadas na estrutura econômica do país, eram fortemente intervencionistas e, em menor medida, nacionalistas e distribucionistas, e não implicavam em um ataque direto a nenhum dos interesses estabelecidos²²⁴.

Não havia nada de radicalmente novo, o plano inicial, comentado por Romero, indicou que Perón agiria com muita cautela para reativar a economia sobre as bases que estavam postas e não arriscaria sua condução do processo aderindo às teses do peronismo de esquerda.

²²³ *Id.* p. 187.

²²⁴ *Id. Ibid.* (Grifos meus).

Desta forma, a direção do projeto proposto por Perón foi liderado por um empresário que não possuía vínculo orgânico com o partido justicialista, ele nem mesmo seguia a linha do movimento peronista. Esta estratégia buscou ampliar a margem de consenso que Perón acreditava ter sido abalada pela Junta Militar, especialmente Levingston. No plano nacional, havia-se desenhado uma conjuntura desfavorável nas relações entre Estado e empresas nacionais. Perón sabia que era necessário capitalizar recursos para conduzir seu ambicioso projeto, recorrer ao plano internacional não era exatamente o que se esperava que ele fizesse.

Ao discutir o contexto econômico compreendido quando da volta de Perón ao poder, em 1973, Luis Romero considera a situação estável. Neste sentido, segundo o autor, muitas evidências levam a crer que a economia obteve um resultado satisfatório a partir de 1973, situação que se manteve estável até 1975. A marca de sucessivas “arrancadas e freadas”, típica do sistema *Stop and Go*, criou a sensação “de promessas não cumpridas e frustrações acumuladas”²²⁵. Em parte, a retomada do crescimento econômico foi apoiada no crescimento do setor agropecuário que começou em meados dos anos de 1960 e se prolongou até 1980. A produção de grãos e óleos tornou-se a atividade de melhor desempenho econômico à época. O mercado de destino destes produtos eram os países produtores de petróleo, países socialistas e países que haviam iniciado seu processo de industrialização.

A Fundação *Bunge y Born*, criada em 1963, passou a outorgar bolsas de investigação à pesquisadores das mais diversas áreas e criou, em 1964, um prêmio de grande repercussão destinado a premiar pesquisas e iniciativas julgadas importantes para o desenvolvimento da ciência e tecnologia na Argentina. O ganhador do prêmio em 1970 foi o engenheiro agrônomo Guillermo Covas (1915-1996) que se dedicou ao desenvolvimento de novas pastagens para o Pampa e novas alternativas de cultivo para a região.

O processo de modernização geral da economia iniciado em tal contexto, trouxe consigo a marca indelével da ampliação da atividade industrial, cujo destaque foi à fabricação de tratores e máquinas agrícolas para atender a demanda efetiva do setor agropecuário. A modernização da economia, na discussão encaminhada por Romero, elevou a área cultivada em 30% nos Pampas. Tratava-se, para o autor, de uma “Revolução Produtiva”²²⁶, que em última instância, recorreu ao Estado: “O Estado promoveu mudanças de diversas maneiras – foram abertos créditos e subsídios para os investimentos, e uma ação sistemática do Inta –, apesar de não mudar a política tradicional de transferir recursos para a economia urbana, que se manteve, com apenas algumas modificações técnicas”²²⁷. Ainda que não houvesse grandes

²²⁵ ROMERO. *Op. cit.* p. 181.

²²⁶ *Id. Ibid.*

²²⁷ *Id. Ibid.*

novidades na atuação das agências estatais com relação aos recursos para financiamento do desenvolvimento da economia nacional: “O ponto decisivo, porém, foram os efeitos da modernização geral da economia”²²⁸. Este processo redundou na incorporação de novas técnicas para o cultivo de alto rendimento da área agricultável do Pampa argentino, prerrogativa possibilitada pela relativa estagnação no comércio de carne. No plano internacional, a aproximação comercial com países do Leste europeu favoreceu a mudança de perspectiva no ramo do agronegócio argentino na década de 1970 que direcionou esforços para a ampliação do comércio com os países membros da URSS.

O setor agrário argentino atraiu novos investimentos oriundos de empresários que passaram a destinar suas rendas para o setor agrícola para a compra de terras: “Critério empresariais modernos foram, aos poucos, sendo introduzidos na produção, facilitados por uma flexibilização do modelo de arrendamento e pela incorporação de empresários que não possuíam vínculos com a terra”²²⁹. Neste sentido, é possível analisar os termos da modernização citada pelo autor. Ainda que a redemocratização tenha sido possibilitada, em grande medida, pelo desgaste da “Revolução Argentina”, parte do plano civil-militar-empresarial persistiu. Em busca de eficiência nos mais variados assuntos do desenvolvimento nacional, criou-se uma *Intelligentsia* que passou a pautar critérios de desenvolvimento a partir da otimização da produção, tendo em vista o mercado externo. Entretanto, cabe destacar, não se tratou de avaliar as condições a partir da produção efetiva do país. Pelo contrário, as ações do Estado em torno dos grupos empresariais que buscaram diversificar seus investimentos, foram pautados na progressão da produção. Assim, os recursos foram remanejados a partir de critérios irrealistas que se pautaram mais no poder de pressão alcançado pelos agentes econômicos do agronegócio argentino e sua eficácia em desestabilizar as iniciativas do bloco no poder, pois passaram a jogar com as possibilidades que traziam consigo as condições de instabilidade política na Argentina.

A produção de insumos agrícolas seguiu a tendência mais geral da economia e também se modernizou. A indústria agroquímica que, em sua grande maioria se tratava de filiais de multinacionais, introduziu novos produtos para o combate de pragas: pesticidas e herbicidas, além das sementes híbridas. Os anos de 1970 foram marcados na região pela influência efetiva da “revolução verde”. Processo que empurrou os países da América Latina em direção à expansão da produção agrícola tecnificada, bem como à ampliação do parque industrial do setor agroindustrial. Um movimento intenso que propiciou a reativação das

²²⁸ *Id. Ibid.*

²²⁹ *Id. p. 182.*

exportações argentinas que procurou estabelecer-se nos mercados vizinhos.

As exportações industriais também cresceram: máquinas agrícolas, máquinas-ferramenta, veículos automotores, produtos siderúrgicos e químicos puderam competir nos mercados dos países vizinhos, aproveitando frequentemente oportunidades da Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Assim, aos poucos, o forte constrangimento que o setor externo representava para o conjunto da economia foi se reduzindo, o impacto das crises cíclicas diminuiu e a margem para o crescimento industrial aumentou²³⁰.

As empresas nacionais acompanharam a retomada do processo de crescimento econômico. As empresas que foram consideradas dentro de um setor mais dinâmico, que era definido a partir da demanda do mercado externo, aproveitaram-se do sistema de incentivo e a associação fomentados pelo Estado argentino. O setor recorreu aos créditos e subsídios despendidos a partir do Estado, uma fórmula sem grandes novidades uma vez que o Estado nunca deixou de ser a maior força para a promoção do intercâmbio comercial dos produtos argentinos.

As empresas nacionais, após sofrer uma forte depuração, se adaptaram às novas condições, ajustaram suas possibilidades ao espaço deixado pelas grandes empresas estrangeiras, absorveram o quanto puderam dos novos sócios ou encontraram formas de associação, como o uso de patentes e licenças, ou o fornecimento de peças para as grandes montadoras. Simultaneamente, aproveitaram um terreno no qual se moviam com facilidade: o uso de créditos subsidiados ou de mecanismos de promoção do Estado²³¹.

Na realidade, o processo analisado por Romero corresponde ao momento mais promissor da economia argentina se comparado aos anos anteriores, trata-se, pois, do ponto de culminância das iniciativas realizadas para o amadurecimento da economia depois de 1958. Um processo que só encontra correspondência em promoção da indústria nacional à época dos primeiros anos do primeiro governo Perón. Entretanto, segundo comenta o autor: “Os problemas dessas políticas foram sentidos nas relações dos trabalhadores e em sua sensibilidade crescente aos problemas das fábricas”²³². As grandes empresas passaram por um processo de adaptação a nova realidade que resultou abrupto. A eficiência e a otimização da produção espremeu a força de trabalho nas fábricas, um panorama que resignificou as lutas sindicais que passaram a pautar bandeiras construídas na dura realidade das novas condições de trabalho, um contraponto à qualidade total que passou a pautar as relações de produção.

²³⁰ *Id. Ibid.*

²³¹ *Id. p. 182-183.*

²³² *Id. p. 183.*

A modernização conservadora da indústria tornou-se o carro chefe da economia potencializada pela possibilidade de sucesso em atividades respaldadas pelo mercado externo, em específico, junto aos países que servissem de rumo para o excedente da produção. A fórmula do empresariado argentino foi definida segundo os parâmetros de concentração e aperfeiçoamento nas relações comerciais sem abrir mão do aumento do investimento do Estado, ou seja: compras de empresas públicas para obras de infra-estrutura e expansão do consumo por parte da população mais abastada “disposto a trocar de carro a cada dois anos”²³³. A incorporação de novos agentes à economia esticou o mercado de consumo interno prolongando a expansão da indústria. Entretanto, a retomada do crescimento industrial na Argentina dos anos de 1970 foi marcada pela reativação do comércio exterior em nível regional, portanto, atendeu a tal demanda.

Este ciclo de crescimento encontrou seu ápice por volta do ano de 1973. Neste ano, segundo Romero, “essa expansão já se aproximava dos limites da capacidade instalada que por falta de investimento privado, não havia crescido substancialmente”²³⁴. Os conflitos sociais inerentes ao processo de crescimento econômico não encontraram solução a partir da fórmula de redistribuição de renda, característica dos primeiros anos da experiência histórica do peronismo de 1946, e foi agravado pela tática empresarial de pressionar o Estado nos negócios que envolvessem riscos maiores. Entretanto, é importante destacar que boa parte das ações efetivas daqueles anos continuaram apreciadas, como é o caso do reconhecimento do papel fundamental do Estado como agente da paz social: “Apesar do propagado liberalismo de setores proprietários, desde 1955 nem os atributos do Estado nem sua capacidade para definir as regras do jogo tinham diminuído”²³⁵. Ou seja, uma contradição efetiva se comparada à ideologia que agiu para derrubar Perón em 1955, quando a partir de então os setores proprietários pautaram-se em ações para “desperonizar” o Estado²³⁶. Por outro lado, “Mas, houve também, invertendo a tendência iniciada em 1955, um crescimento do mercado interno causado pelo aumento do emprego industrial e principalmente da construção, junto com uma recuperação na renda dos assalariados”²³⁷. Ainda assim, é importante lembrar que 1955 representou um marco limite de boa parte da experiência histórica do peronismo no poder, como por exemplo, o esgotamento do modelo de reconstrução dos países envolvidos no conflito da II Grande Guerra. O que, por outro lado, não significa afirmar que toda a experiência histórica do peronismo fosse sumariamente descartada por outros governos, ainda

²³³ *Id. Ibid.*

²³⁴ *Id. Ibid.*

²³⁵ *Id. Ibid.*

²³⁶ Discussão apresentada no capítulo I.

²³⁷ ROMERO, *Op. cit.* p. 183.

que negassem formalmente o peronismo, o Estado deveria ditar as regras do jogo econômico aproximando os agentes econômicos no campo corporativo, separados entre si por reivindicações antagônicas.

Com elementos contextuais de grande relevância, este movimento passou a adquirir contornos mais preponderantes no que diz respeito à participação política do ramo patronal argentino nos assuntos de política econômica. Segundo Romero: este panorama foi sustentado por ações que tangenciassem políticas sociais na mesma medida em que capitalizasse maior preponderância para as ações do empresariado, mesmo que a ausência dos mesmos tenha provocado fraturas importantes para o processo de afirmação de longo prazo do capitalismo argentino. Segundo Romero: “Por volta de 1973, essa expansão já se aproximava dos limites da capacidade instalada que, por falta de um importante investimento privado, não havia crescido substancialmente”²³⁸. A redemocratização do país foi encarada como um campo de possibilidades para os negócios do empresariado argentino que soube pressionar o jogo político a seu favor como forma de garantir mais lucros e, por consequência, menos riscos, desenhando, assim, uma postura intervencionista do Estado mesmo que pautados em certos limites.

Para os empresários, tudo isso representava a possibilidade de lucros mais fáceis e seguros que aqueles derivados de melhorias na eficiência ou na competitividade, assim como perdas igualmente fáceis de lidar e rápidas, de modo que o combate sobre a política era uma questão vital²³⁹.

Ao tomar para si a responsabilidade de pressionar o Estado quanto à participação efetiva do povo no período que se desenhou com a redemocratização anunciada, o empresariado argentino e os setores patronais, estabeleceram limites para o jogo político. Basicamente, a iniciativa que os motivava dizia respeito às garantias sumárias de que a participação do Estado na economia viria fortalecer o que já havia sido constituído em torno dos agentes econômicos, em específico, o patronato: “Depois de 1955, a condução vandorista dos sindicatos foi, para os empresários, uma garantia da desmobilização dos trabalhadores e da negociação sempre possível”²⁴⁰. Ou seja, a exclusão do outro no campo político, não importa a forma e os meios empregados para conquistar tal objetivo, desde muito tempo havia se estabelecido na Argentina como elemento de subordinação a partir de mecanismos planejados tendo como horizonte o Estado. Assim, se as expectativas quanto ao retorno de Perón foram capazes de adquirir diferentes contornos, a mercê da interpretação que dela

²³⁸ *Id. Ibid.*

²³⁹ *Id. p. 184.*

²⁴⁰ *Id. Ibid.*

faziam os agentes econômicos, segundo sua posição no campo da produção, os métodos empregados para produzir a subalternização do outro no campo da política formal foram coincidentes. Se a esquerda radicalizada do peronismo já havia produzido seu braço político-armado, os Montoneros, tal iniciativa não passaria despercebida pelos setores radicalizados da direita peronista, a saber, a constituição da *Aliança Anticomunista Argentina* (Triplo A), um processo que abordamos mais a frente.

As relações comerciais construídas a partir da investida dos militares rumo a novos mercados – em parte conduzida à época do projeto frondicista, e potencializada pela reabertura das relações internacionais no governo de Lanusse como no caso da aproximação com a China – trouxe consigo novos parceiros comerciais. Entretanto, uma abertura radical da economia ao capital estrangeiro traria conseqüências com as quais a Argentina não poderia arcar. A estratégia do governo voltou-se para o fortalecimento do mercado interno, cuja estrutura herdada por Perón da “Revolução Argentina” trouxe uma relação complexa com a sociedade civil argentina que nem mesmo a liderança de Perón reverteria de forma abrupta. O panorama exportador da Argentina havia melhorado significativamente e por aí Perón começou a fortalecer a indústria nacional, conforme analisou Romero.

As perspectivas das exportações eram muito boas: preços excelentes e possibilidade de acesso a novos mercados, como a União Soviética. A nacionalização do comércio exterior tinha a intenção de assegurar a transferência de parte dos benefícios para o setor industrial, embora desta vez, tenha havido um grande cuidado em preservar a renda dos setores rurais, cuja produtividade se propôs incrementar, com uma combinação de incentivos e castigos. Um deles – a possibilidade de desapropriar terras improdutivas, incluída no projeto de lei agrária – desencadeou com o tempo um forte conflito, mas, acima de tudo, tratou-se de continuar expandindo as exportações industriais por meio de convênios especiais, como o realizado com Cuba para vender automóveis e caminhões²⁴¹.

Como discutido pelo autor, Perón enfrentava um dilema significativo em relação à conformação da estrutura agrária encontrada na Argentina. Os latifúndios improdutivos atrapalhavam a aceleração do crescimento e reavivou feridas do primeiro período da experiência peronista na presidência do país. A desconfiança deste setor da sociedade argentina ia de encontro do tratamento que Perón relegou à classe dos *terratenientes* no projeto iniciado em 1945, encabeçado pelo Iapi, com a transferência da renda das exportações agrícolas para bancar o processo de substituição das importações. Guardadas as devidas proporções de cada um dos projetos, o de 1945-1955 e o de 1973, o fato é que Perón não tocou no fator da conformação fundiária da Argentina, justamente por conhecer o potencial da

²⁴¹ *Id.* p. 187-188.

mobilização patronal dos *terratenientes*.

O foco principal do projeto econômico do governo procurou estabelecer maior participação da indústria nacional baseado na força apontada pela adesão de novos parceiros comerciais. Mecanismos de proteção ao crédito foram estabelecidos com o intuito de propiciar a participação efetiva das empresas nacionais no processo de modernização típico dos anos de 1970 na Argentina. Para Romero, esta iniciativa buscou revitalizar as instituições de intervenção do Estado na economia, uma atitude que se esperava, dada a participação histórica de Perón junto ao poder. Segundo o autor, esta perspectiva agradou o panorama das lutas corporativas em torno da reivindicação de um papel histórico que o Estado havia protagonizado.

O Estado devia disciplinar os agentes combinando persuasão e autoridade. Houve acordos setoriais e um outro mais amplo, que englobava a todos, assinado pela CGE e a CGT, que estabeleceu o congelamento dos preços e a suspensão por dois anos das convenções coletivas ou paritárias. Isso era de difícil aceitação para o sindicalismo e foi compensado por um aumento geral imediato de 20% sobre os salários, ainda muito distante, entretanto, das expectativas geradas pela posse do governo popular²⁴².

Como apresentado pelo autor, houve resultado no programa de estabilização proposto pelo governo. A aliança política construída com a Hora do Povo, mostrava sua eficácia no plano econômico que revelou os delineamentos gerais da idéia forjada por Perón de Democracia Integrada. Os índices inflacionários voltaram a estabilizar-se e a economia dava sinais de reativação como foi planejado. A balança de pagamento se estabilizou e foi possível angariar boas divisas para a condução do pacto social proposto pelo governo. Havia a intenção em ocupar os espaços instalados em todos os âmbitos, propiciada pela maior participação dos salários no mercado interno. Entretanto, segundo Luis Romero, alguns limites atrapalharam: “O incremento do consumo fez com que a inflação reaparecesse enquanto o aumento do preço do petróleo – que já anunciava o fim do ciclo de prosperidade do pós-guerra – encareceu as importações, começou a complicar as contas externas e aumentou os custos das empresas”²⁴³.

Ao mesmo tempo, no plano corporativo a luta interna entre os membros da CGE desgastou as possibilidades de sucesso para o pacto social que foi rompido. A estrutura da corporação não era absoluta e muitos mecanismos de corrupção foram amplamente utilizados

²⁴² *Id.* p. 188.

²⁴³ *Id. Ibid.*

para burlar o pacto. As lutas corporativas da CGE se mostrariam decisiva para a derrocada do projeto do governo. Dentre os principais meios encontrados para burlar o pacto, segundo o que discutiu Luis Romero, estavam algumas iniciativas junto ao mercado negro, que colocavam em xeque a estrutura planejada pelo Estado.

Os empresários – e muito em especial os pequenos e médios, dificilmente controláveis – encontraram muitas formas de violar o pacto: desabastecimento, ágio, mercado negro, exportações clandestinas. Também encontraram uma forma de manifestar seu parco entusiasmo, e o investimento privado foi relativamente magro²⁴⁴.

Como vimos, segundo Romero, as ações clandestinas dos pequenos e médios empresários punham em risco o planejamento do Estado, uma dimensão de negócios à margem da proposta irradiada a partir do peronismo. Juntou-se a ação protagonizada pela CGT que não tinha a mesma experiência para disciplinar os conflitos inerentes à situação que propunha o pacto social e a Democracia Integrada. Nenhuns dos atores principais do plano de governo respondiam ao chamado. Na prática, os grupos de pressão encabeçados pela CGT e CGE não chegavam a um acordo quanto ao tratamento das propostas de conciliação presentes no projeto argentino do terceiro governo de Perón. Uma evidência que contempla a afirmação de que a organização da sociedade civil suplanta, em alguma medida, o que o Estado propõe apenas. O interesse dos grupos que se alternam na disputa pela hegemonia no âmbito da formação cultural coloca em risco projetos como o do terceiro governo peronista.

Para Gerchunolff e Llach, 1973 foi um marco decisivo para a economia argentina na medida em que envolveu fatores de política econômica e social de longa duração. Segundo os autores, Lanusse, o último presidente da “Fuziladora”, tratou do problema político argentino - a proscrição do movimento peronista que em realidade extrapolou o âmbito da política formal, com a consolidação de um movimento de massas de proporções consideráveis não só na Argentina, mas, na América Latina. A saída eleitoral de 1973 foi nada mais do que o reconhecimento de uma situação limite que levava a uma forma instável a política argentina. Segundo os autores, a saída eleitoral foi uma espécie de resignação dessa situação limite.

Ao propor a discussão acerca do contexto argentino, os autores ponderam sobre as ações da guerrilha e consideram que a pressão efetiva destes movimentos armados excede o plano meramente da proscrição, portanto, retomam a discussão acerca do papel dos grupos armados da esquerda radicalizada do peronismo. Consideram, portanto, que estes “cuestionaban al ‘sistema’ en un sentido muy profundo y global - en línea con lo que ocurría en otras partes del mundo – que excedía al problema de la proscripción electoral del

²⁴⁴ *Id.* p. 189.

peronismo”²⁴⁵. Os “atentados” e ações de assalto, preparados pelas guerrilhas para guarnição material para o enfrentamento, eram mais do que ações de mero banditismo, contribuíam para manter a ditadura em estado permanente de instabilidade.

Ainda que houvesse muitas tendências concorrentes no plano da luta armada, os Montoneros reivindicavam mais do que o retorno de Perón. Reivindicavam, também, a retomada de um projeto nacional. A Juventude Peronista, de fato, não havia vivido o auge do governo popular do velho caudilho. Entretanto, o convívio com os militantes mais velhos despertou certo saudosismo sobre os eventos de tal época. Mais do que tudo, a repressão sucessiva ao movimento peronista praticado tanto por governos militares como civis, gerou um sentimento de “profundo desencanto” com a política formal, estabelecendo outros marcos de participação na vida nacional como no caso da adesão à guerrilha.

O próprio Perón²⁴⁶ fez uso desta tática para promover o seu retorno, uma vez que considerou fundamental a articulação de um grupo de pressão, armado, de cunho peronista. O uso indiscriminado da guerrilha, em particular a dos *Montoneros*, e dos sindicatos que estavam nas mãos dos peronistas ditos *ortodoxos*, procurou estabelecer a instabilidade política do regime da Fuziladora. Uma conjunção de fatores explosivos que minou a continuação de um regime pautado na exclusão total da participação política e âmbito partidário. A estratégia do povo em armas havia se estabelecido desde a derrubada de Perón em 1955. À época, Perón arrefeceu a possibilidade de constituição da luta armada para defender o seu governo.

Por outro lado, começou a ganhar terreno uma situação de impasse político dentro do movimento peronista, acompanhado de perto por medidas econômicas que pretendiam dar rumos mais atrativos às exportações argentinas. Neste sentido, a derrota do plano Krieger Vasena, influiu diretamente no temido fenômeno inflacionário que alcançou a Argentina em 1973. Entre os anos de 1971, 1972, 1973 a inflação argentina atingiu níveis recordes em relação aos anos anteriores chegando a cifra dos 30% ao ano, “cifra que a lo largo de la década del 60 había sido un techo para el aumento de precios”²⁴⁷.

Con mayor o menor énfasis, se coincidía en que cierta limitación de las demandas salariales de los sindicatos era una condición necesaria para cualquier intento de estabilización. Ese control podía conseguirse por la

²⁴⁵ GERCHUNOFF, P. e LLACH, L. *Op. cit.* p. 333.

²⁴⁶ Sobre o apoio Montonero à Perón, o trabalho de Richard Gillespie contextualiza as aproximações entre Perón e a guerrilha. Segundo o autor, em meados dos anos de 1971, os Montoneros acreditavam que o peronismo havia se transformado em uma tendência revolucionária que desembocaria no Socialismo Nacional: “El apoyo montonero de Perón y la fé en sus declaraciones casi-revolucionarias eran genuinos; se basaban en la convicción de que se había convertido sinceramente a una forma nacional de socialismo” (GILLESPIE, Richard. *Op. Cit.* p. 135.).

²⁴⁷ GERCHUNOFF, P. e LLACH, L. *Op. cit.* p. 334.

fuerza, pero tenia más probabilidades de éxito si estaba asentado sobre la colaboración voluntaria de los gremios. Ya que esto ultimo era prácticamente imposible para un gobierno no peronista, también era muy difícil detener o, aunque mas no fuero, moderar la espiral inflacionaria²⁴⁸.

As soluções se esgotavam na mesma medida em que se exigia o retorno do velho caudilho, considerado por muitos, o único que poderia conter a “convulsionada” Argentina de então. Entretanto, quanto ao retorno de Perón, os autores discutem que outro problema viria à tona. Trata-se da verdadeira identidade política que assumiria o peronismo. Um debate que, à época, tanto em relação aos movimentos de conjuntura internacionais, quanto às aspirações nacionais do movimento poderiam oscilar entre duas formas, ou mais, distintas. Entretanto, para os autores, este era um problema de fundo que teria seu ponto de inflexão em 1974, quando das comemorações de 1º de maio, já durante o terceiro período da presidência de Perón.

Em 1º de maio de 1974, muitos trabalhadores e jovens pertencentes ao peronismo – que foi franca oposição a ditadura da Fuziladora e ao projeto da “Revolução Argentina - reuniram-se na *Plaza de Mayo* para ouvir o discurso definitivo de um Perón que passou a romper com a idéia de pacto social alinhando-se com os inimigos, segundo a direção do movimento. Naquele evento, Perón retirou o apoio à esquerda radicalizada do peronismo em ato público. Por consequência, passou a revisar os atos da guerrilha. A reação foi imediata e, praticamente a metade do público que se enfileirou na praça para ouvir Perón, pertencente à Juventude Peronista radicalizada, bateu em retirada. A outra metade que ficou, alas pertencentes ao sindicalismo ortodoxo, não apoiou o velho caudilho.

Como a discussão de pano de fundo proposta pelos autores, a questão da “verdadeira” identidade do peronismo, foi exposta pelos mesmos segundo as seguintes hipóteses:

Que era el peronismo? Apenas un populismo sin demasiados compromisos doctrinarios, encolumnados detrás del liderazgo carismático de Perón? O un partido más orgánico, raíz sindical, en la línea del Labour Party de Gran Bretaña, favorable a una importante intervención pública que todos modos respetara el principio de propiedad privada? O, mas bien, un movimiento revolucionario que pretendía hacer de la Argentina una nueva Cuba o repetir un experimento como el que estaba a punto de naufragar en el Chile de Allende²⁴⁹?

Tais dúvidas surtiam o efeito desejado pelo próprio Perón na medida em que, durante os anos de exílio em Madrid, procurou esquivar-se de qualquer pronunciamento

²⁴⁸ *Id. Ibid.*

²⁴⁹ *Id. Ibid.*

comprometedor quanto às possíveis características que sua liderança teria no contexto de sua volta ao poder. Ainda que estivesse em contato direto com as alas opositoras ao regime ditatorial imposto pela “Fuziladora”, Perón queria garantir para si a plena vigência da direção centralizada do movimento. Um evento que se colocava na contramão de toda a sinergia política alcançada pela oposição peronista à ditadura.

O país encontrava-se dividido. O movimento peronista também estava dividido. Perón morreu duas semanas após admitir que pensava em renunciar se a situação ocasionada pelas lutas corporativas continuasse. Isabel Perón assumiu a presidência e trouxe consigo a figura de Lopez Rega, *El Brujo*²⁵⁰. Dizia-se que Isabelita governava, e de fato o fez plenamente do ponto de vista formal salvo em uma ocasião de ausência devido a fatores de saúde. Entretanto, Lopez Rega, nomeado Ministro de Bem Estar Social, ganhou espaço. Tornou-se a sombra de um regime que conheceria de perto como combinar fatores ilegais para calar seus opositores.

Aunque el poder formal se mantuvo siempre en la persona de la Presidenta (excepto durante un paréntesis forzado por “razones de salud”) el poder real estaba en los grupos que, alternativamente, ganaban influencia sobre Isabel. Durante todo el año que se siguió a la muerte de Perón, fue creciendo el peso político de José Lopez Rega, quien como “mayordomo de palacio” en el exilio de Madrid había ganado la confianza del Matrimonio Perón²⁵¹.

Para Pablo Gerchunoff e Lucas Llach, a partir do Ministério do Bem Estar Social, Lopez Rega constitui um poder autônomo. Com isso, buscou influenciar decisivamente a Presidenta a podar o espaço de atuação da liderança sindical e do aparato partidário. Entretanto, como discutido por Gerchunoff e Llach: “Hacia mediados de 1975, en plena crisis económica, él y su grupo cayeron en desgracia, y el gobierno adquirió tinte mas sindical”²⁵². A divisão de poder levou o grupo de Lopez Rega ao insucesso. Não resta dúvidas de que a maior contribuição, negativa, dada por El Brujo, diga respeito à articulação de um aparelho paramilitar financiado desde o Ministério do Bem Estar Social. Trata-se da Aliança Anticomunista Argentina, ou simplesmente, a Triplo A. Um capítulo sangrento da história argentina que será discutido mais adiante.

Para Gerchunoff e Llach, mais do que no plano político, o plano econômico experimentou anos de continuidade dada a atuação do empresário Jose Ber Gerbald durante quatro governos peronistas. Ao comentar a nomeação do Ministro da Economia, os autores argumentam que se tratou de uma estratégia tipicamente de Perón. Durante sua primeira

²⁵⁰ Lopez Rega e Perón se conheceram no Panamá. Rega freqüentava a casa de Perón na Espanha e articulou em solo argentino a Triplo A, movimento que abordaremos mais adiante. Rega se tornou o braço direito de Perón e ocupou o cargo de Ministro do Bem Estar Social, posto considerado chave durante os governos peronistas.

²⁵¹ GERCHUNOFF, P. e LLACH, L. *Op. Cit* p. 336.

²⁵² *Id. Ibid.*

presidência, entre os anos de 1946-1950, Perón havia convocado outro empresário para ocupar o cargo. Desta vez, com o movimento peronista radicalizado, a continuidade, segundo os autores, uma vez que “se trataba de un hombre de empresa”²⁵³, tornar-se-ia demasiado incômoda. Sua atividade junto a Confederação Geral Econômica da Argentina, ainda em 1955, havia impressionado Perón: “En su calidad de líder de la Confederación General Económica que agrupaba a los empresarios locales) Gelbard había tenido un papel protagónico sobre el final de la segunda presidencia de Perón”²⁵⁴.

Ainda que a discussão pública foi dominada pelas medidas de curto prazo, as principais características do novo governo Perón no que concerne às políticas econômicas só sejam reveladas na análise de suas medidas de longo prazo. Trata-se de medidas direcionadas ao reaquecimento da economia, tendo em vista fórmulas, cujo papel central cabia ao Estado “fuertemente intervencionista, moderadamente nacionalista y distribucionista”²⁵⁵. Reforma ou revolução? As evidências levam a crer que se tratava de uma mera reforma.

Perón passou a fomentar as exportações argentinas como medida para equilibrar a balança de pagamentos. Formulou leis, cujo objetivo final era o atrativo junto ao mercado externo. Entretanto, é importante salientar que o cimento ideológico do pacto nacional deveu-se, em grande medida, à proteção e garantia do emprego. Um dos exemplos que ilustram essa variante remoçada de Perón é a “Ley de protección al trabajo y la producción nacional”²⁵⁶. Nela, apesar do nome em aparência relacioná-la ao progressismo, Perón conjugou exigências dos dois lados mais combativos de sua base; trabalhadores e empresas. Da mesma forma, o Estado passou a fomentar a produção de bens passíveis de exportação. Assim, empresas que adquirissem rápida capacidade de adaptação ao contexto exportador teriam subsídios garantidos, mas: “Se anunció además un generoso apoyo crediticio y técnico a las pequeñas y medianas empresas, confiando en su potencial exportador”²⁵⁷. Com isto, se esperava melhorar as divisas do país no exterior e potencializar uma melhor arrumação da economia em âmbito nacional.

Ainda em 1973, duas leis ampliam a faculdade das juntas de grãos e carnes. Não por acaso, as ações do Iapi envolveram uma espécie de *deja vu*, segundo Gerchunoff e Llach.

Este *deja vu* del IAPI generó menos recelo entre los hombres de campo que dos iniciativas que, a su manera, restringen la propiedad privada de la

²⁵³ *Id.* p. 337.

²⁵⁴ *Id.* *Ibid.*

²⁵⁵ *Id.* *Ibid.*

²⁵⁶ *Id.* p. 339.

²⁵⁷ *Id.* *Ibid.*

tierra. La más temida era un proyecto de Ley Agraria, que previa la expropiación de tierras consideradas “improductivas”, definidas como aquellas que en los últimos diez años hubieran rendido menos del 30% de su “productividad normal”. De ahí a una reforma agraria, pensaban los terratenientes, no había un gran techo. Estaba fresco en su memoria lo que acaba de ocurrir en Chile, donde otro “gobierno popular” había expropiado 64.000 kilómetros cuadrados de tierra. Pero la Ley Agraria nunca pasó de proyecto. Si sancionó, en cambio, una norma que contaba con mucho mayor consenso político y técnico: la del impuesto a la renta potencial de la tierra. El viejo ideal de grabar sobre la producción posible antes que sobre la efectiva, de modo de alentar la productividad, se había cristalizado sólo parcialmente con la legislación de 1969 de imposición sobre la valuación fiscal de la tierra. Fue sólo a partir de una ley de 1973 que el monto de impuestos pagados se independizó del valor de lo producido. Se introducía así un incentivo a producir más²⁵⁸.

Embora muitas leituras possam ser feitas, a partir da indicação para o debate apresentada por Gerchunoff e Llach, aqui, cabe lembrar que pretendemos enfatizar alguns pontos relacionados ao tratamento relegado à questão agrária como fator determinante da correlação de forças. Como vimos, os conflitos políticos encontrados durante o contexto discutido expressam a tentativa de rearticular o crescimento econômico junto à redemocratização. A terra aparece como plano fundamental do pacto peronista vez que tocava no campo de disputas mais sensível ao plano peronista. O fato de Perón não entrar em franca disputa com a classe *terrateniente* evidencia um equilíbrio determinado pela conjuntura política latino-americana, cuja presença do governo da Unidade Popular, no Chile, serviu como argumento de persuasão da classe proprietária argentina para pressionar o peronismo a não mudar, efetivamente, a conformação da estrutura fundiária argentina. Como salientam Gerchunoff e Llach, o exemplo chileno era muito presente e estimulou a pressão política dos grandes proprietários de terra que interpretaram as leis de incentivo à produção como um ataque frontal à sua situação de classe. Por outro lado, a modernização conservadora do conceito de produtividade vivido entre os anos de 1970, na Argentina, com o estabelecimento de novos padrões de acumulação para o agronegócio argentino, perpassou fortemente o elemento da propriedade privada no que dizia respeito à especulação do solo como objeto de recuperação de capital para os setores proprietários. Neste sentido, o prestígio político da classe proprietária argentina com vistas à representatividade de classe expressa na Sociedade Rural foi tomada como fator de garantia de que tudo devia mudar para continuar como estava.

Podemos relacionar o trecho citado acima a alguns apontamentos sobre a produção do consenso, entendido como hegemonia, gerado pelo debate acerca da questão agrária de 1973. Gerchunoff e Llach citam o exemplo chileno como fator de reunião, entre os grandes

²⁵⁸ *Id.* p. 371.

proprietários de terra, de uma pauta mais ou menos comum para evitar a experiência efetiva de um governo popular na Argentina. É o momento de reativação da luta patronal de maior relevância para a conformação da estrutura política alcançada pela Argentina desde 1943. Ao estabelecer a especulação do solo como forma de resposta à tentativa do governo ampliar a produção do país com um papel centrado no agronegócio, os empresários ligados ao campo, em 1973, entenderam que teriam, mais uma vez, o papel de articuladores no ramo da produção acerca da tentativa do terceiro governo peronista em vencer o desemprego, a inflação e a reativação do parque industrial argentino. Um processo que trouxe de mãos dadas as entidades patronais representantes dos proprietários de terras e a indústria de fabricações militares, responsável direta pela provisão de utensílios destinado ao aumento da produção agrícola como forma de abastecer a indústria do agronegócio. Os principais beneficiados pelo apoio às fabricações militares foi a Bunge y Born, Dreyfuss, Nydera e Cargill, ou seja, empresas diretamente ligadas à exportação de grãos. Por outro lado, neste movimento de reagrupação das entidades patronais, a tentativa do governo, a partir do Iapi, tratava o problema de fixar o teto para os preços do agro argentino como medida de contenção da inflação que poderia resultar da volatilidade dos altos preços no mercado externo refletindo na alta de preços dos produtos destinados a atender o mercado interno.

Se por um lado, a Sociedade Rural Argentina (SRA) apoiou o pacto social confeccionado à época pelo governo peronista – assim como a Federação Agrária Argentina (FAA) integrou-se a Confederação Geral Econômica (CGE) –, por outro a Confederação de Associações Rurais de Buenos Aires e da Pampa (Carbap) retirou-se da negociação ficando alheia aos ditames do pacto. Esta prerrogativa básica da reação da entidade fez parte da interpretação realizada por alguns de seus membros das linhas gerais sob as quais se estabelecia o pacto em relação à propriedade privada. Basicamente, entendiam que a política agrária do terceiro período peronista estava de mãos dadas com o flagelo do comunismo internacional que, por sua vez, era antagônico às aspirações dos proprietários. A entidade não apoiaria a postura do peronismo frente à reativação da indústria pela transferência de renda promovida pelo Iapi, porque essencialmente tocava nos lucros da classe proprietária e colocava em risco a propriedade da terra por estabelecer o Estado como comprador preferencial de terras consideradas improdutivas.

O exemplo chileno do governo da Unidade Popular de Allende serviu para uma parcela dos setores proprietários de terras na Argentina desvelarem franca oposição ao terceiro governo peronista. Por mais que a definição de sua política tenha ficado mais a mercê das classes proprietárias, na Carbap, encontrava-se representada justamente a classe que mais

havia sido beneficiada pela reativação da indústria agrícola, a saber, a classe proprietária de Buenos Aires e da Pampa. A discordância quanto aos métodos empregados pelo peronismo, alinhou o bloco de poder dos proprietários rurais da Pampa, o que acabou por dividir no plano nacional as entidades de representação patronal.

2.3 - A triplo A, uma estrutura criminoso que se fez estado.

A Aliança Anticomunista Argentina, a Triplo A, foi uma estrutura clandestina que atuou no plano nacional com a incumbência de exterminar fisicamente pessoas suspeitas de militar em movimentos de esquerda, ou simplesmente que representassem ameaça efetiva à linha ideológica pautada na ultra-direta argentina. Entre as ações de repressão perpetradas pela Triplo A está o saldo de aproximadamente 1.000 (mil) mortes oficializadas entre os anos que compreendem o triênio do terceiro governo peronista, de 1973 a 1976. Tratava-se de uma organização paramilitar não formal, sistematizada a partir das ordens emanadas do Ministério de Bem Estar Social, cujo ministro Lopez Rega, *El Brujo*, foi o principal articulador e o Ministério o financiador em potencial da Triplo A. O “Império da Morte”²⁵⁹ estabelecido na Argentina sob a direção da Triplo A, é imediato ao período inaugurado com o terceiro período do peronismo no poder. Tratou-se do período de instituição do Terrorismo de Estado, um laboratório do que viria a ser instaurado a partir do golpe de 1976.

A Aliança Aticomunista Argentina, a Três A, fundada pouco depois de iniciar-se o governo de Perón por seu ministro de Bem-estar Social, José Lopez Rega, e outros grupos de igual inspiração fascista, como o *Comando Libertadores da América* (formado e conduzido a partir do II Corpo do Exército, com assento em Córdoba, foi ele que criou, em 1975, o primeiro centro clandestino de detenção nessa unidade), colaborou ativamente na escalada de violência que se viveu desde 1973, e com maior intensidade ao longo de 1975; e também, em grande medida, na desarticulação e desmobilização das expressões políticas e sindicais da esquerda. Em dois anos e meio, entre fins de 1973 e princípios de 1976, esses grupos paramilitares perpetraram não menos de novecentos assassinatos (alguns estudos elevam essa cifra a mais do dobro, porém sem muitos fundamentos)²⁶⁰.

A composição da Triplo A atendeu, basicamente, aos mesmos critérios estabelecidos para a formação da esquerda radicalizada do peronismo. Ambos os movimentos possuíam

²⁵⁹ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Reestruturação Democrática*. São Paulo-SP, Edusp. p. 104.

²⁶⁰ *Id.* p. 105.

militantes de alguns órgãos políticos do peronismo e da direita católica, este último relacionado a Triplo A, embora a diferenciação de método e da abordagem quanto aos rumos da luta pelo poder seja um ponto fundamental dos enfrentamentos ocorridos contra a guerrilha. Pode-se dizer que, se havia uma pauta que delineava a atuação da Triplo A, esta se relacionava ao veto da participação popular na política argentina.

Procedían de la ultraderecha católica, de reservorios fascistas, falangistas, maurasianos los más pensantes, y acabaron integrados al Movimiento Nacionalista Tacuara, a la Alianza Libertadora Nacionalista (liderada por Juan Queraltó), a la Concentración Nacional Universitaria (CNU), responsable del asesinato de la estudiante marplatense Silvia Filler) al C de O, a la Guardia Restauradora Nacionalista o el Sindicato de Derecho. Tenían el respaldo del coronel Osinde y del teniente Ciro Ahumada. Todos juntos chapaleaban en un territorio pantanoso, mezcla de militancia, sindicalismo, lumpenaje y servicios de Inteligencia, un universo donde las encarnaciones del odio eran los “zurdos” y la “sinarquía” y “el mejor enemigo era el enemigo muerto”²⁶¹.

É importante observar que o encontro de Lopez Rega e Perón em Madrid, na Espanha, não se deu por acaso. Ainda que não se tenha bibliografia para aprofundar a questão, talvez a experiência de Lopez Rega na Espanha tenha conexão direta com a formatação da Triplo A. Certamente a experiência franquista da Espanha tenha relação com a atuação da Triplo A. Sua forma de atuação se assemelha ao tipo de ação proferida pelas falanges espanholas da Espanha franquista e mesmo durante a guerra civil espanhola (1936-1939). Por outro lado foi notória a influência dos setores conservadores da igreja católica na organização política no âmbito do Estado *strictu sensu*, e, em específico, sobre os partidos políticos da extrema direita espanhola. Algo que se assemelha ao que ocorreu com os grupos que se alinharam dentro do

²⁶¹ VIAU, Susana. *La Fundación de la Triple A: La Historia de una Banda Impune*. In: El Rastro de La Triple A. Pagina /12 el país en diario. Buenos Aires, 7 de janero de 2007- Año 20 – nº 6525. p. 4. (Aspas no original). Cabe destacar ainda que em relação à vinculação da CNU com a Triplo A, no ano de 2008 a Comissão Pela Memória (CPM) de La Plata, entregou documentos ao Tribunal Criminal de Mar del Plata, encarregado dos *Juizos Por La Verdad*, que comprovam o diálogo direto entre as duas organizações. A CNU esteve presente durante os acontecimentos que marcaram o retorno de Perón a Argentina, em Ezeiza. A nota informativa intitulada, “Documentos revelam vinculação da CNU com a Triple A”, esclarece que: “Ontem (03), o Tribunal Criminal Federal de Mar del Plata recebeu documentos que comprovam a relação da organização Concentração Nacional Universitária (CNU), grupo de extrema-direita peronista, com o aparato repressivo do terrorismo de Estado. O documento foi elaborado com base nos materiais pertencentes ao Arquivo de Direção de Inteligência da Polícia da Província de Buenos Aires (DIPBA).

Nos documentos entregues à Comissão pela Memória, vincula-se a CNU com a Triple A e os Grupos de Trabalho da Ditadura. Os documentos permitem observar, entre 1968 e 1985, a história, a dinâmica e os integrantes da CNU em Mar del Plata e La Plata. A primeira aparição pública da CNU foi em um manifesto, no qual a organização aderiu ao ato patriótico realizado por jovens nas Malvinas.

A Concentração Universitária esteve presente, em 1973, no retorno de Juan Domingo Perón. Os integrantes da CNU atiraram na oposição esquerdista, daí em diante a organização participou de enfrentamentos ideológicos ‘violentos’. De acordo com os documentos entregues ontem, o declínio da CNU é paralelo ao nascimento da Triple A – Aliança Anticomunista Argentina -, esquadrão da morte de direita que atuou nos anos de 70. Após o golpe militar de 1976, membros da CNU colaboraram com as forças repressivas do Estado e em órgãos do governo, como o Grupo de Artilharia de Defesa Aérea (GADA) 601, da Força Aérea que controlava a repressão e os campos de concentração ilegais.” (Disponível em: <http://www.adital.com.br>, acesso em 04-03-08.)

peronismo para a constituição da Triplo A²⁶².

Entretanto, cabe destacar que muitos civis atuaram junto à Triplo A. É o caso de Adolfo Savino. Savino havia atuado como chefe de assessores do presidente Levingston em 1972. Alberto Vienes, chanceler argentino; Alberto Ottalagano, ex-reitor da Universidade Buenos Aires (UBA); Jorge Contieran, jornalista que foi acusado de fornecer suporte material à organização criminosa da Triplo A; Jose Lopez Rega, Ministro de Bem Estar Social durante os governos peronistas de 1973-1976 que conheceu Perón por intermédio de sua esposa no Panamá; Pedro Vasquez, médico pessoal de Isabelita; Carlos e Jose Maria Villone, secretários de imprensa durante o terceiro governo peronista; Felipe Romeo, propagandista e jornalista que atuou à frente do aparelho privado de hegemonia *El Caudillo* que foi um importante difusor do consenso em torno da Triplo A; Julio Yessi, diretor da Juventude Peronista Argentina ou *La Jotaperra*, importante guarda-chuva ideológico da ultra-direita peronista, são eles alguns dos civis que se envolveram diretamente com a Triplo A. Portanto, pode-se dizer que a organização agiu em um terreno em que a legalidade não alcançava. Trata-se, pois, de um trabalho de disseminação do terror como prerrogativa básica do exercício da hegemonia em âmbito nacional.

A organização contava com várias frentes de atuação que correspondiam à ação repressiva do Estado para conter a mobilização da militância argentina dos anos de 1970. Embora a justificativa para as ações da Triplo A correspondesse aos atos da guerrilha, o que se viu a partir de 1973 foi a encarnação dos objetivos da ala conservadora da sociedade argentina por intermédio do uso indiscriminado de confrontos forjados, cujo objetivo velado era a eliminação da oposição. As ações da Triplo A chegaram a extrapolar os limites nacionais, agindo em comum acordo com as forças de segurança de outros países nos marcos da Operação Condor. Sobre a vinculação da Triplo A na Operação Condor, Stella Calloni e Adolfo Perez Esquivel esclarecem que,

La historia de la Triple A mereció importantes investigaciones, pero en este caso mencionamos especialmente su vinculación con la llamada internacional Fascista y con operaciones criminales como Colombo y Cóndor. Asimismo su coordinación con y desde la CIA. Esto explica también después la presencia de hombres de la Triple A en la guerra centroamericana, cubriendo el “ala sucia” de las acciones estadounidenses²⁶³.

²⁶² Durante a primeira passagem de Perón pela presidência do país, como foi indicado no primeiro capítulo, houve uma aproximação entre Perón e os governos de cunho nazi-fascistas inclusive com uma passagem de Perón pela Itália durante o governo de Mussolini. Como apresentado no início do primeiro capítulo, Lui Romero aponta a discussão indicando que a experiência de Perón na Itália e seu facínio pelo sistema fascista certamente repercutiu em sua atuação na direção do país. Para maiores detalhes, retomar os pontos 1 e 2 do capítulo I.

A publicação das listas de pessoas que deveriam deixar o país foi uma das práticas que mais contou com a colaboração das polícias locais. Seguiu-se a caçada indiscriminada das pessoas que se encontrassem nas listas mesmo que estas já estivessem fora do país.

A impunidade e eficácia desta organização têm uma explicação simples: reunia oficiais policiais e militares reformados e da ativa (principalmente do Exército, um dos quais posteriormente ficaria famoso: o capitão Mohamed Ali Seineldín), juntamente com capangas provenientes de sindicatos e da extrema-direita peronista e nacionalista (reunidos em torno das revistas *El Caudillo* - patrocinada por Lorenzo Miguel -, *Milicia* e *Cabildo*), e contava com o respaldo financeiro e logístico de importantes agências estatais (o ministério do Bem-estar Social; o Side – Serviço de Informações do Estado; estruturas policiais nacionais e provinciais; governadores de províncias, regimentos e quartéis)²⁶⁴.

A estrutura repressiva inaugurada sob o “Império da Morte”²⁶⁵ do terceiro governo peronista, contava com uma rede de relações que garantiu sua atuação mediante o consentimento dos principais órgãos estatais com o apoio deliberado de alguns setores do peronismo, a saber, a ultra-direita²⁶⁶. Um aparato repressivo que seria ampliado com a criação dos centros clandestinos de detenção nas principais cidades argentinas como Buenos Aires, La Plata e Córdoba, dentre outras. Segundo Novaro e Palermo, a impunidade dos agentes envolvidos com a Triplo A dá-se sob o aspecto de que o período é marcado, também, pelo obscurantismo com que se moveu a organização no terreno da repressão política. Apesar de encontrar respaldo em muitos departamentos do Estado argentino e em casamatas da sociedade civil, a repressão desencadeada pela organização não obteve respaldo formal do Estado, apesar de ter se utilizado amplamente dos serviços de inteligência e informação. Por isso, a discussão acerca das ações da organização é permeada de pontos ainda não esclarecidos ou inconclusos. A documentação produzida pelas agências estatais que articulavam planos de inteligência e informações não dão conta das investidas da Triplo A junto à sociedade civil, muitos dos informes e relatórios a respeito da organização foram

²⁶³ CALLONI, Stella e ESQUIVEL, Adolfo Pérez. *Los Años del Lobo: Operación Condor*. Icaria Editorial, 1999. p. 76.

²⁶⁴ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *Op. cit.* p. 105-106.

²⁶⁵ *Id.* p. 87.

²⁶⁶ Para Esteban Langhi, a direita peronista era composta pelas lideranças: “Importante rol jugará en este espacio el secretario de Deportes y Turismo de dicho Ministerio, Coronel (R) Jorge Osinde y los agrupamientos Comando de Organización (C. de O.) liderado por Alberto Brito Lima y el grupo representado por Norma Kennedy. Se incluye aquí también a la Concentración Universitaria (CNU), a la resucitada Alianza Libertadora Nacionalista (ALN), al Comando de Orientación Revolucionaria dirigido por el general (R) Miguel Iñiguez y otros grupos de menor monta”. E continua o autor: La derecha del peronismo, que merecería un estudio aparte, no tuvo una organización legal y/o formal que la contuviera, aglutinara y representara, más allá de los espacios estatales que llegó a conducir: Intentó entablar con Perón una relación personal y permanente, objetivo que en gran medida logró” (LANGHI, Esteban. *Montoneros-Cámpora: un encuentro histórico*. Rosario: Libros del Sur, 2008. p. 16.).

eliminados em 1975 quando Lopez Rega foi banido do país.

No ano de 1973, Lopez Rega tomou a iniciativa de organizar um esquadrão da morte no interior do Ministério do Bem-estar Social com a ajuda militante do Comissário Juan Ramón Morales e o inspetor Rodolfo Eduardo Almirón. Morales seria promovido rapidamente a Chefe de Segurança do Ministério pela fidelidade dispensada a Lopez Rega. Antes de ingressar na Triplo A, Almirón foi membro da guarda que fazia a segurança pessoal da presidência, e, depois da morte de Perón, foi promovido a Chefe da Guarda Pessoal de Isabelita. Ambos haviam sido expulsos anteriormente da Polícia Federal acusados de formação de quadrilha e abuso de poder por negócios ilícitos. Retornaram à corporação às vésperas do retorno de Perón ao poder. Dentre os princípios básicos da guerra de posições dentro do movimento peronista, a Triplo A, em sua gênese, cumpriu um papel fundamental na guerra de movimento para a direita peronista, pois, a partir do acordo entre Lopez Rega e Ignacio Rucci, à época dirigente máximo da CGT, ficou estabelecido que o papel da Triplo A era banir a influência de Juventude Peronista radicalizada do movimento peronista. Como dissemos anteriormente, a JP, a partir da tomada de espaço com a *montoneirização* de seus quadros, havia se tornado o expoente máximo da redemocratização de 1973, cuja campanha eleitoral foi vencida por Cámpora e, conseqüentemente, Perón.

O episódio em Ezeiza revelou mais do que a polarização entre diferentes tendências do peronismo havia chegado em seu máximo ponto de inflexão. O que marcou definitivamente o evento é a aparição definitiva da Triplo A, uma vez que a segurança do local foi relegada a Jorge Osinde que, dois anos antes, havia sido nomeado Conselheiro de Guerra de Perón. Osinde foi, como destacamos anteriormente, um articulador decisivo da Triplo A. Mesmo que indiretamente, Osinde tinha conhecimento das ações da organização e foi complacente com sua atuação. Em Ezeiza ficou claro que a atuação do aparato militar da ultra-direita peronista estava disposto a abreviar todo tipo de manifestação que “ousasse” opor-se politicamente. Naquele episódio, em que famílias inteiras esgotaram meios de transporte para presenciar a volta do velho caudilho Perón, após anos de exílio, a Triplo A promoveu uma serie de assassinatos. Ficou marcado, ademais, a característica de atuação de uma organização ilegal que foi subsumida pelo Estado a partir do golpe de Estado de 1976.

As características de atuação da Triplo A ficariam muito claras a partir dos alvos escolhidos para as primeiras ações da organização. O sacerdote terceiro-mundista Carlos Mugica foi assassinado em 11 de maio de 1974, na saída da Igreja no distrito de Mataderos, em Buenos Aires, em uma ação que pretendeu incriminar a organização dos Montoneros. Entretanto, o assassinato de Mugica pela facção criminosa da ultra-direita peronista

encontrava paralelo anterior num atentado a bomba, ainda em 1973, contra Hipólito Solari Yrigoyen, à época, Senador e crítico declarado da legislação trabalhista proposta pelo peronismo. Rodolfo Ortega Peña, deputado ligado à tendência revolucionária do peronismo foi assassinado pela Triplo A quando se desempenhava como Diretor Adjunto da revista Militância. Dois membros da Resistência Peronista, respectivamente, Horácio Chavez e Julio Troxler, além do vice-governador de Córdoba, Atilio Lopez, que havia sido importante liderança durante o *Cordobazo*, e o marxista Silvio Frondizi, irmão do ex-presidente Frondizi, também foram sumariamente exterminados pela Triplo A. O advogado Alfredo Curutchet, que esteve envolvido na defesa de presos políticos foi outro importante nome da resistência ao Terror que foi executado pela Triplo A. Nos marcos da Operação Condor, o general de Allende, o chileno Carlos Prats e sua esposa, além de uma dezena de militantes Tupamáros, foram mortos pela organização criminosa da Triplo A.

Segundo Richard Gillespie,

Los montoneros Eduardo Beckerman y Pablo van Lierde fueron asesinados, todas las organizaciones de la Tendencia sufrieron pérdidas, y docenas de oficinas locales de la JP, la JUP y la JTP fueron dinamitadas. En total unas doscientas personas habían sido asesinadas por la Triple A y los comandos civiles fascistas antes de septiembre de 1974, y los Montoneros, incluyendo miembros de sus organizaciones paralelas, habían perdido más militantes asesinados que en el periodo 1970-1973. Por supuesto, la violencia política hizo algo más que afligir a la izquierda: se desataron feroces campañas guerrilleras durante los años de 1973-1974, tanto por el ERP como por el ala Comando Nacional de las FAP, organizaciones fusionadas en octubre de 1974. Sin embargo, la violencia de la Triple A y de los fascistas no puede considerarse una respuesta al militarismo izquierdista, porque la gran mayoría de los ataques de la derecha fueron dirigidos precisamente contra los que intentaban desarrollar políticamente a la izquierda sacando partido de los medios de lucha legales, o contra los que meramente defendían los derechos democráticos²⁶⁷.

Embora a análise do autor priorize a discussão acerca da rearticulação da guerrilha a partir da fusão dos grupos do peronismo revolucionário, a indicação para a discussão apresentada no trecho citado sugere que nas normas de atuação da Triplo A havia a preocupação com membros da esquerda argentina e latino americana, fossem ou não eles simpatizantes e/ou adeptos da luta armada. Esta dimensão do Terrorismo de Estado seria abarcada no período posterior ao golpe de 1976²⁶⁸. Cabe aqui destacar que, na análise proposta por Gillespie pode-se entender que mais do que a correspondência no campo da ultra-direita ao aparato guerrilheiro, a Triplo A possuía um projeto para a sociedade argentina.

²⁶⁷ GILLESPIE, *Op. cit.* p. 193-194.

²⁶⁸ Esta questão é abordada mais adiante.

Assim, não podemos abordar a estruturação da Triplo A a partir do antagonismo entre “terrorismos” distintos. Desta forma, a aura relegada ao governo peronista resultava intacta, ou seja, privada da atuação criminosa dos diversos grupos fascistas da direita peronista. As frentes de atuação da Triplo A, no campo efetivo da militância argentina, buscavam delimitar a participação política de uma geração que havia experimentado anos de importantes conquistas no plano nacional. O terrorismo impingido a partir da organização criminosa da Triplo A tinha como substrato ideológico o “freio necessário” à militância que havia se consolidado a partir das conquistas no campo popular.

Embora a fundação da Triplo A tenha sido levada a cabo no período imediato em que se inicia o terceiro governo peronista, suas ações só foram reivindicadas pelo núcleo duro da direita a partir de 1974. Nas universidades a organização atuou, principalmente, por intermédio de duas organizações. São elas, respectivamente, a Concentração Nacional Universitária (CNU) e Comando de Organização (C de O). A partir delas, a organização pôde açambarcar uma importante parcela da militância jovem que estava, em sua maioria, sob a direção da JP. Nas universidades o trabalho de extermínio levado a cabo pela Triplo A foi preponderante a partir de 1974. Em alguns casos pessoas eram perseguidas e, quando a organização conseguia assassiná-las estendia sua operação aos parentes mais próximos: “Elsa Calia Algañaraz de Román, activista de la Juventud Peronista, fue violada y asesinada por el C de O en Don Torcuato en julio de 1974, y su esposo resultó apalizado al acudir a una comisaría de policía para recuperar su cadáver”²⁶⁹. A busca incessante pelo extermínio generalizado de supostos quadros acusados de militar na esquerda radicalizada aprofundou o clima de tensão permanente que envolveria a sociedade argentina em uma escalada repressiva sem precedentes. Com o passar dos meses da atuação da Triplo A, muitos jornalistas começaram a cobrar medidas do presidente Perón.

En 1974, cuando Ana Guzzetti, una periodista peronista que trabajaba para *El Mundo*, diario con simpatías hacia el ERP, le preguntó en una conferencia de prensa se su gobierno estaba investigando las organizaciones parapoliciales de la derecha que habían asesinado a doce militantes peronistas y destruido veinticinco de sus locales durante la quincena anterior, Perón ordenó que se procediera legalmente contra ella por difamación. Fue detenida el mismo mes y 14 meses después secuestrada a su vez por los hombres a quienes había denunciado, que conducían unos Ford Falcon idénticos a los que usaba la Policía Federal. Los miembros de la Asociación de la Prensa de Buenos Aires emprendieron una huelga de protesta y seis días después fue encontrada apalizada, pero aun con vida, en la autopista panamericana²⁷⁰.

²⁶⁹ *Id.* p. 194-195.

²⁷⁰ *Id.* p. 195.

Na citação do trabalho realizado por Gillespie, fica claro que a guarnição material da organização provinha, essencialmente, do aparato das forças policiais formais. Esta característica da atuação da Triplo A confundia civis que pudessem presenciar operações da organização. Na mesma medida, o alvo se tornava mais vulnerável por acreditar que se encontrava em meio a averiguação rotineira da polícia. Por outro lado, na ação que envolveu a jornalista Ana Guzzetti, fica clara a sincronia obtida pela organização junto às aspirações de Perón, mesmo que, segundo a citação, na ocasião Perón tivesse cobrado *soluções legais* quanto à postura da jornalista. A margem de atuação que angariou para a direita peronista, mediante a ação da Triplo A, já havia se autonomizado sobremaneira neste período.

O respaldo da organização não careceu de órgãos que buscassem complementar os efeitos de sua atuação. É conhecido o caso da revista *El Caudillo* sob o comando de Felipe Romeo, um intelectual orgânico da direita peronista que por muitas vezes refutou o ideário democrático mediante editoriais ofensivos, com palavras de ataque direto à iniciativa política de grupos opositores. O linguajar utilizado por Romeo para se dirigir ao público leitor da revista era composta de termos como: Soldado, “*Los Hechos son Machos; Las palabras son Hembras*”. Segundo Gillespie,

Ideológicamente, la ofensiva derechista se manifestó a través de las paginas del *El Caudillo*, revista antisemita de Felipe Romeo. Supuestamente financiadas por el Ministerio de Bienestar Social mediante anuncios pagados, pedía a eliminación de los guerrilleros de la retaguardia (es decir, toda la izquierda) y adoptó como lema la frase “El mejor enemigo es el enemigo muerto”²⁷¹.

Segundo o autor, a ação propagandista da Triplo A junto à revista *El Caudillo* foi acompanhada da ocupação de espaço nos órgãos de governo por ideólogos da organização. Foi o caso da nomeação de Oscar Ivanissevich, conhecido apólogo do fascismo no meio político argentino, para o Ministério da Educação. Sua atitude imediatamente após assumir o Ministério foi a de indicar Alberto Ottalagano para ocupar o cargo de Reitor da Universidade de Buenos Aires. A partir de então, começou a intensificar-se os trabalhos de caça aos “comunistas” na universidade como medida de contenção da militância da Juventude Peronista. Ivanissevich e Ottalagano seriam peças chaves da reação fascista e “juntos emprendieron la misión de purificar la universidad”²⁷². A ultra-direita passou a disputar, por fim, um espaço que havia se consolidado como raio de influência dos Montoneros.

²⁷¹ *Id. Ibid.*

²⁷² *Id. p.* 195-196.

En julio de 1975, tras el despido de 4.000 catedráticos, el encarcelamiento de 1.600 estudiantes y la huida de varias docenas de universitarios después de haber recibido amenazas de muerte, la Confederación Argentina de Profesores Universitarios tuvo que reconocer que Ivanissevich había conseguido establecer “la paz de los cementerios”²⁷³.

A política de choque repressivo, empreendida a partir de 1973, por intermédio da organização criminosa para-militar da Triplo A, finalmente encontrou seu objetivo máximo. A ofensiva junto ao espaço acadêmico decretou a eliminação completa do raio de influência montonero num espaço que historicamente havia sido relegado ao trabalho de base do peronismo revolucionário. Ficava estabelecida a perda de sua maior base de sustentação e recrutamento para a luta. O golpe sofrido pela guerrilha, a partir de então, rompeu o equilíbrio de forças em favor da ultra-direita que passou a sistematizar uma ofensiva em todos os âmbitos contra a oposição. Em 1974, a nova Lei Universitária proposta pelo governo decretou a proibição da atividade política nas universidades: “la nueva ley consiguió prohibir el ejercicio de la política en la universidad, se discrimino ideológicamente a los catedráticos izquierdistas y se restringió la libre actuación de los sindicatos estudiantiles”²⁷⁴. A universidade seria atacada de tal forma porque aí se encontravam as principais lideranças do peronismo revolucionário, além de configurar um espaço de iniciativas de discussões que poderiam se desenhar contrárias às aspirações da ultra-direita. Os professores e reitores que fossem acusados de oposição foram obrigados a assinar sua demissão num processo que se propunha dirimir a influência do “esquerdismo” sobre a academia.

Mesmo que a tendência revolucionária do peronismo, representada, à época, pelos Montoneros tenha discutido as dimensões da nova lei – chegaram a propor a substituição desta por uma de conteúdo mais progressista – a tática escolhida pela liderança montonera levou à completa desarticulação da oposição ao cenário que se estabelecia nas universidades, da mesma forma o ERP seguiria o mesmo caminho. Com o estreitamento dos canais de discussão para propostas progressistas, um movimento progressivo que atingiu seu ápice com o golpe de 1976, a sociedade argentina sofreu um processo de “Refluxo dos movimentos sociais”, como discutido por Novaro e Palermo.

No curso de 1975, as duas organizações mais poderosas da guerrilha, o Exército Revolucionário do Povo (ERP) e os Montoneros, decidiram intensificar a “militarização” de seus quadros de militantes e de suas ações. Isso revelou sua incapacidade para perceber a profundidade e irreversibilidade do refluxo do movimento social, que despontou já com a massacre de Ezeiza e se aprofundou com o *Rodrigazo*, interrompendo a

²⁷³ *Id.* p. 196.

²⁷⁴ *Id. Ibid.*

expansão organizativa e a combatividade sustentada que haviam dado impulso tanto a este como àquelas em sucessivos “saltos qualitativos” a partir de 1969²⁷⁵.

No balanço histórico proposto pelos autores, nos chama a atenção o fato de que o retrocesso nas investidas dos movimentos sociais na Argentina, a partir de 1973, foi desenhado não somente a partir da estratégia repressiva adotada pela ultra-direita e bancada pelo Estado. Segundo os autores, a linha estabelecida pela guerrilha corroborou o processo que encontraria seu ápice no golpe de 1976. Ao continuar a análise, Novaro e Palermo investem na tese de que ao abordar a conjuntura, as guerrilhas, desvirtuaram o papel político que historicamente às forças armadas haviam sido investidas. Neste sentido, a conjunção de fatores que precipitaram a crise política do governo Isabelita seria abordado em sua forma como um ingrediente a mais para a tomada de poder pelo povo em armas.

Ao contrário, as organizações encararam a conjuntura antecedente ao golpe com a firme convicção de que se tratava tão somente de um momento de confusão passageiro, do qual se poderia, sem dúvida, tirar proveito, dado que resultava da bancarrota definitiva do sistema institucional e da direção política inimiga: a crise do governo Isabel e a intervenção direta das Forças Armadas acelerariam o processo revolucionário até a fase seguinte, que consistiria inevitavelmente numa insurreição de massas já não limitada a uma cidade ou fábrica, mas estendida a todo o país e orientada à tomada de poder²⁷⁶.

Os autores condicionam a atitude das guerrilhas ao trabalho de ampliação do contingente em suas fileiras a partir da fusão do político com o militar. Assim, os alvos de ataque eleitos pelas organizações armadas atenderiam a estratégia de atuação contra o inimigo de classe e seu braço armado, ou seja, as forças armadas. Para a continuidade da luta era necessário mantê-los na defensiva como forma de acelerar a etapa posterior do objetivo político das organizações armadas da esquerda prevendo, desta maneira, um novo “salto qualitativo” em direção à revolução. As investidas da guerrilha seriam direcionadas por sua vez, a partir de então, a alvos militares. Entretanto, no curso dos anos de 1975-1976, a guerrilha havia perdido boa parte da credibilidade alcançada junto aos movimentos sociais e caminhava a passos largos para o seu colapso. Os eventos dramáticos que envolveriam a guerrilha no curso daqueles anos, demonstrando que a luta não se mostrava em condições de igualdade, desembocaria na *Operação Independência*. Nela, em Tucumán, a partir de 1975, o exército estabeleceu uma varredura de grande escala destinada a acabar com o foco da guerrilha, àquela altura guevarista do Exército Revolucionário do Povo (ERP). Um

²⁷⁵ NOVAR, M. e PALERMO, V. *Op. cit.* p. 89.

²⁷⁶ *Id. Ibid.*

contingente de aproximadamente 5.000 homens foi mobilizado pelas Forças Armadas para Tucumán revelando a desproporcionalidade do enfrentamento e, de forma geral, uma tendência que se aprofundaria durante os meses que antecederam o golpe de Estado.

Antes da tomada de poder pelos militares, cabe destacar, a Triplo A; o refluxo das mobilizações populares e a conseqüente derrota da guerrilha; o clima de instabilidade política criado em torno de Isabelita Perón; a ação dos representantes dos agentes econômicos em apoio ou oposição ao Estado; a ingerência criada a partir da intervenção das forças armadas; criaram um clima de guerra civil que se generalizou durante os anos que antecederam o golpe. Nos jornais e revistas ligados ao *establishment*, ficou evidente que a solução a favor da intervenção das forças armadas, constituiria o caminho provável para o curso da política argentina. A solução foi precipitada pela idéia de “desgoverno” que se estabeleceu sobre a figura de Isabelita e da ingerência de Lopez Rega para com as soluções repressivas que se estenderam, não só no período anterior ao golpe, bem como após o golpe. Se houve uma continuidade efetiva entre os anos de 1973-1976, foi no plano das soluções de contenção aos movimentos sociais a partir da repressão.

2.4 – 1976 - O governo de Videla: golpe de estado e terrorismo de estado.

O golpe de Estado de 1976 foi construído em um contexto histórico marcado pelo prestígio político que os militares argentinos haviam adquirido frente aos observadores econômicos em âmbito internacional. Os problemas que apresentavam, na prática, os grupos dirigentes da política argentina, corroboravam para a dramaticidade da conjuntura. Em âmbito social contavam com o respaldo para a intervenção alocado em um espaço de consenso cimentado pela dimensão que o uso da violência teve ao ser entendido como prática de pressão e complementar ao exercício da política. A indicação de Romero para a discussão, direciona-se aos seguintes aspectos.

O caos econômico de 1975, a crise de autoridade, as lutas facciosas, a presença cotidiana da morte, a ação espetacular das organizações guerrilheiras – que fracassaram em duas grandes operações contra unidades militares na Grande Buenos Aires e em Formosa - e o terror semeado pela Triplo A, tudo isso criou condições para aceitação de um golpe de Estado, que prometia restabelecer a ordem e assegurar o monopólio estatal da força. A proposta dos militares – que pouco fizeram para impedir que o caos chegasse a esse extremo - ia além. Consistia em cortar o problema pela raiz, que, segundo o diagnóstico, estava na própria sociedade e na irresoluta de seus conflitos. O caráter da solução projetada podia ser percebido nas metáforas empregadas – doença, tumor, extirpação, cirurgia- resumidas em uma expressão clara e contundente:

cortar o nó górdio com a espada²⁷⁷.

No dia 24 de março de 1976 a Junta de Comandantes em Arma composta pelas três forças, Exército, Marinha e Aeronáutica, proferiu um golpe de Estado na Argentina que se auto-intitulou *Proceso de Reorganización Nacional* (PRN). A Junta Militar que assumiu o poder era personalizada por três comandante em chefe, respectivamente, general Jorge Rafael Videla, representante do Exército; almirante Emilio Eduardo Masera, nomeado a partir do alto-comando da Marinha para compor a Junta; e o general Orlando Ramón Agosti, da Aeronáutica. A Junta Militar colocara em processo o governo militar depondo Maria Estela de Perón (Isabelita), vice-presidente da Argentina que havia assumido o governo em 1974, após a morte do presidente Juan Domingo Perón eleito pelo sufrágio universal, em eleições constitucionais.

Estava vedada a participação popular na vida política do país, bem como, de imediato, posto na ilegalidade todos os partidos de representação política. O golpe foi sombreado pela eliminação física da oposição política, processo que se tornou a linha principal de atuação dos militares a partir do golpe de 1976, com a incorporação da Triplo A ao Estado. O golpe foi desvelado contra o governo peronista para acabar com a corrupção, redimir as instituições da ameaça e influência do desgoverno e o carro chefe da ditadura que teve uma elástica interpretação: banir o “flagelo” comunista da sociedade argentina. O “novo” governo ganhava contornos institucionais o Terrorismo de Estado (TDE). Como discutido por Osvaldo Coggiola, o golpe “autojustificou-se na eliminação da corrupção (peronista) e da subversão (resistência armada). O conceito da última foi ampliado até atingir toda atividade social ou pessoal: expor opiniões, reivindicar, escrever, falar, ler e pensar”²⁷⁸. Portanto, pode-se dizer que se tratou de um *PRN* terrorista que procurou estabelecer um grau de homogeneização da atividade social segundo preceitos militares.

A política levada a diante pela Junta Militar não foi uma experiência autoritária sob a liderança do “Partido Militar”. A planificação do Terror²⁷⁹, como política de Estado, era dirigida pelo plano militar de “redenção” da sociedade argentina como solução rápida e de longo prazo. Uma missão que só pôde ser levada a cabo pela corporação militar, uma vez que despontavam nos meios de comunicação como a “única opção” ou a “opção necessária”. A aura construída em torno do golpe como solução para os “males” da sociedade argentina cumpriu um papel decisivo para legitimar o corte autoritário-repressivo-terrorista que teria

²⁷⁷ ROMERO, L. *Op. cit.* p. 196.

²⁷⁸ COGGIOLA, Osvaldo. *Governos Militares na América Latina*. SP: Contexto, 2001. p. 56.

²⁷⁹ Ver: NOVARO, M. e PALERMO, V. *Op. cit.*

espaço na conjuntura da ditadura. Para tornar possível o projeto da junta, ficava estabelecida no período imediato ao golpe a supervisão de todas as instituições de participação política da sociedade, sejam elas sindical, universitária ou econômica que tomassem partido de assuntos ligados a vida nacional, independentemente de sua adesão ou oposição ao *PRN*.

A aura de obscurantismo que recobriu o *PRN* durante a implementação do golpe, foi parte do plano dos militares. Para a sociedade civil a imagem que se difundiu foi a de uma intervenção cirúrgica de curto prazo que restabeleceria a “paz social”, sem maiores apelos ou conseqüências. A contrapelo tratou-se de uma intervenção Terrorista que se aproveitou de grande parte do aparato construído anteriormente ao golpe. A Triplo A foi subsumida pelo Estado e passou a formar parte do novo plano estatal. Em grande medida, a implantação das *Patotas* e dos *Centros Clandestinos de Detenção* (CCDs) e a institucionalização da tortura e seqüestros²⁸⁰ como plano de intervenção política para a produção de inteligência, apoiou-se no que havia posto em prática a Triplo A que, como vimos, contava com uma estrutura de atuação que procurava cobrir um amplo espectro da atividade política e/ou social.

A diferença entre a atuação das milícias da ultra-direita para o que colocou em prática o *PRN* é a realocação da repressão em um espaço de legitimidade construído para e pelos militares. Para a ação, parte do plano da Triplo A foi incorporado ao Estado. A ditadura inaugurada com o golpe de 1976, em sua forma de atuação e pelas sanções destinadas a coibir as forças políticas, desatou um processo que perpassou as instituições estatais e se estabeleceu, mediado pelo medo, na sociedade civil revelando uma estrutura de “poderes absolutos”²⁸¹.

A “guerra suja”²⁸², conceito ambíguo que remete à teoria dos dois demônios, foi levada

²⁸⁰ Ao discutir o contexto anterior ao golpe, anos de 1973-1974-1975, Novaro e Palermo analisam que, “O método que encadeou seqüestros, detenções clandestinas e desaparecimentos, o qual a repressão havia utilizado com crescente assiduidade na primeira metade dos anos de 1970 (registram-se uns cinqüenta casos até 1973, cem em 1974 e cerca de quinhentos em 1975) e que o Processo instrumentalizou de modo sistemático e maciço, distingue este regime tanto de experiências autoritárias anteriores no país como das que vigoraram nos países vizinhos”. (NOVARO, M. e PALERMO, V. *Op. cit.* p. 138.) Os autores deixam claro que no Brasil, Uruguai e Chile o método citado era conhecido. Entretanto, segundo os autores, “em nenhum desses casos alcançaram a significação que tiveram na Argentina” (*Id. Ibid.*).

²⁸¹ PASCUAL, Alejandra Leonor. *Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 20.

²⁸² O conceito de *guerra suja* ficou estabelecido como nomenclatura para definir o plano de intervenção dos militares. Nesse sentido, é preponderante a discussão apresentada pela autora Alejandra Leonor Pascual que contesta a interpretação de Guillermo O’Donnell no que diz respeito à aplicação do conceito de Governos Burocrático Autoritário. Segundo Alejandra, por não estabelecer margem de atuação da oposição dentro de um espaço minimamente legal, a ditadura terrorista inaugurada em 1976 com o golpe da Junta Militar foi uma experiência incontestada de Terrorismo de Estado (TDE), pois, segundo a autora: “O regime militar do qual padeceu a Argentina entre 1976 e 1983 não foi apenas mais um exemplo do autoritarismo latino-americano. O que aconteceu lá foi o resultado de um plano deliberado e consciente, elaborado e executado pelas próprias Forças Armadas do país, no intuito de proporcionar mudanças profundas nas estruturas sociais e nas formas de organização política, baseadas na repressão violenta, e conseguir uma relação entre o Estado e o homem apoiada pelo terror. Foi um regime muito mais violento que outros anteriores, porque tinha como base a instauração do terror a partir do próprio Es-

a cabo pelo Estado regido pela junta em uma ampliação da estrutura repressiva destinada a atuar em todas as frentes de participação popular. Com o golpe, suspende-se a atividade política e os direitos dos trabalhadores e ficou decretada a intervenção na CGT e CGE, bem como a suspensão da vigência do estatuto docente destinado a tolher a atividade intelectual. O congresso foi dissolvido e os partidos políticos seguiram no mesmo caminho acompanhados da instituição da censura no Comunicado nº 19 de 24/03/76. As casas noturnas foram proibidas e os homens foram obrigados a cortar o cabelo por decreto presidencial. A Corte Suprema de Justiça foi dissolvida pela junta que previa a reação no campo normativo, em uma ação que foi estendida a censurar os meios de comunicação. A interpretação da doutrina de segurança nacional, pela corporação militar argentina posta à prova a partir de 1976, trazia consigo uma prerrogativa conceitual da atividade militar como modelo de disposição da sociedade *in loco*. Desta forma, “disciplinar a sociedade” –, os militares se apoiavam no sentido histórico que a instituição, Estado, havia adquirido para os argentinos no sentido de disciplinar os grupos da sociedade civil –, concentrar-se-ia na dimensão e característica de atuação dos grupos de representação de classe e sua aplicação enquanto método foi garantido por experiências concretas de adesão ao modelo repressivo. O caso da assistência francesa no plano argentino para erradicar a oposição ao projeto previsto no PRN, substituído pelo modelo estadunidense em dado momento da ditadura, é comentado pelo general Camps em uma nota no jornal *La Razón*, citado no informe *Nunca Mais* da Comissão Nacional pelo Desaparecimento de Pessoas (Conadep).

Na Argentina recebemos primeiro a influência francesa, e depois a norte-americana, aplicando cada uma delas em separado e depois juntas, tomando conceitos de ambas, até que chegou um momento em que predominou a norte-americana(...).

França e EUA foram os grandes difusores da doutrina anti-subversiva. Organizaram centros, particularmente os Estados Unidos, para ensinar os princípios anti-subversivos. Enviaram assessores, instrutores. Difundiram

tado. Configurou-se um caso de Estado com poderes absolutos, cuja a própria dinâmica da doutrina impossibilitavam sua sujeição a normas, possuindo poderes ilimitados para o exercício da violência contra indivíduos e grupos. Consideramos, pois, a melhor qualificação para o regime daquela época é a de terrorismo de estado.” (*Id. Ibid*). No mesmo sentido da análise de Alejandra Pascual, Novaro e Palermo analisam as características do regime implantado a partir do golpe de 1976 da seguinte forma: “O golpe de 1976 não é simplesmente um elo a mais na cadeia de intervenções militares que se iniciou em 1930. A crise inédita que o emoldurou deu lugar a um **regime messiânico inédito, que pretendeu produzir mudanças irreversíveis** na economia, no sistema institucional, na educação, na cultura e na estrutura social, partidária e sindical, atuando em face de uma sociedade que, diferentemente de episódios anteriores, se apresentou enfraquecida e desarticulada, quando não dócil e cooperativa, frente ao favor castrense. Visto à distancia, o golpe inaugurou um tempo que, mais do que tudo por sua enorme força destrutiva, e apesar do fracasso de boa parte das ‘tarefas programáticas’ que o regime se auto-atribuiu, transformaria pela raiz a sociedade, o Estado e a política na Argentina. Os militares que encabeçaram a ditadura sem dúvida mais sangrenta deste país e de toda a região conseguiram, deste modo, seu objetivo de pôr fim a uma época, ainda que viessem a demonstrar ser incapazes de fundar uma nova” (NOVARO, M. e PALERMO, V. *Op. cit.* p. 26.). (grifo meu).

uma quantidade extraordinária de bibliografia²⁸³.

Cabe destacar, aqui, que a adoção do TDE, como esquema totalizante da repressão, não esteve associado simplesmente ao plano de extinção da atividade guerrilheira. As guerrilhas, braços armados dos grupos políticos da esquerda argentina, basicamente, encontravam-se esfacelados desde 1975. Para Novaro e Palermo, ao discutir “O Mundo da Segurança”²⁸⁴, afirmaram que: “Claro está que, no momento do golpe, esta ameaça já havia passado. O refluxo da maré revolucionária e a desarticulação da capacidade militar guerrilheira eram evidentes.”²⁸⁵ Portanto, ignorar o fato de que, no momento em que a Junta Militar protagonizou o golpe de 1976, a guerrilha havia se desarticulado, enquanto força de pressão, simplifica demasiadamente o significado da ditadura civil-militar em seu contexto, haja vista que a ditadura não possuía somente um plano de repressão. Pelo contrário, a economia política da Argentina também se resignificou em consonância com as aspirações dos grupos financeiros e foi festejado pelos meios de comunicação; “Presumindo mais do que informando, o *Clarín* vê ‘agora os trabalhadores com boa disposição para fazer horas extras, coisa que até há pouco era impensável’”²⁸⁶. A repressão era direcionada e buscava fazer sentido: “Nos dias seguintes, os jornais noticiaram um panorama de ‘normalização’, como se a vida cotidiana voltasse a uma rotina há tempos perdida desejada nas fábricas, nos escritórios e nas salas de aula”²⁸⁷. Significativamente para os meios de comunicação que aderiram ao golpe, o cotidiano havia se normalizado como evidência da decisão correta do plano cirúrgico de intervenção militar.

Apenas dois dias depois do golpe, Martínez de Hoz foi nomeado Ministro da Economia na Argentina. Ele havia presidido a Sociedade Rural Argentina nos anos de 1940, portanto, contemporâneo ao primeiro governo peronista. À época, Martínez de Hoz, o bisneto de Jose Martínez de Hoz, fundador da SRA, foi oposição declarada aos ditames da política econômica de substituição de importações levada a cabo pelo governo peronista. Um conflito que se estabeleceu a partir da atuação do Iapi e que teve como principal referência a transferência de divisas angariadas com a exportação do setor agroindustrial para financiamento do projeto de industrialização do governo peronista. O conflito com o *agro* foi remoçado no terceiro governo peronista, basicamente, bancado pelo setor *ganadero*, tendo em vista a atuação da Carbap. Com Martínez de Hoz, o Ministério agiu ao encontro das políticas

²⁸³ CONADEP. *Op. cit.*, p. 342.

²⁸⁴ NOVARO, M. e PALERMO, V. *Op. cit.* p. 162.

²⁸⁵ *Id.* p. 163.

²⁸⁶ *Id.* p. 161.

²⁸⁷ *Id. Ibid.*

conservadoras de promoção do Estado Mínimo, muito semelhante com a experiência chilena de Pinochet que chegou a receber apoio direto de Milton Friedmann²⁸⁸ e sua equipe.

A sistematização do golpe foi antecedida por um *lockout* empresarial proferido e organizado pelas principais associações de representação da classe burguesa argentina. Nele, havia o consenso de que o “caos” econômico que havia se instalado a partir da morte de Perón e pela conseqüente renúncia de Gelbard, junto ao Ministério da Fazenda, representava uma conjunção de fatores que “obrigou” a paralisação geral. A crise teve seu ápice com o *Rodrigazo* e mostrou as inclinações da classe empresarial no contexto que se desenhou. Acusavam Isabelita de ser manipulada por Lopez Rega – e o tronco sindical da direita peronista que havia se estabelecido frente às manobras da guerrilha e do peronismo combativo. Sob o governo de Isabelita, a crise econômica se refletiu em tentativas frustradas de construir uma base mínima de apoio durante a passagem de 6 ministros no Palácio da Fazenda, a saber: Gerbald, Gómez Morales, Celestino Rodrigo, Pedro Bonanni, Antonio Cafiero e Emilio Mondeli. Todos eles passaram fugazmente pelo cargo e, todos juntos, não somaram mais do que 100 dias de gestão. Caíram por pressão mais ou menos organizada dos grupos econômicos que se alternavam na tentativa de imposição de sua pauta para a economia argentina.

Entretanto, o mais significativo dos personagens citados anteriormente foi Celestino Rodrigo. Seu antecessor, Gómez Morales, tentou reativar o plano de Gelbard com algumas diretrizes corrigidas, principalmente no que se referia os ajustes sensíveis dos salários e, nem tão sensíveis para os preços. Gómez Morales foi deposto pelo núcleo duro da direita peronista, pois Lopez Rega o havia criticado publicamente. Rodrigo tentou medidas de choque para a economia; desvalorizou a moeda argentina em mais de 100% e, talvez, a mais dura de suas medidas, estava reservado ao aumento das tarifas públicas. Nelas o aumento foi projetado na mesma proporção do cálculo de desvalorização da moeda. Sob o pano de fundo da instabilidade monetária que caracterizou a gestão de Rodrigo: “Se anunció un paquete de medidas que incluía una devaluación de 100%, incrementos de las tarifas publicas en una proporción similar o mayor y la liberalización de casi todos los precios”²⁸⁹. Tais medidas não

²⁸⁸ Ao analisar a participação estadunidense no caso chileno, Coggiola comenta que, “O apoio norte-americano não se limitou ao golpe. A política econômica posta em prática por Pinochet foi inspirada e supervisionada pela equipe do economista “liberal” Milton Friedman, da Universidade de Chicago, e generosamente apoiada e encorajada pelos organismos financeiros internacionais comandados pelos Estados Unidos. Em uma antecipação do “neoliberalismo” da década de 1980, a ‘economia de livre repressão’, na expressão de André Gunder Frank, não somente arrasou todas as nacionalizações e conquistas sociais de Allende, mas também privatizou setores que pertenciam à esfera pública desde a própria constituição do moderno Estado chileno, principalmente a educação, fundamental e universitária, e a saúde” (COGGIOLA, O. *Op. cit.* p. 53.). Sobre este assunto confira também (DREIFUSS, R. *A Internacional Capitalista. Op. cit.*).

²⁸⁹ GUERCHUNOFF, P. e LLACH, L. *Op. cit.* p. 348.

foram recebidas com entusiasmo pelo setor produtivo do país. A partir do anúncio do Ministro da Economia, os sindicatos mobilizaram sua base para contrapor o plano de Rodrigo/López Rega. O resultado foi um embate que determinou uma nova fase do governo de Isabelita: “La movilización general forzó las renunciaciones de López Rega e Rodrigo, dando lugar a una nueva etapa de predominio sindical en el gobierno y la consecuente renegociación de los salarios pactados”²⁹⁰. A política dura da direita peronista, representada pelas medidas de Rodrigo, foram a força motriz de um movimento crescente de mobilização social que ficou conhecido como *Rodrigazo*. As fórmulas ortodoxas apresentadas por Rodrigo para o controle da economia argentina, surtiram um efeito dominó que desembocou na alteração dos padrões da classe trabalhadora, principalmente no seu poder de compra, na medida em que os índices inflacionários registrados posteriormente ao pacote anunciado por Rodrigo foram os maiores em muitos anos.

Entre março de 1975 e março de 1976, os preços subiram 566,3%, e para o ano seguinte se prognosticava um aumento de pelo menos 800%. O pacote de ajuste dos salários e tarifas de desvalorização do peso que o governo havia baixado no princípio de 1975, lembrando como o *rodrigazo*, teve efeitos negativos no bolso dos assalariados sem reverter a tendência geral, e motivou uma reação sindical que lograria subjugar o Executivo, com a qual a situação continuou a se deteriorar. O déficit público acumulado ao longo do ano alcançou um recorde histórico: 12,6% do PIB²⁹¹.

Os observadores internacionais perceberam que a economia argentina caminhava para uma das maiores crises de sua história. O contexto internacional era agravado pelos altos preços do petróleo que alcançaram cifras jamais praticadas. O resultado das tentativas frustradas de reverter o quadro da economia argentina, ficou claro quando Mondelli, já no início do ano de 1976, reeditou fórmulas ortodoxas para conter o avanço da inflação. Um quadro histórico que resultou dramático e despertou expectativa quanto a intervenção militar na política do país: “O mês de março registrou o que seria, por bastante tempo, outro recorde histórico e o mais próximo da hiperinflação: 56%. Temia-se que o país suspendesse os pagamentos a qualquer momento, pois as reservas internacionais já estavam esgotadas”²⁹². Mais do que desagradar os observadores internacionais, as medidas propaladas pelos Ministros que acompanharam Isabelita, provocaram desconfianças nos setores militares e empresariais da Argentina que, desde a intervenção militar de 1966, haviam se identificado quanto a forma de intervenção no quadro da economia nacional e internacional. A economia argentina passava por uma transição importante depois da reativação de seu crescimento

²⁹⁰ *Id.* p. 349.

²⁹¹ NOVARO, M. e PALERMO, V. *Op. cit.* p. 23.

²⁹² *Id.* p. 24.

alcançado pelo retorno do peronismo ao governo. A recessão ameaçou gradativamente os pagamentos da Argentina ao exterior e: “La situación de pagos se tornó desesperante, y el nuevo equipo económico tuvo que recurrir a un acuerdo con el FMI , el primero de un gobierno peronista, y mantener un alto precio del dólar”²⁹³. A repressão praticada pelos grupos para-policiais corroborava a tese defendida pelos setores conservadores da política argentina de que as instituições encontravam-se corrompidas pelas lutas corporativas do peronismo e pela inabilidade da presidente em administrá-los.

Como tentativa de angariar consenso em torno do projeto argentino dominado pela insatisfação frente aos problemas que se apresentavam, Isabelita, pressionada pelos grupos econômicos, promoveu mudanças no Ministério da Economia. No momento anterior ao golpe de Estado de 1976, a atenção da opinião pública foi dividida entre o acirramento da repressão e as tentativas frustradas de Isabelita em demonstrar que controlava a investida dos grupos que se alternavam entre os setores “verticalistas”²⁹⁴ do partido peronista que, por sua vez, alinhavam suas reivindicações aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), no período, já dominante nas Forças Armadas Argentinas. Constituiu-se assim, um bloco de poder poderosíssimo que contava com várias frentes de atuação: “En vista del vacío de poder causado por la desunión del peronismo y la impotencia del gobierno, de la creciente oposición que le mostraban tanto los grupos obreros como los empresariales, a principios de 1976 se consideraba en general que era inevitable un golpe militar”²⁹⁵. Partilhavam de um diagnóstico comum frente aos acontecimentos que sucederam a morte de Perón. Para estes setores, representados por facções do sindicalismo peronista, militares e empresários ligados a CGE, não restava dúvidas quanto ao quadro geral da política e economia argentina em bancarrota. Uma solução eficaz, a partir da única instituição que se verificava capaz de interceder em favor da Nação, fazia-se necessária para garantir a regeneração da nação. Essa identificação da corporação militar redundou em um plano golpista, corroborado pela conjuntura dramática, e pela total parcimônia das forças de segurança frente ao extermínio dirigido desde os grupos para-policiais, e se afirmou como solução.

Durante o último ano do governo de Isabelita, a guerrilha encontrava-se direcionada a

²⁹³ GERCHUNOFF, P. e LLACH, L. *Op. cit.* p. 349.

²⁹⁴ Na análise de Novaro e Palermo, a pressão corporativa exercida por setores opositores a Isabelita no partido peronista e nas Forças Armadas, ficou evidente nas trocas que ocorreram no Ministério da Economia, “Maria Estela Martínez de Perón, Isabel, já havia mudado várias vezes o ministro da Economia e o ministério, sem encontrar a fórmula para convencer os chefes militares e os grandes empresários, mais do que de sua vocação, de sua habilidade para controlar o poder dos sindicatos, desativar as lutas facciosas que dividiam o peronismo e levar a cabo em suas fileiras, e no sindicalismo, uma exaustiva limpeza dos ‘elementos subversivos infiltrados’” (*Id. Ibid.*).

²⁹⁵ GILLESPIE, R. *Op. cit.* p. 272.

apoiar os setores combativos dos sindicatos que respondiam às medidas econômicas do governo com manifestações de rua – chamadas “Marchas de fome”²⁹⁶. Apesar do direito de greve ter sido suspenso pelo terceiro governo peronista, a greve não foi abandonada como medida de pressão e nos meses de junho e julho de 1975 foi convocada uma Greve Geral, considerada a primeira sob um governo peronista. Os Montoneros acirravam o ataque contra alvos militares e suas medidas pareciam precipitar a contra-ofensiva golpista, segundo Gillespie: “Naturalmente, no era lo que buscaban los Montoneros, pero sus ataques a las Fuerzas Armadas parecían hacer todo lo posible por precipitar el acontecimiento”²⁹⁷. Como vimos anteriormente, a militância guerrilheira entendeu que quanto mais duro fosse o contexto, em melhores condições se daria a adesão da massa popular ao ideal revolucionário. Portanto, a intervenção militar era parte preponderante do desenho conjuntural em direção a revolução: “Lejos de desearla, los guerrilleros veían en la intervención militar un inevitable paso que el enemigo emprendería cuando la guerra revolucionaria alcanzase cierto nivel de intensidad”²⁹⁸. Segundo a análise de Gillespie, a guerrilha se manteve firme na tática de empreender a desunião na organização do inimigo.

Ainda em 1975, a tentativa da Aeronáutica de derrubar o governo de Isabelita, dirigida pelo brigadeiro Jesus Orlando Capellini, revelou a disputa pela direção do movimento golpista, que veio à tona, efetivamente, em março de 1976. Este evento, na interpretação dos Montoneros, era o sinal de que o acionar golpista se aproximava com problemas de direção. Ao serem acirrados, tais problemas poderiam ser revertidos a favor do projeto guerrilheiro. Entretanto, a ordem de direção conduzida pelo Exército foi restabelecida em um claro sinal de que a hegemonia das Forças Armadas estava cimentada para o golpe e definida a partir da correlação de forças no seio do movimento militar. A partir de então, ficou claro de que a condução do processo se daria sob a hegemonia do Exército. Parte da guerrilha pôde constatar essa hipótese no acionar repressivo empreendido em Tucumán, ainda em 1975, com a Operação Independência²⁹⁹, com o aval da presidente que já aceitava a hipótese de

²⁹⁶ *Id.* p. 276.

²⁹⁷ *Id.* p. 275.

²⁹⁸ *Id.* p. 273.

²⁹⁹ Segundo a discussão apresentada por Novaro e Palermo, a sistematização do Projeto Nacional, já em 1977, foi precedida de duas importantes vitórias a favor da intervenção militar no plano estatal: “Em primeiro lugar, por meio dos decretos assinados por Isabel Perón e Ítalo Luder, as Forças Armadas receberam do governo constitucional a autorização para ‘aniquilar’ a guerrilha, primeiro em Tucumán e a seguir em todo o território nacional, o que significava um reconhecimento explícito de seu papel decisivo no ‘conflito fundamental’ e, por extensão, na ordem que resultaria de sua resolução. Em segundo lugar, a frágil corrente do Exército disposta a aceitar o convite de ‘co-governar’ lançado pela presidente e arquitetado por José López Rega e a direita peronista (corrente que se identificava como do ‘profissionalismo integrado’ e era encarnada pelo general Numa Laplane, chefe do Exército desde maio de 1975, e por Vicente Damasco, coronel da ativa que fora designado ministro do Interior em julho desse ano) foi desautorizada pela oficialidade, e pouco tempo depois suas lideranças seriam afastadas de seus postos. Depois disso, assumiu a chefia do Exército a figura profissional e prescindente por excelência: o general

participação efetiva das Forças Armadas em seu governo, sob a direção do programa contra-insurgente do Exército sob a direção do comandante em chefe do Exército Jorge Rafael Videla. Esta operação foi acompanhada pelos meios de comunicação, semelhante à cobertura midiática empreendida no Vietnã nos anos de 1960.

Os setores patronais fundaram, em 1975, a Associação Permanente de Entidades Gremiais (APEGE), uma entidade que reuniu boa parte da burguesia argentina e unificou a pauta hegemônica do bloco econômico da alta burguesia argentina em torno de pontos fundamentais para a atuação política. Dentre as entidades que a aderiram, encontramos a Sociedade Rural Argentina (SRA), Conselho Econômico Argentino (CEA), Carbab, Câmara da Construção e do Comércio, Câmara de Importadores e Exportadores e as Câmaras de Bancos da Argentina. Representantes de grandes empresas se mesclavam a tecnocratas e executivos especializados em assuntos políticos e econômicos. A Apege foi um importante órgão unificador da pauta da grande burguesia argentina e serviu como Estado maior para a organização da pauta política de pressão do setor empresarial. Sua expectativa principal, direcionou-se à supressão de todos os atributos legais que fossem considerados entraves para a ampliação dos lucros das grandes empresas argentinas. Neste sentido, foi reivindicado uma reestruturação do Estado e sua conseqüente resignificação no plano social. As leis que regulamentavam a mão de obra foram interpretadas de modo peculiar pela entidade e escolhidas como alvo de ataques. Os setores combativos dos sindicatos necessitavam de atenção especial por parte dos órgãos de segurança, e segundo suspeitas da época, a entidade reunia listas de pessoas ligadas aos sindicatos que deveriam ser aniquiladas pela repressão.

O presidente da Confederação Econômica Argentina (CEA) era Jose Alfredo Martínez de Hoz. De família abastada, membro da oligarquia argentina. Martínez de Hoz era um autêntico representante dos interesses da alta burguesia argentina. O histórico de sua família o ligava à fundação da Sociedade Rural Argentina (SRA), seu bisavô, Jose Martínez de Hoz foi membro fundador da entidade. As duas organizações que se ligavam pela liderança histórica dos Martínez de Hoz, lançaram no mês de setembro de 1975 um chamado a paralisação geral dos produtores agrários. Durante os eventos que envolveram a paralisação do agro argentino ficou clara a posição da Apege a favor da destituição de Isabelita da condução do país. A paralisação envolveu, principalmente, o setor *ganadero* representado tanto, pela SRA quanto pela Carbab. O ataque direto ao governo de Isabelita se ampliou em várias frentes, enquanto a produção industrial caía vertiginosamente e obrigou o governo a tentar, mais uma vez, atrair as classes fundamentais do capitalismo argentino em direção a um acordo de grandes

Videla” (NOVARO, M. e PALERMO, V. *Op. cit.* p. 42.).

proporções. A pressão exercida pelos membros da APEGE se acirrou em novembro do mesmo ano, quando a entidade dirigiu a segunda paralisação do setor agropecuário argentino. A partir de então, a reivindicação da entidade direcionada aos seus membros foi para que parassem de pagar suas dívidas no exterior, o que acabou por minar as iniciativas governamentais de rearticular uma saída para a crise. De certa forma, a partir do que analisamos, pode-se dizer que a Apege preparou a classe proprietária argentina para a intervenção militar.

A paralisação do setor agrário argentino foi o prelúdio de uma paralisação maior comandada desde a Apege em fevereiro de 1976. Esta paralisação envolveu 90% da burguesia argentina. Com ela davam um claro sinal de retirada do apoio ao governo de Isabelita. Além do mais, ocupavam um espaço de pressão deixado pela CGE, que há muito havia deixado de se constituir em uma entidade de representação empresarial.

De sua parte, as classes altas, a grande burguesia financeira, industrial e latifundiária, embora se encontrasse na defensiva no cenário de 1973, tiveram margem de manobra mais do que suficiente para transgredir – por exemplo, por meio de um jogo inflacionário cujas regras não escritas conheciam melhor do que ninguém – todas as tentativas de organização econômica – em si mesmas pouco viáveis – que afetassem em alguma medida seus interesses. E desde meados de 1975 (por meio da inflamada e livre cambista Assembléia Permanente de Entidades Sindicais Empresariais – APEGE) já trabalhavam decididamente na ofensiva golpista, exacerbando o quadro de ineficácia e paralisia governamental³⁰⁰.

A partir de então estava concluída uma etapa que fundamentou as bases para o golpe de 1976. O bloco de poder que apoiou o terceiro governo peronista entrou em decadência, acompanhado de perto pela falência da legalidade na luta contra a violência, enquanto as entidades sindicais travaram uma queda de braço sem tréguas em busca da defesa de seus interesses corporativos, como analisado por Novaro e Palermo.

No último lance deste périplo, evaporar-se-ia, finalmente, de forma quase completa, a capacidade do governo e a garantia estatal da ordem. Os grupos armados, integrados pelos militares, as forças policiais, as organizações guerrilheiras, as cúpulas sindicais, empresários e setores políticos de extrema-direita, multiplicaram o medo e a desordem. A isso se somaram a deserção das figuras mais expressivas do governo peronista – à fuga de Lopez Rega, se seguiu o “estou fora” (“*me borre*”) de Casildo Herreras, secretário-geral da CGT, que se refugiou em Montevidéu – e o desânimo de uma classe política que admitia já não ter soluções (como expressou Balbín), enquanto os sindicatos se encerravam mais e mais em extenuantes tentativas de proteger seus interesses imediatos³⁰¹.

A correlação de forças estabelecida a partir da morte de Perón, chegou ao seu ápice

³⁰⁰ NOVARO, M. e PALERMO, V. *Op. cit.* p. 39.

³⁰¹ *Id. Ibid.*

com a fuga do mentor da Triplo A, López Rega, para o exterior. As principais lideranças do sindicalismo verticalista seguiram o mesmo caminho: “Encurralada pela violência e o desvario governamental, a vida pública afundou num marasmo do qual os atores sociais optaram por escapar, à espera de que passasse o temporal”³⁰². O equilíbrio relativo de forças que foi se afirmando com a participação militar nos assuntos políticos, havia se tornado uma constante desde 1930. Entretanto, a partir de 1943, com a ascensão meteórica de Perón que soube articular a seu favor a conjuntura política do pós-guerra, o peronismo se transformou na expressão política que preponderou sobre as demais. Neste sentido, a partir de 1955, tratou-se de excluí-la da vida política argentina pela ameaça constante que representou a organização do movimento peronista aos setores da classe dirigente conservadora na Argentina. A partir dos eventos que antecederam o golpe de 1976, ficou claro que a exclusão política do peronismo, com a adesão das teses implícitas na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), ganharam contornos repressivos jamais vistos na sociedade argentina: “Gestou-se, desse modo, uma sensação angustiante que combinava o terror ante a repressão, a atribuição de culpas pelas frustrações e ‘enganos’ sofridos, e também a auto-acusação mais ou menos indiscriminada de uma sociedade descarrilada”³⁰³. A discussão de Novaro e Palermo esclarece que, a dramaticidade dos eventos que antecederam o golpe, corroboravam a tese de uma culpa coletiva acerca do difícil contexto que se desenhou na sociedade argentina durante a década de 1970. Neste sentido, não havia outra solução senão a intervenção militar.

Ao tomar o poder, os militares colocaram em marcha um plano de reestruturação geral do Estado e da vida social. Os principais traços da intervenção militar de 1976 são destacados por Romero: “Os comandos militares concentraram toda a ação em suas mãos, e os diversos grupos parapoliciais que tinham operado nos anos anteriores se dissolveram ou se subordinaram a eles”³⁰⁴. Segundo a indicação do autor, ao assumir o poder, o plano geral das Forças Armadas consistiu na divisão das zonas de responsabilidade entre as três armas. De pronto, estabeleceu-se sob suas ações uma espécie de competição entre elas para a afirmação de maior eficiência de sua intervenção. Além disso, segundo o autor: “O planejamento geral e a supervisão tática ficaram nas mãos dos níveis mais altos do comando castrense, e os oficiais superiores não deixaram de participar pessoalmente nas tarefas de execução, destacando o caráter institucional da ação e o compromisso coletivo”³⁰⁵. O autor cita a iniciativa investigativa acionada com a criação da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de

³⁰² *Id. Ibid.*

³⁰³ *Id. Ibid.*

³⁰⁴ ROMERO, L. *Op. cit.* p. 197.

³⁰⁵ *Id. Ibid.*

Pessoas (Conadep) já sob a presidência de Raúl Alfonsín, em 1984, ao referir-se sobre os julgamentos das Juntas Militares, e, nesse sentido, contesta a alegação dos altos comandos nos julgamentos de estarem omissos aos casos em que houveram abuso de autoridade. É muito conhecida a frase do general Santiago Omar Riveros, perante a Junta Interamericana de Defesa: “Fizemos a guerra com a doutrina na mão”³⁰⁶, para justificar a idéia de uma guerra interna na Argentina. Com ela, os militares de alta patente, a partir dos julgamentos que buscavam acertar contas com o passado repressivo do país, tentaram fugir da responsabilidade frente aos acontecimentos inseridos no contexto da ditadura. Segundo Romero, a responsabilidade dos militares de alta patente, assim como os de baixa patente, são responsáveis pela dimensão repressiva bancada a partir do Estado.

As ordens desciam pela cadeia de comando até chegar aos encarregados da execução, as Forças-Tarefas – formadas principalmente por jovens oficiais e alguns suboficiais, policiais e civis -, que também tinham uma organização específica. A execução também exigiu um complexo aparato administrativo, pois devia acompanhar o movimento – entradas, translados e saídas – de um número muito grande de pessoas. Cada preso, desde o momento em que era considerado suspeito, era registrado em uma ficha e em um prontuário. Em seguida, era feito um acompanhamento e uma avaliação de sua situação, e tomava-se uma decisão final que sempre provinha do mais alto nível militar. A repressão foi, em suma, uma ação sistemática realizada pelo Estado³⁰⁷.

A estrutura burocrática criada pelo regime consistia na idéia básica de que a difusão de informações sobre as investidas militares acerca do Terrorismo, as informações sobre operações destinadas à prisão e tortura dos envolvidos com a oposição, comprometeriam o maior número de responsáveis devido, dentre outros, à pulverização da ação repressiva sistematizada em diversos órgãos e instâncias do Estado. Além disso, a referência a uma determinada pessoa que se encontrava detida devia ser apagada como forma de segurança aos envolvidos na detenção, isso asseguraria o sucesso do trabalho a longo prazo. Para Romero, os principais pontos de atuação dos Grupos de Tarefas consistia na execução de planos que envolviam 4 etapas básicas: “Tratou-se de uma ação terrorista, dividida em quatro momentos principais: seqüestro, tortura, prisão e execução”³⁰⁸. As tarefas, que compunham esses pontos fundamentais dos operativos, realizavam-se, usualmente, no período noturno e envolviam uma grande mobilização de contingentes como garantia de sucesso da investida contra o alvo

³⁰⁶ CONADEP. *Nunca mais*. Informe da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina. Porto Alegre: L&PM, s.d. p. 2.

³⁰⁷ ROMERO. L. *Op. cit.*, p. 197.

³⁰⁸ *Id. Ibid.*

escolhido.

A repressão tinha como prerrogativa básica promover uma comoção nas vítimas de forma a imobilizar a ação direcionada à resistência imediata ao acontecimento. O sentido desta fase da execução do plano de seqüestro e/ou prisão, se estendia a possíveis buscas por parte de familiares que por ventura pudessem envolver-se na ação. Desde o momento em que se encontrava nas mãos do poder executivo do Estado, para uma eventual “averiguação”, a pessoa/alvo era considerada desaparecida. Neste sentido, criava-se uma sensação de impotência nos envolvidos/expectadores com a operação. Entretanto, cabe destacar que, ao mesmo tempo em que os Grupos de Tarefas moviam-se com cuidado para evitar possíveis surpresas, estes faziam com que suas ações fossem notadas para que todos soubessem do que se tratava. Tática diretamente ligada ao fato de que a solução dos males causados pelas contradições sociais e, conseqüente, negação dos conflitos de classes estava em curso. Ou seja, criou-se a sensação mais ou menos generalizada de insegurança para a conseqüente dissuasão para eventuais atos de transgressão à ordem que procurava ser estabelecida. Segundo Romero: “A operação era realizada com automóveis não-identificados, mas bem conhecidos – os fatídicos ‘falcões verdes’ – e com grande deslocamento de homens e armamento pesados, combinando o anonimato à ostentação”³⁰⁹. Desta forma, uma mínima identificação se fazia necessária para a compreensão do trabalho realizada pelos Grupos de Tarefa.

Com a organização dos Centros Clandestinos de Detenções (CCDs), o destino comum para a maioria das pessoas envolvidas nos seqüestros, começou a prática sistemática da tortura física e psicológica dos detentos/desaparecidos. Foram os CCDs o destino comum da maioria dos acusados de participação em atividades políticas que se encontravam francamente proibidas. O itinerário da detenção seguia seu curso com a aplicação de choques elétricos, particularmente, na Argentina, houve o emprego da *Picana*. Um instrumento aplicado com eficácia pelos militares argentinos que provocava choques elétricos intensos. Constava no sistema de tortura da ditadura argentina as constantes violações sexuais, em homens e mulheres. Segundo Romero, o itinerário de seqüestro, seguido de tortura, foi uma fase fundamental da repressão desencadeada pelo golpe de Estado de 1976, ainda que o seu laboratório tenha sido realizado antes mesmo da tomada de poder pelos militares.

³⁰⁹ *Id.* P. 197. A tradução da obra de Luis Romero para o português traz o nome “Falcões Verdes” para os automóveis utilizados nas tarefas de seqüestros. Entretanto sabe-se que se tratavam dos “Ford Flacons” como ficaram mais bem conhecidos os automóveis da marca multinacional FORD Motors que atuaram na repressão durante a ditadura na Argentina. Mais do que tentar adaptar ao português coloquial, no que diz respeito ao tratamento relegado aos Ford Falcons na tradução, evidencia uma tentativa de ocultamento da colaboração da multinacional no processo de Terrorismo de Estado argentino. Uma tradução mais fidedigna para o termo é Ford Falcões.

O primeiro destino do seqüestrado era a tortura, sistemática e prolongada. Os choques elétricos, o “submarino” – manter a cabeça submersa em um recipiente com água – e as violações sexuais eram as formas mais comuns, e a elas se somavam outras que combinavam a tecnologia com o refinado sadismo do pessoal especializado, posto a serviço de uma operação institucional na qual a participação de chefes de alta responsabilidade não era rara. A tortura física, de duração indefinida, se prolongava na psicológica, com as simulações de fuzilamento, com o suplício de amigos, filhos ou cônjuges, com a comprovação de que todos os vínculos com o exterior estavam cortados, e que não havia ninguém que pudesse se interpor entre a vítima e o algoz³¹⁰.

A indicação de Romero diz respeito ao contexto vivido pelos desaparecidos, vítimas das ações de repressão da ditadura civil-militar argentina. Ao ingressar nos CCDs, na maioria dos casos, com vendas nos olhos, os desaparecidos recebiam um número de identificação para que respondessem aos chamados do pessoal encarregado da vigilância no local. Desta forma, os vínculos com a sociedade, as formas de reconhecimento e sociabilidade experimentados no mundo exterior, um mundo que se conformava à parte dos CCDs, eram sistematicamente cortados.

Os desaparecidos eram divididos em grupos, segundo critérios emanados pelos altos comandos das operações e a tortura, no interior dos Centros, segundo Romero, era dotada de especificações: “No início, a tortura servia para arrancar informação e obter a denúncia de companheiros, lugares, operações, mas, em geral, tinha o objetivo de quebrar a resistência do preso, anular suas defesas e destruir sua dignidade e personalidade”³¹¹. Se tal expectativa era alcançada pelos torturadores, significava que a delação se interpunha ao trabalho de inteligência, uma espécie de colaboração se estabelecia. Entretanto, muitos desaparecidos não agüentavam a situação de degradação física e moral oriunda das torturas e acabavam morrendo em seções que podiam exceder o prazo de um dia ou dois: “Muitos morriam durante as torturas, se entregavam”³¹². Tal era a intensidade das ações de repressão realizadas pelos membros dos esquadrões criminosos que compunham os CCDs.

A proposta dos militares para a restauração da sociedade argentina, consistiu, basicamente, no entendimento de que nela se encontravam condensados os elementos que provocaram a bancarrota de uma harmonia que conciliava modernização, desenvolvimento e segurança. No entendimento dos atores sociais – nesse caso os membros da corporação militar - havia se rompido um ciclo produtivo para o crescimento do país iniciado nos anos de 1960, mais precisamente, com a “Revolução Argentina”. É o momento em que a adesão às teses de

³¹⁰ *Id.* p. 197-198.

³¹¹ *Id.* p. 198.

³¹² *Id.* *Ibid.*

Segurança Nacional se impõe como linha de atuação na corporação e é conjugada a fatores de desenvolvimento material da sociedade. Segundo Novaro e Palermo, o que caracteriza esse diagnóstico, por parte dos militares a partir de 1976, era que: “A questão agora era recuperar a ordem em todos os terrenos, uma ordem completamente transtornada por ‘décadas de decadência, subversão e demagogia’”³¹³. Para os autores, a proposta de mudança a partir do Estado compunha uma tarefa que deveria se disseminar na sociedade promovendo sua adesão ao diagnóstico compartilhado pela corporação militar.

Essencialmente, em uma articulação entre Estado e a sociedade que desse estabilidade as relações de autoridade, tanto na economia como na política, na educação e na religião. Assumir essa perspectiva implicava, portanto, reconhecer as causas solidárias da desordem e da instabilidade que atuavam em todos os terrenos³¹⁴.

Segundo a discussão encaminhada por Novaro e Palermo, tratava-se de criar um consenso reativo que estava respaldado nos erros direcionados aos assuntos políticos e econômicos da sociedade trazidos à tona pela proposta populista. O elemento capital dessa relação era a participação popular na política. Segundo a interpretação dos militares, havia uma ordem hierárquica natural para o exercício do poder, cujo elemento “povo” estava terminantemente no degrau mais baixo da escada que levava ao topo da direção nacional. A partir do Plano Nacional, revelado ao público em 1977, ficava claro que a cruzada militar contra os grupos organizados em torno da participação popular na política estava cimentada em uma ideologia proveniente de uma interpretação particularizada do exercício do poder que ligava em um só plano a igreja e o Estado³¹⁵, um plano sistematicamente abandonado pelo populismo de Perón em 1955.

O combate desvelado contra o populismo foi mais efetivo no campo da economia. Segundo a direção do movimento golpista de 1976, os preceitos de sustentação do populismo,

³¹³ NOVARO, M. e PALERMO, V. *Op. cit.* p. 46.

³¹⁴ *Id. ibid.*

³¹⁵ Novaro e Palermo trazem, em uma nota de rodapé, o esclarecedor discurso do general Juan Manuel Bayón acerca do tema: “O general Juan Manuel Bayón, diretor da Escola Superior de Guerra, expressou muito claramente o diagnóstico militar sobre o populismo num texto utilizado para a formação dos oficiais superiores nos anos de 1970: ‘o populismo é radicalmente subversivo: rompe a ordem natural e cristã da Sociedade e do Estado; inverte a escala de todas as hierarquias sociais, enaltecendo os escalões mais baixos’. E inclui nisso a própria democracia: ‘É uma subversão fazer recair a soberania política, isto é, o domínio sobre tudo o que é próprio de uma Nação, sobre a multidão numericamente considerada [...] Como ensina a Igreja a respeito [...] o poder ou soberania política vem de Deus: mas não desce a quem não pode exercê-lo; por isso é que o povo materialmente considerado como multidão de indivíduos não é titular primeiro, nem segundo, do poder, por sua inaptidão’; concluindo pela impugnação do pluralismo: ‘O pluralismo ideológico e a coexistência entre o Comunismo marxista, que tem conseguido um pleno conformismo nas democracias ocidentais de índole mais exatamente plutocrática (França, Itália etc.) é a obra de uma propaganda esmagadora financiada pelo dinheiro (Vasquez, 1985)’ (Apud. NOVARO e PALERMO. *Op. cit.* p. 46-47).

sua base material calcada no protecionismo industrial e o estatismo, faziam parte de um bastião da subversão que corrompeu a estrutura estatal. Mesmo que as medidas de combate tenham se direcionado ao campo econômico, tratava-se do tema a ser combatido pelos militares para o restabelecimento da ordem, ou seja, a participação popular nos assuntos políticos: “Ambos os princípios, que em períodos anteriores haviam sido considerados com beneplácito nas fileiras militares, agora apareciam associados à mobilização e politização das massas (...)”³¹⁶. Portanto, o cimento ideológico que propiciou a reestruturação do Estado, durante os anos de 1976-1983, trazia consigo a consigna hierárquica de repolitização dos setores populares da sociedade argentina. A repressão tentou romper o último elo da corrente que unificava o movimento popular, pois, dentre os militares: “De todo modo, difundiu-se entre eles, se não uma doutrina, ao menos uma nova visão política e econômica genericamente livre-cambista e antiestatista, associada por um estreito vínculo de sentido ao combate à subversão e à disciplina social”³¹⁷. Os autores destacam que tal tendência, apesar de vencedora, não foi unânime. O que ocasionou sérios desentendimentos nos rumos das políticas econômicas adotadas a partir de 1976. Se não foi unânime, trata-se, entretanto, da proposta vencedora no embate pela hegemonia instalado a partir do golpe que, por sua vez, possuía raízes definidas num passado que antecedeu o aparecimento do peronismo.

Tratava-se, em suma, de corrigir trinta anos de História, verdadeiro pesadelo para mentalidades oligárquicas, terminando com a Argentina da “negrada”, dos demagogos, dos sindicatos, das indústrias protegidas e ineficientes (que o capital pampiano considerava estar custeando de seu próprio bolso) e do pleno emprego artificial³¹⁸.

O diagnóstico militar, direcionado à erradicação da subversão, casou ataques indiscriminados dos setores oligárquicos da Argentina no que diz respeito à indústria como força motriz da economia argentina. Males causados por uma dose exagerada de democracia, ou excessos da mesma, premissa básica compartilhada pelos setores internacionais, a saber: os órgãos do Estado estadunidense. Na Argentina manifestou-se na abordagem dos acontecimentos iniciados em 1969, com o *Cordobazo*. Para modificar as condições encontradas pelos setores produtivos, era necessário banir, “uma classe operária ‘indisciplinada’ e um empresariado industrial ‘ineficiente’”³¹⁹. A idéia de eliminar os setores empresariais ineficientes já havia sido experimentada durante a “Revolução Argentina” (1966-1973), no mesmo sentido, demarca-se uma continuidade no que se referia ao perigo da

³¹⁶ *Id.* p. 47.

³¹⁷ *Id.* *Ibid.*

³¹⁸ *Id.* p. 49.

³¹⁹ *Id.* p. 49.

participação popular nos assuntos políticos com o plano da Fuziladora (1955-1958). Ambos períodos marcados pela intervenção militar com traços repressivos que foram potencializados no projeto encabeçado por Videla³²⁰, a partir de 1976. A lição tirada do enfrentamento com o movimento popular em Córdoba havia contribuído para uma mudança na percepção dos setores mais conservadores do empresariado argentino que, ao contrário do chamamento à ordem, exigiram providências mais drásticas da cúpula militar na presidência. Não se tratava mais de disciplinar os conflitos e sim eliminá-los por completo, como analisado por Novaro e Palermo.

Apesar da aparente semelhança com alianças em oportunidades anteriores, esta era na verdade a primeira vez que militares e conservadores livre-cambistas concordavam inteiramente no diagnóstico e na terapia: deviam-se destruir as bases da desordem, havia que liquidar a “Argentina maldita”, acabando para sempre com a insolência das identidades políticas e sociais dos setores populares, seus sindicatos, seus serviços sociais, e até boa parte das fábricas nas quais essa “praga” tinha seu ponto de apoio fundamental³²¹.

A indicação para a discussão levantada pelos autores, refere-se a uma mudança mais profunda nas bases da sociedade argentina. Segundo a interpretação do contexto aprisionada pelos militares em consonância com os setores conservadores da sociedade, uma mudança profunda e irrestrita direcionada aos setores populares e aos demais âmbitos da vida nacional. A ascensão da direita livre-cambista apareceu como carro chefe do processo inserido no contexto da ditadura, dois dias depois do Golpe, Martínez de Hoz aparece como o nome a integrar o Ministério da Economia argentina. Seu vínculo orgânico, como foi dito anteriormente, o ligava à classe dos *terratenientes* do país e no contexto de financeirização da economia, Martínez de Hoz foi o fidedigno representante do *establishment* empresarial-financeiro que se ampliou no contexto dos anos de 1970 na Argentina. Na condução do Ministério, Martínez de Hoz foi o condutor de um processo que buscou conservar o poder

³²⁰ Segundo Novaro e Palermo, tais projetos foram retomados, em parte, visando um salto qualitativo nas ações emanadas pelos militares a partir do Estado. A situação de aproximação entre os setores empresariais foi sentida a partir de 1975 e entendida como um sinal de apoio. Segundo Novaro e Palermo: “Na formação de tal consenso não foi menor a contribuição de um setor da opinião empresarial, também de orientação livre-cambista, que selou uma sólida aliança com Videla em fins de 1975, e que também havia experimentado uma profunda transformação em seus diagnósticos e propostas de política econômica nesses anos. E, por certo, influía em tudo isso o clima de idéias que começavam por essa época circular com força nos centros de poder mundial, em particular, nos foros militares, nos círculos de direita e nos organismos financeiros internacionais. Populismo, excessos de democracia, crise do capitalismo e subversão apareciam nesses âmbitos como fenômenos intimamente relacionados, que deviam ser atacados pela raiz, de forma simultânea e convergente. Essa orientação, por fim, encaixava-se bem com a que os grandes empresários incubavam há tempos, sobretudo desde as mobilizações populares do período 1969-73, a respeito do que fazer com esses setores e suas identidades políticas. Tampouco para eles o problema se resolveria ‘pondo ordem’; era preciso eliminar de uma vez por todas a causa eficiente da ameaça subversiva: a organização e a mobilização políticas de caráter populista” (*Id.* p. 48).

³²¹ *Id.* p. 49.

econômico da oligarquia argentina, operando uma transformação radical da sociedade desde cima. O empresário, segundo Novaro e Palermo, “Martínez de Hoz era um representante emblemático do reduzido setor das classes altas argentinas que pode ser rotulado como *establishment* livre-cambista”³²². Tal era a característica dos empresários que produziram aliança com Videla a partir de 1975, representantes dos grupos financeiros internacionais que possuíam prerrogativas essenciais para o instrumento das mudanças propostas para o projeto de reação à crise mundial instalada em 1973.

Social, política e intelectualmente minoritário, se algo caracteriza este setor é a tenacidade com que sustentou, remando contra a maré ao longo de várias décadas, um diagnóstico globalmente condenatório do modelo de desenvolvimento vigente desde os anos 1930, pregando no deserto, sempre à espera de uma oportunidade para instrumentalizar suas idéias que, com toda a lógica, considerava que devia originar-se de um regime autoritário³²³.

Para a interpretação da conjuntura de crise social estabelecida a partir das manifestações *calleras*, o populismo, na concepção do *establishment* livre-cambista, com característica de forte intervenção estatal e por favorecer a política de industrialização a partir da substituição de importações, era um erro sistemático que afastou as elites investidoras. Isso deu a partir da percepção, por parte dessa elite, de que o populismo, no campo industrial, era favorecido pela organização dos trabalhadores em sindicatos que se ligavam ao Estado, estabelecendo uma relação conflituosa, pouco propícia para os investimentos rentáveis e seguros. Em busca de maior segurança para seus investimentos, o setor investidor buscou outros mares de navegação mais tranqüila, haja vista a incorporação de novos ramos empresariais à terra ocorrida a partir de 1966, mesmo que o Estado não tenha sido abandonado como horizonte garantidor, em última instância, de tal segurança. Portanto, estreita relação de participação popular nos assuntos do Estado propiciada pelo populismo devido a algumas concessões aos trabalhadores, mesmo que fictícia, ocorrida sob a hegemonia burguesa e o intervencionismo oriundo desta relação foram interpretados como a raiz dos problemas que afundaram o país em ciclos inflacionários intermináveis. A implantação das receitas livre-cambistas estava diretamente ligada à desmobilização da classe trabalhadora, e o extermínio físico dos setores combativos do sindicalismo. Uma fórmula que se fundiu a partir de 1976 no Estado. Levando em consideração que a eficácia na luta contra a guerrilha já havia produzido resultados significativos no destacamento dos elos entre os diversos grupos de guerrilha e a sociedade.

³²² *Id.* p. 50.

³²³ *Id. Ibid.*

Martínez de Hoz foi convocado pela primeira vez para o Ministério da Economia durante o governo provisório de José Maria Guido. Já havia ocupado o cargo de ministro da Agricultura em governos anteriores, especialmente, em interregnos militares. Quando retorna como ministro da Economia em 1976, apenas dois dias depois do golpe que derrubou Isabelita, Martínez de Hoz acumulou a experiência de ter conduzido a alta burguesia argentina no apoio ao golpe por meio da Apege. Seus preceitos à frente do Ministério conjugavam a fórmula chilena, levada a cabo a partir do golpe de Pinochet em 1973, e tomava como referência também o processo “desenvolvimentista” levado a cabo pela ditadura civil-militar brasileira.

Esta concepção redundou na composição de uma fórmula com “preferências heterodoxas da equipe como também, e muito especialmente, pelo frágil equilíbrio existente na frente militar, que exigia conjugar a luta contra a inflação e a limitação do papel do Estado”³²⁴. A experiência histórica da Argentina, a relação entre Estado e sociedade civil, era levada em conta e nas formulações do Ministério, segundo Novaro e Palermo: “Desse modo, o programa econômico finalmente adotado teria a característica de uma mistura de receitas neoliberais, conservadoras e desenvolvimentistas, cujo ponto de convergência básico seria o objetivo de redefinir o comportamento dos atores”³²⁵. Reconhecendo, desta forma o papel central do Estado, entretanto, “por meio de uma fórmula composta da disciplina dos mercados e do que podia proporcionar a intervenção seletiva do Estado”³²⁶. A discussão encaminhada pelos autores indica que, na atuação do Ministério, havia uma sensibilização quanto ao rumo, mais ou menos definido, dos setores produtivos em relação com o Estado. Com uma interpretação peculiar do papel do Estado, considerado culpado pela decadência dos campos político, influenciado pela atuação de governos populistas, e econômico, com as “mazelas” produzidas pela participação popular desordenada. Na Argentina, a ideologia neoconservadora se difundiu como caminho possível para os anos de ditadura. Os pontos fundamentais para a “refundação social ‘de cima’”³²⁷, proposta pelos militares, convergiam em três aspectos com o plano de Martínez de Hoz: redefinição das funções do Estado e sua conseqüente liberalização da economia com pontos de modernização e abertura, além da estabilização da moeda visando a implantação da “pátria financeira”. Concomitantemente, a escalada repressiva foi igualmente expressiva no cenário social, segundo Romero: “Os desaparecimentos foram maciços entre 1976 e 1978, o triênio sombrio, e depois se reduziram a um número mínimo”³²⁸.

³²⁴ *Id.* p. 55.

³²⁵ *Id. Ibid.*

³²⁶ *Id. Ibid.*

³²⁷ *Id.* p. 57.

³²⁸ ROMERO, L. A. *Op. cit.* p. 199.

Segundo o autor, havia duas faces do Estado que se alternavam para levar a cabo as medidas propostas pelo processo iniciado com o Golpe de 1976.

As vítimas foram muitas, mas o verdadeiro objetivo eram os vivos, o conjunto da sociedade que, antes de empreender sua transformação profunda, devia ser controlado e dominado pelo terror e pela palavra. O Estado se desdobrou: uma parte, clandestina e terrorista, praticou uma repressão sem responsáveis, que se eximia de responder a qualquer reclamação. A outra, pública, apoiada em uma ordem jurídica estabelecida por ela mesma, silenciava qualquer voz. Não só desapareceram as instituições da República, mas foram também autoritariamente eliminadas as divergências públicas de opinião e mesmo sua expressão³²⁹.

Segundo a indicação para discussão apresentada por Romero, é possível dizer que houve uma reconstituição das relações entre Estado e sociedade civil pautada na disseminação do medo. Os grupos financeiros, representados diretamente no Ministério da Economia, por Martínez de Hoz, se apropriaram do aparato repressivo do Estado, mesmo que indiretamente, para promover a aceitação da refundação das relações sociais. Tais indivíduos excediam o panorama restritivo da política. Se por um lado, o Estado representava um horizonte a ser alcançado e vetado à participação popular, pode-se dizer que havia o pleno entendimento por parte de tais grupos de que o Estado, da forma como se apresentava, era, efetivamente, uma relação social. Quebrar com tal ordem, ao menos no campo social, era a prerrogativa básica para a aceitação das medidas livre-cambistas irradiadas pelo grupo de Martínez de Hoz. Para tanto, promover a decapitação do movimento popular, neste contexto, devia ser entendido, segundo a leitura mais geral do processo, desatado a partir do Golpe.

³²⁹ *Id. Ibid.*

CAPITULO – III: A ARGENTINA SOB *EL PROCESO*:

TERROR AMPLIADO, RELATOS SOBRE A REPRESSÃO E CENTROS CLANDESTINOS DE DETENÇÃO

No mês de março de 2006, a Central de Trabalhadores Argentinos (CTA) editou um documento sobre a repressão contra os trabalhadores de seis grandes empresas na Argentina durante a ditadura, 1976-1983, a saber: Acindar, Astarsa, Dalmine Siderca, Ford, Ledesma e Mercedes Benz. O objetivo da publicação foi revelar os meandros da cumplicidade patronal nas violações aos Direitos Humanos durante o regime. Portanto, trata-se do tema “Complicidad patronal-militar en la última dictadura argentina”³³⁰. O documento veio a público no marco dos 30 anos do golpe de Estado que, segundo o Editorial: “Para los trabajadores industriales, particularmente los de las grandes fábricas, superó cualquier previsión en materia de odio y revancha de parte del poder”³³¹. O nível de organização dos trabalhadores argentinos, enquanto grupo de pressão, dos sindicatos do ramo industrial em relação ao Estado, particularmente os das empresas localizadas na planta industrial de Córdoba, ainda que não exclusivamente estes, haviam atingido seu grau máximo de coesão desde 1969, com o *Cordobazo*³³².

Na perspectiva da abordagem do Editorial do *Complicidad patronal-militar en la última dictadura argentina*: “El golpe genocida del setenta y seis se propuso eliminar

³³⁰ BASUALDO, Victoria. *Complicidad patronal-militar en la última dictadura argentina*. Los Impresionistas, Buenos Aires, 2006. p. 01.

³³¹ *Id. Ibid.*

³³² Segundo Augustin Tosco, importante dirigente sindical ligado ao sindicato *Luz y Fuerza* e liderança do movimento em Córdoba: “O Cordobazo é a expressão militante, do mais alto nível quantitativo e qualitativo, da tomada de consciência de um povo que se encontra oprimido e que quer liberar-se para construir uma vida melhor porque sabe que pode vivê-la e que quem impede são os que especulam e beneficiam-se com o adiamento e a frustração de todos os dias” (COLOM, Y. y SALOMONE, A.: Las coordinadoras inter-fabriles de Capital Federal y Gran Bs. As. 1975-1976, Debate, en Razón y Revolución nro. 4, otoño de 1998, reedición electrónica. p. 3.).

físicamente una profusa vanguardia joven que nacida al calor del Cordobazo y las grandes puebladas de fines de los sesenta estaba creando las condiciones para conducir la lucha sindical en la Argentina”³³³. A repressão direcionada à militância e/ou vanguarda sindical, procurou agir para a conformação de um *novo homem* com características marcadas de submissão ao novo panorama econômico de trabalho, que pretendia-se nuclear na ideologia *livre cambista*, encampada pela direita liberal-conservadora argentina. Quebrar a resistência da militância formada no calor dos eventos de 1969, em Córdoba, e decapitar o movimento sindical combativo, era condição *sine qua non* para o sucesso do plano patronal-militar de 1976. Ou seja: o objetivo imediato do plano baseava-se na idéia de que o monopólio da violência pertenceria exclusivamente ao Estado. Entretanto, como vimos, o uso ampliado da violência havia se tornado uma continuidade junto à sociedade argentina.

Ademais, o plano patronal-militar era a resposta à crise econômica vivenciada na Argentina nos anos de 1970 que desestabilizou o modelo de acumulação capitalista iniciado após a Segunda Guerra Mundial³³⁴. Anos em que, como vimos, teve espaço o maior plano político da Argentina moderna com a conformação do peronismo, ainda que todos os centros de discussão política da Argentina tenham experimentado saltos qualitativos na formação de sua militância. Segundo Romero: “A repressão inicial, que decapitou a mobilização popular, somada a uma política anticrise clássica – mais ou menos semelhante a todas executadas desde 1952 –, permitiu superar a conjuntura”³³⁵. Tratava-se, em suma, de um projeto de recuperação do capital estabelecido sob a insígnia do Terrorismo de Estado.

A partir de 1976 houve o estabelecimento de novos parâmetros nas relações entre o patronato argentino e os trabalhadores em suas organizações de classe, marcado pela ativação da política de Terrorismo de Estado. Os dois lados deviam ceder, segundo a indicação de Romero, para a passagem adiante do projeto civil-militar da ditadura terrorista, com características intrínsecas aos questionamentos levantados durante a conjuntura de crise gestada durante os anos que compreendem a segunda metade da década de 1970. O Estado, enquanto instituição, na visão dos artífices do golpe, dentre eles, destacamos, o Ministro da Economia da ditadura Martínez de Hoz, que deve pairar acima dos conflitos e negá-los, ainda que estes não deixem em hipótese alguma de existir, foi utilizado em benefício de um projeto

³³³ BASUALDO, V. *Op. cit.* p. 01.

³³⁴ A respeito do processo político que se materializou nos anos de 1970, Yolanda Raquel Colom e Alicia Salamone afirmam que: “En lo político, la característica peculiar que este ciclo asume en la Argentina es la permanente crisis de hegemonía, que se genera tras el derrocamiento de Perón y alcanza su punto más alto a partir del Cordobazo.” Mais adiante, as autoras argumentam que: “Mayo del '69 inaugura una etapa en la que se va conformando un proceso contra-hegemónico donde la clase obrera toma la iniciativa política que mantiene, con avances y retrocesos, hasta la sangrienta derrota de 1976” (COLOM, Y. y SALOMONE, A. *Op. cit.* p. 4).

³³⁵ ROMERO, *Op. cit.* p. 201.

de recuperação do capital, mesmo que tal decisão não fosse revelada por seus ideólogos. Para Romero, a sistematização da política de Terrorismo de Estado agrupou elementos de crítica relacionados à condição política da Argentina à exemplo de outras intervenções militares.

Mas, dessa vez, as Forças Armadas e os setores do *establishment* que as acompanhavam tinham decidido ir mais longe. Em seu diagnóstico, a instabilidade política e social crônica nascia da impotência do poder político diante dos grandes grupos corporativos – os trabalhadores organizados e também os empresários – que se enfrentavam alternadamente, gerando desordem e caos, ou se aliavam, unidos por uma lógica peculiar, para utilizar em benefício mútuo as ferramentas poderosas do Estado intervencionista e benfeitor³³⁶.

Cabe destacar que, embora a indicação para a discussão apresentada por Romero diga respeito a uma parte da militância que havia se acostumado a jogar com o poder de pressão adquirido pelas organizações classistas, houve uma parte que optou por aprofundar a resistência. Nesse caso, os sindicatos que compunham estes setores foram fortemente reprimidos a *manu militare*. O plano de Martínez de Hoz, a desnacionalização das indústrias e/ou desmonte do Estado, possuía como prerrogativa básica a extinção de toda resistência operária ao plano da direita livre-cambista. Para conseguir tal êxito, fez-se necessário o controle sobre dos trabalhadores nas fábricas que se estendeu de modo sistemático para fora delas. A extinção dos postos de trabalhos, que era parte do projeto de desindustrialização, certamente mobilizou parcela significativa dos sindicatos que optaram por não estabelecer nenhum tipo de acordo frente ao panorama que se instaurou. Sobre o saldo deste embate, é importante apresentar os números recolhidos pela Conadep em relação aos trabalhadores mortos durante a ditadura terrorista de 1976, “30,2% dos detidos desaparecidos denunciados à Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas, são operários, e 17,9%, empregados (dos 21% que representavam os estudantes, um em cada três, trabalhava)”³³⁷. E o documento da Conadep continua com a seguinte citação, relacionada Decreto Secreto nº 504/77, chamado *Continuação da Ofensiva Contra a Subversão* que, segundo a Comissão, substituiu a *Operação-Piloto no Âmbito Industrial*.

O Exército agirá seletivamente sobre os estabelecimentos industriais e empresas do Estado, em coordenação com os organismos estatais relacionados ao âmbito, para promover e neutralizar as situações conflitivas de origem trabalhista, provocadas ou que possam ser exploradas pela subversão, **a fim de impedir a agitação e a ação insurrecional de massas, e contribuir para o eficiente funcionamento**

³³⁶ *Id. Ibid.*

³³⁷ CONADEP. *Op. cit.* p. 280.

do aparelho produtivo do País³³⁸.

Embora a isenção da contribuição relegada pelo empresariado interessado não seja citada, sabe-se que o plano de extermínio dos setores combativos dos sindicatos, estendido aos trabalhadores que não aderiram ao plano da ditadura, serviu aos interesses dos adeptos da “pátria financeira”³³⁹. Pela lógica, a fratura do setor industrial argentino, atacado pela direita *livre cambista*, porque, como vimos, era entendido como o terreno de atuação e proliferação do “populismo”, casa com a ampliação das importações do país, significativas para seus investidores. Por isso, o apoio/atuação do Exército, instituição que se tornou líder no processo, como vimos, era parte do plano que estava previsto no panorama ideológico neoconservador, como demonstrado nos três tópicos a seguir.

3.1 - Processos de seqüestro, detenções, torturas e desaparecimento: o quadrilátero repressivo.

O primeiro documento utilizado para dar continuidade a análise foi de autoria do Centro de Estudios Legales e Sociales (CELS). O material contém um informe que tratou das condições encontradas no país em relação à violação ou respeito aos direitos humanos durante a ditadura argentina. O informe foi confeccionado em Buenos Aires e indicou que: “La situación de los Derechos en la Argentina (Octubre de 1979 – octubre de 1980)”³⁴⁰. A referência está composta de um sumário que contempla os principais temas descritos sobre a questão dos Direitos Humanos no país. “1 - Violaciones al derecho a la vida, la libertad y la integridad física; 2 - Secuestros en el exterior atribuidos a agentes del Gobierno argentino; 3 - Muertes; 4 - Desapariciones temporarias. 4.a - Secuestro de once personas en Rosario. 5 - Testimonios ofrecidos en el exterior; 6 - Consideraciones sobre el problema de los desaparecidos y la negativa a brindar informaciones; 7 - Expresiones oficiales. 8 - Situación de los detenidos; 9 - Situación de las entidades de Derechos Humanos; 10 - Violaciones al derecho de información y difusión; 11 - Tratamiento oficial del Informe de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (OEA); 12 - Reclamos de distintos sectores de opinión en torno de detenidos-desaparecidos y presos políticos; 13 - Violaciones al derecho de practicar libremente su culto; 14 - Contralor Ideológico y adoctrinamiento educativo”³⁴¹.

Segundo o informe que inicia o Relatório, o resultado apresentado é parcial e limitado

³³⁸ *Id. Ibid.* (grifos meus).

³³⁹ Expressão utilizada por Luis Alberto Romero para referenciar o projeto de política econômica da ditadura. (ROMERO, L. *Op. cit.*)

³⁴⁰ Biblioteca do Centro de Estudios Legales e Sociales - C.E. L.S. Buenos Aires Argentina (Octubre de 1980).

³⁴¹ O texto de Advertência diz que se trata de um material que, “En alguna medida completa el **Informe sobre la situación de los Derechos Humanos en Argentina**, aprobado por dicha Comisión el 11 de abril de 1980 y publicado en Washington DC como documento OEA/Ser.L/V/II.49 doc. 19” (*Id. Ibid.*)

uma vez que vai até o ano de 1980 e indica que a questão que envolve o tema - Direitos Humanos na Argentina - é um problema: “Nada hace pensar que las autoridades estén dispuestas a llevar a cabo – en caso alguno - investigaciones destinadas aclarar y sancionar los gravísimos hechos cometidos por sus agentes desde la fecha citada”³⁴². A fonte não abordou o contexto de ditadura em sua totalidade. Foi um relatório sobre seqüestros, detenções, torturas e desaparecimentos que: “siguen teniendo lugar, aunque en menor numero, episodios y en particular detenciones seguidas de torturas, vejámenes y desapariciones que ponen de manifiesto la subsistencia de procedimientos ilegales y clandestinos, autorizados y empleados desde el comienzo de la represión”³⁴³. O Relatório da CELS indica que a situação era suplantada a partir da manipulação da opinião pública, realizada pelos principais meios de comunicação social argentinos. Segundo o Relatório, a situação existente em 1980 a respeito da repressão era sustentada porque: “Su reiteración sólo es posible por el ocultamiento que se hace de ellos a la opinión pública, mediante la manipulación de los medios de comunicación social y la intimidación”³⁴⁴.

Por outro lado, embora a proposta da OEA, que, levantando a situação dos direitos humanos no país e permitir a publicação do relatório da CELS no ano de 1980, teve seu mérito, ele não foi decisivo para o fim das situações inerentes à aplicação da política de TDE. Mesmo que as denúncias realizadas através da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos tenham provocado uma sensível retração no quadro de detenções/desaparecimentos a partir de 1979, ano em que passou a atuar a Comissão que deu amplitude às denúncias dos detidos/desaparecidos, sabe-se que antes mesmo do Relatório este quadro havia mudado sensivelmente, processo provocado pela pressão interna e pelo isolamento relegado a mudança da política externa estadunidense com o governo de Jimmy Carter e a questão dos direitos humanos, como vimos anteriormente. Esta política, envolta na defesa aos Direitos Humanos, previa, ademais, a estabilização do continente em bases mais confiáveis para a atuação do imperialismo estadunidense na região.

O texto de advertência que compõe as primeiras páginas do documento está datado em novembro de 1980. Trata-se do período de retirada de Jorge Rafael Videla do poder. À guiza de introdução, o documento alertava para o fato de que: “Los hechos que a continuación se describen, con el agregado de breves comentarios, se hallan debidamente documentados. Por

³⁴² Continua com a seguinte afirmação, “Por el contrario, entre los estimonios que se incluyen en el presente estudio se encuentran diversas declaraciones de gobernantes y militares, en las cuales se sostiene que se impedirá de cualquier manera la intención de revisar aun por via judicial, las violaciones cometidas en perjuicio de miles de ciudadanos” (*Id. Ibid.*).

³⁴³ *Id.*, p. 02.

³⁴⁴ *Id. Ibid.*

lo demás, parte de dichos episodios ha sido materia de información periodística”³⁴⁵. O documento tráz informações sobre 62 casos de denúncia documentados entre o fim de 1979 e o ano de 1980. Sendo que, destes 62 casos, 34 casos recolhidos em testemunhos que versam sobre os últimos 4 meses de 1979, e, 28 casos documentados em 1980. Segundo o documento: “Sin duda alguna, el número real de desapariciones excede a la cifra antedicha, por cuanto con frecuencia las familias no formulan denuncia algunas a las organizaciones de derechos humanos o lo hacen tardíamente”³⁴⁶. Apesar da comoção mundial, gerada a partir da visita ao país da Comissão, os mecanismos repressivos destinados a manter o silêncio em torno da questão, não se abrandaram³⁴⁷. Pelo contrário, passados 4 anos do golpe de março de 1976, após a visita da referida Comissão, os mecanismos foram redirecionados a manter o ambiente de perseguição dos “inimigos da pátria”, mas, foram estendidos à vigilância dos organismos de direitos humanos encarregados de recolher o maior número de informações sobre a prática do TDE.

Os primeiros casos apresentados no documento tratam de, aproximadamente, 34 casos nomeados pela Comissão ocorridos nos últimos meses de 1979, a saber, entre setembro e dezembro daquele ano. Todos eram cidadãos argentinos e foram seqüestrados e se tornaram detidos-desaparecidos em território nacional. Em todos os casos apresentados no Relatório se encontra um breve levantamento das informações pessoais dos indivíduos envolvidos, sendo que, em alguns deles, além das informações de documentação, relatam-se as circunstâncias em que cada um foi detido.

Após o levantamento realizado pela CELS referente ao ano de 1979, segue no mesmo tom a descrição de mais 28 casos de detenção/desaparição, inclusive com o emprego dos mecanismos repressivos conhecidos e praticados pela ditadura argentina, dentre os quais, torturas com choque elétrico com o emprego da *Picana Eléctrica* e práticas de afogamento (*Submarino*), além de açoitamentos e isolamento das pessoas aprisionadas pelas diversas instituições de segurança componentes do Estado.

Após referenciar cada caso tratado, o documento segue com um breve comentário que perpassa todos os temas levantados pelo índice que compõe o documento. Um, dentre os principais temas abordados durante o texto que compõe o Informe/Documento, encontra-se no caso de 6 cidadãos argentinos seqüestrados no exterior. São eles: Horacio Domingos Campligia, Mónica Susana Pinus de Binstock, Noemi Esther Gianeti de Molfino, Julia Inês

³⁴⁵ *Id.* p. 03.

³⁴⁶ *Id.* p. 10.

³⁴⁷ Segundo o Informe, “Sólo en 18 de los 28 casos de 1980 los familiares han presentado denuncia en la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos, y más o menos en el mismo número, han presentado recursos de *hábeas corpus*. Las respuestas en éstos, han sido negativas”. (*Id.* p. 10-11).

Santos de Acebal, Julio César Ramires e Aldo Alberto Moran. Em particular, a descrição dos casos que envolveram Horacio Domingos Campiglia e Mónica Susana Pinus de Binstock são tratados no documento. Em relação a Horacio Campigli, o documento informou: “Desaparecido el 12 de marzo de 1980, probablemente en el aeropuerto de Caracas, al trasladarse desde Panamá a Rio de Janeiro, con tránsito en la ciudad antes mencionada. Residía en Méjico”³⁴⁸. Quanto ao evento que envolveu o seqüestro de Mónica Susana Pinus de Binstock, o documento trouxe a seguinte informação;

Secuestrada junto con el anterior el 12 de marzo de 1980, en las mismas circunstancias. La desaparición se produjo en el trayecto Panamá-Caracas-Rio de Janeiro del vuelo 944 de VIASA, que salió de la primera de dichas ciudades el 11 de marzo con hora de llegada a Caracas a las 23 continuando a viaje a Rio de Janeiro con arribo previsto al 12 de marzo. También la señora Binstock vivía en Méjico. Estos dos casos han sido denunciados a las organizaciones de derechos humanos por familiares de las victimas y el hecho fue publicado en “La Prensa” de Buenos Aires, el 30 de marzo de 1980³⁴⁹.

Trata-se de casos que remetem ao *Plan Condor*. Ao continuar o comentário das detenções/desaparições, o informe indica que:

Los cuatro ciudadanos argentinos precedentemente citados fueron secuestrados, junto con Federico Guillermo FRIAS ALBERGA 970 – que posteriormente se verifico que fuera detenido en Buenos Aires y conducido al exterior -, en Lima Perú, el 12 de junio de 1980. Según denuncias de la prensa y de diversos sectores de la sociedad peruana, difundidas internacionalmente y recogidas por **Amnesty Internacional**, el hecho habría sido ejecutado por agentes del Gobierno argentino con anuencia de las Fuerzas Armadas peruanas³⁵⁰.

A análise da conexão repressiva entre Argentina e Peru estendeu-se no relato tratando da anuência das forças de segurança peruana em relação à entrada de oficiais argentinos em seu solo. Segundo o informe, a operação argentina foi acolhida pelos órgãos responsáveis no Peru a partir de um entendimento entre os presidentes em exercício de cada país.

A tenor de dichas informaciones, el comandante en Jefe de Ejercito argentino, teniente general Galtieri, habría solicitado a su colega del Perú, general Richter Prada, invocando acuerdos preexistentes, autorización para la entrada a ese país de personal de los servicios de Inteligencia argentinos con el fin de arrestar, interrogar y repatriar a varios ciudadanos de nacionalidad argentina que se encontraban en Perú. El trámite culminó con la detención de las cinco personas mencionadas³⁵¹.

³⁴⁸ *Id.* p. 12.

³⁴⁹ *Id.* *Ibid.*

³⁵⁰ *Id.* *Ibid.*

³⁵¹ *Id.* p. 12-13.

Segundo o comentário apresentado no Informe, havia muitos indícios de que a operação foi possibilitada a partir de uma ação conjunta entre Argentina e Peru. Entretanto, cabe destacar, ao continuar o comentário acerca das investigações que envolveram a prisão e interrogatório das pessoas citadas, que os meios de comunicação peruanos não ficaram alheios aos acontecimentos. O complemento do comentário acerca dos casos levantados pela Comissão, continua com a seguinte observação, “Según noticias periodísticas, las víctimas habrían sido sometidas a torturas en el Centro Recreacional Militar, ubicado en el norte de Lima, denominado Playa Hondable. A consecuencia de ello habrían fallecido FRIAS y MORAN. Las tres restantes habrían sido repatriadas”³⁵². Além da alusão aos meios de comunicação peruanos quanto ao evento, o Informe apresenta a posição oficial do país andino relacionado às detenções de argentinos praticadas no Peru,

Un vocero del Ejército peruano negó esta versión de los hechos, informando en cambio que el 14 de junio de 1980 habrían sido detenidos por fuerzas de seguridad los ciudadanos argentinos Julio César Ramírez, Noemí Gianetti de Molfino y Julia dos Santos Acebal y puestos en la frontera con la Bolivia para ser trasladados a la Argentina. Fuentes bolivianas negaron haber intervenido en el operativo³⁵³.

O obscurantismo que demarca as investigações do paradeiro das pessoas seqüestradas demonstra que a posição das autoridades oficiais, no caso, um porta-voz do Exército peruano, e da Bolívia, foi de negar a participação nas detenções. Um traço particular das conexões repressivas que envolveram autoridades latino-americanas no marco da Operação Condor. Entretanto, a ação não pôde passar despercebida uma vez que redundou na execução de Noemi Molfino. Segundo informações contidas no documento confeccionado pela CELS, a morte de Molfino se deu em circunstâncias que levam a acreditar que militares argentinos tenham praticado o crime.

La señora MOLFINO apareció muerta el 21 de julio de 1980, en un departamento en Madrid, España. Esto motivó un comunicado del Gobierno argentino destinado a negar los hechos denunciados por la prensa. La policía española caratuló el sumario como “muerte dudosa”. La prensa del mismo país acusó a las autoridades argentinas de ser responsables del asesinato. En Perú, por decisión del Congreso, luego de una sesión secreta con asistencia de autoridades militares, el caso se ha cerrado. En España prosigue la investigación, pero no se ha arribado a nada concreto³⁵⁴.

³⁵² *Id.* p. 13.

³⁵³ *Id.* *Ibid.*

³⁵⁴ *Id.* *Ibid.*

Como podemos observar, o caso não foi investigado em sua plenitude. Por omissão das autoridades dos países envolvidos na operação, as circunstâncias da morte de Noemi Gianetti de Molfino não foram completamente esclarecidas. Embora houvessem muitas evidências que levasse a acreditar que oficiais argentinos agiram ilegalmente no caso, como denunciaram os meios de imprensa espanhóis, pouco, ou quase nada foi feito para ampliar as possibilidades de apuração dos fatos. O que ficou claro, neste caso, é que, as operações destinadas a caçar e exterminar argentinos fora do país, só pôde encontrar êxito uma vez que as autoridades locais participassem ativamente dos trabalhos.

Ao continuar a apuração acerca do assassinato de argentinos no exterior, o documento da CELS trás o caso de desaparecimento de Jorge Oscar Adur. Um sacerdote católico que teria desaparecido no Brasil no começo de agosto de 1980. Segundo as informações da CELS, Adur havia viajado ao Brasil para formar parte da comissão latino-americana que recebeu o Papa quando de sua visita ao Brasil. Segundo o informe: “La Conferencia Episcopal Brasileña ha denunciado el caso, indicando que se trataría de un secuestro”³⁵⁵. Muitas comissões destinadas a apurar os crimes de Terrorismo de Estado se formaram no interior da Igreja Católica no Brasil. Neste sentido, destacamos a participação da Comissão Arquidiocesana para os Direitos Humanos do Arcebispado de São Paulo (Clamor)³⁵⁶. A Clamor recebeu uma série de testemunhos relacionados aos crimes de lesa-humanidade praticados na Argentina durante a ditadura. A partir de tais relatos foi possível traçar um itinerário acerca dos CCDs na Argentina.

Os relatos destinados a cobrir os crimes de TDE recolhidos por Clamor seguem um padrão que contempla um índice³⁵⁷ no qual se encontram cerca de 9 pontos que recorrem a descrição dos mecanismos de repressão da ditadura. Segundo o documento aqui tratado, escrito e assinado por 8 argentinos³⁵⁸ que procuraram a Clamor para relatar os crimes cometidos pela ditadura: “La forma represiva consiste en hacer ‘desaparecer’ a los militantes populares, tiene dos finalidades inmediatas: destruir al militante y a su organización y extender el terror a todo el espectro social”³⁵⁹. A introdução do documento trouxe um apanhado geral sobre as circunstâncias em que se definiu o golpe de março de 1976. Nela os

³⁵⁵ *Id. Ibid.*

³⁵⁶ Os relatos recolhidos por CLAMOR foram conseguidos junto ao arquivo da *Asamblea Permanente por los Derechos Humanos de Argentina* (APDH).

³⁵⁷ Basicamente, os pontos arrolados no índice dos documentos são os seguintes: 1. Introdução; 2. Testemunhos; 3. Nomes de pessoas vista em “LA CACHA”; Grávidas e crianças vistas em “LA CACHA”; 4. Nomes de responsáveis de “LA CACHA”; Características de “LA CACHA”; 6. Características Físicas de “LA CACHA” 7. Planos; 8. Interpretação dos Planos; 9. Epílogo.

³⁵⁸ São eles: Nestor Daniel Torrillas; Nelva Mendes de Falcone; Alberto Omar Dissler; Roberto Luján Amerise; Ana Maria Caracoche de Gatica; José Luis Cavaleri; Alcira Rios de Córdoba; Luis Pablo Córdoba.

³⁵⁹ TESTIMONIOS SOBRE “LA CACHA”. 20/10/1983. CCD7.14. p. 04.

denunciantes tratam de um itinerário sobre a história argentina: “La historia de nuestro país está caracterizada por una lucha continua entre las fuerzas populares y las clases dominantes, lo que se traduce en una sucesión ininterrumpida de gobiernos civiles y golpes militares”³⁶⁰. Apesar de não trazer maiores informações biográficas de cada um dos testemunhantes, o tom do discurso usado, com informações que perpassam a economia, política e contexto social argentino, leva a crer que se trata de militantes de organizações políticas que atuaram previamente ao golpe de março de 1976 e que, provavelmente, foram desbaratadas depois do golpe.

Segundo o documento/relato, a definição de desaparecido e sua condição de detido é a seguinte:

Que es un desaparecido?: es una persona a la cual secuestran, en su casa, en su lugar de trabajo, en la vía pública, en su lugar de estudio y que es llevada a lugares clandestinos de detención, donde pierde todo el vínculo con el mundo exterior, al cual no llegan ni la luz del sol ni el brazo de la justicia, donde deja de existir, en vida.

Nosotros, que estuvimos detenidos en uno de esos centros clandestinos, queremos testimoniar sobre nuestra común experiencia. Lo hacemos como un acto de coherencia militante: no somos testigos de “accidente” o de un “exceso de la represión” sino parte de los treinta mil compañeros desaparecidos y de su misma lucha³⁶¹.

Como podemos observar no trecho acima, trata-se de um relato que produz uma dada visão do contexto repressivo da ditadura que teve como característica principal denunciar as condições de detenção. O relato procura estabelecer a racionalidade da atuação dos órgãos de repressão durante a ditadura. Ou seja, rompe com a idéia encampada pelos militares de que se houve mortes e torturas em grande número, estes atos foram isolados e tratados de forma arbitrária pelo baixo escalão da corporação militar. Entretanto, lembremos que, acabado a ditadura, a cúpula militar da Junta que governou durante março de 1976 e fins de 1983 foi levada a julgamento e condenada.

Sobre o CCD de “La Cacha” e a condição em que foram detidas estas pessoas, o relato segue da seguinte forma:

Los secuestrados eran llevados a los lugares clandestinos de detención y tortura. Uno de estos sitios era “la Cacha”, donde estuvimos; su nombre fue asignado haciendo referencia a “la bruja Cachavacha” personaje de dibujos animados infantiles que tenía el poder de hacer desaparecer a la gente. Está situado en la ex-planta transmisora de Radio Provincia, en la localidad de Lisandro Olmos, partido de La Plata, Pcia. De Buenos

³⁶⁰ *Id.* p. 02.

³⁶¹ *Id.* p. 04-05.

Aires³⁶².

O CCD que funcionou sob a designação de “La Cacha”, localizado nas proximidades de La Plata, capital da Província de Buenos Aires, foi um dentre outros CCDs que funcionou na cidade. Segundo as informações contidas no documento relacionado, além de um local de detenção clandestino, “La Cacha”, foi um centro de tortura que contou com a totalidade dos mecanismos de repressão sobre os quais baseou-se a ditadura argentina. Os mecanismos triviais do interrogatório que contava, ademais, com a participação de civis, aparecem no documento da seguinte forma,

Con el detenido en su poder encapuchado y esposado, el comando de secuestradores se dirigía a La Cacha, donde lo sometían a salvajes torturas a través de las cuales trataban de recabar información. Estas torturas consistían en atar al prisionero de pies y manos a una especie de cama elástica, conocida por el nombre de “parrilla”; golpearlo con garrotas, gomas, alambres, puñetazos y puntapiés; aplicarlo corriente eléctrica con picanas simultaneas (...); asfixiarlo por inmersión (submarino) o por ahogamientos o por ahogamientos por almohadas y bolsas de nylon (submarino por seco)³⁶³.

Na continuação do documento, os depoentes declaram que as sessões de torturas só cessavam com o desmaio do detido/desaparecido. Os mecanismos de tortura se intercalavam com perguntas relacionadas à militância desenvolvida por cada um. Os gritos dos companheiros que estavam em sessões semelhantes nas proximidades eram utilizados para intimidar e fazer falar o torturado da vez. Além do envolvido diretamente na tortura, as sessões contavam com ameaças a familiares, onde, por vezes, fotografias de familiares dos torturados eram mostradas nas sessões de tortura. A referência ao período é abarcada no depoimento: “El período al cual nos referimos abarca del 9 de marzo de 1977 al 6 de septiembre del mismo año, y del 29 de julio de 1978 al 1 de septiembre del mismo año, época en la cual el aparato represivo se encontraba en la plenitud de su funcionamiento y donde se realiza el mayor número de secuestros”³⁶⁴.

A descrição dos Grupos de Tarefas que atuavam em “La Cacha” revela a ação conjunta entre as diversas instituições encarregadas da segurança pública na cidade de La Plata.

Las “fuerzas conjuntas” que operaban en La Plata, Berisso y Ensenada, dentro del Área Operacional 113 del Primer Cuerpo de Ejército, estaban compuestas por oficiales y suboficiales de Marina, Ejército, Servicio Penitenciario y del SIDE. En La Cacha los oficiales eran encargados de la

³⁶² *Id.* p. 05.

³⁶³ *Id.* *Ibid.*

³⁶⁴ *Id.* *Ibid.*

tortura e interrogatorios, y los suboficiales formaban parte de la guardia.³⁶⁵

A ação conjunta entre os diversos agentes das mais variadas instituições garantia o sucesso das investidas contra os grupos/alvos. Uma constante atividade de prisões em grupos foi levada a cabo pelo Grupo de Tarefas que compunha a atividade repressiva desenvolvida em “La Cacha”. Com isso, os encarregados das detenções buscavam gerar a imobilidade dos grupos/alvos envolvidos. Além disso, garantia que não haveria escape imediato a ação. Gerava a desinformação e impossibilidade de aviso prévio aos demais que ainda se encontravam em liberdade.

A transitoriedade de prisioneiros encontrados no CCD de “La Cacha”, relatado no documento entregue junto a Clamor de São Paulo, dá conta do número de pessoas detidas/desaparecidas que passaram pelos mecanismos de interrogatório/tortura aplicados no local.

En este lugar había un promedio diario de 40 secuestrados, los cuales se renovaban pues permanentemente había nuevos ingresos y traslados. No podemos afirmar que existiera una regla general con respecto al destino de los traslados; sólo podemos confirmar que el traslado como tal existía realmente, pues muchos de los detenidos que ingresaban lo hacían provenientes de otros centros clandestinos, como así también algunos de los que fueron trasladados desde La Cacha, luego de un tiempo volvieron a ella, fueron vistos en comisarias o aparecieron en cárceles legales³⁶⁶.

Como podemos observar na citação acima, o poder repressivo mesclava os prisioneiros para evitar uma margem de solidariedade entre os envolvidos nos interrogatórios, além de evitar que os detidos se identificassem entre eles ou algum torturador, além de evitar o reconhecimento dos próprios CCDs. A movimentação de prisioneiros percebida pelos depoentes no interior do CCD La Cacha, possuía como característica fundamental diminuir a resistência nos interrogatórios. O volume de pessoas que freqüentaram este CCD dá conta da amplitude que os mecanismos coercitivos alcançaram. Outra característica desta movimentação diz respeito a localização do CCD La Cacha. La Plata era um centro de militância estudantil relevante neste contexto. Esta militância tornou-se o maior alvo da repressão durante a ditadura.

Concluídos os interrogatórios, a movimentação dos prisioneiros atendia a alguns parâmetros de funcionamento do CCD. Nos relatos consultados, esta movimentação era cuidadosamente direcionada pelo grupo encarregado que procedia exercendo ações de

³⁶⁵ *Id.* p. 06.

³⁶⁶ *Id.* *Ibid.*

intimidação, baixo tortura aos detidos/desaparecidos, segundo mecanismos específicos de mutilação completa da personalidade dos detidos/desaparecidos.

Concluidos los interrogatorios éramos ubicados en el edificio principal, de tres plantas, contiguo e los cuartos de tortura. Se nos encadenaba a ganchos fijos en el piso y tirados sobre elásticos y colchonetas o mantas. Permanecíamos encapuchados durante todo el tiempo, permitiéndonos levantar, la capucha hasta la nariz cuando comíamos, esto ocurría dos veces al día.

Nos llevaban al baño una o dos veces por día y éstos eran los únicos momentos en que abandonábamos la posición horizontal y el encarcelamiento.

Todos los utensilios (jarros, mantas, colchonetas, etc.) pertenecían al Regimiento 7 de La Plata, pues tenían al sello y monograma. Asimismo, algunos de los medicamentos utilizados pertenecían a la droguería de la Armada³⁶⁷.

Todo o edifício foi utilizado como forma de abarcar a totalidade dos detidos/desaparecidos. Nenhum contato com o mundo exterior era permitido. Aos detidos/desaparecidos que freqüentaram os CCDs da ditadura era negado o contato com a luz do dia. Todo o conjunto de práticas de tortura e prisão relatadas serviu para aumentar o sentimento de abandono entre os prisioneiros. De certa forma, a utilização da tortura enquanto mecanismo de interrogatório era complementada pelas diversas práticas relatadas acima. No conjunto de tais ações estava implícito a negação de qualquer tentativa de reconhecimento da humanidade dos detidos/desaparecidos. Enfraquecê-los a partir de sessões progressivas de tortura, ainda que toda a detenção possa ser considerada a partir desta ótica, possuía como pano de fundo a delação de possíveis novos alvos da repressão. Por outro lado, ao negar a condição de vida para os detidos/desaparecidos, aumentava a certeza de sucesso dos repressores nas sessões de tortura. A continuação do documento relata as condições de seqüestro em que cada um dos signatários do documento enfrentou. Cada qual com a especificidade quanto ao seqüestro.

Nestor Daniel Torrillas que à época de seu seqüestro encontrava-se com a idade de 30 anos, foi seqüestrado pelo Grupo de Tarefas de La Cacha no dia 9 de março de 1977. Encontrava-se em sua casa na companhia de sua esposa, pais e uma pequena filha. Por volta das 23 horas, um grupo de homens adentrou o domicílio do depoente, alguns vestidos de civis e outros de farda fortemente armados. Nestor foi seqüestrado junto de sua companheira, Elsa Beatriz de Torrillas. Segundo o relato de Nestor:

Ambos somos introducidos en los baúles de los automóviles y trasladados

³⁶⁷ *Id. Ibid.*

a La Cacha. Una vez allí soy torturado e interrogado: mi esposa, de la que había sido separado al momento de arribar a ese sitio, es traída a mi presencia durante la tortura, como modo de intimidación. Al día siguiente soy nuevamente torturado. Soy alojado en la planta alta del edificio, donde transcurro los 112 días de permanencia allí. Elsa, en cambio, es alojada en un lugar de la planta baja denominada “sótano”; en el momento del secuestro ella se encontraba embarazada de dos meses; luego de 30 días de permanencia fue liberada en las proximidades de la casa de mis padres, calles 120 y 64, desde un automóvil que la llevó encapuchada³⁶⁸.

O que chama a atenção no relato de Nestor Daniel Torrillas é o fato de os torturadores optarem por levar sua esposa junto a ele durante seu seqüestro. Esta ação evidencia o mecanismo prolongado de intimidação aplicado pelos torturadores para obrigar os detidos/desaparecidos a falar. Uma vez preso, em sessão de tortura, os repressores retornam à sala de torturas acompanhados de sua esposa. Desta forma, procuravam estabelecer um canal de interlocução entre a tortura e a detenção. Uma maneira de demonstrar que o sucesso dos torturadores dependia exclusivamente da opção do detido/desaparecido em delatar outrem ou, por outro lado, agregar informações que levassem a desbaratar alguma atividade de militância política que viesse a ocorrer. A esposa do depoente encontrava-se grávida, uma condição que aumentava a sensação de impotência diante dos criminosos que utilizaram desta condição como um trunfo a mais; uma forma de obrigar o detido/desaparecido a dividir a responsabilidade relacionada ao seqüestro de sua esposa. Colocavam em risco, desta forma, duas vidas que foram utilizadas como moeda de troca para obter informações.

Ao continuar o relato, Nestor desvenda o seu destino enquanto detido/legalizado, condição alcançada após permanecer temporariamente como detido/desaparecido.

El día 28 de junio de 1977 soy trasladado junto a Roberto Luján Amerise, encapuchado en la parte posterior de un automóvil a la Comisaría octava de La Plata, calles 7 esq. 74, donde permanezco un mes más sin tener contacto con mi familia. El día 26 de julio soy localizado por mis padres y esposa de quienes recibo visita. En ese momento compruebo que el embarazo de mi esposa continuaba adelante, habiendo superado grandes dificultades luego de ser liberado de La Cacha, producidas por la angustia sufrida en aquellos días³⁶⁹.

Após alguns meses de lenta agonia, Nestor finalmente conseguiu informações acerca da gravidez de sua companheira. Em sua perspectiva irradiada, o TDE envolvia todos os familiares numa busca incessante por notícias que pudessem levá-los a ter algum tipo de informação sobre o possível paradeiro do familiar que se encontrava detido/desaparecido. No caso de Nestor: “El 16 de junio de 1978 soy nuevamente trasladado, esta vez a la Unidad

³⁶⁸ *Id.* p. 07.

³⁶⁹ *Id.* *Ibid.*

Carcelaria nº 9 de La Plata, donde permanezco a disposición de autoridad militar hasta el 14 de octubre, fecha en que soy liberado. Actualmente vivo en el exilio”³⁷⁰. Como podemos observar, a Nestor foi dada uma chance de sobreviver e isto foi uma rara exceção se pensarmos no processo de TDE na Argentina. Após passar pelas torturas, traslado, com sua família acompanhando toda a sua situação, Nestor foi colocado a disposição do *Poder Ejecutivo Nacional* (PEN). A partir daí foi obrigado a exilar-se.

Em outro depoimento, Nelva Mendez Falcone relatou as circunstancias de seu seqüestro ocorrido no dia 13/04/1977. A depoente esteve na condição de detida/desaparecida após ser seqüestrada juntamente com seu marido. Segundo o relato de Nelva, homens vestidos com uniforme do Exército irromperam seu domicilio dizendo tratar-se de “Fuerzas Conjuntas”³⁷¹. A partir de então, sua casa foi minuciosamente revistada. Após a revista, o seu marido, Jorge Falcone, indagou aos homens acerca da invasão abrupta: “Dr. Jorge Falcone (medico, fallecido el 29 de julio de 1980) quien sorprendido inquirió acerca de la causa del allanamiento, se le dijo que necesitaban interrogarlo sobre nuestro hijo y dos colegas médicos de su conocimiento”³⁷². A tática de entrar abruptamente na casa das pessoas/alvos, foi praticada como forma de surpreender os envolvidos e evitar uma possível fuga. Por outro lado, no depoimento de Nelva encontramos um mecanismo de repressão à parte, “Nos tuvieron en el hall, cara a la pared, mientras revistaban las habitaciones, robando a la vez diversos objetos”³⁷³. Trata-se dos *botins de guerra*, situação em que a vítima/alvo tinha pertences de valor roubados de sua casa durante as operações. Mais tarde os *botins* serviriam para bancar a candidatura de Massera para a presidência do país numa redemocratização negociada com os setores da sociedade civil organizada. Por outro lado, para os oficiais encarregados do seqüestro os *botins* funcionavam como uma gratificação pelo “serviço prestado”. Os *botins* eram uma prática comum e autorizada pelo alto escalão.

Ao continuar seu depoimento, Nelva de Falcone narrou a chegada dela e de seu marido a La Cacha,

Luego de un corto viaje donde realizaron varias curvas para confundirnos llegamos a un lugar que luego supimos fue “La Cacha”. A partir de ese momento nos separan y escucho que interrogan mi marido; en ese momento yo digo que el sufre de una insuficiencia cardiaca (tenía miedo que lo torturaran); luego me conducen a la planta superior donde oigo voces y logro observar que sobre colchones había mas gente, esposada y encapuchada. Fui alojada en un pequeño cuarto contiguo a otro similar,

³⁷⁰ *Id.* p. 07-08.

³⁷¹ *Id.* p. 08.

³⁷² *Id.* *Ibid.*

³⁷³ *Id.* *Ibid.*

donde ubicaran a mi marido³⁷⁴.

No caso de Nelva e seu marido Jorge, a exemplo do caso tratado anteriormente de Nestor e Elsa, o casal foi levado junto a La Cacha. Entretanto, Nelva e Jorge foram interrogados e pressionados para delatar seu filho e dois colegas de trabalho de Jorge, a saber, Dr^a. Lavallo e Dr. Vargas. Segundo Nelva: “Estos interrogatorios se sucedieron durante cuatro días. Al quinto día fuimos liberados, llevándonos encapuchados hasta las proximidades de nuestro domicilio”³⁷⁵. Nelva e seu marido, Jorge, foram mantidos em La Cacha na condição de desaparecidos temporários. Essas pessoas eram presas pelos Grupos de Tarefas, as chamadas *Patotas*, para averiguação. Ao comprovar o desconhecimento das atividades realizadas pelas pessoas da qual se indagava a respeito, estes detidos eram liberados ao fim da tortura.

Para Nelva Falcone, a condição de detida/desaparecida foi agravada pela preocupação relacionada à saúde de seu marido. Ainda que reconhecesse a truculência que envolveu o seu seqüestro seguido do interrogatório, Nelva relatou que, “Todo este sufrimiento pasado, mas el riesgo por la salud de mi marido que no fue medicado, para un simple interrogatorio que podría haberse desarrollado con total normalidad en nuestra casa o en cualquier dependencia policial”³⁷⁶. Neste sentido, o TDE foi uma arma eficaz de choque repressivo junto à sociedade. O seqüestro e a detenção, seguida de torturas prolongadas e extensivas, procurou agir em torno de um ambiente de banalização da morte. Não havia distinção entre permanecer vivo e morrer nas sessões de tortura.

Todo o quadrilátero: seqüestro/detenção/tortura/desaparição possuía como pano de fundo a negação de todo o tipo de relação com o mundo real. Ao adentrar no universo onde a banalização da morte e da violência são práticas planejadas, e ao passar à condição de detido/desaparecido, o indivíduo era retirado do convívio social. Havia, por parte da repressão, uma preocupação latente de demarcar a prática de tortura como a solução final de uma cadeia de possibilidades esgotadas. A sociedade argentina da segunda metade dos anos de 1970, segundo os artífices civis e militares do TDE, encontrava-se a bancarrota. Ao promover o diagnóstico, a “fórmula” encontrava-se pronta e seus métodos de aplicação não permitiram alternativas senão medidas de corte repressivo/terrorista.

Em outro testemunho apresentado no documento entregue a Clamor, Roberto Lujan Amerise de 28 anos foi seqüestrado em seu domicílio no dia 19/04/1977, por volta das 22

³⁷⁴ *Id. Ibid.*

³⁷⁵ *Id. p. 08-09.*

³⁷⁶ *Id. p. 09.*

horas e levado diretamente ao CCD de La Cacha. Segundo o testemunho de Roberto Amerise, “un grupo armado de aproximadamente 15 personas, todos vestidos de civil y autodenominándose Ejército Argentino, irrumpieron en mi casa, me interrogaron y me obligaron a salir introduciéndome encapuchado en el baúl de un auto”³⁷⁷. Ao relatar o interrogatório, o depoente chamou a atenção para a violência utilizada pelos seus seqüestradores: “El interrogatorio se caracterizó por los golpes de puno, puntapiés y culatazos de armas de que fui objeto”³⁷⁸. A violência como elemento surpresa das ações de seqüestro levadas a cabo pelos militares argentinos, aparece como traço característico e diferenciado em todos os depoimentos. O relato de Roberto de Amerise também revela os mecanismos de apropriação de menores, crianças, pela ditadura:

En el mismo operativo también fue secuestrada Ana Maria Caracoche de Gatica, quien habitaba temporariamente en mi casa. También se encontraban en la casa mi hijo Camilo, de dos años de edad y Felipe Martín, de cuatro meses, hijo de Ana María, ambos fueron dejados en la casa de una vecina. Camilo fue retirado por su madre al día siguiente y Felipe Martín (según testimonios posteriores) fue retirado de allí por una pareja que se presentó como abuelos, no siendo esto verídico pues se desconoce el paradero de la criatura³⁷⁹.

O depoimento de Roberto Lujan Amerise mencionou outros dois depoimentos constantes no documento entregue a Clamor de São Paulo. Um foi o da já mencionada Ana Maria Caracoche de Gatica seqüestrada na mesma ocasião e será retomado mais adiante no que concerne ao tratamento recebido por Ana Maria durante a sua detenção/desaparição. O outro foi a referência ao depoimento de Nestor Daniel Torrillas. Segundo Roberto Lujan Amerise, ambos foram alvos de uma operação de legalização de suas respectivas detenções após seções de torturas que, no caso de Nestor Torrillas já foram relatadas. Ao fazer referência a Nestor Daniel de Torrillas, Roberto Lujan Amerise relatou, ademais, sua experiência em La Cacha.

Luego de viajar aproximadamente una hora me sacaron del auto depositándome en La Cacha. Después de los primeros interrogatorios a base de golpes y agresiones psicológicas que duraron tres días, fui pasado a otro lugar de ese campo donde había otros detenidos en las mismas condiciones que yo; primeramente estuve en un cuarto de la planta baja y luego en la sala del piso superior. Permanecí en La Cacha hasta el 28 de junio de 1977, día en que me sacaron de allí siempre encapuchado, llevándome en la parte posterior de un auto junto a otro compañero de nombre Néstor Daniel Torrillas, siendo ambos alojados en la Comisaría de La Plata. Allí continuamos detenidos en carácter de desaparecidos todavía

³⁷⁷ *Id. Ibid.*

³⁷⁸ *Id. Ibid.*

³⁷⁹ *Id. Ibid.*

un mes mas, hasta que una comisión del Ejército Argentino vino a tomarme declaración disponiendo mi legalización como detenido a disposición del Consejo de Guerra E.E. 1/1, con asiento en Palermo: recuperando mi libertad el 20 de abril de 1981.
En la actualidad vivo en el exilio³⁸⁰.

Como podemos observar no relato, Roberto Amerise procurou juntar elementos de outras duas detenções/desaparições. Por outro lado, a trajetória de Roberto Amerise, tomada em separado, revela a ação conjunta entre os diversos órgãos de repressão envolvidos com a ditadura, e, neste sentido, o depoente referiu-se a um itinerário de detenção que foi característico a partir do golpe de março de 1976. Trata-se de uma mescla entre o “poder oficial” e os mecanismos repressivos clandestinos. Na ordem, este último suplanta, em alguma medida, ao primeiro. O CCD de La Cacha foi utilizado como artifício “clandestino” complementar ao “poder oficial”, ainda que não seja possível demarcar com clareza se, de fato, havia a substituição de um pelo outro. Se tomarmos em conjunto, o processo de implantação dos CCDs durante a ditadura argentina revela a planificação do TDE em sua máxima apreensão. No caso tratado, o CCD de La Cacha era o destino primário dentre os detidos/desaparecidos. Somente após as sessões de tortura, se o detido/desaparecido sobrevivesse ao plano de tortura, este era colocado à disposição do “poder oficial”. Neste ínterin, se o detido/desaparecido alcançasse a condição de detido legalizado poderia almejar uma condição de liberdade, mesmo que condicionada a todo um itinerário de seqüestro/detenção/ tortura/ desapareçãoe, somente após isso, a de detenção legalizada.

O relato de Roberto Lujan Ameriso apresenta um elemento da prática de tortura que complementava a agressão física desvelada contra o detido/desaparecido. É a tortura psicológica, elemento complementar aos açoites e choques elétricos. Com ela os torturadores buscavam gerar a sensação de abandono no detido/desaparecido, ou até mesmo de que este teria uma morte lenta e dolorosa: “Não há como escapar”; “Você não vai sair vivo dessa”; “Ninguém pode te ajudar agora”. Em um tom muito mais polido, estas são algumas das frases comuns que aparecem nos relatos das pessoas que estiveram na condição de detido/desaparecido. Estas frases eram ditas nos momentos de seqüestro, ou, posteriormente, nas viagens de *traslados* e nas torturas já no interior de La Cacha.

O depoimento de Ana Maria Caracoche de Gatica complementa o testemunho dado por Roberto Amerisa. Ana Maria foi seqüestrada na mesma data, hora e local que Roberto e levada ao mesmo CCD de La Cacha. Ela se encontrava morando temporariamente na casa em que Roberto residía na “calle Asunción 252 de Berisso”³⁸¹. Segundo o testemunho entregue a

³⁸⁰ *Id.* p. 09-10.

³⁸¹ *Id.* p. 10.

CLAMOR por Ana Maria,

El día 19 de abril de 1977, aproximadamente a las 22 hs., un grupo de alrededor de 15 personas, todas fuertemente armadas y vestidas de civil se presentó en el domicilio de la calle Asunción 252 de Berisso, donde me encontraba viviendo transitoriamente junto a mi hijo, Felipe Martín Gatica Caracoche, de 4 meses de edad. Ingresaron a la casa y al tiempo que requisaban habitaciones y muebles un individuo me empujó contra una pared golpeándome brutalmente la cabeza y preguntándome por mi marido, que en ese momento no estaba. Ante la evidencia de que me llevarían y que me separarían de mi hijito, quise soltar mi brazo asegurado por ellos a mi espalda y me lo quebraron, perdiendo por unos momentos el sentido³⁸².

Ana Maria relata com detalhes a truculência trivial inerente às operações de seqüestro. No seu relato os seqüestradores foram mencionados: todos estavam vestidos de civis. Mais uma tática para não levantar suspeitas em relação ao ataque e garantir o sucesso da investida contra as vítimas/alvos. A Operação que envolveu o seqüestro de Ana Maria foi marcada pela desaparecimento de seu filho, a saber, Felipe Martin Gatica Caracoche que, à época, encontrava-se com a idade de 4 meses. A criança foi apropriada pela ditadura e, até a data de confecção do documento entregue a CLAMOR, durante seu exílio no Brasil, o filho de Ana Maria não havia sido encontrado. Sabe-se que a apropriação de crianças pela ditadura argentina foi uma prática recorrente. Os repressores falsificavam documentos de certidão de nascimento destas crianças e ficavam com sua tutela como pais legítimos. Uma prática criminosa muito difundida entre todos os quadros da repressão que depois de terminada a ditadura alegavam que estavam prestando um serviço ao país. Na ótica destes criminosos, a apropriação de crianças contemplava uma garantia de reabilitação para o futuro das mesmas. Esta alegação, infundada por certo, dizia respeito ao plano mais geral da ditadura no sentido de intervir na fratura da militância argentina, um mal que devia ser extirpado a todo custo.

Além de revelar mais uma faceta criminosa da repressão levada a cabo pela ditadura, Ana Maria continua o relato de seu seqüestro da seguinte forma,

Ya en la vereda me encapucharon y esposaron con el brazo quebrado, metiéndome en el baúl de un auto, haciendo lo mismo con Roberto Amerise. Después de viajar alrededor de 15 minutos los autos se detuvieron y por lo que se oía se estaría produciendo otro hecho similar, o sea el secuestro de personas. Iniciada nuevamente la marcha somos trasladados a “la Cacha” sitio clandestino de detención donde a poco de llegar soy torturada y bajo ese método interrogada, siempre sobre el paradero de mi marido. Recién el atardecer del día siguiente me llevaron al “sótano” del edificio principal

³⁸² *Id. Ibid.*

de la Cacha³⁸³.

Como podemos observar, a Operação de seqüestro de Ana Maria e Roberto Ameriso se estendeu de forma similar a outras pessoas que foram seqüestradas no mesmo dia. Uma logística da repressão para evitar qualquer tentativa de comunicação entre os alvos da investida. Os seqüestros em grupo, que por vezes envolviam um número de pessoas de diversas localidades de uma mesma região, cumpriram um papel fundamental do TDE. Garantia o sucesso dos operativos dentro de uma perspectiva de deslocamento rápido e eficaz. Por outro lado, garantia, também, que as pessoas/alvos dos seqüestros não tivessem qualquer possibilidade de identificar o caminho percorrido até o local de detenção.

O caso de Ana Maria chama a atenção pelo relato detalhado de sua trajetória nas mãos dos repressores. Como se encontrava ferida, com o braço quebrado por ocasião da violência utilizada durante seu seqüestro, Ana Maria foi trasladada até Banfield, outro CCD que atuou nas proximidades de Buenos Aires e que ficou conhecido com “El Pozo de Banfield”. Segundo Ana Maria,

El 23 de abril, cerca del mediodía soy trasladada en ambulancia, junto con otra compañera apodada Victoria y cuyo nombre es Cristina Marroco, que estaba embarazada de dos meses y que sufría una hemorragia; para que recibiéramos atención médica en un sitio que podía estar ubicado en Banfield. Es un edificio de tres pisos, con una rotonda con jardines, piso de cerámica roja y celdas distribuidas en dos alas y baño al fondo. Allí pasamos a la enfermería donde soy atendida por dos médicos que ordenan enyesarme, lo hacen tan deficiente que el cayo óseo tarda tres meses en formarse y el brazo queda inutilizado por seis meses, formándose un voluminoso sobrehueso³⁸⁴.

Nem todos os CCDs possuíam assistência médica *in loco*. Pelo relato de Ana Maria, o que existia para La Cacha ficava em uma outra localidade, provavelmente em Banfield. Nem mesmo podemos chamar de assistência médica o que houve no caso de Ana Maria. Após ter sido ferida na operação que envolveu seu seqüestro, e de ter seu filho apropriado pela ditadura, ela sofreu com a negligência completa de assistência médica para amenizar os efeitos físicos de sua detenção. O depoimento de Ana dá conta, ademais, da desconsideração completa da humanidade do detido/desaparecido. Esta condição era inerente ao plano de repressão levada a cabo em La Cacha. Trata-se de uma dimensão que se revelou indispensável para o plano da ditadura que desenvolveu o TDE como linha política.

O relato de Ana Maria se estende ao trato da ditadura com as mulheres presas nos CCDs. Ela continuou seu depoimento tratando desta questão, sempre lembrando da

³⁸³ *Id. Ibid.*

³⁸⁴ *Id.* p. 10-11.

companhia de Victoria,

Ambas fuimos ubicadas en una de las celdas del tercer piso. Había otras mujeres oriundas de La Plata y gran Buenos Aires y trasladadas de Córdoba. Se encontraba allí Manuela Santucho con sus dos cuñadas; otras mujeres que había dado a la luz pero solo una de ellas conservó su bebé. Adriana Calvo de Laborde tuvo una nena llamada Teresita y la conservó hasta su liberación³⁸⁵.

Manuela Santucho, citada por Ana Maria, era a irmã do líder do PRT/ERP Mario Santucho. Manuela possuía uma militância enquanto advogada de presos políticos e foi considerada desaparecida. No relato, a depoente também mencionou o encontro com outras mulheres que se encontravam na localidade. Uma delas estava com seu filho, enquanto a outra, que também havia dado a luz no CCD, não estava com seu filho que, provavelmente, foi apropriado pela ditadura. Embora o relato não traga maiores informações acerca do destino da outra criança quando da liberação de sua mãe, o que chama a atenção foi o fato de que muitas mulheres deram a luz enquanto se encontravam na condição de detida/desaparecida.

O itinerário de detenção/desaparição de Ana Maria continua na mesma perspectiva de denunciar a apropriação de seus filhos pela ditadura,

En los primeros días de mayo somos llevados nuevamente a La Cacha, donde me ubican primero en “la cueva” y luego en “el sótano”. Soy nuevamente interrogada en varias oportunidades, inclusive por militares de Bahía Blanca lugar donde viví por algún tiempo. Durante estos interrogatorios, que son grabados, pregunto por el paradero de mi hija María Eugenia Gatica Caracoche, desaparecida el 16 de marzo de 1977 en una casa de la calle 67 y 167 del barrio de Los Hornos, junto al matrimonio Abdala y su hijito Jose Sabino Abdala; igualmente por Felipe Martín, dejado en la casa de Amerise en el momento del secuestro. Se me responde que serán llevados a la casa de mi suegra en Mercedes, Pcia. de Buenos Aires, los niños nunca aparecieron³⁸⁶.

Os nomes das crianças mencionadas por Ana Maria eram, respectivamente, Maria Eugenia Gatica Caracoche, desaparecida em 16/03/1977, quando estava com a idade de 4 meses e, hoje, está com 32 anos; e, Jose Sabino de Abdala, desaparecido na mesma data de Maria Eugenia, entretanto, a depoente não menciona sua idade. Um destino comum para muitas mães que ainda hoje procuram seus filhos a partir das diversas organizações que lutam pela investigação e apuração do destino destas crianças. Dentre elas se destaca a iniciativa das *Madres e Abuelas da Plaza de Mayo*. Ao continuar o seu relato, Ana Maria menciona que foi trasladada mais uma vez antes de ser solta no dia 19 de maio de 1977.

³⁸⁵ *Id.* p. 11.

³⁸⁶ *Id.* *Ibid.*

O documento termina a série de depoimentos com Alberto Omar Diessler que foi seqüestrado na mesma data dos demais aqui citados. O mesmo operativo atuou no seqüestro dos depoentes relacionados no dia 19 de abril de 1977, entre 22 e 23 horas. As práticas relacionadas ao CCD de La Cacha, constantes no documento entregue no exílio a Clamor pelos depoentes relacionados anteriormente, foram semelhantes em todos os casos. O itinerário de traslados presente no relato dos depoentes permite perceber os diversos órgãos envolvidos com os Grupos de Tarefas que atuaram em conjunto na cidade de La Plata e no CCD de La Cacha. No conjunto das ações praticadas em La Cacha o responsável era, segundo o Relatório que finaliza o documento que traz os depoimentos mencionados: “Dependía su dirección del Ejército y la Marina, Regimiento 7 de Infantería Coronel Conde con asiento en la calle 19 y 51 de La Plata, y Batallón de Infantería de Marina nº 3 con asiento en la calle 22 y 50 de la ciudad de Ensenada”³⁸⁷. Entretanto, as atividades cotidianas no CCD de La Cacha envolveu oficiais ligados a Marinha, e ao Exército, além de policiais do Corpo de Serviço Penitenciário Provincial de Buenos Aires e pessoas ligadas ao Serviço de Informação do Estado (SIDE).

Os grupos de tarefas se dividiam da seguinte forma,

El grupo de Ejército era compuesto por un Mayor al comando, tres Tenientes, un Sargento, y un grupo de cuatro cabos.

El grupo de Marina contaba con dos Oficiales, y un grupo numeroso de Suboficiales identificados con el apodo común de “Carlitos”.

El grupo de Penitenciarios era comandado por un oficial de alta jerarquía (el “Oso Acuña”) y cuatro agentes penitenciarios.

El del SIDE, dirigido por un Capitán de Inteligencia, celebre torturador y asesino “el Francés”, era el grupo mas numeroso formado por agentes que vivían, en su mayoría, en la ciudad de La Plata.

Los encargados de la tortura e interrogatorios eran los oficiales de cada grupo y dos agentes del SIDE, “Pablo” y el “Criego”³⁸⁸.

Como podemos observar a divisão de tarefas no interior de La Cacha, a divisão das patentes dos membros da repressão envolvidos na prática arbitrária de tortura, guarda de Campo, sendo que os que eram encarregados de Guarda de Campo compunham as *Patotas* destinadas a realizar os seqüestros. Os agentes Penitenciários citados no documento, em sua maioria, foram remanejados para La Cacha a partir da prisão de Olmos. Esta prisão ficava a cerca de 300 metros do CCD de La Cacha. Segundo dados presente no apanhado geral acerca de La Cacha, presentes no documento entregue a Clamor pelos detidos/desaparecidos citados anteriormente: “La capacidad de la Cacha para abril de 1977 oscilaba entre 70 y 100 personas

³⁸⁷ *Id.* p. 21.

³⁸⁸ *Id.* p. 18.

pues reitero todavía estaban siendo removidos aparatos para aumentarla”³⁸⁹. De fato, o conjunto de La Cacha foi aumentado durante o desenvolvimento das atividades da repressão no edifício que foi resignificado a partir do golpe de março de 1976, sendo que, antes, tratava-se de uma rádio Provincial. Pode-se deduzir disso que o local foi escolhido devido as condições de isolamento acústico que, provavelmente, contava. Outro fator preponderante nesta relação da ocupação do edifício pode-se relacionar ao fato de que estava próximo de uma prisão, *La Carcel de Olmos*.

O documento traz uma relação de repressores que atuaram em La Cacha. Muitos estão relacionados pelo apelido que utilizavam. Uma forma de garantir o anonimato dos repressores e uma tática para que não fossem reconhecidos em algum tipo de apuração acerca da atuação do CCD. Da marinha, consta o nome de 2 oficiais: Daniel e Pituto, além de 7 sub-oficiais: el Buenos, el Enfermero, el Potro, el Cordobés, Puente roto, Misionero e Rubio. Do Exército provinham um Major, identificado pelo codinome de “El Cordobés” que atuou como chefe do grupo; 3 Tenentes, a saber, Inglês, Amarillo e Argentino, além de 6 Sub-oficiais: Raul (sargento), Pollo (cabo), Mostaza (cabo), Suave (cabo), Willy (cabo) e Gallego (cabo) que, segundo o documento, atuavam junto ao regimento 7 de infantaria. Do Serviço Penitenciário Provincial, o documento destacou a atuação de “El Oso” Acuña, encarregado da chefia do grupo porque se tratava de um Oficial Penitenciário de alta hierarquia, além de contar com a atuação de 4 agentes, são eles, respectivamente: Sabino, El Negro, El Negrito ou Dani e Pablito ou Hugo Eduardo. Do SIDE, Serviço de Inteligência foram arrolados os seguintes nomes: “El Francés”, um Capitão de Inteligência que chefiou o grupo em La Cacha e depois foi transferido para Ezeiza por se tratar de um torturador reconhecido pela eficiência nas sessões de tortura; e mais 10 agentes, Pablo, El Chino, Jota, Julio, Bocha, El Griego, Tarzan ou Mister X ou Elefante, Gustavo ou Marpla ou Fideo, El Santo ou Eduardo, Abadon El Exterminador que estuprou uma detida/desaparecida. Todos participaram diretamente na repressão levada a cabo em La Cacha. Entretanto, os torturadores eram 10, a saber; Daniel (Marinha), Pituto (Marinha), El Cordobés (Exército), Inglês (Exército), Argentino (Exército), Amarillo (Exército), El Francês (SIDE), El Griego (SIDE), Pablo (SIDE), além de El Oso Acuña (Serviço Penitenciário). Todos eles exerceram funções repressivas entre março e setembro de 1977.

3.2 A escola mecânica da armada argentina (ESMA): a escola do terror.

³⁸⁹ *Id.* p. 21.

A ESMA foi um dos CCDs mais conhecido durante o processo de ditadura na Argentina. Muitos relatos recolhidos pelas organizações ligadas a defesa do Direitos Humanos na Argentina fizeram um trabalho minucioso de coleta de depoimentos acerca dos feitos repressivos protagonizados na ESMA. Em específico, utilizamos os relatos de Jaime Dri, militante montonero que esteve na condição de detido/desaparecido na ESMA. Este relato, a exemplo dos referenciados anteriormente sobre La Cacha, encontram-se arquivados na *Asamblea Permanente por los Derechos Humanos da Argentina* (APDH). Este relatos perfazem o itinerário do quadrilátero seqüestro/detenção/tortura/desaparecimento.

Jaime Dri foi deputado pelo partido Justicialista, ligado ao peronismo, de 11 de março de 1973 até o golpe de Estado de março de 1976. Sua função enquanto legislador cessou no momento imediato ao golpe de 1976. Antes de se eleger deputado, Jaime Dri praticou intensa militância política na Universidade Nacional do Nordeste Argentino no ano de 1963. Na Universidade, ligou-se ao Movimento Social Cristão de tendência peronista. Depois, foi membro fundador da Juventude Peronista do Chaco. Em 1966 esteve no Chile para um curso de formação em Sociologia e Realidade Latino-americana. Ao regressar: “En los años 1971 y 1972 participo de las movilizaciones populares en la Provincia de Chaco contra la Dictadura del General Lanusse, integrando el cuerpo de Delegados y el Comité de huelga que condujeron aquellas movilizaciones”³⁹⁰. As mobilizações no Chaco argentino durante a Presidência de Lanusse envolveram um grande número de organizações políticas que se encontravam na clandestinidade e se configurou em uma oposição contra a ditadura que iniciou com o golpe de 1966. Ao comentar seu ingresso na organização política dos Montoneros, Jaime Dri relatou o seguinte: “En el año 1977 me integro al Consejo Superior del Movimiento Peronista Montonero en la Rama Política”³⁹¹. Por ocasião de integrar o órgão comentado, Jaime Dri participou de uma conferência de imprensa realizada pelo Conselho Superior do Movimento Peronista realizada em Montevideu em 22-11-1977.

Segundo Dri:

Regresando de Roma, donde el día 22-11-77 el Consejo Superior del Movimiento Peronista Montonero realiza una conferencia de prensa en la que participo y estando en Montevideo, Republica Oriental del Uruguay en oportunidad de viajar en compañía de Juan Alejandro Barri (Secretario Político del Partido Montonero) en la ruta que conduce a las playas, fuimos interceptados por personal de las Fuerzas Conjunta Uruguayas y al

³⁹⁰ Depoimento de Jaime Dri enviado ao Comissário de Refugiados e da Divisão de Direitos Humanos das Nações Unidas com sede em Genebra. Paris, 18-09-1978. p. 1.

³⁹¹ *Id. Ibid.*

ser chocado nuestro vehículo vacó e inmediatamente abrieron fuego con armas de distintos calibres, donde muere el compañero Barri y yo quedo herido en ambas piernas³⁹².

Jaime Dri foi detido no Uruguai³⁹³ em uma Operação das Forças Conjuntas Uruguaias. A operação foi realizada na rodovia e acabou com a morte de Juan Alejandro Barri, destacado líder dos Montoneros. Dri, por sua vez, sobreviveu com ferimentos a bala nas duas pernas. Após a interceptação do carro em que se encontravam Dri e Barri, produziu-se o seqüestro de Dri, cidadão argentino preso em solo Uruguai. Dri relatou o seu seqüestro da seguinte forma,

Inmediatamente fui esposado con las manos atrás, vendando los ojos y “encapuchado”, brutalmente golpeado y tirado sobre un auto que al cabo de andar varios minutos me introdujeron en los sótanos de una casa. Allí fui desvestido, quedando totalmente desnudo, dejándome esposado y atados los pies. Enseguida vino alguien a ver las heridas y dijo: “Perdió mucho sangre, pero está en condiciones, pueden darle no más”³⁹⁴.

Neste momento, Dri fez menção ao exame sob o qual foi submetido porque, justamente neste momento, houve um parecer favorável quanto a possibilidade de agüentar uma sessão de tortura. Neste sentido, Dri, ao que indicava a condição em que se encontrava, foi considerado peça chave de interrogatório e, por isso, ele não foi exterminado imediatamente. Frisa-se que se tratou de uma operação conjunta levada a cabo pela repressão uruguia. Entretanto, a ação não se deu sem o aval das Forças Armadas Argentinas, portanto, a detenção de Dri pode ser considerada um caso clássico do *Plan Condor*. A colaboração argentina é revelada no relato de tortura de Dri.

En esos momentos escuché que hablaban por radio en Ingles y también escuchaba gritos de dolor que supongo era alguien a quien estaban torturando. Casi en seguida empiezan a torturarme y que continúa por vario días. La ejecutan conjuntamente personal de las Fuerzas Armadas Uruguayas y oficiales de la Marina Argentina³⁹⁵.

Fica claro que Dri foi mantido durante alguns dias sob tortura, em um paradeiro utilizado pela repressão uruguia para interrogatórios baseados em sessões de torturas. Ainda que o documento não traga maiores informações a respeito, o indício apresentado pela

³⁹² *Id. Ibid.*

³⁹³ Segundo o depoente: “El lugar donde estuve detenido en Uruguay debe estar ubicado cerca el Aeropuerto Internacional de Carrasco porque constantemente escuchaba decolar y aterrizar aviones. También escuche el pasaje de vehículos a mucha velocidad, de manera que no estaba lejos de una ruta. Estando ya en la marina me entero que el lugar dónde estuve en Uruguay era una casa vieja, como un viejo Castillo. También allí me entero quienes me hablaron por primera vez en Uruguay eran: “Maco”, un coronel retirado do Ejército de apellido: Coronel; “Mariano” oficial de marina con grado de Teniente: ambos cumplian las funciones de oficiales de Inteligencia e Interrogadores. Un tercero era “Fragote”, “Augustín” o “Arturo”, del Servicio Penitenciario Nacional”. (*Id.* p. 3).

³⁹⁴ *Id.* p. 1.

³⁹⁵ *Id. Ibid.*

descrição oferecida por Dri em seu relato, é claro quanto à participação de Oficiais da Marinha Argentina. Nesse sentido, a descrição das práticas de tortura sofridas por Dri são semelhantes aos já trabalhados no item anterior,

Segundo Dri:

La tortura consistía en forma sistemática en “el submarino” (con capucha puesta en la cabeza me sumergían en una tina de agua). Casi ahogado, me tiraban al suelo y allí golpeaban con palos y con puños y al mismo tiempo aplicaban “la maquina” (descargas eléctricas). Luego “la colgada” que consiste en atar una soga a las manos que siempre tenía esposadas a las espaldas y con una polea tiraban de la soga hasta que apenas toque al suelo con la punta de los pies, y en esa posición aplicaban descargas eléctricas en dos partes distintas al mismo tiempo y en todo el cuerpo, incluido en las heridas, la boca y los órganos genitales³⁹⁶.

Um método de tortura bastante semelhante ao utilizado pela repressão francesa na Argélia no período da descolonização. Uma evidência a mais do método de tortura relatado por Dri, dá conta de que: “Cuando ya no podía gritar, intervenía alguien, que parecía médico porque hacía suspender y metía la mano en la boca, sacándome la lengua que se iba hacia adentro y ordenaba que continuaran”³⁹⁷. A intromissão do médico na sala de tortura ocorria no momento em que os torturadores exerciam sessões de choques e golpes contra o torturado. O médico examinava o torturado como garantia de que a sessão pudesse avançar. Uma garantia de que o torturado não viria a óbito naquele momento.

Não há precisão quanto ao número de torturadores na sessão em que Jaime Dri foi submetido a torturas no Uruguai. Entretanto, Dri afirmou que:

La idea que tengo es que la tortura la ejercían entre cinco o seis personas: porque uno me gritaba “aquí te vamos a tratar como mandan los derechos humanos”, dos aplicaban la “picana”, otros me golpeaban, otro hechaba agua al cuerpo y al piso. La sed pasa a ser un elemento de gran tormento³⁹⁸.

Os elementos de tortura psicológica se mesclavam ao de tortura física. A água mencionada por Jaime Dri, servia como condutora das descargas elétricas. A sede visceral sentida por Jaime é parte dos efeitos do choque sobre o corpo do torturado. Depois das sessões de tortura, o indivíduo tinha que passar algumas horas sem ingerir água. Isto acontecia porque a ingestão de água, após sessões de choque prolongadas, fatalmente resultaria na morte imediata do torturado. Os repressores envolvidos na tortura de Jaime tinham planos de longo prazo: “Allí esos señores me manifiestan que eran argentinos y que ‘mañana te vamos a

³⁹⁶ *Id. Ibid.*

³⁹⁷ *Id. Ibid.*

³⁹⁸ *Id. p. 2.*

llevar a Argentina”³⁹⁹. O depoente relatou que havia perdido a noção de tempo. Não sabia se era dia ou noite. A operação conjunta entre repressores uruguaios e argentinos foi finalizada com o traslado de Jaime à Argentina.

Ao sair do centro de tortura/detenção, Jaime foi encaminhado a um automóvel e depois de alguns minutos de viagem lhe mandam descer. O depoente encontrava-se encapuzado e houve um aviso: “Me bajan rápido y inmediatamente me dicen : ‘cuidado las escalerillas’, era para subir en un avión”⁴⁰⁰. Isto aumentou o temor de Dri. Em 1977 já se conhecia os “Vuelos de la muerte” que consistiam, basicamente, em traslados de detidos/desaparecidos que sobrevoavam o Rio de La Plata e arremessavam os detidos/desaparecidos. Algumas vezes, se amarrava um bloco de concreto nos pés dos detidos/desaparecidos para que os corpos não ficassem boiando, a vista. Trata-se de mais um artifício utilizado pela repressão para sumir em definitivo com os elementos considerados “inconvenientes”. Algumas pessoas eram dopadas antes de serem arremessadas e outras já se encontravam mortas por não resistirem aos maus tratos recebidos nos CCDs ou em sessões de tortura. Segundo relata o depoente, no avião chegou a trocar algumas palavras com os repressores. Jaime lhes pedia água e não foi atendido. “Ante la negativa les dije: ‘No importa, en el Rio de La Plata voy a tomar mucha’”⁴⁰¹.

Àquela altura dos acontecimentos, Jaime já se dava conta de que estava em poder da Marinha argentina. Segundo Jaime Dri,

Luego de volar bastante tiempo escucho que el receptor de la radio transmitía que no se daba entrada y desde el avión insisten que se le entrada porque se trataba de un operativo militar y solicitó poder dirigirse a la zona de la Armada. Allí se lo me doy cuenta que estaba en poder de la marina⁴⁰².

Ao chegar a ESMA, o depoente conseguiu identificar o algoz que havia participado do operativo que resultou na sua detenção e na morte de Juan Alejandro Barri. Trata-se de Jorge Acosta, conhecido pelos apelidos de “Tigre”, “Santiago” ou “Aníbal”. Acosta respondia a patente de Capitão de Navio junto a Marinha Argentina. Ficou muito conhecido entre os detidos/desaparecidos que estiveram na ESMA. Segundo o relato de Dri, Acosta chefiou o conhecido Grupo de Tarefas (GT) 3.3.2. O grupo atuou na ESMA durante o período em que funcionou como CCD.

Já no interior da ESMA, Jaime Dri relata como funcionavam as repartições segundo a

³⁹⁹ *Id. Ibid.*

⁴⁰⁰ *Id. Ibid.*

⁴⁰¹ *Id. p. 2.*

⁴⁰² *Id. p. 3.*

função que exerciam os torturadores. Ademais, o depoente identificou entre os oficiais Fortunato Galtieri.

El día 24 de diciembre a la noche me trasladan al tercer piso donde permanecía el grueso de los secuestrados que a ese lugar se lo llama “capucha” porque todos allí están tirados sobre un colchón, cada uno separado por un tabique de madera y con la capucha o los “anteojitos” puestos para que no vean y los “grillotes”.

El tercer piso es dos aguas y las cabriadas del techo quedan muy cerca de las cabezas de los secuestrados. Por sobre las cabezadas caminan roedores en enormes cantidades.

A las doce de la noche nos permitieron sacarnos las capuchas y saludarnos por ser noche buena y allí pude saludar a Esther Norma Arrosito y a Horacio Maggio entre otros.

El día 25 de diciembre fui devuelto a la sala 14 y el día 27 de diciembre fui sacado de la ESMA y trasladado por personal militar del Ejército. Allí soy depositado en una casa quinta de Funes donde permanezco detenido junto con otros secuestrados y entre ellos con Tulio Valenzuela que en el mes de enero se escapa. Allí fui interrogado, agredido y amenazado de muerte por el General Jáuregui y también conocí al General Fortunato Galtieri⁴⁰³.

Além de contar com CCDs que, em sua maioria, tratavam-se de locais construídos para os mais diversos fins que não os de Centro de Detenção, a repressão possuía locais de apoio complementar. Trata-se das *Casas Operativas*. Estas casas foram utilizadas para manter aprisionados os seqüestrados quando algum evento envolvia averiguação de órgãos ligados aos Direitos Humanos que, como vimos, passou a configurar uma rede de solidariedade com as famílias de detidos/desaparecidos a partir de 1978, ou, até mesmo quando a lotação dos CCDs não suportavam o ingresso de novos detidos/desaparecidos. Neste sentido, a título de amostragem, Jaime Dri relatou: “En los primeros días del mes de abril en un operativo ‘limpieza’ de la ESMA con motivos del mundial del Fútbol se llevó a un periodista (se dijo que era Inglés) para mostrarle las instalaciones y constatar que era ‘todo mentira lo que se decía de la ESMA’”⁴⁰⁴. No depoimento de Jaime Dri aparecem referências a pelo menos três locais diferentes, sendo que dois deles se encontravam na cidade de Rosário. Uma dessas locações na cidade de Rosário, segundo Jaime Dri, tratava-se de uma escola. Estes locais correspondiam ao codinome *Chupaderos*. Eram assim denominados porque era onde se encontrava o pessoal seqüestrado ou *chupado*.

Jaime Dri relatou que Túlio Valenzuela, pessoa com quem compartilhou a detenção, conseguiu escapar dos repressores. Com a fuga de Valenzuela, cai o *chupadero* que estavam abrigados os detidos/desaparecidos antes de ingressar em outro local de detenção. Este local

⁴⁰³ *Id. Ibid.*

⁴⁰⁴ *Id. p. 5.*

foi descrito por Jaime Dri da seguinte forma.

Cuando se fuga Túlío Valenzuela y queda descubierto “el chupadero” (en términos chupadero viene del lugar donde están los “chupados” que es sinónimo de secuestrado) de Funes fuimos trasladados en la noche de viernes 18-1-78 a otra casa que como teníamos los ojos vedados no veía pero me daba cuenta que se trataba de una habitación muy grande. Con el paso de los días pude darme cuenta que se trataba de un aula de una escuela y por la pequeña mirilla de una ventana a través del vidrio vi que se trataba de la escuela que está ubicada en calle 3 de febrero y Avda. Ovidio Lagos de la Ciudad de Rosario⁴⁰⁵.

Segundo Dri, a descoberta da casa operativa de apoio, em que se encontravam os detidos/desaparecidos antes da mudança ocorrida no dia 18-1-1978, foi levada a cabo pela população local o que redundou na mudança dos detidos/desaparecidos para outra casa operativa de apoio. No ano de 1978 já era notório que a repressão se acirrava com prisões efetuadas de forma arbitrária. Por parte da sociedade argentina, a repressão aparecia sob diversas facetas e seus muitos grilhões que se estendiam a locais comuns. A pressão ao governo de Videla em torno da questão das violações aos Direitos Humanos foi um ingrediente essencial para a crise da ditadura.

Os organismos de Direitos Humanos exerciam uma ação local, no interior do país, mas, que se pautou em denúncias efetuadas no exterior e que se refletiu nas tentativas frustradas de Videla em conseguir apoio internacional para o governo da ditadura. A partir de 1978, houve uma reconfiguração na atuação dos órgãos de repressão que passaram a se utilizar de artifícios mais ou menos sistematizados a partir dos traslados de detidos/desaparecidos. A base material do regime, sustentada nos elementos de coerção física e psicológica aplicados no interior dos CCDs, e, estendidos à sociedade argentina no plano mais geral, ruía. A partir de 1978 a sociedade civil, organizada a partir dos organismos ligados ao Direitos Humanos, ainda que não exclusivamente, passou a atuar como mola propulsora da crise do regime. Como elemento para tentar garantir a ordem do regime, e não se pensava em outra possibilidade de mantê-la no plano interno senão a partir dos mecanismos do TDE planejado, as mudanças constantes dos locais de detenção cumpriram um papel fundamental na ampliação dos efeitos retroativos que se demonstravam no acúmulo da atividade repressiva direcionado a abranger a sociedade como um todo.

Neste sentido, pode-se perceber que alguns elementos da crise de hegemonia da ditadura argentina se manifestaram, por exemplo, no plano de internacionalização da repressão. Este plano de internacionalização da repressão seguiu o rumo do *Condor*. A ligação

⁴⁰⁵ *Id.* p. 4.

entre militares argentinos e brasileiros foi um indício bastante claro desta tentativa de escape da ditadura. Este elemento de discussão apareceu no depoimento de Dri quando ele passou a relatar os motivos de mais um traslado por ocasião da descoberta de mais uma casa operativa de apoio que se denominava Intermédia, no jargão dos detidos/desaparecidos.

Segundo Jaime Dri:

Estando en la Intermedia pude enterarme de la colaboración directa de las autoridades brasileñas en el secuestro de argentinos refugiados en territorio brasileño. Pude ver una carpeta con documentos y fotos facilitadas por autoridades militares brasileñas a personal militar del II Cuerpo de Ejército con asiento en la ciudad de Rosario. Asimismo pude enterarme que el Ejército Argentino había logrado el acuerdo con Brasil y que consistía en el Grupo de Tarea de Rosario, se trasladaría en Rio de Janeiro para operar sobre exiliados argentinos. A tal fin militares brasileños facilitarían esta maniobra aportando casas operativas, protección militar y legal a las fuerzas argentinas que fueron a operar; como así datos de inteligencia que ellos pudieron aportar⁴⁰⁶.

A colaboração entre as ditaduras de Segurança Nacional com o traço marcante do TDE, foi um elemento que corrobora a afirmação de que existiu uma tentativa de realinhar as estruturas repressivas destes regimes entre o fim dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. Aproveitavam-se da experiência que levaram a cabo ainda na primeira metade dos anos de 1970. Como já observamos anteriormente, não foi somente o governo de Videla que estabeleceu relações, em termos de repressão, com os países que se encontravam sob o regime de ditaduras de Segurança Nacional. À época do III governo peronista, a Triplo A já participava de operações destinadas a exterminar argentinos fora do país. A ditadura deflagrada com o golpe de março de 1976 apropriou-se de uma estrutura que se encontrava em plena vigência quanto a política de TDE.

No trecho a seguir, percebe-se o fluxo diário de detidos/desaparecidos que circularam no interior da ESMA. Chama a atenção também, a forma como cada detido era numerado exatamente para que os repressores pudessem relacionar cada um ao motivo de sua detenção. O que quebra com a idéia de que o processo repressivo da ditadura argentina se tratou de uma insanidade de seus artífices. A repressão possuía um propósito claro. As manifestações de tortura, seqüestro, intimidação são mecanismos que evidenciam a planificação do TDE enquanto modalidade de política repressiva.

Segundo Dri,

Que ha llegado algunos momentos en que había hasta 700 personas secuestradas. Yo tenía el numero 049 que para el tratamiento interno cada

⁴⁰⁶ *Id. Ibid.*

secuestrado era un caso. Ej. Yo era el caso 049. A los casos siempre se los numeraba del 0 al 1000. De testimonios de otros secuestrados la numeración que me correspondía era de la cuarta o quinta serie del 0 al 1000. En épocas en que eran masivos los secuestros los pasillos del sótano estaban llenos de personas tirados en el suelo, una al lado de otras. Como método de tortura colectiva se les pasaba por arriba con motos, previo haber sido torturados individualmente. El personal auxiliar en todo este tipo de represión, es personal de grados de suboficial, llamados allí como “los verdes” (porque andan con el uniforme de fajina color verde oliva), eran los encargados de darles mal trato a los prisioneros durante todo el día⁴⁰⁷.

Os dados fornecidos por Jaime Dri em depoimento dão conta de que durante os anos de 1976-1977, na mesma data em que se efetivou as detenções do maior número de pessoas que mantém o ritmo até 1978, chegam a ser levadas na condição de detida/desaparecida cerca de 60 e 70 pessoas por dia. A ESMA foi um dos maiores, senão o maior, CCD da Argentina. Por ela passaram, inclusive, pessoas de outras nacionalidades. Ainda que o testemunho de Jaime Dri não traga tal evidência neste sentido, sabe-se que a ESMA foi local de detenção de muitos estrangeiros presos na Argentina.

Ainda acerca dos traslados, Jaime Dri faz comparação com os campos de extermínios de judeus. Ao mencionar os “vuelos de la muerte” o depoente retrata o que pare ele se assemelhava a um campo de extermínio. Em seu depoimento de Jaime Dri revelou, ademais, o clima de tensão permanente que este tipo de operação ocasionava nos detidos/desaparecidos da ESMA. Tanto para os que se despediam, porque traslado na ESMA era sinônimo de morte como advertiu o próprio Jaime, quanto nos que ficavam. Para estes, restava a angústia de mais alguns dias de vida uma vez que os traslados tinham dia marcado

Había días fijos de “traslados” a igual que en los campos de concentración nazis. En general eran los días miércoles en que se hacían los traslados. Un secuestrado me ha narrado del doloroso cuadro que se vivía en estos días: Todos en fila; donde cada uno de ellos se expresaba de distinta manera: Algunos lloraban, otros rezaban, otros permanecían mudos. Luego todos eran inyectados con drogas que por lo menos los dejaban inconcientes o se morían, no se sabe bien qué efecto les producían. En esa misma oportunidad era intenso el movimiento de helicópteros. Todos los elementos que habrían indican que eran arrojados al mar. También se supone que en las calderas de las propias instalaciones de la Escuela Mecánica de la Armada⁴⁰⁸.

Por sorte, Jaime Dri conseguiu escapar da repressão e da ESMA no dia 19-07-1978. Uma rara exceção se levarmos em conta o fluxo de pessoas que estiveram detidas na ESMA. Ainda que não seja possível precisar quantas foram os detidos/desaparecidos que se

⁴⁰⁷ *Id.* p. 5.

⁴⁰⁸ *Id.* *Ibid.*

encontraram na ESMA, sabe-se que a cifra supera os 3.000. Ainda sobre o relato de Jaime Dri, ele indicou que o grupo de tarefas que atuou na ESMA, GT 3.3.2, teria atuado na Bolívia por ocasião das eleições no ano de 1978. Segundo Dri: “En el mes de mayo desde la ESMA se envía personal a Bolivia para apoyar la campaña electoral del candidato oficialista Pereda”⁴⁰⁹. Os Grupos de Tarefa da ESMA, segundo o depoente, atuaram em sua máxima capacidade até o início do ano de 1978. Ele participou de um último traslado com os repressores por ocasião de uma operação de fronteira propiciada pelas forças armadas argentinas em conjunto com as forças armadas da Bolívia, Paraguai, Uruguai e Brasil. Esta operação, segundo Jaime, aproveitou-se do desenlace do campeonato mundial de futebol profissional realizado na Argentina. Com a justificativa de propiciar maior segurança aos países envolvidos, o GT 3.3.2 aproveitou para realizar novos seqüestros ainda que em um número bastante reduzido. Neste momento, quando já se encontrava no porto de fronteira com o Paraguai, ao se aproveitar de um descuido dos encarregados pela vigilância, Jaime Dri pede a um guarda para passar ao outro lado para comprar cigarros importados. Neste momento, Jaime Dri consegue fugir e reaparece em Paris já no mês de setembro de 1978. No dia 18 de setembro de 1978, Jaime prestou o depoimento que utilizamos como fonte.

3.3 Terror na fábrica: o caso de Acindar, Astarsa, Dálmine Siderca, Ford, Ledesma e Mercedes Benz.

A discussão aqui apresentada utiliza como fonte um *informe da CTA* que veio a público no ano de 2006 sob o título de *Complicidad Patronal-Militar en la Última Dictadura Argentina*⁴¹⁰. Para subsidiar a discussão cabe utilizar alguns depoimentos e discussões apresentados no relatório *Nunca Mais*, da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina (CONADEP), considerado como fonte e indicação de discussão acerca do Terrorismo de Estado. A Comissão foi presidida pelo escritor Ernesto Sábato e procurou reunir diversos depoimentos acerca dos delitos de lesa-humanidade praticados durante a ditadura civil-militar de 1976-1983, sob o auspício da direita. A Comissão foi convocada em 1984, ano em que a redemocratização argentina teve espaço, na qual Raúl Alfonsín venceu a eleição presidencial, e o processo de abertura foi resultado da participação popular. Segundo as informações constantes no Prefácio do relatório: “A nossa Comissão não foi instalada para julgar, pois isso é incumbência dos juízes constitucionais, e sim para indagar sob a sorte dos

⁴⁰⁹ *Id.* p. 6.

⁴¹⁰ BASUALDO, *Op. cit.*

desaparecidos no decorrer destes anos infelizes da vida nacional”⁴¹¹. Neste sentido, a Comissão rompia o silêncio deixado para trás pela ditadura que matou o maior número de pessoas no país, além de ter utilizado um aparato clandestino como suporte material para suas investidas contra grupos opositores da sociedade civil. Como vimos, com a ação repressiva inerente às aspirações do Golpe, houve o fechamento de todas as instâncias legais da Justiça Suprema da Argentina. Com este processo foi banido o direito a um julgamento justo e/ou legal aos envolvidos/alvos da repressão.

Por outro lado, no documento tecido pela CTA vemos a clara preocupação para com a memória e a denúncia dos delitos. Segundo seus autores, a publicação busca romper a cortina de silêncio existente em torno do tema que cerca a cumplicidade patronal durante a ditadura civil-militar: “la complicidad entre las grandes empresas y las fuerzas armadas”⁴¹². A temática, entretanto, não é de toda inédita. Segundo o texto produzido por Victoria Basualdo, ainda que as denúncias a respeito da cumplicidade entre as grandes empresas e os órgão de segurança da última ditadura fossem temas recorrentes: “no ha sido reunida en un solo trabajo, ni sus implicancias han sido suficientemente analizadas”⁴¹³. Trata-se, portanto, de um tema aberto referente ao tempo presente, à história do nosso tempo escrita com suas preocupações e inquietações que buscam respostas na análise do passado. Como indica Eric Hobsbawm,

O grande Theodor Mommsen escrevia sobre o Império Romano como um liberal alemão da safra de 48 refletia também sobre o novo Império alemão. Por trás de Júlio César, discernimos a sombra de Bismarck. O mesmo ainda é mais claramente verdadeiro em relação a Ronald Syme. Atrás de *seu* César está a sombra dos ditadores fascistas⁴¹⁴.

Segundo o autor, demarcar as diferentes interpretações acerca da escrita da história entre diferentes gerações, é reconhecer que o papel fundamental do jovem historiador que se atreve a aventurar-se por entre marcos estabelecidos em seu próprio tempo, diz respeito a limitações ou possíveis isenções relacionadas ao passado. Diferentemente do que encontramos entre as preocupações que norteavam as pesquisas acerca da Antiguidade Clássica, o trabalho de interpretação realizado por diferentes gerações é caracterizado pelo sentido que o presente possui na análise de determinados eventos históricos. Estes podem se estabelecer diante de marcos mais ou menos fundamentados para uma geração: “As discussões sobre alternativas contra-factuais não podem ser resolvidas por evidência, já que a evidência diz respeito ao que

⁴¹¹ CONADEP. *Op. cit.* p.1.

⁴¹² BASUALDO. *Op. cit.* p. 02.

⁴¹³ *Id. Ibid.*

⁴¹⁴ HOBBSAWM, Eric. O presente como história. In: HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 243.

aconteceu, e situações hipotéticas não aconteceram. Essas pertencem à política ou à ideologia, e não a história”⁴¹⁵. Há um sentido imediato relacionado ao processo de contestação histórico-historiográfico do passado que, como indicou Hobsbawm, não possui legitimidade e apresenta-se como oportunismo. Se a história do tempo presente é, como a entendemos um exercício intelectual que leva em consideração que “o pior pecado dos historiadores é o anacronismo”⁴¹⁶, não se pode relacionar os juízos fomentados no presente com as ações efetivas levadas a cabo no passado. Entretanto, as considerações sobre tal passado não é um todo estático e imóvel e, portanto, um processo ainda em curso.

Isto é evidência forte se relacionada ao processo de Terrorismo de Estado ocorrido na Argentina. O fim dos trinta anos gloriosos de recuperação das economias capitalistas, processo marcado pela imprevisível prosperidade que marcou o processo de reconstrução dos países envolvidos com e no pós II Guerra, e que, como vimos, demarcou um processo específico na Argentina com a ascensão e afirmação do peronismo, o terrorismo foi marcado pelo golpe de Estado de 1976 que instituiu a política do Terror de Estado. Ainda que, nesse sentido, pode-se dizer que estamos munidos da arma mais eficiente para a análise do passado, a “retrovisão”⁴¹⁷, os eventos posteriores ao golpe não demarcam grandes novidades no que diz respeito à repressão aos setores da classe trabalhadora organizada. Entretanto, o sentido de tal repressão demarca a passagem de um modelo de acumulação e recuperação de capital, baseado na substituição de importações, a outro nucleado na *pátria financeira*.

Por este viés, e não por outro qualquer, compreende-se a preocupação levantada pela CTA. A cumplicidade entre as grandes empresas e as forças armadas é um processo explicativo das dimensões que o projeto de refundação da sociedade argentina, mediada pelo Terrorismo de Estado, perpassou os limites comuns da ação política pois foi ampliado de forma contundente aos setores combativos contra o operariado de modo a contar com Centros Clandestinos de Detenção (CCDs) em vilas operárias. Todos os casos tratados aqui contaram com tal estruturação do Terror. Correspondiam, fundamentalmente, ao projeto político-econômico-ideológico estabelecido pela coordenação militar, ainda que não exclusivamente. Neles se considera que a atuação civil-empresarial foi preponderante e se trata de um processo que merece aprofundamento. Para tanto, segue a indicação para a discussão encaminhada pela bibliografia que trata do tema, bem como da análise do documento em seus casos específicos.

O estaleiro da Astarsa era a confluência dos investimentos da Sociedade Importadora da Patagônia, de propriedade da família Braun Menéndez e Etrabou e Cia. Pelos dados

⁴¹⁵ *Id.* p. 247.

⁴¹⁶ *Id.* p. 248.

⁴¹⁷ *Id.* p. 249.

fornecidos pelo historiador Frederico Lorenz⁴¹⁸, Victoria Basualdo esclarece que: “De acuerdo con las estimaciones disponibles, la empresa empleaba a mediados de la década del 70 alrededor de 1.500 obreros de los cuales aproximadamente 800 eran trabajadores metalúrgicos, y 700 eran navales”⁴¹⁹. Uma empresa do ramo naval com trabalhadores qualificados para as funções de metalurgia e conserto de navios, do que se pode presumir, a partir da atividade inerente ao funcionamento da empresa, que, boa parte de sua demanda era proveniente do próprio Estado. Uma conjunção de fatores que levou à organização dos trabalhadores por meio de reivindicações que buscavam garantir a melhoria nas condições de trabalho, a exemplo dos momentos antecessores.

As condições de trabalho existentes no estaleiro de Astarsa, segundo o documento da CTA, eram agravadas pelo cansaço de seus trabalhadores provocado pela jornada de trabalho desgastante e as péssimas condições de salubridade. Ao recuperar o sentido combativo das reivindicações sindicais como elemento essencial para a resistência dos trabalhadores, no caso de Astarsa, Victoria Basualdo esclareceu que: “Entre 1971 y 1973, un grupo de trabajadores jóvenes que ingresaron a trabajar en la planta comenzaron a cuestionar las condiciones sumamente precarias de trabajo y la deficiente representación sindical que ofrecía el Sindicato de Obreros de la Industria Naval (SOIN)”⁴²⁰. Estes trabalhadores, ao se reorganizar, construíram uma alternativa ao movimento sindical existente em Astarsa. Concorreram ao pleito de representação sindical no interior da empresa em 1972 sob a denominação de *Lista Marrom*⁴²¹.

A reação da empresa foi imediata e vários integrantes da Lista Marrom foram despedidos como medida de contenção ao movimento sindical. Sucederam vários acidentes de trabalho que demonstraram a negligência empresarial para com as condições de trabalho na empresa ocasionando a morte de vários trabalhadores durante o fim do ano de 1972 e começo de 1973. Em parte, os trabalhadores que testemunharam os acontecimentos denunciaram os acidentes que, segundo Victoria Basualdo: “que no eran tales, sino que estaban explicados por las deficientes condiciones de trabajo y la ausencia total de asistencia médica adecuada”⁴²².

⁴¹⁸ Apud. BASUALDO. *Op. cit.* p. 5. Cabe destacar que além da fonte bibliográfica disponível, a autora recorre ao acervo oral do *Memória Abierta* acerca dos relatos sobre a repressão em Astarsa.

⁴¹⁹ *Id. Ibid.*

⁴²⁰ *Id.* p. 04.

⁴²¹ *Id. Ibid.* A Lista Marrom surgiu com a recuperação da militância de cunho classista que se opôs ao sindicalismo situacionista. Suas reivindicações rompiam com os situacionistas na medida em que ofereciam uma alternativa interessada em romper com as negociações que não atendiam ao conjunto da classe. Foi a partir da criação do grupo que encabeçava a Lista que houve uma aproximação com os movimentos de esquerda que já existiam naquele contexto como o PRT-ERP e o Peronismo Revolucionário. A Lista Marrom surgiu durante o início dos anos de 1970.

⁴²² *Id. Ibid.*

Em 1973, houve uma série de mobilizações que, não por acaso, coincidiram com a vitória de Cámpora nas eleições que demarcaram a bancarrota do *Onganiato*. Ainda no ano de 1973, mais especificamente no mês de maio, a fábrica foi ocupada pelos trabalhadores em uma ação deslegitimada pelo empresariado que compunha o alto escalão da fábrica e que correspondia diretamente aos interesses dos donos da empresa. A tomada da fábrica pelos trabalhadores da empresa foi possibilitada pela reativação do sindicalismo combativo que respondeu à conjuntura favorável apoiada na redemocratização de 1973. Como vimos, a redemocratização possibilitou o retorno do peronismo ao cenário da política formal argentina, que, para Juan Carlos Torre: “Perón regresó a la Argentina después de 18 años de exilio y derrotó la tentativa de undécima hora ensayada por el general Lanusse con vistas a una salida negociada para el régimen militar instaurado en 1966”⁴²³. Ainda que, como vimos o retorno de Perón não contemplou a reivindicação da esquerda peronista e, sim, alinhou-se aos interesses da direita peronista. Esta tendência foi o que fundamentou a guinada repressiva no interior das fábricas.

O afastamento de alguns membros da Lista Marrom não impediu que entre os anos de 1973-1975 seus integrantes continuassem a almejar a representação definitiva no ramo sindical da empresa. Segundo Basualdo, entre estes anos, os integrantes da Lista Marrom conseguiram avanços efetivos na mobilização dos trabalhadores: “entre los que se destacó la creación de la Comisión Obrera de Higiene y Seguridad, relacionada con el Instituto de Medicina del Trabajo y con la Universidad Tecnológica Nacional”⁴²⁴. Por outro lado, durante as ações direcionadas à reivindicação por melhores condições de trabalho, e, por conseqüência, como condição de sobrevivência não só da militância sindical combativa, mas, de forma geral, ligada à existência física dos trabalhadores, os membros da Lista Marrom estabeleceram vínculos com trabalhadores de outras fábricas da zona norte do grande cinturão industrial de Buenos Aires.

Como resultado de sus acciones, y de su afiliación a la JTP (Juventud Trabajadora Peronista), en 1975 varios de los militantes fueron secuestrados por grupos paramilitares y fueron torturados, aunque la intensa movilización de trabajadores de la fábrica de Tigre y vecinos logró su liberación. En enero de 1976 continuaran los secuestros, y en febrero tres militantes aparecieron muertos, totalmente desfigurados⁴²⁵.

Como vimos a repressão desatada abertamente na fábrica da Astarsa antecedeu o golpe

⁴²³ TORRE, J. C. *El Movimiento Obrero y el Ultimo Gobierno Peronista*. In: *Crítica y Utopía* nº6. p. 01.

⁴²⁴ *Id.* p. 05.

⁴²⁵ *Id. Ibid.*

civil-militar de 1976 e esteve ligado a ação da Triplo A. A intensificação do aparato repressivo sobre os trabalhadores de Astarsa foi a resposta sistemática do Terrorismo de Estado contra as mobilizações dos trabalhadores, uma medida que o *Onganiatto* não foi capaz de por em prática. Objetivava, em grande medida, a repolitização dos quadros do movimento sindical e a erradicação dos trabalhadores combativos. A situação de repressão generalizada se intensificou com o golpe.

El día del golpe militar, el 24 de Marzo de 1976, fuerzas del ejército al mando del teniente coronel Molinari, quien se desempeñaba en la Escuela de Ingenieros de Campo de Mayo, acordaron la entrada a Astarsa, Mestrina y Fuerte, con tanques de guerra, carros de asalto y helicópteros en un operativo que se extendió hasta el día siguiente. Con la anuencia de la empresa, que permitió de buen grado su presencia y colaboró en su identificación, detuvieron alrededor de 60 obreros, a quienes condujeron a la Comisaría 1ª de Tigre. De acuerdo a los testimonios de trabajadores que sobrevivieron, los militares poseían instrucciones precisas, la primera de las cuales era dismantelar el cuerpo de delgados y la comisión interna. Además, de los asesinados y secuestrados, se calcula que 16 de los obreros y delegados continúan desaparecidos hasta la actualidad⁴²⁶.

Por outro lado, segundo o relatório *Nunca Mais* da Conadep, o estaleiro de Astarsa, em Tigre, foi um dos locais de trabalho onde se produziu o maior número de detenções seguida do desaparecimento de seus envolvidos. Na realidade, a Comissão recebeu um número expressivo de relatos destinados a descrever os mecanismos de detenção de sindicalistas. Neste sentido, é significativo o caso de Rodolfo José Iriarte. Ao relatar o seqüestro de Iriarte, a Comissão trata do evento citado acima por Basualdo. Revela, ademais, para onde eram levados os detidos/desaparecidos que, em sua maioria, compunham o corpo de pessoas que se encontravam a disposição do *PRN* em centros de detenção formais. Alguns detidos/desaparecidos, antes da legalização da detenção, eram levados aos CCDs, e, somente depois, encontravam-se minimamente “legalizados” sob a condição de presos à disposição do *PRN*.

Entretanto, cabe destacar, a forma de atuação de tais operativos com a apropriação da doutrina contra-insurgente subsumida pelo Exército argentino á época do golpe de março de 1976. O Ministro do Trabalho, general Horácio Thomas Liendo, em uma entrevista veiculada pelo jornal *La Nación*, no dia 12-11-1977, afirmou que com “(...) respeito à *subversão* no âmbito fabril, sabemos que ela tenta desenvolver uma intensa e ativa campanha de terrorismo e intimidação a nível do setor trabalhista”⁴²⁷. Tal abordagem torna-se explicativa da importância fundamental que tinha o setor fabril no âmbito do sucesso do processo de

⁴²⁶ *Id. Ibid.*

⁴²⁷ CONADEP. *Op. cit.* p. 281.

“redenção”/refundação da sociedade argentina. Não menos explicativo, ao continuar sua explanação acerca da Doutrina, no que concerne aos interstícios do ativismo sindical nas fábricas “É necessário conhecer o modo de agir da subversão fabril, para combatê-la e destruí-la”⁴²⁸. Para tanto, tornou-se fundamental angariar o maior número de informações possíveis antes de agir. Neste ponto, a confluência de ações relacionadas ao Terrorismo de Estado se manifestou na fala do general da seguinte forma.

Isto se manifesta por alguns dos procedimentos seguintes: o doutrinamento individual e de grupo, para a conquista das classes operárias, colocando-se à cabeça de falsas reivindicações desse setor; a criação de conflitos artificiais para conseguir o confronto com dirigentes empresários e o desprestígio dos autênticos dirigentes operários⁴²⁹.

Se havia uma conduta tática estabelecida para decapitar o movimento operário em seu nascedouro, havia, por outro lado, objetivos pedagógicos tangíveis a tais ações. Tais objetivos se relacionavam com a panorâmica difusão do Terrorismo de Estado enquanto política sistematizada em mecanismos específicos, com um fim imediato, contínuo e de longo prazo. Como indicou o general Liendo, referindo-se ao objetivo das ações de *Doutrinamento e eliminação* dos quadros dirigentes do movimento sindical: “Frente a isso, o governo e as Forças Armadas comprometeram seus meios e seu máximo esforço, para garantir a liberdade de trabalho, a segurança familiar e individual de empresários e trabalhadores e o *aniquilamento desse inimigo de todos*”⁴³⁰. Desta forma, buscou-se difundir um projeto que, nos dizeres do general, aparecia conjugado ao interesse do bem-estar coletivo. Como se a dimensão das ações de extermínio de fato atendessem ao conjunto mais geral da sociedade, continua o general Liendo: “Mas cabe a reflexão de *aqueles que se distanciam do desenvolvimento do ‘Processo’, procurando o benefício individual ou do setor, convertem-se em cúmplices dessa subversão que devemos destruir, do mesmo modo de que aqueles que não se atrevam a assumir a responsabilidade que esta situação impõe*”⁴³¹. Com isto procurou-se estabelecer uma dimensão ampliada da vigilância castrense que contou com a adesão do setor executivo-empresarial numa espécie de aliança Terrorista cujo objetivo final era a *pátria redimida* e a implantação da *pátria financeira*.

Em alguns casos, o panorama difundido pela guerra contra a “subversão” chegou a ser internalizado por pessoas que delataram seus colegas de trabalho. De certa forma, estas pessoas colaboraram porque internalizaram os preceitos da doutrina contra-insurgente pelos

⁴²⁸ *Id. Ibid.*

⁴²⁹ *Id. Ibid.*

⁴³⁰ *Id. Ibid.* (Itálico no original).

⁴³¹ *Id. Ibid.* (Itálico no original).

mais variados motivos, a saber: medo, desconfiança, instabilidade no emprego, dentre outros problemas que não foram exclusivos das ditaduras civis-militares de Segurança Nacional. Entretanto, cabe destacar, tratava-se de um período que potencializou tais problemas uma vez que difundiu a prática à margem da lei de seqüestro, seguida de desaparecimento praticada pelo Estado em nome da Segurança Nacional.

Tais ações possuíam como pressuposto básico estabelecer um canal de interlocução entre Estado e sociedade mediados pela difusão do Terrorismo. Além da dimensão efetiva do Terrorismo, a guerra psicológica, complementar ao extermínio e desaparecimento forçado, buscou acirrar o sentimento de instabilidade na sociedade argentina como característica essencial para apreensão e difusão dos preceitos do *PRN*. O *PRN Terrorista* evidenciou a planificação do terror contínuo e prolongado como forma de quebrar a resistência operária e, por conseqüência, da ampliação dos mecanismos terroristas na sociedade, *in loco*.

A difusão do Terrorismo a partir do Estado se deu de forma abrupta, pois, seu objetivo, naquele momento, era a comoção da sociedade. A colaboração patronal-militar era a insígnia maior de que a planificação do terror, e sua conseqüente aplicação nos mais variados âmbitos da sociedade, confluiu no estabelecimento do Estado *Terrorista* enquanto uma relação social, nucleada e potencializada pela relação histórica estabelecida entre militares, empresariais e o Estado, produto dos sucessivos golpes de Estado levados a cabo pela corporação militar em aliança com grupos civis interessados em restabelecer a dominação de classe nas mãos da burguesia argentina. Os efeitos “malignos” dessa relação foram aprofundados a partir do golpe de Estado de março 1976, baseado nos saltos qualitativos que as sucessivas experiências ditatoriais propiciaram naquele país.

Ainda no que diz respeito à desmobilização do movimento operário da fábrica de Astarsa, o informe da Conadep relata as investidas repressivas dos militares contra os estaleiros da grande Buenos Aires e esclarece os mecanismos específicos utilizados para o sucesso das ações. Ao citar o caso do Estaleiro *Mestrina*, da zona norte de Buenos Aires, fica evidente o alcance das ações no caso de um dos delegados que possuía a representação do ramo sindical da fábrica, Hugo Javier Rezeck, que foi detido/desaparecido em seu local de trabalho. Sua esposa, horas mais tarde, foi seqüestrada em casa antes de seu marido numa operação que procurou estabelecer a detenção de Hugo Rezeck. Uma vez que este não se encontrava em casa naquele momento, sua esposa, por conseqüência, foi o alvo da investida da patota que atuava junto a Delegacia de Tigre. Na ocasião, segundo nos informa o relato da Conadep, outros seis trabalhadores, todos delegados sindicais da fábrica, foram levados na condição de detidos/desaparecidos, a saber: “Pandolfino, Salvador, Jorge Lezcano, Albornoz,

Zoilo Ayala (e) Boncio”⁴³². A denúncia da mãe de um dos detido-desaparecidos “que manifesta desde o momento dos seqüestros ‘não existiam mais delegados sindicais na empresa”⁴³³. A desapareição forçada, no caso dos estaleiros da Grande Buenos Aires, possuía como principal característica a ação repressiva pedagógica que procurou difundir o Terrorismo de Estado em sua versão irradiada como pressuposto de garantia da ação prolongada de seus objetivos.

Como vimos, o caso de Astarsa encontra-se em aberto. No ano de 2000, os julgamentos abertos na Itália para esclarecer uma série de desapareições forçadas durante a ditadura de Terror de Estado na Argentina, 1976-1983, Jorge Rampoldi foi acusado de tramar a desapareição de Martino Mastinú e seu cunhado Mario Narras. Ademais, Rampoldi foi membro ativo da Concentração Nacional Universitária (CNU). A CNU foi umas das principais agrupações de extrema-direita na Argentina e havia se desempenhado junto a Triplo A durante os anos que antecederam o golpe de março de 1976. Uma evidência de que Rampoldi foi membro da organização criminosa da extrema direita argentina da Triplo A.

Segundo Victoria Basualdo,

Rampoldi, afiliado da CNU (Confederación Nacional Universitaria, organización universitaria de extrema derecha) se desempeñaba en un cargo administrativo de la oficina de personal de Astarsa, a lo que sumó luego su papel como asesor letrado del SOIN (sindicato navales, de tendencia burocrática), para terminar participando en la intervención al sindicato⁴³⁴.

A atuação de Rampoldi é a insígnia de ação do intervencionismo bancado pela aliança executiva-militar levada a cabo para decapitar e repolitizar o movimento sindical combativo a partir do golpe de 1976. Como Rampoldi estava ligado ao setor administrativo da empresa, certamente, possuía facilidades para recorrer à ficha dos empregados da empresa. Ou pelo menos, manter certa margem de controle sobre os trabalhadores ligados ao setor sindical opositor ao de tendência burocrática, este último, inclinado a fazer o jogo do patronato argentino seguindo as diretrizes do alto comando do Exército responsável pela vigilância e repressão aos trabalhadores da planta de Astarsa. Rampoldi, segundo o informe da CTA, havia ocupado o cargo de Vice-Ministro do Trabalho na província de Buenos Aires e, em 2003, foi designado como Diretor Nacional de Migrações. Diante de tal nomeação, ocorreram novas denúncias contra Rampoldi que foram encabeçadas por um grupo de trabalhadores que vivenciaram os anos de repressão aberta na empresa Astarsa.

⁴³² *Id. Ibid.*

⁴³³ *Id. Ibid.*

⁴³⁴ BASUALDO. V. *Op. cit.* p. 5.

Tanto en la presentación como en las audiencias se denunció que tanto Rampoldi como otros miembros de la intervención al sindicato habían sido identificados como miembros de los grupos que secuestraron los obreros de Astarsa y sus familiares. En particular, se lo acusó de intervenir en el secuestro del obrero Aldo Ramírez, quien fue llevado al campo de concentración situado en Campo de Mayo, donde fue salvajemente torturado y luego expuesto ante todos los secuestrados⁴³⁵. Asimismo, se señala que el 16 de marzo de 1976, luego de que la esposa de uno de los obreros fuera secuestrada, un grupo de trabajadores se dirigió a la oficina de personal de Astarsa para notificar Rampoldi de lo sucedido y requerir su colaboración para localizarla. Según los testimonios, Rampoldi les respondió: “Ustedes no existen, no se dan cuenta? Ahora cuando nosotros queremos los cagamos a tiros”⁴³⁶.

É importante destacar a este respeito que a coordenação executivo-patronal-militar, levada a cabo no interior de Astarsa, possui eventos explicativos que antecedem o corte repressivo-terrorista sob a tutela civil-militar do Estado. Desde 1975 atuava com grande efetividade a Coordenação Interfábricas da Capital e Grande Buenos Aires. Este órgão marginal, de coordenação de lutas do operariado argentino, ganhou força durante o terceiro governo peronista, mas, tornou-se efetivo após a morte de Perón em 1974. Segundo Yolanda Raquel Colom e Alicia Salomone: “Esta experiencia está inserta dentro de la eclosión del movimiento sindical combativo que se da, en primer término, en el interior del país como consecuencia de las movilizaciones obreras y populares de fines de los 50 y se expande hacia Buenos Aires a partir de 1973”⁴³⁷. As autoras recorrem ao conceito de crise permanente de hegemonia para relevar a explicação do contexto compreendido no recorte temporal que vai da caída ao retorno de Juan Domingo Perón ao poder, 1955-1973. Período marcado, essencialmente, pela reativação da luta política sem o apoio formal do peronismo que, à época, encontrou-se proscrito.

Segundo Colom e Salomone o evento primordial da condução da luta operária pela coordenação marginal do movimento sindical argentino foi o que envolveu a quebra do Pacto Social no ano de 1973. Entretanto, a coordenação já era pensada sobre alguns eixos fundamentais para a luta em torno do contexto trabalhista argentino “a partir del triunfo peronista de marzo de 1973 y hace eje en dos aspectos: la recuperación del control sobre los organismos de representación de la clase (Cuerpos de Delegados y Comisiones Internas) y sobre el proceso y condiciones de producción”⁴³⁸. Ou seja, tratava-se de uma ala combativa do

⁴³⁵ “Audiencia en el Honorable Congreso de la Nación, 2 de julio de 2003, versión taquigráfica (<http://www1.hcdn.gov.ar/dependencias/cpyrhumanos/VersTaq2003.htm>)”.

⁴³⁶ *Id.* p. 06.

⁴³⁷ Y. Colom, A. Salomone, *Op. cit.* P. 04.

⁴³⁸ *Id. Ibid.*

movimento sindical argentino que recobrava forças depois da redemocratização que envolveu a vitória de Cámpora e sua conseqüente renúncia em favor de Perón.

Cabe destacar que as preocupações do movimento não se restringiam meramente ao campo da produção. Suas expectativas quanto ao trabalho de base, autônomo se relacionado à burocracia sindical instituída à época, e, por isso marginalizado, rompia com elementos alinhavados a partir do governo peronista que procuravam estabelecer alguns entraves efetivos ao que diz respeito à organização da classe trabalhadora argentina. Neste sentido, é relevante a discussão encaminhada por Colom e Salomone.

Este desarrollo se produce al margen o enfrentando a la conducción sindical oficial que, a cambio de su compromiso de respetar por dos años la tregua impuesta por el Pacto Social, en noviembre de 1973 obtiene la sanción de una Ley de Asociaciones Profesionales, destinada a reforzar las posiciones de la burocracia cuestionada por la oposición que surgía y se organizaba desde las bases. Esta ley establecía, entre otras cosas, el no reconocimiento de más de un sindicato por rama de actividad, ilegalizando los sindicatos por empresa, facultando la intervención de filiales y seccionales y otorgando al sindicato poder para hacer caducar el mandato de las Comisiones Internas de fábrica. Además, se ampliaba el mandato de los dirigentes sindicales de dos a cuatro años, y se extendían los fueros sindicales. Por otro lado, desde fines de los 60, el clasismo había logrado conquistar la dirección de una serie de importantes sindicatos (SMATA y Luz y Fuerza de Córdoba, Federación Gráfica, UOM de Villa Constitución, etc). Pero, entre mediados de 1974 y mayo de 1975, ya sea por efecto de la aplicación de la Ley de Asociaciones Profesionales, de la ley de Seguridad o el puro y simple matonaje, no queda en pie casi ningún gremio combativo en el país⁴³⁹.

Como podemos observar, segundo Colom e Salomone, a reação à margem do núcleo duro do sindicalismo argentino atrelado ao peronismo foi produzida em meio ao contexto de crise econômica que envolveu os anos de 1970 - não só na Argentina, mas, de forma mais geral, o mundo. A partir da manobra reducionista das conquistas históricas dos trabalhadores argentinos, como ficou claro na redução da representação com a Lei de Associações, ficava evidente, também, por outro lado, que a linha política de Isabelita, apoiada por Gómez Morales, era propiciar alianças de longo alcance entre a burguesia argentina transnacional e seus associados ligados a grandes grupos multinacionais.

Neste sentido, disciplinar os quadros combativos do sindicalismo argentino significou atrelar a promoção da paz social com as leis de Associação e Segurança Nacional. Conter a organização das bases e, por conseqüência, da oposição frente à situação nas mãos da burocracia sindical-peronista, era, portanto, condição *sine qua non* para garantir o desenvolvimento das negociações entre iniciativa privada e Estado. Com o agravante de

⁴³⁹ *Id.* p. 04-05.

contar com os mecanismos inerentes à ampliação do aparato repressivo e ter o sentido de favorecer sobremaneira os grupos financeiros que se manifestavam a partir dos anos de 1970 na Argentina.

No caso da fábrica de Acindar⁴⁴⁰ Indústria Argentina de Aço, significou a aniquilação completa da ala combativa do movimento sindical que havia se organizado no início dos anos de 1970 em Rosário, Província de Santa fé. Segundo Victoria Basualdo,

En el mes de Noviembre de 1974 se llevaron a cabo las elecciones de la UOM Villa Constitución, en las que la Lista Marrón, que representaba a la tendencia combativa que se había ido organizándose desde comienzos de los años 70 y estaba encabezada por Alberto Piccinini, triunfó con más de 65% de los votos. La nueva conducción duró apenas tres meses en el sindicato⁴⁴¹.

Os eventos que sucederam após o golpe que sofreu o sindicalismo combativo em Villa Constitución demonstraram a perspicácia e o pragmatismo com que se movia a repressão e os mecanismos “clandestinos” de contenção e eliminação física da oposição ao plano do peronismo cooptado. Tratou-se de uma ação que contava com o aval do Estado, mas, não restringiu de forma alguma ao monopólio da violência pelo Estado. A violência de cunho político era uma realidade praticada pelos setores ligados a sociedade civil. No caso da Triplo A ligada a um projeto de hegemonia que contemplava a ideologia livre-cambista.

O documento da CTA, assinado pela historiadora Victoria Basualdo, relata que ainda em março de 1975, portanto, anterior ao golpe de Estado de março de 1976, em pleno terceiro governo peronista, uma ação conjunta entre as polícias municipal, provincial, federal – além de contar com a mobilização de setores do peronismo de ultra-direita, a saber, a Triplo A -, tomou a fábrica de Acindar. A Triplo A, segundo Basualdo, estava representada por um, dentre tantos outros, de seus assassinos treinados nos padrões estadunidenses da Escola das Américas, Aníbal Gordon. Segundo Basualdo, tratou-se de “una decisión del gobierno nacional, ante una supuesta ‘conspiración’ contra el gobierno, orquestada a lo largo del cordón industrial y con sede principal en Villa”⁴⁴². Houve uma contra-ofensiva por parte do

⁴⁴⁰ Segundo o relatório *Nunca mais* da Conadep: “A delegacia de Santa Fé, da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, funcionou duas vezes na cidade de Villa Constitución e, além disso, fez o reconhecimento judicial de um Centro de Detenção ilegal que operava da empresa Acindar”. Continua o relato da Conadep da seguinte forma: “Em um dos depoimentos, detalha-se que em fins de 1975, a empresa Acindar – que tem cerca de 5.000 operários – ordenou que os mesmos tirassem Carteira de Identidade da Polícia Federal e, ainda, que renovassem o carnê da fábrica, procedendo a fotografá-los novamente. Estas fotos foram utilizadas depois por pessoal de segurança e/ou militar, para efetuar as investigações e seqüestros”. Por fim, a Conadep afirma que: “Não foi alheio a isto, o depois Ministro de Economia, Martínez de Hoz, que nesses anos era diretor da Acindar, junto com Acevedo. A vinculação entre a política de segurança de Estado e o poder econômico teve neste caso um exemplo eloqüente” (CONADEP, *Op. cit.* p. 291.).

⁴⁴¹ BASUALDO. V. *Op. cit.* p. 07.

⁴⁴² *Id. Ibid.*

movimento sindical que organizou uma paralisação geral que contou com a adesão de 2.500 trabalhadores que chegaram a aprovar, por unanimidade, uma greve geral. O evento ficou conhecido como *Villazo*.

A ação conjunta entre órgãos de repressão do Estado e de setores direitista da sociedade civil, representada pela coluna da ultra-direita peronista, se prolongou durante todo dia 20 de março de 1975, segundo Victória Basualdo: “Testimonios brindados ante la CONADEP(...) indican que ya desde la escalada represiva desatada a partir de la ‘ocupación militar’ de 1975 existían vínculos estrechos entre las fuerzas policiales y la empresa”⁴⁴³. Sua atuação se deu em várias frentes, contando com a organização de motins direcionados à captura de líderes sindicais em suas residências e nos locais de trabalho numa antecipação do acionar repressivo típico da atuação das *Patotas* que ganharam fama durante a ditadura civil-militar inaugurada com o assalto ao poder dos militares em 1976. Cerca de 300 prisões foram sistematicamente efetivadas naquele dia 20 de março: “Los presos de Villa Constitución fueron trasladados a las diferentes cárceles del país, torturados y castigados de todas las formas posibles”⁴⁴⁴.

Ao observar a eficácia da atuação repressiva destinada ao combate da “subversão”, que aqui significava trabalhadores militantes sindicais, segundo Victoria Basualdo,

Luego de estos sucesos, los efectivos policiales y parapoliciales instalaron un cuartel en el denominado “albergue de solteros”, ubicado dentro del predio de Acindar, en el que funcionaban entre varias decenas de efectivos, algunos de los cuales, como el oficial principal Mujica, recorrían la ciudad en automóviles sin patentes acompañados por efectivos de civil. Colaboraban con ellos supuestos obreros de la fábrica Acindar, en realidad informantes de las fuerzas policiales, entre los que se destacaba uno, Raul Antonio Ranure⁴⁴⁵. Este cuartel era utilizado como centro de detención e interrogatorios por parte de la Policía Federal. Los efectivos destacados dentro de Acindar no debían preocuparse por los gastos, ya que la empresa los proveía con todo lo que fuera necesario⁴⁴⁶.

Sob a perspectiva do Terrorismo ampliado, direcionado a instalar quartéis e efetivos no interior das fábricas em Rozario, houve um redimensionamento do Terrorismo de Estado em sua ação pedagógica. Por certo, o fato de conviver em seu local de trabalho com operações destinadas a captura de colegas de trabalho repercutiu em uma espécie de reeducação da

⁴⁴³ *Id.* p. 08.

⁴⁴⁴ *Id.* p. 07.

⁴⁴⁵ “Uno de los testimonios frente a la CONADEP relató haber visto, por un descuido del implicado, una credencial con la fotografía de Ranure que lo identificaba como servicio de Inteligencia de la Policía Federal, mientras que otro de los sobrevivientes, refiriéndose a otro “supuesto obrero”, en realidad infiltrado, dijo haber reconocido entre quienes lo identificaron a un fotógrafo que era compañero de trabajo en la fábrica” (*Id.* p. 09.).

⁴⁴⁶ *Id.* p. 08.

militância operária de Acindar. Outro relato apresentado por Victoria Basualdo cita o caso do depoimento de Rodolfo Peregrino Fernández, que atuou como Comissário da Polícia Federal, à Comissão Argentina de Direitos Humanos. Nele Fernández relata que,

“Las patronales de las industrias metalúrgicas instaladas por allí, en forma de destacada el presidente del directorio de Acindar, ingeniero Arturo Acevedo, establecieron estrecha vinculación con las fuerzas policiales mediante pagos extraordinarios en dinero”, aclarando que “pagaba a todo el personal policial, jefes, suboficiales y tropa, un plus extra en dinero, suplementario al propio plus que recibían ya del Estado esos efectivos”. Agregó que “Acindar se convirtió en una especie de fortaleza militar con cercos de alambres de púas. Los oficiales policiales que custodiaban la fábrica se alojaban en las casa reservadas para los ejecutivos de la empresa”⁴⁴⁷.

O documento da CTA denuncia Carlos Rampoldi – e tráz inclusive, um trecho citado, que seria do próprio Rampoldi -, como um dos principais envolvidos na repressão levada a cabo na fábrica de Acindar, revelou ramificações que excediam o plano geográfico de sua atuação na cidade de Buenos Aires. O grupo de operações que atuou na fábrica de Astarsa contou com uma estrutura repressiva que se prolongou até Rosário.

En el año 1977 ingresé a la Jefatura de la policía de Villa Constitución con el cargo de comisario inspector a cargo de la División Informaciones; ⁴⁴⁸ en ese momento el grupo Los Plumas ya estaba acantonado en la fábrica de Acindar, cumpliendo tareas. Este grupo tenía su lugar de asentamiento en Santa Felicia, cerca de Vera, y en ese momento, al mismo tiempo, había una fuerza de tareas conformadas por unos cuarenta hombres, que venían de distintas unidades del Litoral, provenían de distintas brigadas, estaban un mes y los renovaban por otro contingente. Estaban dirigidos por personal de baja categoría. De ese grupo se desprendía una sección para cuidar Rosario. En la practica ellos dirigen los procedimientos, como detenciones o custodia de un lugar, y prendían nuestra colaboración (...) ⁴⁴⁹.

No caso de Acindar a operação de ampliação dos mecanismos repressivos do Estado, no que se refere a ação civil direta na conformação de tais mecanismos, fica evidente o grau de profundidade que adquiriu esta operação se levamos em conta que o presidente em exercício da empresa até o ano de 1976 foi Jose Alfredo Martínez de Hoz. Deixou o cargo

⁴⁴⁷ *Id p. 09.*

⁴⁴⁸ “El repartidor de sodas Pedro Alfaro, declaró el 7 de febrero de 1984, ante la Comisión de Derechos Humanos de Villa Constitución que el agente de la policía montada Juan Carlos Miranda le confesó que a varios detenidos los llevaban dentro de Acindar y que Raúl Ranure, uno de los principales represores de la ciudad ‘era Halcón, que participaba de los operativos nocturnos que se hacían en Villa Constitución, tripulando un Ford Falcon rural celeste materializado sin patente, que le había otorgado Acindar para que se movilizase junto con la oficialidad de Policía Federal” Citado en Carlos del Frade, *Matar para vivir. Historia política de la impunidad. Santa Fé 1976/2004.*” (*Id.* p. 09.) (Nota no Original).

⁴⁴⁹ *Id. Ibid.*

máximo em Acindar, em 1976, para assumir o cargo de Ministro da Economia da ditadura. Segundo Victoria Basualdo, “posición desde la que se encargo de otorgar innumerables beneficios a su empresa, que a lo largo de la dictadura se benefició de los regimenes de promoción industrial”⁴⁵⁰.

Mais do que apenas atuar a favor da empresa no que diz respeito a repressão estabelecida em seu interior e entorno, Martínez de Hoz colocou a estatal SOMISA a cargo de Acindar agindo em favor “de la transferencia de su deuda privada al estado, y de cuantiosas transferencias de recursos que cimentaron su expansión como grupo económico”⁴⁵¹. A transferência da dívida privada ao setor público, durante a ditadura de Terrorismo de Estado, conjugou os objetivos da repressão na ação efetiva dos setores econômicos que se propuseram a apoiar o plano da ditadura. Sobre este assunto o autor Moniz Bandeira discutiu a proporção da ação militar direcionada à classe operária argentina a partir do golpe de Estado de 1976 ao levar em conta as tentativas anteriores ao PRN Terrorista.

Ante os repetidos insucessos anteriores de destruir a CGT e quebrar a força dos sindicatos, que sempre se reorganizaram e ressurgiram, oficiais do Exército concluíram, àquela época, que a única forma de extinguir a agitação trabalhista e erradicar o peronismo, como fator político, seria dissolver a própria classe operária, por meio do desmantelamento da indústria na Argentina. Esse seria, essencialmente, o objetivo estratégico do Processo de Reorganização Nacional. Os militares, mais uma vez, conjugaram o autoritarismo político e o liberalismo econômico, a supressão da democracia e o apoio a livre iniciativa, a violação aos direitos humanos e a proteção ao capital estrangeiro⁴⁵².

Segundo Moniz Bandeira, o plano da ditadura conjugou fatores de repressão com a fórmula liberal-conservadora do Estado mínimo. O autor comenta que Martínez de Hoz provinha de uma linha doutrinária que remete a Adalbert Krieger Vasena, Ministro da Economia da Argentina durante o *Onganiato* (1966-1972), e, Álvaro Alsogaray, que foi Ministro da Economia do governo radical de Frondizi (1958-1962). Ambos recorreram a fórmulas ortodoxas liberal-conservadoras para remanejar o crescimento econômico do país. Entretanto, segundo Moniz, coube a Martínez de Hoz uma solução mais radical.

Assim, em meio de sangrenta repressão política, a pretexto de manter a ordem e derrotar as guerrilhas, o ministro José Alfredo Martínez de Hoz, da mesma corrente doutrinária de Álvaro Alsogaray e Krieger Vasena, aplicou, embora de modo mais radical que todos os seus antecessores, o invariável programa de estabilização, nos termos pactuados com o Fundo Monetário Internacional. Suas medidas, que contaram com a aprovação

⁴⁵⁰ *Id. Ibid.*

⁴⁵¹ *Id. Ibid.*

⁴⁵² MONIZ BANDEIRA, L. A. *Op. cit.* p. 64.

prévia e o consenso das Forças Armadas consistiam nas mesmas medidas de choque, tais como congelamento de salários, extinção dos subsídios, redução dos gastos públicos, privatização das empresas estatais, liberação do crédito, dos preços, dos aluguéis urbanos e arrendamentos rurais, bem como a completa abertura de mercado internos às importações, com a eliminação das tarifas alfandegárias e a valorização da taxa de câmbio⁴⁵³.

Moniz Bandeira trabalha com a hipótese de que o regime militar argentino a partir de 1976 agiu em duas frentes distintas e complementares. Segundo o autor, a repressão e o plano econômico da ditadura eram complementares. Se, por um lado, o controle econômico, as medidas de choque em relação à inflação serviam para criar uma “aura” de consenso em torno do golpe e da atuação do Ministro da Economia, o vetor complementar a tal ação era a eliminação da classe operária. Pode-se dizer que a atuação na indústria pesada argentina pelas patotas, com o apoio complementar dos centros de detenção, criados a partir de 1975 no interior das fábricas e vilas operárias, tinha como pressuposto acabar com a recuperação do caráter classista adquirido pelo movimento operário. Um indício claro da recuperação da pauta classista no interior dos sindicatos relaciona-se ao foco da atuação dos *Montoneros* junto aos sindicatos, potencializada a partir de 1972⁴⁵⁴.

Para Moniz Bandeira, a liberalização do mercado interno argentino foi acompanhada pela privatização em massa das empresas estatais: “A junta militar, sob a orientação de Martínez de Hoz, transferiu para o setor privado, entre 1976 e 1980, cerca de 120 empresas industriais e comerciais”⁴⁵⁵. A importação foi o carro chefe da “recuperação” econômica argentina que, na mesma medida em que atraiu os produtos importados da Ásia, Europa e EUA, diminuiu a participação da indústria nacional na produção do país. “A liberação do mercado devastou, por fim as indústrias nacionais, que não puderam competir com as mercadorias importadas a baixo preço do Japão e de outros países da Ásia, bem como da Europa e dos Estados Unidos”⁴⁵⁶. O autor esclarece que durante a ditadura a dívida externa da Argentina triplicou chegando a cifra de US\$ 38 bilhões em 1982⁴⁵⁷. A solução encampada por Martinez de Hoz, por fim, propiciou rendimentos significativos para os setores executivo-empresariais, numa espécie de mão única, como explicado por Moniz Bandeira: “Os excedentes dos quais os grandes empresários e banqueiros se apropriaram, evadiram-se do País, em meio da recessão industrial e da incontida especulação financeira”⁴⁵⁸. Uma solução que foi a linha de atuação das ditaduras civis-militares que perpassou os anos de 1970-1980.

⁴⁵³ *Id. Ibid.*

⁴⁵⁴ Como foi discutido no capítulo II.

⁴⁵⁵ MONIZ BANDEIRA, L. A. *Op. cit.* p. 64.

⁴⁵⁶ *Id. Ibid.*

⁴⁵⁷ *Id. Ibid.*

⁴⁵⁸ *Id. Ibid.*

O retrocesso das indústrias nacionais, segundo Moniz, foi um fenômeno que havia atingido em cheio Uruguai, a partir de Bordaberry, e anteriormente o Chile de Pinochet.

No que diz respeito aos casos de participação efetiva do empresariado argentino na repressão, o caso de Dálmine Siderca, segundo o documento da CTA, tratou-se de um dos casos menos conhecidos acerca da repressão aos trabalhadores no interior da fábrica. Propriedade do grupo Techint, a empresa sofreu um processo intensivo de vigilância, cujo objetivo era eliminar fisicamente parte significativa do operariado combativo. Segundo o documento, a direção da empresa proferiu uma campanha direcionada a relegar toda a culpa pelos desaparecimentos e assassinatos durante a ditadura aos militares. Outro fator que contribuiu sobremaneira para a aura de obscurantismo e desconhecimento sobre a participação da empresa no processo repressivo foi, conforme o documento, o papel econômico central para a localidade de Campana, em Buenos Aires, que é creditado à empresa. Apesar do panorama indicado pelo documento, é possível arrolar alguns elementos que comprovam ou indicam a participação da empresa no processo repressivo.

Para Victoria Basualdo:

Testimonios de trabajadores de la fábrica indican que muchas de las características presentes en otros de los casos también se dieron en Dálmine Siderca, como la presencia personal del ejército en la puerta de la fábrica con listados de personas “marcadas”, la contratación, a partir del golpe militar de supuestos nuevos trabajadores que eran en realidad agentes de las fuerzas represivas, y la detención e intento de detención de trabajadores en la propia fábrica. Otro elemento en común con otros casos es el hecho de que la mayor parte de los desaparecidos de la zona eran trabajadores con fuerte activismo gremial, entre los obreros de la fábrica⁴⁵⁹.

Apesar do caso de Dálmine Siderca compreender a eficácia de uma memória construída em torno da repressão, que relega o terror posto em prática apenas pelos militares, sem participação efetiva da empresa: “Un incidente clave fue el conflicto desatado en la fábrica por falta de pago de prêmios em 1979”⁴⁶⁰. Segundo o documento, uma assembleia foi chamada pelos trabalhadores para reclamar o pagamento do prêmio. A assembleia foi acompanhada de perto pelo coronel Zapata, membro do Exército Argentino encarregado de vigiar a ação sindical no interior de Dálmine Siderca. Se os casos de repressão proferidos contra os trabalhadores da empresa foram cobertos pela manta do esquecimento que envolveram a participação empresarial na repressão, o peculiar dos acontecimentos em Dálmine Siderca foi que a mobilização de 1979 chegou ao ponto dos trabalhadores votar

⁴⁵⁹ BASUALDO, V. *Op. cit.* p. 10.

⁴⁶⁰ *Id. Ibid.*

abertamente, de mãos erguidas, se o conflito desatado desembocaria numa paralisação da produção da empresa. Segundo o relato de dois dos trabalhadores que participou da jornada sindical de 1979,

El conflicto fue durísimo. La primera asamblea no fue presidida por los delegados, sino por un grupo de oficiales del Ejército con ametralladoras y bayonetas. Los militares concedían el uso de la palabra. Y algunos activistas trataban de hacer equilibrio entre lo que debían reclamar y el cuidado de la propia vida. Pocos cometieron el pecado de aproximarse demasiado.

Uno de ellos se llamaba Juan Colorado Torrente. A otro se lo conocía como Pascual Gordillo. La primera asamblea pasó, luego vinieron las reuniones de los activistas en el vestuario de la acería. Eran encuentros atípicos, de no más de 30 empleados. Acudían, si se animaban, dos por cada sector. Antes de entrar, los paraba un subteniente para pedirles los nombres, los documentos e interrogarlos convenientemente. Protagonizaron tres días de huelga general, y las reivindicaciones fueron obtenidas. Cuando terminó la segunda jornada de paro, Torrente salió de la planta junto a dos de sus compañeros, cruzó la avenida Mitre, enfiló para su casa, en el centro de barrio Siderca, dejó al último operario en su domicilio y... nunca se lo volvió a ver en este mundo. A Gordillo le pasó exactamente lo mismo, sólo que unos días después⁴⁶¹.

Este relato foi feito por Angel Recupero que, em 2006, fazia parte da direção do sindicato dos metalúrgicos, seção Campana da *Unión Obrera Metalúrgica*, e por Luis Alberto Tavares que à época da ditadura, junto com Recupero, fazia parte da comissão interna da empresa. Neste relato encontram-se algumas características essenciais dos mecanismos repressivos no interior das fábricas do Terrorismo de Estado. O clima de repressão aberta, irrestrita e ampliada levou os militares a intervir diretamente na assembléia dos trabalhadores da indústria Dálmine Siderca. O controle da assembléia, como foi esclarecido no relato de Recupero e Tavares, esteve sobre a coordenação dos militares que decidiam arbitrariamente o uso da palavra pelos trabalhadores numa espécie de disciplinarização, por intermédio do medo, da militância em atividade.

Fortemente armados, os militares mandavam recados aos sindicalistas que demonstrassem algum tipo de liderança frente aos demais. Em sua maioria, os trabalhadores que foram ameaçados já faziam parte de uma lista recolhida pelos militares junto aos arquivos da empresa em colaboração efetiva com o departamento de pessoal. Cercear a palavra, ameaçar em alto e bom som, a utilização das armas em local de trabalho, uma verdadeira blitz efetivada pelos militares no interior da fábrica, todo este conjunto de ações trouxe para dentro da fábrica o clima de terror generalizado que se via nas ruas ao redor das vilas operárias e no

⁴⁶¹ MAJUL, Luis. *Los dueños de la Argentina. La cara oculta de los negocios*. Buenos Aires. Sudamericana. 19ª Ed. 1993. p. 231. (Apud. *Id.* p. 11).

entorno da fábrica. A perseguição sofrida por Juan Jose Colorado Torrente, que após deixar os companheiros de trabalho na porta de suas respectivas casas e nunca mais foi visto, serviu como um alerta geral aos demais trabalhadores/sindicalistas de que o custo da militância e a intensidade de manifestação no local de trabalho foram, daquele momento em diante, pagos com a própria vida. A extensão “natural” da ação sistemática da repressão, complementar aos conflitos forjados e ao escrutínio minucioso ao que foram submetidos os trabalhadores foi a implantação de um centro clandestino de detenção ligado por uma parede a fábrica de Dálmine Siderca. Segundo Victoria Basualdo,

El predio de la Ruta 12, que hasta el 24 de marzo de 1976 funcionó un polígono de tiro civil, fue ocupado por el Ejército en la madrugada del 25 y transformado en un campo de concentración adonde se torturó, desapareció y mató a cientos de personas, entre ellos algunos trabajadores de Dálmine Siderca, hasta, por lo menos, mediados de 1977. La cercanía de la fábrica era tal que los desaparecidos apresados en el Tiro Federal escuchaban claramente los ruidos de las maquinas trabajando⁴⁶².

A partir do golpe de 1976, instalações localizadas próximas às fábricas tomadas como caso de estudos, tornaram-se Centros Clandestino de Detenções. Em sua maioria, quando os CCDs não foram instalados na vilas operárias, no interior das próprias fábricas, os locais escolhidos para a prática de tortura e desaparecimento tinham a característica peculiar de se tratar de lugares com poucas saídas de ar e, por conseqüência, de som. Muitos dos CCDs não se encontravam em lugares afastados. Alguns eram próximos de locais de trânsito constante ou em regiões de rodovias, *rutas*, e, neste sentido, as locações não foram notadas enquanto tal. Somente mais tarde, com a publicação do relatório *Nunca Mais* da Conadep, algumas construções/prédios/estabelecimentos foram registradas, depois de investigações que procuraram estabelecê-las enquanto CCDs.

O próximo caso consta no documento redigido por Victoria Basualdo, veiculado pela CTA, é o que trata da cumplicidade patronal no TDE da fábrica da *Ford Motors Argentina*. Segundo o documento: “Ford Motors da Argentina instaló sus primeras filiales en Argentina en las primeras décadas del siglo, primero en Barracas y luego en La Boca, mientras que la actual planta de General Pacheco, Provincia de Buenos Aires, fue inaugurada en 1961”⁴⁶³. Neste caso, o documento trata de um processo penal e civil, “contra personal directivo de la empresa, impulsada por algunos de los obreros sobrevivientes⁴⁶⁴”. Em específico, trata-se do caso que envolveu o ex-trabalhador da empresa Pedro Norberto Troiani. Em nota de rodapé consta no documento que entre os envolvidos nas ações de repressão desveladas contra

⁴⁶² *Id.* p. 11-12.

⁴⁶³ *Id.* p. 12.

⁴⁶⁴ *Id. Ibid.*

Troiani, encontram-se nomes como: Nicolás Enrique Courard, presidente e representante legal da companhia *Ford Motors Argentina SA*; Pedro Muller, gerente de manufatura; Guillermo Gallárraga, que se ocupava do cargo de gerente de relações industriais; além de contar com o braço armado, na ocasião, representado pelo militar retirado Francisco Sibilla⁴⁶⁵.

La relación entre la empresa y las fuerzas militares se puso de manifiesto de diversas maneras en el caso de Ford. Por un lado, trabajadores secuestrados testimonian que sus detenciones se efectuaron en camionetas F100 que eran proporcionadas a las fuerzas represivas por la empresa. Por otro lado, existen numerosos testimonios que indican que, lejos de limitarse a apoyar a las fuerzas represivas, la empresa reclamó el secuestro de trabajadores y delegados gremiales a las fuerzas armadas⁴⁶⁶.

Segundo relatos levantados por Victoria Basualdo, havia uma lista que constava de nomes de trabalhadores, cujo objetivo imediato era a averiguação que possuía o mesmo sentido que detenção/desaparição. Segundo Arcelia Lujan Portillo, esposa de um trabalhador seqüestrado a partir dos órgãos que atuavam no interior da fábrica da Ford, Molinari era o apelido de um dos responsáveis pela atualização da lista. Este tipo de mecanismo, como observamos, revela uma parte da planificação do TDE cujas dimensões pragmáticas encontraram em alguns locais de detenção que por sua vez era o espaço de trabalho para trabalhadores da indústria pesada argentina, este processo foi aplicado durante os anos do terceiro governo peronista que antecederam o golpe de Estado de 1976.

Entretanto, a lista comentada por Arcelia Portillo, revelada na declaração judicial que abriu caminho para o aprofundamento das investigações que buscaram perfazer os detalhes dos acontecimentos que envolveram a fábrica da Ford na Argentina, não foi o único meio utilizado pelas forças repressivas para identificar os trabalhadores/alvo da detenção/desaparição.

Diversos testimonios indican que el “marcado” por parte de la empresa de quienes debían ser secuestrados no sólo se realizó mediante la lista mencionada, sino también a partir de los carnets con las fotos personales de los trabajadores, que fueron entregados a los militares con el objeto de que los utilizaran para la correcta identificación de sus detenidos⁴⁶⁷.

Ou seja, a repressão se valeu do acervo de identificação que a empresa já possuía para identificar os alvos para a detenção/desaparição. O material de expediente da empresa foi amplamente utilizado pelos envolvidos na repressão como forma de garantia de uma plena realização dos objetivos comuns entre a empresa e as forças armadas, a saber, o de extinguir

⁴⁶⁵ *Id.* p. 13. (os nomes citados constam na nota de rodapé nº 14).

⁴⁶⁶ *Id.* p. 12.

⁴⁶⁷ *Id.* p. 13.

“o vírus da subversão”. A partir do golpe, as forças armadas passaram a compor definitivamente o espaço da fábrica para serviços relacionados aos grupos de tarefa que atuaram na repressão. Alguns testemunhos recolhidos por Victoria Basualdo dão conta da investida da colaboração Ford/Exército contra o conjunto dos trabalhadores da fábrica.

Testimonios adicionales, con el de Jorge Ernesto Berguier, quien se encontraba realizando su servicio militar en aquellos años de la dictadura, permiten apreciar el intercambio de favores entre la empresa y las fuerzas militares: “Esos operativos (de control en ruta) duraban todo el día, y almorzábamos en la Ford de Pacheco (...). Antes de salir, el oficial a cargo hacía una especie de arenga y nos decía ‘vamos a detener subversivos, vamos a almorzar a Ford, ésta es la colaboración de la empresa con las fuerzas armadas, hay que agradecerle.’ Había una mancomunidad entre el gobierno de las fuerzas armadas y la empresa... Comíamos en el comedor de la fábrica, y no era secreto que los oficiales se saludaban con los que servían la comida, y con los militares que estaban en la puerta, de seguridad. Esto era habitual, era un saludo fraternal.”⁴⁶⁸.

A troca de favores entre a empresa e as Forças Armadas não se restringiu a “boca livre” que os integrantes dos grupos de tarefas realizavam no refeitório da empresa. Boa parte da área de convivência dos trabalhadores da fábrica foi ocupada pelos militares que passaram a circular livremente pelos locais de lazer dos trabalhadores: “Había una gran presencia militar adentro del predio, de hecho el área de deportes, donde estaban las canchas de fútbol, tenis, quinchos y vestuarios de los obreros, era el cuartel de los militares; los trabajadores tenían vedado el acceso a esse sector”⁴⁶⁹. Com a presença dos militares no interior das fábricas, cumpriu-se uma etapa fundamental do *terror planificado* a partir do Estado. Tratava-se, em suma, de uma relação baseada na sinergia entre os interesses do setor patronal e a “missão” de extermínio estabelecida pelas Forças Armadas Argentina. Sobre os relatos que tratam da presença dos militares no interior da fábrica da Ford, Victoria Basualdo esclareceu que as dimensões das ações da empresa, a favor dos militares e grupos operativos que compunham a repressão, foram além do apoio logístico.

Pero la participación de la empresa en el proceso represivo no se restringió a proveer apoyo logístico ni a demandar la detención de algunos de sus propios trabajadores, sino que, al igual que en Acindar, alcanzó su máximo nivel en el caso de Ford: está probado que las fuerzas militares instalaron en el campo de deportes de la planta de Pacheco una dependencia militar adonde funcionó un centro clandestino de detención. En el mismo fueron recluidos algunos de los delegados gremiales secuestrados dentro de la fábrica por ciertos periodos de tiempo⁴⁷⁰.

⁴⁶⁸ *Id. Ibid.*

⁴⁶⁹ *Id. Ibid.*

⁴⁷⁰ *Id.* p. 14.

O sindicato de mecânicos (SMATA) foi um dos principais alvos da repressão nesta categoria de ação repressiva: “Es el caso del obrero Juan Carlos Conti, delegado del personal del sindicato de Mecánicos (SMATA) que trabajaba en Ford desde 1965, quien fue secuestrado en el interior de la fábrica el 14 de Abril de 1976”⁴⁷¹. Como caso basilar da repressão na Ford, o evento que envolveu a detenção de Conti é paradigmático na medida em que a ação da empresa encobriu a real situação de detido/desaparecido de Conti. Segundo o documento da CTA, que conta ademais com um trecho que faz parte da denúncia da própria CTA contra a repressão aos trabalhadores da Ford, Conti foi acusado pela empresa, à época da ditadura, de abandono de emprego: “Luego de su secuestro, la empresa intimó a Conti por ‘abandono de tareas’(...)”⁴⁷², o que, de fato, não ocorreu. Juan Carlos Conti foi efetivamente executado pelas forças de repressão “(...) y cuando su esposa responde relatando lo sucedido (de lo cual la empresa estaba al tanto), procedió a despedirlo de todas las formas”⁴⁷³. Ainda que a ação conjunta entre forças repressivas e a empresa não cessasse por aí, é significativo esclarecer que o conjunto de relações que envolveram a repressão e a fábrica da Ford foi direcionado em relação aos casos apresentados por Victoria Basualdo.

Por otra parte, personal de la empresa tuvo intervención personal en los interrogatorios de los delegados secuestrados, para extraer información vinculada a la actividad sindical dentro de la fábrica. Es el caso del detenido Francisco Guillermo Perrotta que no era obrero sino uno de los 2.500 empleados administrativos de la planta que hasta mediados de los 70 no tenían representación gremial. Como empleado de la Oficina de Análisis de Costo, Material e Inventario, Perrotta tenía acceso a información clave sobre las cuestiones internas de la fábrica. Junto a otro delegado del área financiera, fueron los dos únicos torturados con picana eléctrica⁴⁷⁴.

No caso de Perrotta percebe-se claramente que a cumplicidade patronal no processo de seqüestro/tortura/desaparição dos trabalhadores da Ford, e demais empresas envolvidas com os casos relacionados pelo documento da CTA, houve uma apropriação dos materiais de expediente da empresa por parte dos militares em grupos operativos. Esta ação, ademais, foi consentida pela empresa que se tornou uma extensão do aparato repressivo. Para todos os efeitos, o negacionismo da empresa, como foi relatado no caso de Juan Carlos Conti, e pode ser relacionado ao fato que envolveu a desaparição forçada de Perrotta, propiciou a atividade extensiva e prolongada da repressão militar no interior da fábrica. Neste sentido, a fábrica e os

⁴⁷¹ *Id. Ibid.*

⁴⁷² *Id. Ibid.*

⁴⁷³ “Ver denuncia de la CTA ante el Juez Baltazar Garzón, p. 14.” (*Id. Ibid.*)

⁴⁷⁴ *Id. Ibid.*

escritórios da empresa, se revelaram um lugar privilegiado para a atividade dos grupos operativos. Nela os grupos de tarefas da repressão encontraram, sobretudo em um espaço mais limitado do que o das ruas, um laboratório repressivo que plasmou a ação mais geral da repressão durante os anos de ditadura propriamente ditos.

Durante o interrogatório/tortura: “Perrotta identifico por su voz (dado que se encontraba encapuchado) al Jefe de Seguridad, Hector Francisco Sibilla, como una de las personas presentes durante su interrogatorio, durante el cual le mencionaron datos e nombres internos de la Ford que sólo personal de la firma muy bien informado podía conocer”⁴⁷⁵. Por sua vez, as informações de que dispunham os torturadores, evidentemente, foram conseguidas por meio da associação entre os interesses da empresa e a tarefa encampada pelas forças armadas. Neste sentido, segundo o documento da CTA, Sibilla, o interrogador/torturador, militar de licença, após provar a eficácia de suas ações na fábrica, recebeu convites para ocupar cargos públicos sendo que o último foi recebido junto à Embaixada dos Estados Unidos na Argentina. Foi o encarregado pela segurança da embaixada até o ano de 2004.

O próximo caso aqui tratado é o que envolveu a participação da empresa *Ingenio Azucarero Ledesma* de Libertador San Martín, localizada na província de Jujuy ao norte da Argentina. Segundo os dados constantes no documento, o engenho foi fundado há mais de um século pela família Blanquier: “miembros destacados de la oligarquía terrateniente conformada a lo largo del siglo XIX”⁴⁷⁶. Segundo o documento da CTA,

La articulación de los directivos del ingenio Ledesma con las fuerzas represivas fue dada a conocer por el intenso activismo de Olga Arédez, esposa de Luis Arédez, pediatra que habiéndose desempeñado como médico del ingenio, fue secuestrado por las fuerzas armadas en mayo de 1977 y nunca más apareció. Arédez había sido despedido en los años 50s del ingenio Ledesma por utilizar recursos considerados excesivos en los obreros del ingenio y sus hijos, que padecían de enfermedades, como la diarrea estival, que causaba la muerte de decenas de ellos en temporada de zafra⁴⁷⁷.

O documento continua e reconstrói a trajetória de Luis Arédez esclarecendo que após sua demissão ele foi diretor do hospital Tilcara na província de Jujuy. Depois disso, o médico retornou à General San Martín para atender informalmente aos trabalhadores do engenho. Quando Cámpora venceu as eleições: “En 1973 distintos grupos políticos impulsaron su candidatura a la intendencia. Durante su mandato comenzó a exigir el pago de impuestos de la

⁴⁷⁵ *Id.* p. 15.

⁴⁷⁶ *Id.* *Ibid.*

⁴⁷⁷ *Id.* *Ibid.*

empresa Ledesma al municipio, por primera vez en su historia centenaria⁴⁷⁸. O médico foi visto pela última vez em maio de 1977 depois de ter passado um ano preso/desaparecido. Sobre sua última aparição, constata-se que: “Posteriormente, lograron recabar el testimonio de un vecino quien lo había visto conduciendo su auto en la ruta interprovincial 34, acompañado de otros tres hombres desconocidos, y aunque saludó al Dr. Arédez, éste no respondió el saludo⁴⁷⁹. Provavelmente, o relato de seu vizinho diga respeito ao operativo que envolveu sua morte. Continua a denúncia no documento da seguinte forma: “A raíz de la investigación de la Conadep un detenido que estuve en el campo de concentración de la localidad de Guerrero, Prov. de Jujuy afirma que entre los detenidos del Campo de Guerrero se encontraba, al parecer muy torturado, el Dr. Luis Ramón Arédez⁴⁸⁰”.

O processo de participação da empresa nos desaparecimentos de seus trabalhadores foi uma ação combinada que contou com o apoio logístico e de pessoal com os operativos. No caso do Dr. Arédez, sua esposa declarou frente a Conadep, caso de número 3376: “Mi marido fue cargado en la parte trasera de una camioneta con el logotipo de la Empresa Ledesma impreso en las puertas de dicho vehículo. La camioneta era conducida por un empleado de la propia empresa⁴⁸¹. Assim como no caso da Ford, os esforços da empresa em colaborar com a repressão confluíam diretamente na adoção, por parte dos militares, da doutrina contra-insurgente e, neste sentido, a segurança foi conjugada à economia. Em outro trecho do depoimento da esposa do Dr. Arédez, Olga Arédez esclareceu que: “me entrevisté con el Administrador del Ingenio Ledesma, el ingeniero Alberto Lemos. Él admitió que la Empresa había puesto sus móviles a disposición de la acción conjunta llevada a cabo por las fuerzas armadas, en sus, palabras, ‘para limpiar al país de indeseables’⁴⁸². Ou seja, os indesejáveis eram as pessoas que de alguma forma colocaram em risco os interesses econômicos e de dominação de classe por parte do setor patronal argentino. Desta forma, a repressão no interior das fábricas constitui uma modalidade repressiva do TDE que exemplifica o grau de conexão entre o projeto terrorista das forças armadas na manutenção do *status quo*. O depoimento de Olga Arédez continua afirmando a idéia de que a eliminação de seu marido era uma condição para assegurar os interesses da empresa, segundo o que anunciou o administrador responsável pelo engenho Ledesma Alberto Lemos: “También aseguró que mi esposo, debido a su actividad como asesor médico de los obreros, había resultado muy

⁴⁷⁸ *Id. Ibid.*

⁴⁷⁹ *Id. p. 16.*

⁴⁸⁰ *Id. Ibid.*

⁴⁸¹ Segundo a nota 19 do documento, “Todas las citas textuales en adelante provienen de Arédez Sagues, Luis Ramón, Legajo 3376. testimonio de su esposa, Olga del Valle Márquez de Arédez”. (*Id. Ibid.*)

⁴⁸² *Id. Ibid.*

perjudicial para los intereses económicos de la empresa Ledesma”⁴⁸³.

Apesar do documento tomar o caso do Dr. Arédez em particular, Victoria Basualdo expôs que: “El caso de Arédez no fue de ninguna manera un caso especial en lo que se refiere a la participación del ingenio en el proceso represivo en la zona”⁴⁸⁴. Neste sentido, a autora também citou o caso dos apagões de energia que começaram imediatamente após o golpe de 1976. Os apagões tinham como objetivo fundamental garantir que os operativos dirigidos pelos Grupos de Tarefas (GTs) destinados aos seqüestros/desaparição gozassem de maior sucesso quanto a não identificação de seus envolvidos.

En los tristemente célebres apagones, que comenzaron a realizarse a partir del 20 de Julio de 1976, durante los cuales se cortaba el suministro de energía eléctrica entre las 0 de la noche y las 6 de la mañana, decenas de trabajadores, estudiantes, amas de casa, sindicalistas y profesionales fueron secuestrados, de acuerdo al testimonio de Aredez, “siempre con la colaboración del parque móvil de la Empresa Ledesma”. Los secuestrados fueron recluidos en diferentes centros clandestinos de detención en los que fueron brutalmente torturados, entre los que se encontraba la “sede del escuadrón 20 de gendarmería nacional, ubicado dentro del predio de la Empresa Ledesma, en la actualidad llamado Barrio Ledesma”⁴⁸⁵.

A empresa Ledesma contou com um CCD que, além de manter em cativeiro os trabalhadores “indesejáveis” da própria empresa, foram utilizados como cativeiro de pessoas que não eram diretamente ligadas à empresa, como foi o caso dos estudantes e familiares de pessoas que trabalhavam na empresa. Entretanto, cabe destacar que os operativos geralmente se estendiam por vários dias. Mesmo que o “alvo” já se encontrasse a disposição das forças de repressão. Em outro trecho do documento foi relatado um operativo contra a casa da viúva do Dr. Arédez que, segundo indica o documento, foi levada a cabo a mando de um dos empregados do Engenho Ledesma.

Por si quedaran dudas de la relación entre la empresa y las fuerzas armadas, Olga Arédez señala que al mes de la desaparición de su esposo, después de regresar de una misa para por su aparición, vio invadida su casa “de soldados uniformados del Ejército Argentino (alrededor de 30), al mando de un empleado de la Empresa, Juan de la Cruz Kairuz, quien también desempeñaba la actividad de entrenador del equipo de fútbol de la Empresa Ledesma, Club Atlético Ledesma. Kairuz iba vestido de civil e impartía ordenes al los uniformados de ese allanamiento y, nuevamente, sin ninguna orden judicial se llevaron de nuestro domicilio muchos documentos y libros”⁴⁸⁶.

⁴⁸³ *Id. Ibid.*

⁴⁸⁴ *Id. Ibid.*

⁴⁸⁵ *Id. p. 16-17.*

⁴⁸⁶ *Id. p. 17.*

Geralmente a extensão dos operativos, mesmo depois do alvo/vítima encontrar-se à disposição da repressão, buscava congelar a precipitação das pessoas ligadas aos detidos/desaparecidos em qualquer ação relacionada à recuperação de notícias sobre o paradeiro dos desaparecidos. Estas operações eram direcionadas aos familiares, amigos, colegas de trabalho que fossem arbitrariamente acusados de possuir vínculos com os seqüestrados. Por vezes, a indicação dos nomes dessas pessoas era conseguida a base de torturas extensivas praticadas contra os detidos. Por outro lado, os mecanismos de identificação dos empregados das empresas, como no caso analisado aqui, serviam de indicação para o direcionamento dos operativos. As fichas de identificação dos trabalhadores, constantes dos arquivos da empresa serviam, em princípio, como mote de identificação e informação para a produção de inteligência. O material era apropriado e analisado pela repressão como forma de antecipar dados que ajudassem para o planejamento dos operativos de seqüestro.

O documento redigido por Victoria Basualdo, veiculado pela CTA, presta atenção especial ao que diz respeito à recuperação das condições de trabalho no Engenho Ledesma durante a implantação e vigência do regime militar.

La jornada diaria de más de 12 horas que debían cumplir los trabajadores (en ese entonces entre 12.000 y 12.500, hoy serían menos de 2.500), los insuficientes salarios, pagados no con dinero sino con papeles de crédito de la empresa, la falta de atención médica adecuada y las condiciones precarias de vivienda en pueblo, vigentes tanto en los años '70s como en la actualidad, constituyen el contexto de la política represiva⁴⁸⁷.

No trecho que destacamos acima, nota-se a preocupação da autora em relacionar as condições históricas de trabalho no Engenho traçando um paralelo com a situação no presente. Ao situar os marcos repressivos no contexto de ditadura, um, dentre os dados arrolados pela autora chama a atenção pela relação estabelecida pela empresa com a política econômica da ditadura. Trata-se dos pagamentos aos trabalhadores por meio de títulos da empresa. O financiamento da dívida do Engenho pelo Estado propiciou a adoção deste mecanismo, na medida em que, agiu diretamente no movimento financeiro que a empresa adotou para o pagamento e a exploração e expropriação de sobretrabalho. O apoio das instituições financeiras foi fundamental para a regulação do marco exploratório dos trabalhadores do Engenho Ledesma que seguiu a tendência conjuntural de financeirização da economia argentina.

Por outro lado, o aprofundamento da proletarização dos trabalhadores do Engenho,

⁴⁸⁷ *Id. Ibid.*

presente nas condições de extrema exploração ao qual estavam submetidos os trabalhadores, estendeu-se até a negligência quanto ao atendimento médico e às condições de moradia. Junta-se ao quadro da precarização nas condições de trabalho para estes trabalhadores a degradação dos recursos naturais, situação inerente à atividade dos canaviais. Uma relação de fatores que, somados a repressão da ditadura, estabeleceu um quadro histórico de perdas significativas tanto para os trabalhadores envolvidos diretamente na atividade da empresa, quanto para o conjunto da população que residia nas localidades próximas ao engenho. Segundo Victoria Basualdo,

Esto se suma a la profunda insalubridad no sólo de las condiciones de trabajo sino de vida, ya que por la constante aspiración del polvo del bagazo, el desecho de la caña de azúcar que contamina el agua, el aire y la tierra, los pobladores sufren severos problemas respiratorios, que en muchos casos, como el de Olga Aridez, derivaron en cáncer del pulmón, lo que finalmente causó su muerte el 17 de marzo de 2005⁴⁸⁸.

Como indica Victoria Basualdo, a militância no passado, com suas características e especificidade, liga-se à do presente no que diz respeito a algumas reivindicações como o direito a melhores condições de vida dos trabalhadores. Por outro lado, nota-se uma reivindicação pela memória destes eventos traumáticos que o documento, por vezes, passa da amostragem à denúncia, como foi o caso da entrevista de Mario Paz, recolhida pela autora junto ao documentário *Sol de Noche*⁴⁸⁹ de Pablo Milstein e Norberto Ludin. Nela, o ex-diretor de Relações Públicas do Engenho fala sobre o caso de Luis Ramon Arédez, além de revelar os critérios de contratação adotados pela empresa à época.

Paz admitió orgulloso haber despedido a más de diez mil trabajadores, entre ellos a Luis Arédez, quien “era un mediquito zurdo, un buen médico pediatra, pero que tenía ese gesto demagógico con el personal”. Reconoció asimismo que el personal de gendarmería (“eran seis hombres, pero que cojonudos”) tenía acceso permanente al terreno de la empresa, dentro del que tenían un destacamento propio. Finalmente, en su declaración útil para entender la filosofía que guiaba el manejo de recursos humanos de la empresa: “Yo detengo diez sospechosos, los reviento a todos hasta que salta el culpable, y ahí largo a los nueve restantes y les pido disculpas”⁴⁹⁰.

O exame minucioso das partes envolvidas nas atividades sindicais pelo pessoal a cargo dos recursos humanos do Engenho era uma ação prévia aos seqüestros. No que diz respeito à

⁴⁸⁸ *Id. Ibid.*

⁴⁸⁹ *Sol de Noche. La historia de Olga y Luis.* (2002, 78 min.).

⁴⁹⁰ *Id.* p. 17-18.

colaboração com o TDE, fica evidente o efeito pedagógico⁴⁹¹ que a ação de investigação, por parte de Paz, causava nos demais trabalhadores que presenciavam a averiguação. Dotava-se o ambiente de uma “aura” de desconfiança e instabilidade. Com a adoção deste tipo de mecanismo, típico da atuação do TDE em âmbito fabril com a implementação da “pedagogia do medo”, buscou-se balizar a ação dos trabalhadores em um ambiente restrito cujo horizonte final era a aceitação das condições precárias de trabalho. Além da atuação direta de Mario Paz em interrogatórios com requintes de tortura.

Por outro lado, um dado não referenciado no documento da CTA foi o de que, a repressão no Engenho Ledesma correspondeu ao meio agrário argentino, durante a ditadura de Terrorismo de Estado. Um dado significativo se levarmos em consideração o fato de que o Engenho Ledesma contava com um conjunto de relações que se mesclavam entre os postos de trabalho no interior da refinaria e as plantações de cana de que se alimentava a produção de açúcar. A repressão em âmbito dos trabalhadores rurais se deu, segundo a Conadep, principalmente, entre os que se encontravam ligados às Ligas Camponesas.

Entre os trabalhadores assalariados e pequenos produtores agrários ocorreram numerosos desaparecimentos, previamente ao golpe militar de 24 de março de 1976, sob o império do estado de sítio, ditado em novembro de 1974, e depois daquele, especialmente nas províncias nortistas de Tucumán e Jujuy, e nas províncias litorâneas de Chaco, Formosa, Corrientes e Misiones; nestas últimas especialmente em relação às Ligas Camponesas⁴⁹².

Sobre o Engenho Ledesma, a Conadep relatou a detenção de Ernesto Reynaldo Saman. O caso Saman encontra-se relacionado na pasta nº 4841. Sua detenção foi realizada no dia 24 de junho de 1976, portanto, posterior ao golpe. Saman foi preso enquanto trabalhava na seção de abastecimento a mando do chefe de seu setor: “recebeu a comunicação de seu

⁴⁹¹ Segundo Enrique Padrós, um dos elementos característicos do TDE é a implantação da “cultura do medo”: “Trata-se do cenário do silêncio, da desconfiança, da alienação, da autocensura e de um clima de temor permanente”. Entretanto, segundo indica Padrós: “A ‘cultura do medo’ não deve ser confundida com a ‘pedagogia do medo’, entendida como a instrumentalização da aplicação das modalidades repressivas de impacto mais direto, a função ‘pedagógica’ de ensinar e lembrar que, havendo transgressão das atitudes comportamentos e limites permitidos, haverá duríssima punição. Neste sentido, o temor obtido funciona como fonte de obediência compulsiva ou, na menor das hipóteses, como desmobilização e paralisação militante ou de manifestações pública de descontentamento. A ‘pedagogia do medo’, organizada desde o aparato estatal e disseminada por todo o território nacional, impõe, através da violência – direta ou irradiada, institucional, cultural, psicológica -, o entorpecimento do raciocínio, o bloqueio da capacidade de compreensão e a acentuação do estresse, condicionamentos presentes no cenário da ‘cultura do medo’.

A imposição do medo, portanto, é um objetivo central nas experiências de TDE e objetiva causar atitudes de paralisia, desconfiança, resignação, silenciamento, indiferença da sociedade civil diante dos grandes problemas da realidade. O efeito combinado da exploração econômica, da repressão física, do rigoroso controle dos espaços de atuação política e social e da desinformação predominante intensificam a incerteza e a insegurança” (PADRÓS, E. S. *Op. cit.* p. 18.).

⁴⁹² CONADEP, *Op. cit.* p.288.

chefe de seção de que devia apresentar-se de imediato no escritório de pessoal e sem a correspondente autorização para sair da fábrica”⁴⁹³. Segundo a Comissão, antes mesmo de apresentar-se, conforme solicitado, Saman foi abordado por “duas pessoas à paisana, cujos nomes não pode citar porque não se identificaram, o detiveram...”⁴⁹⁴. Conforme o depoimento de Saman a Comissão, dois oficiais estiveram envolvidos no seu interrogatório, eram: o subdelegado Damián Vilte e o delegado Ernesto Haig. Ambos atuavam na Central de Polícia de Jujuy, local para onde Saman foi transferido. Além dos dois oficiais citados, Saman reconheceu o Capitão Jones que, segundo a Comissão: “Este Capitão lhe fez muitíssimas perguntas relativas ao tempo em que o denunciante era estudante em Tucumán”⁴⁹⁵. Parte das perguntas do interrogatório, segundo o relatório da Conadep: “Presume que o objetivo era investigar se tinha qualquer conexão com organizações extremistas”⁴⁹⁶. Sabe-se que em Tucumán a atuação do ERP foi significativa, pois, dentre as táticas empregadas pela organização, havia o foquismo. Entretanto, grande parte da organização havia sido exterminada ou detida em Tucumán a partir do *Operativo Independência*, em 1975, como comentado anteriormente.

As denúncias acerca da cumplicidade da empresa Ledesma em relação aos delitos de lesa-humanidade iniciaram ainda em 1979. À época, a comissão da Organização de Estados Americanos (OEA) visitou a Argentina para averiguar a procedência de denúncias relacionadas aos Direitos Humanos. Segundo testemunho de Olga Arédez à Conadep, citado por Victoria Basualdo no documento veiculado pela CTA:

A comienzos del año 1979 nos reunimos en la ciudad de San Miguel de Tucumán ante la Comisión Interamericana de Derechos Humanos, dependiente de la O.E.A. (Organización de Estados Americanos), para realizar la denuncia de la desaparición de nuestros familiares. Nos juntamos centenares de familiares de todo el noroeste argentino. En el hotel donde se recepcionaba las denuncias, Hotel Versailles, estaba también alojado, sorpresivamente, junto a su mujer el Director de Relaciones Públicas de la Empresa Ledesma, el señor Mario Paz, muy temido por los demás familiares, quienes venían a denunciar las detenciones y desapariciones producidas en Ledesma. Mario Paz se apostó en un sillón a la entrada del hotel, y cuando accedíamos a presentar las denuncias, nos topábamos, inevitablemente, con su figura. Por este motivo algunos familiares, que tenían sus otros hijos empleados en la Empresa Ledesma, no pudieron hacer sus denuncias de una manera personal. Las tuvimos que llevar por ellos los otros denunciante, no vinculados laboralmente a la empresa, y entregarlas en su lugar. El mencionado Paz no se movió ni un instante de su sitio durante nuestra

⁴⁹³ *Id.* P. 289.

⁴⁹⁴ *Id. Ibid.*

⁴⁹⁵ *Id. Ibid.*

⁴⁹⁶ *Id. Ibid.*

presentación⁴⁹⁷.

A intimidação aos que procuraram denunciar o desaparecimento de pessoas foi uma prática recorrente durante o período de ditadura. As denúncias formais começaram ainda em 1978, ano em que as *Madres de la Plaza de Mayo* passaram a fazer ronda periodicamente em frente a *Casa Rosada*, sede do governo argentino. Ainda que, de modo geral, as denúncias tenham iniciado junto com a atividade da Triplo A, em 1974, 1978 é o ano em que elas passam a adquirir repercussão mundial. Durante este ano, houve a realização do campeonato mundial de futebol profissional na Argentina, ocasião em que os acontecimentos protagonizados na Argentina passaram a atrair olhares de toda a parte do mundo. Foi durante a copa que as Madres fizeram suas aparições mais incisivas. Incisiva também foi a repressão dos órgãos de segurança no sentido de escamotear, encobrir os atos das Madres. Tendo em vista a polêmica gerada com a aparição delas, a dimensão dos atos de tortura e desaparecimento tomou proporções junto com a denúncia de pessoas que foram exiladas e procuravam estabelecer um canal de interlocução para efetivá-las no exterior. Foi durante o período mais agudo da repressão e a prática política do desaparecimento de pessoas, que muitas entidades defensoras dos Direitos Humanos fizeram sua aparição no cenário nacional e internacional.

A pressão relegada pela crescente organização dos organismos de defesa dos Direitos Humanos, abriu um flanco de disputa no governo ditatorial quanto aos rumos da “guerra suja”. Havia a preocupação eminente de que os “horrores” bancados pelo processo de implantação da ordem refundadora na Argentina fossem julgados pelos organismos internacionais a exemplo dos Tribunais de Nuremberg. Uma reivindicação que exigiu atenção dos componentes da direção militar a cargo do governo.

A constatação, por parte da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), sobre o tema dos seqüestros seguidos de desaparecimentos, coincidiu com a campanha no exterior levada a cabo pelo governo da ditadura para tentar estabelecer uma imagem moderada de Videla. Segundo Novaro e Palermo: “Tanto a Presidência como os comandos ‘moderados’ do Exército depositaram na visita da CIDH a esperança de limpar sua imagem externa e bloquear, simultaneamente, os linhas-duras e a crescente atividade do movimento de resistência que estava sendo gerado em torno dos organismos de Direitos Humanos”⁴⁹⁸. Meses mais tarde, em meio a uma verdadeira campanha de denúncia contra Videla, por parte de Patricia Derian, secretária de Direitos Humanos do Departamento de Estado, o conflito gerado pela questão se tornou público.

⁴⁹⁷ BASUALDO, V. *Op. cit.* p. 18.

⁴⁹⁸ NOVARO, M. e PALERMO, V. *Op. cit.* p. 364.

Quando lhe coube viajar para Washington, um mês depois, sofreu por parte da imprensa e dos funcionários norte-americanos um obsessivo interrogatório sobre a questão dos direitos humanos, incentivado pelo seqüestro, ocorrido dias antes em Buenos Aires, de Alfredo Bravo, dirigente da APDH (em uma operação maquinada por Suárez Mason, evidentemente dirigida a torpedear a imagem de moderação que Videla procurava instalar)⁴⁹⁹.

Uma verdadeira crise de hegemonia⁵⁰⁰, nos dizeres de Gramsci, da qual padeceu a ditadura argentina a partir de 1978. Potencializada internamente pela pressão dos organismos de Direitos Humanos, estendida em uma campanha internacional a partir da ação dos diversos organismos envolvidos com a questão. O regime civil-militar estabeleceu uma relação em que a força suplanta o consenso, portanto, a prática de aproximação dos grupos patronais com o projeto revela uma dimensão de terrorismo ampliado como elemento de dominação. Um projeto que foi fortemente questionado, em seu âmbito de atuação, pela denúncia realizada por Patrícia Derian.

Como se não bastasse, em fins daquele ano, o regime recebeu uma prova clara de que assim não poderia convencer os políticos nem o público norte-americano: em sua visita ao país em resposta ao convite feito por Videla a Carter em setembro, o secretário de Estado Cyrus Vance, em um aval expresso às suas denúncias, se fez acompanhar de Patrícia Derian, e apresentou uma lista de 7.500 pessoas desaparecidas, elaborada pela embaixada⁵⁰¹.

A relação da ditadura com a questão dos Direitos Humanos, expressa, de uma forma mais geral, uma interlocução entre Estado e Sociedade Civil mediada pelo Terrorismo como

⁴⁹⁹ *Id.* p. 366.

⁵⁰⁰ Segundo Gramsci: “A crise se apresenta, praticamente, na dificuldade cada vez maior para formar os governos: ela tem sua origem imediata na multiplicação dos partidos parlamentares e nas crises internas permanentes de cada um destes partidos (ou seja, verifica-se no interior de cada partido o que se verifica no Parlamento como um todo: dificuldades de governo e instabilidade de direção)”. Embora o parlamento argentino tenha sido dissolvido imediatamente após o golpe de março de 1976, é significativo entender que o projeto terrorista da ditadura no âmbito de sua direção se deu sob o predomínio da força. Não tomamos a indicação de Gramsci como um elemento a mais, identifica-se nele uma aproximação para com o processo argentino. Neste sentido, uma indicação fornecida pelo intelectual italiano Antonio Gramsci nos *Quaderni* quando a crise se acirra ela se torna um elemento a mais e, aí então, crucial da crise de hegemonia que perpassou todo o contexto anterior ao golpe de 1976 na Argentina, a saber, o do comprometimento para com ações ilegais se tomadas do ponto de vista do Estado de direito. Gramsci indica neste momento uma relação que aparentemente torna-se personalista e se materializa nos acordos para a sustentação do regime: “As formas deste fenômeno são também, em certa medida, de corrupção e dissolução moral: cada fração de partido acredita possuir a receita infalível para deter o enfraquecimento do partido como um todo e recorre a todos os meios para assumir sua direção ou, pelo menos, para participar da direção, do mesmo modo como, no Parlamento, o partido pensa que deve ser o único a formar o governo para salvar o país, ou pelo menos pretende, para dar apoio ao governo, participar dele do modo mais amplo possível; disso resultam acordos cavilosos e minuciosos, que não podem deixar de ser personalistas a ponto de parecer escandalosos e que, frequentemente, são inconfiáveis e traiçoeiros. Talvez, na realidade, a corrupção pessoal seja menor do que parece, já que todo o organismo político está corrompido pelo esfacelamento da função hegemônica”. (GRAMSCI, A. *Op. cit.* p. 96). Neste sentido, a referência de Gramsci se materializou durante todo o processo histórico ocorrido pós derrubada do regime peronista de 1945-1955.

⁵⁰¹ NOVARO, M.e PALERMO, V. *Op. cit.* p. 364.

garantia de sucesso do projeto burguês para a sociedade argentina, na qual esta relação se tornou insustentável a partir de 1978⁵⁰². A situação interna do regime, carente de sustentação e seriamente comprometida com a crise de direção que se mostrou nos atos de sabotagem ao presidente Videla, obrigou o presidente a procurar auxílio no exterior⁵⁰³. A saída para a crise foi apontada, naquele ano, com a promessa de Videla de direcionar esforços para a abertura política. Entretanto, tal solução possuía como pano de fundo o embargo internacional à Argentina expresso na Lei de Assistência a Segurança⁵⁰⁴. Esta crise se estendeu progressivamente até o ano de 1982 e redundou na abertura política de 1984. De forma alguma a ditadura deixou de ser ditadura a partir de 1978. Por outro lado, o regime passou por forte questionamento interno com a aparição das associações e grupos em defesa dos Direitos Humanos.

Em plena crise que afetou o regime, a ditadura buscou incansavelmente burlar o embargo internacional ao país. A corrupção e os negócios ilícitos surtiram o efeito desejado pelo regime na medida em que estabeleceu novos canais de comércio de armas para sustentar, fundamentalmente com o uso da força o bloco no poder. Ao invés de suavizar a repressão, o regime optou por medidas que: “Em contrapartida dariam mais resultados os esforços para criar canais alternativos de abastecimento militar: as redes de tráfico de armas com países europeus e Israel, e os negócios paralelos de corrupção e drogas floresciam nos bastidores do poder durante os anos seguintes”⁵⁰⁵. Ao cobrir o julgamento de dois militares envolvidos na

⁵⁰² A indicação de Novaro e Pelermo vai ao encontro do que indica Voltaire Schiling em relação a mudança de posição estadunidense sobre a questão dos direitos humanos: “Como era esperado, os atritos do governo Carter com as ditaduras latino-americanas começaram a espoucar. Embaixadores norte-americanos pressionavam os regimes castrenses para que abrandassem os rigores das prisões políticas, bem como suprimissem com as práticas de tortura. Dada a má vontade dos regimes repressivos do continente no cumprimento destas normas, Carter começou a congelar o fornecimento de armamentos a vários países (Guatemala, Nicarágua, Chile e Argentina), sendo que o Brasil terminou por romper o acordo militar com os Estados Unidos, por iniciativa do governo Geisel em 1977.” (SCHILING, Voltaire, *Estados Unidos X América Latina: as etapas da dominação*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984. p. 60-61.).

⁵⁰³ Segundo Novaro e Palermo: “Nos meses seguintes, em sucessivas visitas ao Paraguai, Brasil, Uruguai e Peru, Videla buscava formar algo como uma frente em defesa da autodeterminação dos povos e do espírito de união latino-americana. Princípios que, embora não figurassem entre as preferências da política externa argentina dessa época, naquele momento pareceram úteis para dar cobertura internacional ao regime” (NOVARO, M. e PALERMO, V. *Op. cit.* p. 364).

⁵⁰⁴ No que diz respeito ao tratamento aos Direitos Humanos como entrave aos empréstimos argentinos no exterior, Novaro e Palermo indicam que a ditadura, na sua busca por legitimidade internacional e solidariedade quanto ao financiamento do projeto: “Obteve certa solidariedade regional por esse caminho, mas ela não se traduziu em ações concretas e carecia da relevância necessária para compensar as sanções que os funcionários de Carter estabeleceram com vigor cada vez maior: a redução dos créditos para equipamento militar de início de 1977 foi seguida pela entrada em vigor, em outubro de 1978, da emenda Humphrey-Kennedy à Lei de Assistência à Segurança que, no caso argentino, implicou no embargo de armas e restringiu ainda mais a aprovação de créditos com outras finalidades.” Em nota de rodapé, os autores argumentam que: “Já no começo desse ano, Martínez de Hoz registrou, em suas gestões junto aos funcionários norte-americanos do Tesouro e nos organismos de crédito (Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento), que não se aprovariam novos créditos para a Argentina até que não se demonstrasse uma melhoria na situação dos direitos humanos” (*Id.* p. 367-368).

⁵⁰⁵ *Id.* p. 368.

repressão da ditadura, a saber, Santiago Riveros e Carlos Suárez Mason, Horacio Verbetsky alertou para problemas adjacentes levantados durante o julgamento que envolviam empresas italianas no abastecimento ilegal de armas para a Argentina durante a ditadura. No calor do momento, o jornalista Horacio Verbetsky relatava na ocasião que os juizes italianos: “Han oído que grandes empresas italianas abastecían de armas los militares de la dictadura”⁵⁰⁶. Uma evidência inoportuna para italianos e argentinos que gerou muito constrangimento para o tribunal. Dentre os responsáveis pelas denúncias encontravam-se, à época, a CTA e diversas entidades ligadas aos Direitos Humanos na Argentina.

O último caso de cumplicidade patronal encontrado no documento da CTA, diz respeito à participação da empresa Mercedes Benz, indústria automotiva, no processo de repressão durante a ditadura. Fundada na Alemanha em 1890, segundo Victoria Basualdo: “La planta de Argentina, la primera filial de la empresa en el exterior, se estableció en Gonzáles Catán, Provincia de Buenos Aires, en 1951”⁵⁰⁷. A autora comenta o trabalho de Gaby Weber⁵⁰⁸ em relação ao tratamento da questão. Gaby Weber, segundo Victoria Basualdo, escreveu dois livros e editou um documentário sobre a questão. Segundo o documento da CTA:

El análisis de la historia de la empresa sitúa sus acciones durante la dictadura en perspectiva: a la luz de su relación con el nazismo a partir de la década de 1930 y los beneficios que esta asociación le reportó en la expansión de su producción y sus ganancias, de la utilización de mano de obra compuesta por polacos y judíos reducidos a relaciones de trabajo equivalentes a la servidumbre, y del empleo ofrecido por Mercedes Benz Argentina a Adolf Eichmann, criminal de guerra y encargado de la logística del transporte masivo de judíos hacia los campos de exterminio, hasta su secuestro por agentes de inteligencia que lo trasladaron a Israel, adonde fue juzgado en 1961 y ejecutado en 1962, la política represiva de Mercedes Benz no parece sino presentar una línea de continuidad bastante predecible⁵⁰⁹.

Sobre o caso da cumplicidade patronal de Mercedes Benz a CTA recorreu ao passado que ligava a empresa ao extermínio nazista durante a II Guerra Mundial. Sabe-se que além de promover o assassinato e mortes sumárias de judeus, o regime do Reich aproveitou para exterminar comunistas, socialistas, social-democratas e anarquistas. Enfim, toda a oposição

⁵⁰⁶ VERBETSKY, H. *Jaulas Vacías: El Juizo de Roma y su Significadopara Italia yla Argentina*. Disponível em: www.pagina12.com.ar/2000/00-06-18/pag11.htm. Acesso em 21/03/2009.

⁵⁰⁷ BASUALDO, V. *Op. cit.* p. 18.

⁵⁰⁸ “Su primer libro fue publicado en Alemania (“Los desaparecidos de Mercedes Benz”), y el segundo no trata específicamente del caso de Mercedes Benz, aunque contiene algunos capítulos que a él se refieren (ver Gaby Weber, *La Conexión alemana. El lavado del dinero nazi en la Argentina*. Buenos Aires: Edhasa, 2005.)”. Além dos livros que a autora comenta, encontram-se, também, um documentário, “El documental se titula ‘Milagros no hay. Los desaparecidos de Mercedes Benz’ color 113 min., 2003, y existe una versión actualizada: 85 minutos, 2005.” (*Id.* p. 19).

⁵⁰⁹ *Id. Ibid.*

suspeitada ou declarada ao plano do Reich nazista. Segundo o documento, a empresa aproveitara-se do contexto de guerra declarada para ampliar seu próprio lucro participando ativamente do apoio ao regime de Adolf Hitler, e por ele apoiado em consequência.

Sobre este envolvimento da empresa com o Reich, a autora demarca certa continuidade no que diz respeito à repressão durante a ditadura. Ao citar o conhecido caso de Adolf Eichmann⁵¹⁰, o documento sugere que havia, por parte da empresa, uma política repressiva. Ademais, tal exemplo combina os interesses da empresa com a política repressiva demarcada pela ditadura. Entretanto, a característica que marcou a atuação da política repressiva da empresa durante a ditadura argentina, repousava na conjuntura política existente na luta sindical que antecedeu o golpe. Este embate se deu no âmbito da representação do sindicato dos mecânicos (SMATA), pois, “debido a que lejos de representar los intereses de los trabajadores, no hacían más que negociar con los directivos de la empresa”⁵¹¹. A cooptação da cúpula sindical de SMATA propiciou, conforme consta no documento, que “Los cuatro mil trabajadores de la planta, reunidos en asamblea, eligieron una nueva comisión interna, compuesta por nueve representantes, que a partir de ese momento sería conocida como ‘el grupo de los nueve’”⁵¹². A partir daí, SMATA objetou a representação reeleita em assembléia e, em uma ação típica da aliança entre sindicatos cooptados e interesses patronais, “SMATA negó la validez de la elección y de la comisión interna y la empresa despidió a 115 obreros (entre los cuales se contaban los 17 que luego serían secuestrados durante la dictadura) con aval de gremio automotor y su secretario general José Rodríguez”⁵¹³. Rodríguez foi mais um civil envolvido com a repressão.

O caso do envolvimento da empresa Mercedes Benz na repressão teve seu momento mais forte com uma ação de seqüestro protagonizada pelos *Montoneros*. Durante o transcurso do ano de 1975, a aproximação ente o movimento sindical e a organização guerrilheira de esquerda ficou evidente após a paralisação da produção da empresa encampada por seus trabalhadores durante a adesão às greves gerais que atingiram todo o país. Pela análise da CTA: “El 24 de Octubre de 1975, en el transcurso de la huelga, se produjo el secuestro del Jefe de Producción de la planta, Heinrich Metz, por parte de Montoneros, con la demanda de la reincorporación de los cesantes”⁵¹⁴. Um episódio que recolocou em franca disputa a ultra-

⁵¹⁰ Sobre esta questão, a autora Hannah Arendt escreveu um livro sobre a prisão e o julgamento de Eichmann. Ver: ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: Um Relato Sobre a Banalidade do Mal*. São Paulo. Cia das Letras, 1999.

⁵¹¹ BASUALDO, V. *Op. cit.* p. 19.

⁵¹² *Id. Ibid.*

⁵¹³ *Id. Ibid.*

⁵¹⁴ *Id. Ibid.*

direita argentina, representada pela Triplo A, e a esquerda radicalizada representada pela organização do peronismo radicalizado presente nos Montoneros. Uma ação típica do contexto político encontrado nos anos de 1970 na Argentina.

Por outro lado, sabe-se que a guerrilha saiu vencedora nas negociações, pois, após a incorporação do contingente despedido, os Montoneros passaram a exigir um montante em dinheiro pela soltura Heinrich Metz. Segundo a indicação do documento da CTA não se sabe ao certo o montante efetivo recebido pela guerrilha pelo resgate de Metz. Ademais, a partir do evento que envolveu o seqüestro de Metz, ficou evidente a característica de atuação da empresa em relação a fraudes e negócios ilícitos envolvendo dinheiro público.

La empresa finalmente cedió y declaró la reincorporación de todos los despedidos, después de lo cual Montoneros exigió el pago de un rescate, que de acuerdo con la casa matriz de la empresa en Alemania fue de siete millones de dólares, mientras que la gerencia local sostiene que fue de cuatro y los encargados de las finanzas de Montoneros de dos millones. La investigación sobre el misterio del monto efectivamente pagado por el rescate dejó al descubierto las prácticas fraudulentas de la empresa que aprovechó el secuestro para consignar una cifra muy superior a la real en su declaración de impuestos en Alemania, lo que permitió obtener un importante margen de ganancia⁵¹⁵.

Durante os anos de 1970 a guerrilha dos Montoneros arrecadou uma quantia significativa em dinheiro. Até o golpe de 1976, parte deste montante serviu para guarnecer materialmente a atividade da guerrilha em território nacional. O golpe de 1976 precedido e seguido da campanha contra-insurgente encampada pelo Estado e o setor patronal da sociedade civil, decretou, por meio da repressão aberta, a aniquilação das atividades guerrilheiras em solo nacional. A cúpula dirigente da guerrilha partiu para o exílio, seguida de perto por alguns quadros menos importantes que conseguiram se inserir na fuga. O dinheiro arrecadado com as ações de seqüestro e expropriação a banco e empresas multinacionais, serviu para manter os quadros Montoneros no exílio. Ainda que a trajetória do ERP tenha sido bastante distinta uma vez que houve, por parte do comando, ordem de retorno para continuar o combate. O próprio Santucho retorna a Argentina e morre pouco depois do golpe de Estado.

Esta situação de fuga de boa parte da cúpula montonera ao exílio, gerou conseqüências gravíssimas aos que ficaram. A partir de 1976, os quadros guerrilheiros que, sem maiores opções, ficaram no país, no ato de suas detenções, eram encaminhados a Escola de Mecânica da Armada (ESMA). Lá eram submetidos à tortura física, cujo quadro de detenção tinha como objetivo principal descobrir informações sobre quadros da organização ainda em liberdade,

⁵¹⁵ *Id. Ibid.*

além de subjugar a condição humana de cada prisioneiro que, segundo Gillespie, optaram por colaborar com a repressão: “porque sus líderes se habían ido y les habían abandonado”⁵¹⁶. Neste sentido, mais adiante destacamos o trabalho do Grupo de Tarefas (GT) 3.3 em um de seus destacamentos que atuou na ESMA, o GT 3.3.2.

Ao continuar a denúncia contra a Mercedes Benz, o documento da CTA destacou a atuação do Ministro do Trabalho, Carlos Rockauf, na assinatura de um decreto de aniquilação da “subversão”. Ao retomar a discussão do trabalho de Gaby Weber, Victoria Basualdo indica a seguinte discussão,

La situación en la fábrica comenzó a alterarse significativamente entre fines de 1975 y comienzos de 1976. Weber demuestra de manera contundente las relaciones entre el gobierno, en particular el entonces Ministro de Trabajo Carlos Rockauf, quien el 6 de octubre de 1975 promovió y firmó un decreto de aniquilamiento de la subversión en los centros industriales, asimilando toda lucha obrera a un proceso de guerrilla industrial, la dirigencia sindical burocrática y las cúpulas empresariales. En el caso de SMATA, la aceptación de la política de eliminación de la “guerrilla industrial” impuesta por el gobierno se plasmó en la firma de un convenio con las empresas automotrices, que entró en vigencia en Mercedes Benz el 21 de julio de 1975, estableciendo que el 1% del precio de venta de cada vehículo se dedicaría a la formación de un fondo extraordinario para la “erradicación de elementos negativos” de la fábrica. Este fondo sería administrado por la dirección de SMATA sin auditoria alguna, a cambio de que la propia entidad supuestamente representativa de los trabajadores se encargara ella misma de garantizar su represión efectiva⁵¹⁷.

Ou seja, as condições de cooptação da cúpula sindical, representada por uma burocracia legitimista do governo repressivo apresentado à época de Juan Domingo Perón e agravado à época de Isabelita, foi a estrutura preexistente que possibilitou a implantação efetiva de uma política de extermínio generalizado direcionada aos trabalhadores em atividade na fábrica da Mercedes Benz Argentina. Esta aproximação entre Estado e cúpula sindical cooptada foi uma continuidade na história argentina. O que diferenciou esta relação a partir de 1973 foi a adoção, por parte da última, da política de Terrorismo de Estado generalizada a partir do golpe de Estado de março de 1976, mas, que se fazia presente antes mesmo do golpe, portanto, durante o terceiro governo peronista. Ainda que o documento confeccionado pela CTA não cite tais condições, a partir do que discutimos nos capítulos anteriores, nos mostrou claramente que as condições do movimento operário, a partir do primeiro governo peronista, modificaram-se substancialmente. Junta-se a isso a ação de organização da direita argentina a partir de 1970, discussão apresentada no segundo capítulo que contempla, principalmente, a

⁵¹⁶ GILLESPIE, R. *Op. cit.* p. 300.

⁵¹⁷ BASULDO, V. *Op. cit.* p. 20.

organização dos *Terratenientes*.

Quanto à Mercedes Benz, Victoria Basualdo indica que: “La participación de la empresa en la represión se encuentra documentada en varios testimonios”⁵¹⁸. Neste sentido, o documento redigido pela autora para a CTA congregou o relato do trabalhador da empresa Héctor Ratto. Neste testemunho encontra-se uma das chaves para o entendimento da participação da empresa no processo de repressão aos seus funcionários, bem como a participação de civis no Terrorismo de Estado. Segundo Basualdo: “El obrero Héctor Ratto estuvo presente cuando el jefe de producción de la fábrica, Juan Tasselkraut, transmitió a las fuerzas de seguridad la dirección del obrero Diego Núñez, quien fue secuestrado ese mismo día y permanece desaparecido hasta la fecha”⁵¹⁹. Ou seja, no caso da desapareição de Diego Núñez a participação de um civil foi determinante. O responsável direto por esta desapareição foi Juan Tasselkraut, funcionário da empresa responsável pela produção na fábrica de Mercedes Benz. A produção da fábrica encontrava-se seriamente comprometida pela formação da oposição sindical na fábrica que atendia pelo nome de Grupo dos 9 que aderiu às reivindicações classistas. Portanto, a desapareição de Núñez foi um golpe com duplo sentido porque demonstrou, por um lado, o preço que os trabalhadores pagariam, daquele momento em diante, pela organização de uma oposição e, por outro lado, demonstrava que a organização da produção na fábrica da Mercedes Benz estava acima da vida de seus trabalhadores. Ou seja, além dos riscos físicos inerentes à linha de produção, juntou-se o risco de vida que uma organização não consentida pela burocracia sindical, interessada em negociar acordos prejudiciais aos trabalhadores e favorecer, por consequência, o ambiente pleno de exploração dos trabalhadores pela empresa. Segundo o documento da CTA:

El mismo Juan Tasselkraut dio cuenta de los efectos que la represión tuvo no funcionamiento interno de la empresa, cuando en el contexto de los Juicios por la Verdad en los tribunales de La Plata, se le preguntó si consideraba que existía alguna relación entre la disminución del conflicto en la fábrica, el aumento de la productividad y la desaparición de obreros y militantes. Su respuesta fue: “Y Milagros no hay”⁵²⁰.

Os Juízos pela Verdade levados a cabo na cidade de La Plata, capital da Província de Buenos Aires, agruparam uma série de acusados de delitos de lesa-humanidade. Dentre os principais estão o próprio Juan Tasselkraut e o padre da Igreja Católica Von Vernich. Ficaram mundialmente conhecidos quando, na eminência do testemunho na causa contra Von Vernich, Julio Lopez desapareceu misteriosamente quando saiu de seu domicilio para fazer compras.

⁵¹⁸ *Id.* p. 20.

⁵¹⁹ *Id.* *Ibid.*

⁵²⁰ *Id.* *Ibid.*

Julio Lopez continua desaparecido até a presente data.

No caso do testemunho de Tasselkraut, ficou mais claro a forma como os interesses econômicos das multinacionais casaram com a política de extermínio encampada pelos militares. Com a afirmação de que “Milagres não existem”, o acusado levantou o óbvio. A ampliação dos resultados na linha de produção da empresa dependeu diretamente da eliminação física de militantes e operários envolvidos com a oposição sindical. Tratava-se, em suma, de uma política de eliminação que se direcionou, primeiramente, aos trabalhadores diretamente envolvidos com a militância de oposição. Com o golpe, a política se amplia aos demais trabalhadores que, comprovadamente, não estavam envolvidos com a militância, mas, de alguma forma, foram apontados pelos gerentes dos demais setores da empresa como perigos em potencial.

Um oficial que foi contratado pela empresa após prestar serviços à repressão foi o comandante da Brigada de Investigações de San Justo, transformado em Centro Clandestino de Detenção, de nome Rubén Luis Lavallén. O caso de maior repercussão que envolveu Lavallén foi o seqüestro, seguido de desaparecimento do trabalhador da linha de produção da empresa conhecido por Alberto Gigena. Lavallén foi reconhecido pela esposa de Gigena. Victoria Basualdo analisou a vinculação de Lavallén com os casos de repressão da ditadura da seguinte forma,

Lavallén estuvo a cargo durante os primeros años de la dictadura del comando de la Brigada de Investigaciones de San Justo, sede de un centro clandestino de detención. Fue positivamente identificado por la esposa del obrero de Mercedes Benz, Alberto Gigena, uno de los secuestradores de su esposo, quien nunca volvió a aparecer. Con esta foja de servicios, Lavallén fue contratado por Mercedes Benz en 1978 como encargado de la seguridad y vigilancia de la planta de González Catán⁵²¹.

Segundo a autora do documento da CTA, Lavallén foi contratado para realizar a segurança de uma das plantas da empresa, justamente pelos serviços prestados a repressão, uma prática comum entre as empresas que possuíam interesses vinculados com a política repressiva e econômica da ditadura. Entretanto, no caso de Lavallén, além do serviço de repressão prestado a fábrica de Mercedes Benz, o oficial cometeu um crime muito comum entre os repressores ligados à máquina de extermínio da ditadura argentina.

Segundo Victoria Basualdo:

Ya en democracia, Lavallén fue condenado, en 1998, a cuatro años de prisión por falsificación del acta de nacimiento de la menor Paula Logares hija de una pareja de uruguayos secuestrados en Montevideo y detenidos

⁵²¹ *Id.* p. 21.

en la Brigada de Investigaciones de San Justo, en el marco del Plan Cóndor. A la pareja jamás se la volvió a ver con vida y la menor fue apropiada por Lavallén y registrada como hija suya⁵²².

Nos casos que envolveram os dois funcionários citados da Mercedes Benz, a saber, Juan Tasselkraut e Rubén Luis Lavallén, revela-se uma das facetas mais cruéis da ditadura argentina com a apropriação de crianças que, em sua grande maioria, tratava-se de crianças, filhos de detidos-desaparecidos. Nos casos que envolveram os funcionários da empresa, revela-se, ademais, a guarida que as grandes multinacionais prestaram aos fatos. Nesse sentido, o documento não traz maiores informações. Sabe-se que foi uma verdadeira operação criminosa arquitetada e efetivada com o aval de empresas de renome internacional⁵²³.

Como vimos a política de TDE foi parte de um plano repressivo que se inaugurou ainda sob o terceiro governo peronista. A experiência repressiva nas fábricas citadas acima foi o gérmen de um plano mais geral que já tinha espaço na sociedade. Com a sistematização da caçada “anti-subversiva” junto aos sindicatos, e até mesmo contra indivíduos que cometeram o “crime” de militar contra as condições extremas de exploração, o panorama que se desenhou a partir de março de 1976 encontra raízes mais profundas determinadas pelas condições geradas antes do golpe. Muitos repressores/seqüestradores que foram citados nos casos relacionados às empresas já atuavam na Triplo A. E depois apareceram ocupando cargos públicos nos anos de 2000.

“A hegemonia começa no chão da fábrica”, frase célebre que foi proferida pelo comunista sardo Antonio Gramsci. À exemplo da indicação de Gramsci, as fábricas argentinas foram um dos principais focos de atuação da repressão porque a política de TDE, sistematizada em seu máximo grau de coesão, aufere pela força o projeto hegemônico da “pátria financeira”. Esta expressão foi utilizada pelos cientistas sociais Marcos Novaro e Vicente Palermo para definir o plano econômico de Martínez de Hoz, renomado *chicago boy* e autêntico representante dos interesses mais retrógrados da América Latina ligados à classe dos latifundiários. Se tomada em um contexto de totalidade, a “pátria financeira” torna-se a

⁵²² Em nota de rodapé a autora esclarece que: “Las nuevas líneas de investigación llevadas adelante por Gaby Weber después de la presentación del documental, se encuentran reflejadas en su libro *La conexión alemana. El lavado del dinero ansien la Argentina* (Buenos Aires: Edhasa, 2005). Allí se indica que la apropiación de hijos de desaparecidos por parte de empleados jerárquicos de Mercedes Benz no se restringió a Lavallén, sino que también Juan Tasselkraut y su hermano están complicados en procesos de adopción ilegal de niños. Aunque no existe prueba fehaciente de que Diego Christian Tasselkraut, hijo de Juan Tasselkraut, y Andrés Gerardo y Pablo Daniel, hijos de Alejandro Tomás Tasselkraut, hermano de Juan, sean hijos de desaparecidos, en los tres casos las partidas de nacimiento incluyen firmas de funcionarios y parteras ligados con otros de menores nacidos en cautiverio. Para más información al respecto, se recomienda consultar el capítulo 15 del libro de Weber” (*Id.* p. 21 e 23.).

⁵²³ Um debate que envolve um número maior de bibliografias que, sabe-se que existe, porém, não se obteve acesso. Pelo menos, a que se conseguiu e não se descartou a hipótese de utilizá-la como fonte e indicação bibliográfica, é o relatório do Centro de Estudos Legales e Sociales – C.E.L.S.

pátria repressivo-financeira. A quebra de solidariedades, manipulação dos meios de comunicação, repressão aos movimentos sociais são ingredientes que não se restringem às ditaduras. Muitos mecanismos forjados durante a ditadura ainda continuam vigentes. Neste sentido, a revisão histórica de temas como os que aqui se tratou, não diz respeito ao passado sepultado: “A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”⁵²⁴.

⁵²⁴ MARX, Karl. *O dezoito de Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CONCLUSÃO

A pesquisa aqui apresentada buscou debater alguns aspectos da história argentina que se relacionam com o período de implantação da política de Terrorismo de Estado (TDE) durante os anos de 1973-1978. Este objeto/tema não se restringe ao passado. Pelo contrário, a ditadura argentina de 1976-1983 continua sendo um processo em aberto. Isto se manifesta, principalmente, na forma pela qual a sociedade argentina se organizou em torno do tema. A exigência por justiça, e, conseqüentemente, punição dos indivíduos envolvidos com os crimes da ditadura, mobilizou um número expressivo de organizações ligadas a Sociedade Civil. Dentre elas é possível identificar uma pauta comum no que se refere a busca pela reconstrução de um passado que resulta traumático no presente. Uma verdadeira disputa pela memória. A iniciativa das *Madres e Abuelas da Plaza de Mayo* expressa, em alguma medida, a disputa pelo direito à reconstrução dos feitos passados que permanecem vivos no presente.

Ao analisar o processo histórico da Argentina numa abordagem que contempla o conceito de Estado Ampliado, podemos perceber que a sociedade civil daquele país se assemelha ao que Gramsci identifica como a de tipo *Ocidental*. Ou seja, a disputa pela hegemonia e pelo Estado, se dá no âmbito da sociedade civil. As pautas em disputa no âmbito da economia, política e sociedade perpassam o projeto de cada grupo ou fração de classe. Nas disputas que envolveram a caída do *Onganiatto* fica evidente que a luta contra-hegemônica também teve seu papel decisivo no desenvolvimento do processo histórico argentino. Ao inaugurar as lutas de tipo *callera* nos dizeres de Balvé e Balvé⁵²⁵, o movimento popular argentino obrigou a burguesia a redimensionar as formas de aplicação de seu projeto hegemônico. Processo que se materializou na aplicação da política de TDE.

⁵²⁵ BALVÉ, C. Beba & BALVÉ, Beatriz S. *Op. cit.*

“Libertadora”, “Revolução Argentina”, “GAN”, “Hora do Povo”, o processo de disputa pela hegemonia na Argentina foi dotado de um elemento fundamental: a exclusão do elemento popular da política. De certa forma, o uso privado do Estado pela burguesia argentina se expressou em todos os momentos analisados. A ojeriza ao elemento popular ficou claro, entretanto, pela adoção da pauta conservadora presente no projeto da ditadura terrorista da Junta Militar de 1976-1983. Ao utilizar do aparato repressor do Estado para decapitar os movimentos populares, os militares correspondiam a um plano que conjugou os interesses econômicos dos grupos financeiros à política de Segurança Nacional onde a violência adquiriu contornos políticos. Eliminar fisicamente a oposição, principalmente àquela ligada aos movimentos populares, se tornou a pauta do Estado nacional com a planificação do terror.

Sobre o retorno de Perón, em 1973, com efeito, a conjunção de fatores que dividia o movimento peronista se expressou no evento de *La masacre de Ezeiza*. A partir de *Ezeiza* os diversos aparelhos privados de hegemonia demonstraram que o elemento da força suplantou o consenso na implantação de um projeto hegemônico. O ponto de inflexão destas disputas se expressou de forma decisiva na luta aberta com os desentendimentos gerados através das classes sociais fundamentais do capitalismo argentino durante a retomada do pacto social. O desentendimento gerado quanto a manutenção do pacto pela cúpula sindical demonstrou que a força do movimento operário argentino recorreu aos subterfúgios combativos oferecidos pela esquerda radicalizada do peronismo. A utilização da Triplo A por Perón, por sua vez, se estabeleceu após o velho caudilho retornar de seu exílio na Espanha. Neste sentido, identifica-se um elemento que merece maior atenção por parte de uma pesquisa futura. Trata-se de tentar estabelecer em que medida a influência do convívio com a Espanha franquista determinou a ação/omissão de Perón frente ao extermínio encampado pela Triplo A no campo das lutas populares. Um elemento que se aproxima muito a forma de atuação das falanges durante a ditadura de Franco.

Neste sentido, a ditadura inaugurada com o golpe de 1976 aproveitou-se das estruturas de contenção/repressão recorridas pelo terceiro período do governo peronista. Ao lançar mão do elemento militar para a “resolução” das contradições inerentes ao processo capitalista, Isabelita definiu o contorno terrorista das soluções políticas com a colaboração direta de López Rega. Entretanto, a análise do conjunto das relações estabelecidas no âmbito do processo político argentino demonstrou que a adesão ao projeto da direita *livre cambista* se definiu a partir da implantação de um conjunto de ações, emanadas a partir do Estado, mas que, em alguma medida, expressa o longo processo de disputa de imposição desta pauta. Tendo isso no horizonte de pesquisa não foi possível generalizar os projetos econômicos

presentes durante os períodos analisados. Neste sentido, a análise do desenvolvimento do processo histórico argentino permitiu relacionar um conjunto de situações que influenciaram, sobretudo, as características de distinção do projeto presente no golpe civil-militar de 24 de março de 1976 caracterizado pelo cimento ideológico de uma “solução definitiva”. Na verdade, o que não estava explícito era que o processo imposto pela afirmação das sociedades capitalistas contemporâneas sempre foram “trincados” pelas contradições irresolutas inerentes ao processo de sua imposição.

A análise do processo histórico permitiu perceber que a característica fundamental da luta de classes na Argentina contemporânea está relacionada ao nível de organização experimentada pela sociedade civil daquele país. Um processo que se expressou antes mesmo da experiência histórica do peronismo, mas que foi potencializado durante os anos de 1945-1955. Como demonstrado no capítulo I, este projeto histórico social para a Argentina se apoiou nos anos de prosperidade encontrados no período do pós II guerra. O projeto peronista se moldou sob as condições de inserção da Argentina na divisão internacional do trabalho. Entretanto, como vimos, não se limitou à liderança pessoal de Perón. As tentativas frustradas de erradicar o peronismo experimentadas pelos grupos políticos que sucederam o peronismo a partir de 1955 resultou num processo que colocou a “política em suspenso”⁵²⁶.

A organização da direita argentina a partir de 1970 em seus respectivos aparelho privados de hegemonia, processo investigado a partir do capítulo II, demonstrou que os grupos financeiros se apoiaram na força dos grupos econômicos ligados ao agronegócio argentino. Os subterfúgios da luta política-econômica-ideológica se expressaram na postura de organizações como a Federação Agrária Argentina (FAA), Confederação de Associações Rurais de Buenos Aires e da Pampa (Carbap) e Sociedade Rural Argentina (SRA). Estes órgãos influenciaram decisivamente rumo ao golpe na organização da Associação Permanente de Entidades Gremiais (Apege) que reuniu a burguesia financeira golpista.

Por fim, a análise do período em que esteve em vigência a política de Terrorismo de Estado (TDE) em suas diversas conexões com o ramo patronal, processo investigado e materializado no capítulo III, definiu o que nomeamos de terrorismo ampliado. Isto se deve ao fato de que a estrutura repressiva experimentada no cerceamento da atividade política no interior da fábrica já encontrava respaldo na ação violenta dos grupos para-policiais que tiveram espaço durante o terceiro período do peronismo. Por isso: “o plano das três letras A foi o plano das três armas”⁵²⁷.

⁵²⁶ DE RIZ, L. *Op. cit.*

⁵²⁷ Expressão cunhada pelo jornalista Rodolfo Walsh que foi assassinado pela Triplo A.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDETT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: Um Relato Sobre a Banalidade do Mal*. São Paulo. Cia das Letras, 1999.

BALVÉ, C. Beba & BALVÉ, Beatriz S. *El '69; huelga política de masas. Rozariozo- Cordobazo- Rozariozo..* Buenos Aires: Ediciones ryr – CICSO. 2005.

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003)* 2º Ed.– Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. *O Eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina*. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1987.

BASCETTI, Roberto (comp.). *Documentos 1970-1973. Volumen I: De la Guerrilla Peronista al Gobierno Popular*. La Plata – Bs. As: Campana de Palo, 2004 .

BEIRED, Jose Luis Bendicho. *Movimento operário argentino: Das origens ao peronismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense. 2000.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado: Por uma teoria materialista da filosofia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.

CALIL, Gilberto. *O Populismo enquanto projeto hegemônico*. In: Anais do I Simpósio de Pesquisa em Estado e Poder. Cascavel-PR: Edunioeste, 2007.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papius, 1998.

COGGIOLA, Osvaldo. *Governos Militares na América Latina*. SP: Contexto, 2001.

CONADEP. *Nunca mais*. Informe da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina. Porto Alegre: L&PM, s.d.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci – um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DE RIZ, Liliana de. *História Argentina: La política en suspenso 1966/1976*. Buenos Aires: Paidós, 2000.

DIAS, Edmundo F. *O Outro Gramsci*. 3ª ed. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. *Gramsci em Turim – a construção do conceito de Hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.

DOS SANTOS, Ana Maria. *América Latina: dependência, ditaduras e guerrilhas*. In: REIS FILHO, Daniel A. et al (org.). *O século xx: O tempo das dúvidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DREIFUSS, René Armand. *1964 a conquista do Estado: ação política e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

_____. *A internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional. 1918-1986*. Rio de Janeiro, Espaço e tempo, 1986.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1985.

CALLONI, Stella e ESQUIVEL, Adolfo Pérez. *Los Años del Lobo: Operación Condor*. Icaria Editorial, 1999.

FERNÁNDEZ, Jorge Christian. *Argentina 1976-1983: Extermínio organizado de uma nação*. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e cone sul*. Porto Alegre: CORAG: Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura., 2006.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Arte Nova, 1977.

_____. & Rose. *Liberdade de Escolher: o novo liberalismo econômico*. 2ª ed. Record.

HAYEK, Friedrich V. *O caminho da Servidão*. Porto Alegre: Globo, 1977.

GERCHUNOFF, Pablo.e LIACH, Lucas. *El ciclo de la ilusión y el desencanto*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.

GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón: Los Montoneros*. Buenos Aires. Grijalbo S.A., 1987.

GONÇALVES, Williams da Silva. *A segunda guerra mundial*. In: In: REIS FILHO, Daniel A. et al (org.). *O século XX: O tempo das crises*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*.. 6 Volumes. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Cadernos do Cárcere, volume 3. Maquiavel - Notas Sobre o Estado e a Política*. 3ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2000.

HOBBSBAWM, Eric. O presente como história. In: HOBBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KONDER, Leandro. *O que é Dialética*. 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LANGHI, Esteban. *Montoneros-Cámpora: un encuentro histórico*. Rosario: Libros del Sur, 2008.

LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

MARX, Karl. *O Capital – crítica da economia política – O Processo de Acumulação Capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *O dezoito de Brumário e Cartas a Kugelman*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MAZZEI, Daniel H. *Los médios de comunicación y el golpismo. La caída de Illia 1966*. Buenos Aires: Grupo editor universitario. 1997.

MENDONÇA, Sônia R. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Reestruturação Democrática*. São Paulo-SP, Edusp.

PADRÓS, Enrique Serra. *Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social*. In: REIS FILHO, Daniel A. et al (org.). *O século XX: O tempo das crises*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. (org.). *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e cone sul*. Porto Alegre: CORAG: Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura., 2006.

PASCUAL, Alejandra Leonor. *Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

POULANTZAS, Nicos. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

RAMIREZ, Hernán. *Corporaciones en el poder: institutos econômicos y acción política em Brasil y Argentina: IPÉS, FIEL y Fundación Mediterránea*. San Isidro: Lenguage Claro Editora, 2007.

ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Zahar. 2006.

ROMERO, Luis Alberto. *La viloencia en la historia argentina reciente: um estado de la cuestión*. In: PÉROTIN-DUMON, Anne (dir.). *Historizar el pasado vivo em América Latina*. Disponível em: <http://etica.uahurtado.cl/historizarelpasadovivo/es.contenido.php>.

SCHILING. Voltaire, *Estados Unidos X América Latina: as etapas da dominação*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984

TORRE, J. C. *El Movimiento Obrero y el Último Gobierno Peronista*. In: *Critica y Utopia* nº6.

FONTES

VERBETSKY, H. *Jaulas Vacías: El Juizo de Roma y su Significado para Italia y la Argentina*. Disponible en: www.pagina12.com.ar/2000/00-06-18/pag11.htm.

VIAU, Susana. *La Fundación de la Triple A: La Historia de una Banda Impune*. In: El Rastro de La Triple A. Pagina /12 el país en diario. Buenos Aires, 7 de enero de 2007- Año 20 – n° 6525.

BASUALDO, Victoria. *Complicidad patronal-militar en la última dictadura argentina*. Los Impresionistas, Buenos Aires, 2006. (Documento veiculado pela Central de Trabajadores Argentinos-CTA)

TESTIMONIOS SOBRE “LA CACHA”. 20/10/1983. CCD7.14. *Asamblea Permanente por los Derechos Humanos de Argentina-APDH*.

Informe sobre la situación de los Derechos Humanos en Argentina, aprobado por dicha Comisión el 11 de abril de 1980 y publicado en Washington DC como documento OEA/Ser.L/V/II.49 doc. 19. Biblioteca do *Centro de Estudios Legales y Sociales-CELS*.

